

**Tomar o próprio destino:
Infância abandonada, lei e trabalho doméstico na Bahia
(1862-1912)**

TESE DE DOUTORADO

Alan Costa Cerqueira

DOUTORADO EM HISTÓRIA



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

dezembro | 2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ALAN COSTA CERQUEIRA

TOMAR O PRÓPRIO DESTINO:

**INFÂNCIA ABANDONADA, LEI E TRABALHO DOMÉSTICO NA BAHIA
(1862-1912)**

Salvador
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ALAN COSTA CERQUEIRA

TOMAR O PRÓPRIO DESTINO:

**INFÂNCIA ABANDONADA, LEI E TRABALHO DOMÉSTICO NA BAHIA
(1862-1912)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Gabriela dos Reis Sampaio

Salvador
2023

ALAN COSTA CERQUEIRA

TOMAR O PRÓPRIO DESTINO:

**INFÂNCIA ABANDONADA, LEI E TRABALHO DOMÉSTICO NA BAHIA
(1862-1912)**

Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Dos Gabriela Reis Sampaio

Banca examinadora:

Professora Doutora Gabriela Reis Sampaio – (Orientadora)
PPGH/Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Professora Doutora Idalina Maria Almeida de Freitas
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Professor Doutor Henrique Espada Lima
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professor Doutor Antonio Luigi Negro
PPGH/Universidade Federal da Bahia

Professor Doutor Robério Santos Souza
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cerqueira, Alan Costa

C416 Tomar o próprio destino: infância abandonada, lei e trabalho doméstico na Bahia (1862-1912) / Alan Costa Cerqueira, 2023.
251 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gabriela dos Reis Sampaio

Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Empregados domésticos. 2. Menores abandonados. 3. Asilos. 4. Escravidão – Séc. XIX. I. Sampaio, Gabriela dos Reis. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 981.42



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRICULA	NÍVEL DO CURSO
ALAN COSTA CERQUEIRA		217121463	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
TOMAR O PRÓPRIO DESTINO: INFÂNCIA ABANDONADA, LEI E TRABALHO DOMÉSTICO NA BAHIA (1862-1912)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Gabriela Reis Sampaio (UFBA - orientadora)		188.216.368-01	
Idalina Maria Almeida de Freitas (UNILAB)		849.034.733-68	
Henrique Espada Lima Filho (UFSC)	 Documento assinado digitalmente HENRIQUE ESPADA RODRIGUES LIMA FILHO CPF: 041.669-34 Verifique as assinaturas em https://www.ufsc.br	671.643.669-34	
Antonio Luigi Negro (UFBA)		941.153.207-10	
Robério Santos Souza (UNEB)		987.923.185-68	

ATA

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de 2023, de forma remota, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por ALAN COSTA CERQUEIRA, do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social. Após a abertura da sessão, a professora Gabriela Reis Sampaio, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado (forma remota), resolveu APROVAR o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca considera que a tese cumpre todos os requisitos necessários a um doutorado. Reconhece a qualidade e importância do trabalho, destacando a pesquisa, profundidade da análise, problematização e uso das fontes e diálogo com a bibliografia, apontando para a ótima contribuição que faz para a História Social do Trabalho no Brasil. Recomenda a publicação do texto.

SSA, 04/12/2023: Assinatura do aluno:

SSA, 04/12/2023: Assinatura da orientadora:

*Dedico à minha querida mãe, Josenita
Costa Cerqueira (in memoriam).
Obrigado por tudo!*

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi construída no período que vivenciei as experiências mais marcantes da minha vida, caracterizadas por ciclos de chegadas e despedidas. Agradeço a Deus por permitir que o filho de uma ex-doméstica, entre outras ocupações, pudesse construir uma tese justamente sobre trabalhadoras domésticas. Agradeço à Josenita Costa Cerqueira, minha querida mãe, que partiu deste mundo um pouco antes de ver o seu filho concluir esta importante etapa da carreira profissional. A forma como você me ensinou a olhar para o mundo foi fundamental para as minhas posições e escolhas diante da vida. Agradeço aos meus filhos, João Lucca e Bento Levi, por me fazer não perder as esperanças no futuro e ter forças para retomar a escrita deste texto. À minha esposa, Eveline (Nina), pela cumplicidade e parceria. Seu apoio foi importante, sobretudo, ajudando a reunir condições necessárias para os longos momentos de escrita. Aos meus irmãos Paulo, Ronaldo, Breno e Aline, por nossos laços indestrutíveis de afeto e por acreditarem na concretização deste momento. Agradeço à Narcisa Cerqueira Bispo por todo apoio durante a escrita deste texto.

Agradeço à Gabriela dos Reis Sampaio, minha orientadora desde a graduação, a quem me sinto confortável em chamar de amiga. Foi a admiração que tenho por Gabriela que fez despertar o meu interesse no mundo acadêmico. A professora empenhada e pesquisadora fantástica também é uma pessoa doce e compreensiva. Após passar por injustiças no ambiente de trabalho, que me fizeram pensar em desistir da tese, Gabriela me convenceu a retomar a escrita.

Meus sinceros agradecimentos aos professores do curso de História da Universidade Federal da Bahia e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Tenho orgulho de fazer parte da primeira turma do curso de História noturno da UFBA, iniciado em 2009. De forma ininterrupta, tive o prazer de fazer parte desta história ao cursar a graduação, o mestrado e o doutorado. Agradeço aos professores Robério Souza e Iacy Maia Mata por indicarem caminhos para o avanço desta pesquisa durante a defesa da minha Dissertação de Mestrado. Agradeço a maneira carinhosa como fui recebido pelo grupo que compõe o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), em especial à Rosângela Costa de Araújo, Mestra Janja. Agradeço à Marina Barreto por compartilhar uma documentação importante para esta pesquisa.

No momento em que a pandemia ditou os rumos de nossas vidas, eu recorri às minhas amigas, Rosana Souza e Adriana Bastos, integrantes do Centro de Memória Miguel Calmon, o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Lembro de todas as vezes que conversamos sobre a

documentação e que vocês me auxiliaram nas buscas por novas fontes. Devo ressaltar que ao longo de quase uma década, este arquivo de valor inestimável se tornou o local mais importante para as minhas pesquisas. Agradeço à Diana Souza, amiga desde os tempos da graduação, por sua importante ajuda na busca da documentação. Esta tese é nossa!

Finalmente, sou grato à professora Idalina Maria Almeida de Freitas por suas importantes observações para o ajuste final do texto. Quero agradecer a Henrique Espada Lima pela forma minuciosa como analisou este texto e, em especial, por sua expertise nos contratos de trabalho que me fizeram reajustar as rotas e alçar novos horizontes. Agradeço ao professor Robério Souza Santos por contribuir com os ajustes finais deste texto e ressaltar questões importantes, especialmente o olhar atento sobre a lógica racial que existia no Asilo dos Expostos. Agradeço ao professor Antonio Luigi Negro, o Gino, por suas observações sobre diferentes aspectos que possibilitaram a correção deste texto. Por fim, espero que este texto seja para a luta por direitos, dignidade e proteção social das trabalhadoras domésticas deste país.

“Eu sempre gosto de falar que quando uma trabalhadora doméstica se levanta, ela consegue levantar milhões de outras trabalhadoras e outras mulheres”.

Milca Martins (Secretária Geral do Sindicato das Trabalhadoras domésticas da Bahia)

CERQUEIRA, Alan Costa. **Tomar o próprio destino**: infância abandonada, lei e trabalho doméstico na Bahia (1862-1912). 340 f. il. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

Esta tese investiga as trabalhadoras domésticas e o trabalho doméstico em meio a formação do mercado de trabalho, através de diferentes dimensões que formaram a categoria das chamadas “criadas de servir”, a partir das experiências construídas no Asilo dos Expostos na cidade de Salvador entre os anos 1862 e 1912. Através de documentos que compõe pequenas trajetórias, literatura, charges, poemas, editoriais, anúncios de jornais, leis, contratos de trabalho e documentação oficial, procuro compreender diferentes aspectos deste segmento do mercado de trabalho. O objetivo é entender a atuação das órfãs e a instituição a que estiveram vinculadas no mundo do trabalho doméstico. Apesar de terem construído concepções preconceituosas sobre as criadas, os textos literários e as charges ofertaram diferentes contextos em que estes conflitos poderiam acontecer. Este cenário ajuda a entender inclusive o próprio “mundo dos patrões”. Argumento que a condição social e jurídica na qual as expostas da Santa Casa se constituíram, isto é, enquanto trabalhadoras domésticas, foi parte de uma atuação sistematizada do Asilo dos Expostos da Santa Casa, que agiu no mercado de trabalho como uma espécie de agência de serviços domésticos, concretizando seu objetivo de formar criadas vistas como dóceis para ofertá-las aos patrões, membros das elites e camadas médias da cidade. A tese trabalha com um enfoque teórico-metodológico que analisa as tensões raciais, as desigualdades de gênero e a composição diversificada no processo de formação da classe trabalhadora, a partir de diferentes arranjos de contrato e experiências em meio ao desmantelo da escravidão até o pós-abolição, além de observar os diferentes aspectos deste mercado de trabalho, como salários, tentativas de regulamentação e restrição da liberdade. Por fim, busquei, a partir do Asilo dos Expostos, elaborar um panorama geral deste mercado para entender melhor os caminhos desta categoria laboral em meio à formação da classe trabalhadora, especialmente para tentar compreender a circulação das órfãs em comparação aos demais trabalhadores domésticos. Foi possível observar que ambos estavam na mesma localização, nas zonas centrais, nas quais o trabalho urbano era praticado, mas, que, atenderam a diferentes dinâmicas deste lugar tão amplo e diversificado.

Palavras-chave: serviço doméstico; crianças abandonadas; Asilo dos Expostos; escravidão; pós-abolição; século XIX.

CERQUEIRA, Alan Costa. **Taking charge of one's own destiny**: abandoned childhood, law and domestic work in Bahia (1862-1912). 340 f. ill. Thesis (Doctorate in History) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia.

ABSTRACT

This thesis investigates domestic workers and domestic work in the midst of the formation of the labor market, through different dimensions that formed the category of so-called “maids to serve”, based on the experiences built in the Asilo dos Expostos in the city of Salvador among the years 1862 and 1912. Through documents that make up short trajectories, literature, cartoons, poems, editorials, newspaper advertisements, laws, employment contracts and official documentation, I try to understand different aspects of this segment of the job market. The objective is to understand the role of orphans and the institution to which they were linked in the world of domestic work. Despite having constructed prejudiced conceptions about the maids, the literary texts and cartoons offered different contexts in which these conflicts could happen. This scenario helps to understand the “world of bosses” itself. I argue that the social and legal condition in which those exposed at Santa Casa were constituted, that is, as domestic workers, was part of a systematized action by the Asilo dos Expostos da Santa Casa, which acted in the labor market as a kind of agency of domestic services, achieving its objective of training maids seen as docile to offer them to employers, members of the city's elites and middle classes. The thesis works with a theoretical-methodological approach that analyzes racial tensions, gender inequalities and the diverse composition in the process of formation of the working class, based on different contract arrangements and experiences amid the dismantling of slavery until the post- abolition, in addition to observing the different aspects of this labor market, such as wages, attempts at regulation and restriction of freedom. Finally, based on the Asilo dos Expostos, I sought to develop a general overview of this market to better understand the paths of this labor category in the midst of the formation of the working class, especially to try to understand the circulation of orphans in comparison to other domestic workers. It was possible to observe that both were in the same location, in the central areas, where urban work was practiced, but that they responded to different dynamics of this large and diverse place.

Keywords: Domestic Service; abandoned children; Asylum for the Exposed; slavery; post-abolition; XIX century.

CERQUEIRA, Alan Costa. **Hacerse cargo del propio destino**: infancia abandonada, derecho y trabajo doméstico en Bahía (1862-1912). 340 f. enfermo. Tesis (Doctorado en Historia) – Facultad de Filosofía y Ciencias Humanas, Universidad Federal de Bahía.

RESUMEN

Esta tesis investiga a las trabajadoras domésticas y el trabajo doméstico en medio de la formación del mercado laboral, a través de diferentes dimensiones que conformaron la categoría de las llamadas “criadas para servir”, a partir de las experiencias construidas en el Asilo dos Expostos de la ciudad de Salvador entre los años 1862 y 1912. A través de documentos que componen trayectorias cortas, literatura, caricaturas, poemas, editoriales, anuncios periodísticos, leyes, contratos de trabajo y documentación oficial, intento comprender diferentes aspectos de este segmento del mercado laboral. El objetivo es comprender el papel de las huérfanas y la institución a la que estaban vinculadas en el mundo del trabajo doméstico. A pesar de haber construido concepciones prejuiciosas sobre las sirvientas, los textos literarios y las caricaturas ofrecieron diferentes contextos en los que estos conflictos podrían ocurrir. Este escenario ayuda a comprender el propio “mundo de los jefes”. Sostengo que la condición social y jurídica en la que se constituyeron los expuestos en la Santa Casa, es decir, como trabajadores domésticos, fue parte de una acción sistematizada del Asilo dos Expostos da Santa Casa, que actuó en el mercado laboral como una especie de agencia de servicios domésticos, logrando su objetivo de formar empleadas domésticas vistas como dóciles para ofrecerlas a empleadores, miembros de las elites y clases medias de la ciudad. La tesis trabaja con un enfoque teórico-metodológico que analiza las tensiones raciales, las desigualdades de género y la composición diversa en el proceso de formación de la clase trabajadora, a partir de diferentes acuerdos contractuales y experiencias en medio del desmantelamiento de la esclavitud hasta la post-abolición, además a observar los diferentes aspectos de este mercado laboral, como los salarios, los intentos de regulación y la restricción de la libertad. Finalmente, a partir del Asilo dos Expostos, busqué desarrollar una visión general de este mercado para comprender mejor los caminos de esta categoría laboral en medio de la formación de la clase trabajadora, especialmente para tratar de comprender la circulación de los huérfanos en comparación. a otros trabajadores domésticos. Se pudo observar que ambos se encontraban en el mismo lugar, en las zonas centrales, donde se practicaba el trabajo urbano, pero que respondían a dinámicas diferentes de este lugar grande y diverso.

Palabras clave: servicio doméstico; niños abandonados; Asilo para Expuestos; esclavitud; post-abolición; siglo XIX.

ABREVIATURAS

ASCMBA - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

AHMS – Arquivo Histórico Municipal de Salvador

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

BBGM - Biblioteca Brasileira e Guita e José Mindlin.

BNDP - Biblioteca Nacional Digital de Portugal.

CRL - Center for Research Libraries.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FS – Family Search.

FBN –Fundação Biblioteca Nacional.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MSCMBA – Museu da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia	34
Figura 2 – Vera Efigies do Capitão João de Mattos Aguiar.....	35
Figura 3 – Fotografia do registro profissional de Basília de Mattos (1939)	60
Figura 4 – Fotografia do registro profissional de Estefania de Mattos (1939)	60
Figura 5 – Termo de Contrato de locação de serviços da Exposta.....	79
Figura 6 - Trecho do Termo de contrato da exposta Maria Carolina - 1871	85
Figura 7 – “Um grupo de tagarelas no Mercado Modelo”	141
Figura 8 – A criada e o vendedor	146
Figura 9 – Basílio desconfiada da criada – parte 1	147
Figura 10 – Basílio desconfiada da criada – parte 2	147
Figura 11 – Basílio desconfiada da criada – parte 3	148
Figura 12 – Basílio desconfiada da criada – parte 4	149
Figura 13 – Anúncios diversos	170
Figura 14 – Anúncios especiais	173
Figura 15 – Anúncio de ama de leite	177
Figura 16 – Procura por uma ama de leite sadia.....	179
Figura 17 – Anúncio de cozinheira e ama seca	188
Figura 18 – Anúncio de cozinheira	192
Figura 19 – Anúncio de engomadeira	194
Figura 20 – Estátua do Conde de Pereira Marinho	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia locados para os serviços domésticos e outras atividades por sexo/gênero (1870-1912)	113
Tabela 2 – Distribuição por cores dos criados de ambos os sexo/gêneros locados pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1912)	124
Tabela 3 – Distribuição por cores dos criados de ambos os sexo/gêneros locados pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1912)	126
Tabela 4 – Anúncios de oferta e procura de serviços domésticos (1876-1909)	169
Tabela 5 – Anúncios de aluguéis por tipo de serviço doméstico (1876-1909)	171
Tabela 6 – Anúncio de aluguéis de serviços domésticos por gênero (1876-1909)	191
Tabela 7 – Anúncio com a condição de dormir no serviço (1876-1909)	193
Tabela 8 – Anúncio de serviços domésticos de escravos por gênero (1876-1888)	193
Tabela 9 – Ocupação dos patrões que alugaram serviços domésticos dos expostos (1870-1912) .	206

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Anúncios de serviços domésticos e a locação das expostas na cidade de Salvador (1870-1912)	197
---	-----

SUMÁRIO

PARTE I - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA, CONTRATOS E REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO DOMÉSTICO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – DA RODA AO ASILO DOS EXPOSTOS DE SALVADOR.....	33
1.1 A Roda dos Expostos.....	36
1.2 O Asilo Nossa Senhora da Misericórdia	42
1.3 Estefania e Basília no Asilo dos Expostos.....	59
CAPÍTULO 2. REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO DOMÉSTICO E OS TERMOS DE LOCAÇÃO E SERVIÇO DOS EXPOSTOS	64
2.1 Aspectos jurídicos da locação de serviços.....	70
2.2 Os contratos de locação e serviço dos expostos	79
2.3 Discursos e tentativas de regulamentação do trabalho doméstico.....	90
PARTE II - TRAJETÓRIAS E MERCADO DE TRABALHO	
CAPÍTULO 3: ALUGA-SE: “O DESTINO DOS EXPOSTOS”	106
3.1 Mulheres entre contratos	110
3.2 De Maria Petrinilla a Theodora Constança	122
3.3 Gabriella de Mattos: “ <i>do caminho tomaria o seu destino</i> ”	131
CAPÍTULO 4: O MUNDO DOS PATRÕES DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS ..	141
4.1 Preconceitos na construção da imagem da criada.....	144
4.2 Aspectos das criadas na literatura.....	153
4.3 O contraponto de um “Liberto”	157
CAPÍTULO 5: A SANTA CASA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO EM SALVADOR	167
5.1 “ <i>Precisa-se de ama do serviço doméstico</i> ”.....	169
5.2 “ <i>Precisa-se de uma cozinheira</i> ”	172
5.2.1 “ <i>Precisa-se de uma ama de leite que seja sadia</i> ”	1726
5.3 O mapeamento da oferta e procura por domésticas nos anúncios de jornais	1725
5.4 A Santa Casa e o comércio de criados de servir.....	201
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS	220
FONTES	233
ANEXOS	248

INTRODUÇÃO

Já as meninas fabricam flores de pano mui delicadas e perfeitas bordão de muitas maneiras usadas, prestam-se a cozinhar, a lavar, a engomar suas próprias roupas e mesmo outras de ganho, estas aprendendo a fabricar calçados de senhora com uma mestra [...] Com a educação assim dirigida mais fácil será no futuro que tenham emprego as expostas maiores, ou Recolhidas, pois além de casamento para aquelas que o poderem conseguir, estarão habilitadas para ganharem a vida com honestidade cosendo, bordando, lavando, engomando, cozinhando, fazendo flores e calçado e finalmente servindo em casa de família.¹

No relatório da provedoria do biênio de 1862-1863, Manoel José de Figueiredo Leite destacou que o objetivo do recém-inaugurado *Asilo Nossa Senhora da Misericórdia*, conhecido como Asilo dos Expostos, era proporcionar uma educação baseada no adquirir diferentes habilidades relacionadas ao trabalho doméstico para servirem em casa de família. Inaugurado em 29 de Junho de 1862, o Asilo foi durante muitas décadas um local constituído para abrigar crianças abandonadas e também um estabelecimento que formou trabalhadoras domésticas que adentraram no mundo do trabalho de uma maneira muito peculiar: por meio de contratos de locação de serviços domésticos para famílias socialmente estabelecidas e de condições financeiras privilegiadas. Esta é uma pesquisa sobre as trabalhadoras e o trabalho doméstico na cidade de Salvador, aproximadamente, entre 1862 a 1912. O objetivo deste trabalho é reconstruir e discutir processos históricos relacionados a diferentes aspectos deste segmento do mundo do trabalho formado pelos trabalhadores domésticos, sobretudo aqueles oriundos da infância abandonada. A convicção do Provedor se mostrou assertiva, pois o serviço doméstico foi, talvez, o único elemento que permaneceu intacto no entendimento do que seria o Asilo e sua função na sociedade. Dentre suas inúmeras atribuições, a Santa Casa era responsável por administrar cemitério, hospital, asilos, operações de crédito, imóveis e um patrimônio gigantesco, administrada desde tempos coloniais pela fina flor da elite econômica baiana. Era a irmandade quem operava mais um serviço em Salvador - o fornecimento destas órfãs através de contratos de locação em um mercado de trabalho heterogêneo e sexualmente demarcado.

¹ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Manoel José de Figueiredo Leite** (2 de julho de 1863 a 1º de julho de 1869), p. 131.

Este mercado, que funcionou de forma autônoma e fundada na escravidão, sofreu os impactos com a crescimento da população liberta e livre, o deslocamento da força de trabalho para a região sudeste e as leis que lentamente aboliram o cativeiro. Em 30 de dezembro de 1886, os vereadores da capital da Província baiana aprovaram em sessão extraordinária o projeto de “Posturas sobre locação e serviços domésticos”. O Código, que entrou em vigor em 1887, obrigava a inscrição na Secretaria de Polícia das pessoas que fossem prestar qualquer serviço doméstico em troca de remuneração.

Esta é uma pesquisa sobre as trabalhadoras domésticas que busca compreender o mundo do trabalho doméstico de Salvador, sobretudo, a partir das trajetórias das órfãs que passaram pelo Asilo dos Expostos. Aqui, existe o esforço de relacionar diferentes partes daquilo que entendo como a gênese da formação da categoria laboral das domésticas e a formação deste mercado de trabalho.

Caminhos analíticos

Por muito tempo, a História do Trabalho não se ateu a diversidade de sujeitos e experiências que existiram na formação da classe trabalhadora. A renovação da historiografia social do trabalho ocasionou uma ampliação estratégica no sentido de incorporar os trabalhadores em todas as dimensões de suas vidas.² Um recuo estratégico influenciado por uma historiografia britânica foi fundamental para que o trabalho escravo e outras formas de arranjos não assalariados de trabalho pudessem emergir.

Acreditamos que a busca pela compreensão do sujeito – os trabalhadores e trabalhadoras - é que tem mobilizado os historiadores do trabalho no processo de renovação historiográfica.³ Discussões sobre noções de classe têm buscado cada vez mais ampliar o caminho de uma concepção global de classe que discute o conceito de subalternidade como elo entre diferentes condições de exploração do trabalho.⁴ Outra modificação importante que ocorreu nos estudos realizados no campo da História Social

² FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo História do Trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.). **Cruzando fronteiras**: novos olhares sobre a História do Trabalho. São Paulo: Perseu Abramo, 2013. p. 18.

³ SOUZA, Flávia Fernandes de; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 9-14, 2018.

⁴ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

do Trabalho foi o refinamento das articulações entre classe, gênero e raça. Afinal, o diálogo entre diferentes categorias analíticas permite observar as identidades e desigualdades das experiências dos trabalhadores.

Estudar as experiências dos trabalhadores domésticos pode ser compreendido como uma das recentes fronteiras a serem desbravadas pelos historiadores dedicados à História Social do Trabalho no Brasil. Especialmente na Bahia, este tema é marcado pelas relações raciais, escravidão urbana, as lutas no pós-abolição, significados da liberdade e formas de sociabilidade entre os trabalhadores.

Fossem atuando nas ruas ou nos sobrados, quase todas negras e pardas, escravas, libertas e suas descendentes, vivenciaram relações bastante desiguais e que carregam - ainda nos dias atuais - os traços do passado escravista.⁵ Este texto busca entender melhor a vida e as experiências de trabalho das órfãs da Santa Casa de Misericórdia da Bahia que adentraram ao mercado de trabalho de maneira diferente das demais domésticas, onde não podiam negociar os próprios acordos de trabalho. O desafio maior é relacionar esta fatia do mercado de trabalho com uma concepção mais ampla sobre as demais domésticas e os patrões, assim como, o mercado de trabalho, suas demandas e limites geográficos.

Ao tentar traçar uma análise historiográfica que busque articular a história da criança pobre e abandonada com a História Social do Trabalho, tendo como pano de fundo a História da Escravidão, buscamos compreender relações entre infância pobre, questões raciais e trabalho doméstico, inseridas em situações de subalternidade. Procuro compreender estes sujeitos históricos, suas estratégias de sobrevivência, suas redes de sociabilidade e visões de mundo. Outro aspecto importante é ressaltar a forma como estes sujeitos negociaram salários, condições de trabalho e as formas de resistência à exploração. O objetivo é alargar as discussões sobre as mulheres e suas histórias marcadas pela pobreza, abandono e trabalho.

O balanço bibliográfico da História do Trabalho no Brasil traz a década de 1980 como período de fôlego dessa produção. As razões para este avanço perpassam pelo processo de redemocratização, o movimento de greves e novas formas de organização

⁵ Em 2011, a coordenação de políticas para as mulheres, do governo federal, realizou um estudo em que 7 milhões de mulheres, de maioria negra, cerca de 73% deste percentual não possuíam carteiras assinadas e direitos reconhecidos. Embora nos últimos anos tenham ocorrido avanços importantes, como a regularização das relações dos serviços domésticos que, obviamente, na prática, parece distante de representar uma realidade, a origem dessa condição, diz o estudo, se encontra na escravidão.

dos trabalhadores naquele período.⁶ As importantes pesquisas sobre os trabalhadores nos espaços de produção do trabalho passaram por uma renovação metodológica e analítica no momento que as relações cotidianas e os aspectos culturais ganharam amplitude.⁷ Estes estudos receberam fortes influências da historiografia inglesa, em especial os estudos de Edward Thompson.⁸ A influência marxista britânica fez ampliar o debate no campo da cultura, sobretudo dos “de baixo”, além de propor novos questionamentos e fontes. As relações de dominação, negociação e resistência, juntamente com os espaços de construção simbólica e cultural, conferiram ao historiador a necessidade de buscar novas fontes.⁹ A busca por personagens marginalizados pela historiografia tradicional – como as crianças abandonadas e trabalhadoras domésticas – exige dos estudos contemporâneos métodos de investigação que deem conta das diversas matizes e perspectivas, que vem sendo solucionada através de elementos típicos da *micro-história*.¹⁰

Não obstante, o interesse sobre os trabalhadores domésticos tenha surgido na década de 1990, foi somente a partir dos anos 2000 que os trabalhos se multiplicaram com mais força. Devemos considerar, pelo menos, dois momentos distintos que ajudaram a alterar este cenário. O primeiro deles se deu no âmbito dos encontros ocorrido na

⁶ BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, 6ª Ed., 145-158.

⁷ Ver: CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cad. AEL**, v. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.

⁸ Para a discussão aqui apresentada é interessante destacar as concepções de classe e cultura desenvolvidas por Thompson. Para ele, a classe social é um fenômeno construído cotidianamente, no qual o compartilhamento de condições de vida, símbolos, anseios e projetos políticos corroboram para a construção dessa identidade. Cf: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. **E. P. Thompson**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Outros textos da história social britânica também influenciam essa renovação. Dentre muitos posso citar: HILL, Christopher. **O mundo de ponta à cabeça**: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹ Um dos trabalhos que acreditamos ter inaugurado tais perspectivas no Brasil, foi a obra conjunta de João e Eduardo Silva: REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência escrava no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

¹⁰ Para uma discussão relacionada a questões metodológicas da micro-história ver: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. _____ **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. LIMA FILHO, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Na historiografia brasileira uma interessante explicitação do método indiciário pode ser encontrada na Introdução do autor, “Zadig e a história”.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre 2010 e 2011, a partir da “Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos”.¹¹ O segundo momento diz respeito à criação da Emenda Constitucional nº 72, regulamentada em 2015, 128 anos depois da aprovação das Posturas aprovadas na Capital da Província da Bahia. A “PEC das domésticas”, como ficou conhecida, foi responsável por garantir a igualdade trabalhistas entre trabalhadoras(es) domésticas(os) e os outros trabalhadores assalariados no país.¹²

Os historiadores investigam o passado com questões que surgem no presente. Desta forma, as lutas para alçar as trabalhadoras domésticas à mesma condição de proteção social dos demais integrantes da classe foi um dos principais combustíveis para o interesse acadêmico ter produzido importantes pesquisas nos cursos de Pós-Graduação das Universidades Públicas.

Os estudos sobre as mulheres, em diversos aspectos da realidade, ganharam fôlego através da constatação da construção social das diferenças entre os sexos. As discussões de gênero propostas por Joan Scott foram um dos primeiros modos de significar poder; de lá para cá, muitos caminhos analíticos proporcionaram um avanço na articulação deste conceito.¹³ Ao discutir os aspectos da vida de mulheres formadas em espaços claustrais, estas observações serão valorosas, uma vez que o trabalho doméstico, apesar de também desempenhado por homens, era, por vezes, entendido como tarefa ligada ao feminino.¹⁴ Em um período fortemente marcado pela discussão racial, relacionar raça e gênero é fundamental, assim como ilustrou a teórica feminista Kia Lilly Caldwell, ao incorporar as questões raciais como problema central da pesquisa. A autora também trabalha em uma perspectiva de dessencialização da questão de gênero, entendida para além das relações sociais historicamente constituídas entre homens e mulheres. O objetivo é delimitar sua

¹¹ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). R201 – Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/WCMS_242769/lang--pt/index.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

¹² BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015**. Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2015-06-01:150>. Acesso em: 19 jan. 2024. Ver também: BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Emenda Constitucional nº 72, de 2013. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2013-04-02:72>. Acesso em: 11 jul. 2023.

¹³ SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, 20 (2), p.71-99, 1995.

¹⁴ O regulamento do Asilo dos Expostos e os livros de contratos explicitavam que as tarefas domésticas eram “naturais” ao sexo feminino, mesmo empregando órfãos do sexo masculino em tarefas ligadas ao lar.

análise a contextos locais através da observação da especificidade social, cultural e histórica das experiências e das identidades das mulheres.¹⁵ O manejo de diferentes categorias analíticas nos estudos sobre as domésticas têm gerado bons frutos, como podemos observar em trabalhos de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que ajuda a compreender como estas mulheres desenvolveram estratégias em busca de tomar o próprio destino.¹⁶

As discussões sobre contratos, liberdade e mulheres no mundo doméstico, sem dúvidas, são elementos que adentraram o pós-abolição e carregaram debates marcados pela esperança da implementação da igualdade e cidadania, mas que apresenta a reconfiguração de mecanismos de discriminação, exclusão e hierarquização racial.¹⁷ A historiografia coloca no centro da questão deste período a continuidade dos estigmas sociais e as desigualdades como legado das memórias da escravidão.¹⁸ Recentemente, as análises sobre a dimensão de liberdade e atuação política dos escravizados, livres e libertos através do aparato legal ou não, extrapolaram as fronteiras territoriais e demonstraram o peso da escravidão associadas às questões de gênero.¹⁹ Nos chama atenção outras experiências de atuação de sujeitos que, ora evocaram a benevolência de seus antigos dominantes, ora assumiram novas alianças, no sentido da efetiva

¹⁵ CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras das diferenças: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2º sem. 2002, p. 92-93.

¹⁶ MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. História Social do Trabalho e História das Mulheres: percursos da historiografia brasileira. **Historien**, Petrolina, v. 1, p. 84-102, 2010; SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 879-888, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2009000300016>. Acesso em: 19 jan. 2024; WADSWORTH, James E.; MARKO, Tamera L. Children of the Pátria: Representations of Childhood and Welfare State Ideologies at the 1922 Rio de Janeiro International Centennial Exposition. In: **The Americas**, vol. 58, No. 1, Rise of the Welfare State in Latin America (Jul., 2001), pp. 65-90. Published By: Cambridge University Press.

¹⁷ Sobre este debate, ver ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. **O jogo da dissimulação**: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹⁸ ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (Orgs.). **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico**: identidades e projetos políticos. Vol. 2, Niterói: Editora da UFF, 2014.

¹⁹ O texto organizado por autores consagrados traz diversas perspectivas sobre as mulheres, através de relações de raça e gênero na escravidão e no pós-abolição, ver: GOMES, Flávio dos Santos; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2012. Outro texto importante para nosso debate no sentido de discutir raça e gênero no contexto escravista e de pós-abolição tem como mote as trajetórias de mulheres/mães que lutaram por suas liberdades, ver: COWLING, Camillia. **Conceiving freedom**: Women of color, Gender, and the abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013. Este texto é importante para nosso debate por suas colocações sobre raça e gênero no contexto escravista e de pós-abolição.

emancipação e igualdade.²⁰ Com estas discussões em mente, aspiramos discutir ao longo dos capítulos como essas mãos femininas agiram - através de relações de dependência, proteção, permanência, exploração física e simbólica, empregadas em condições pouco rentáveis. Alerta-se ao leitor que há nestes estudos o desafio de transpor a dupla privação social que estas mulheres enfrentaram - no sentido de produzir interpretações sobre suas perspectivas e contribuir com novos debates sobre as trabalhadoras domésticas do Brasil.

A Cidade

Em 1881, O jornal A Ilustração Baiana escreveu com entusiasmo uma matéria sobre as vias públicas de Salvador. O texto sobre o “Exm. Dr. Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, 3º Barão de São Francisco”, parecia uma propaganda financiada que elogiava a “administração cheia de melhoramentos materiais e morais”. Foi dito sobre a viação pública, calçamento, abertura de ruas, sobretudo no bairro do comércio “para largas e extensas comunicações entre a Praça dos Tamarineiros e o grande mercado do Ouro”. Além de mencionar outras obras, falou-se sobre a “reforma” de diversos outros órgãos, a exemplo das finanças e da instrução da província.²¹

O ânimo diante as obras de abertura das ruas, alargamento e calçamento contrastava com a ineficácia de serviços essenciais para a maior parte da população. O periódico exaltava os feitos da família do Presidente da Província e sua gestão entre 1878 a 1881. De acordo com Vilhena, no século XIX, Salvador possuía duas ruas centrais que eram estreitas, salientes e que causavam dificuldades para passar, sendo uma na parte baixa e outra na alta.²² Talvez, este período tenha dado a largada para algumas transformações urbanas que seriam percebidas apenas no decorrer das primeiras décadas do século XX. O conceito propriamente dito de “urbanização” só foi captado na imprensa local a partir da década de 1930.²³

²⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 69, p. 83-99, jun. 2015a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69005>. Acesso em: 16 jan. 2024.

²¹ FBN. **A Ilustração Bahiana: Jornal Ilustrado, Litterario e Scientifico** (BA). Salvador, 1881. Ano I, n. 7, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/826545/28>. Acesso em: 20 nov. 2022.

²² VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas Brasileiras**, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, Livro I, p. 91.

²³ Encontrei o conceito de “urbanização” pela primeira vez na imprensa baiana nas páginas do jornal *O Imparcial*, de 1935. O conceito estava associado ao “plano” de cidade e à ideia de “modernidade”. Ver:

Àquela altura, Salvador possuía bairros com características socioeconômicas e identidades distintas. A cidade era conectada pelo ir e vir de todo tipo de trabalhadores que carregavam mercadorias e ofereciam seus serviços e alimentos. As ruas também eram espaços dos meninos e moleques pobres e órfãos que se misturavam aos desocupados; as domésticas que não dormiam nas casas dos patrões também percorriam as ruas para comprar alimentos para as famílias a que serviam.

Voltando ao texto do *Ilustração Baiana*, por trás da “melhora” da viação pública, o serviço executado era realizado em circunstâncias difíceis, por trabalhadores que enfrentavam privação material, problemas de moradia e coerção física. Na perspectiva do trabalhador, a cidade ganhava diferentes roupagens. Esta cidade “invisível” aos olhos dos poderosos comportava ainda outros grupos, como escravizados, mendigos, “vagabundos”, “moleques”.

Salvador dava pequenos passos, um pouco atrás do Rio de Janeiro, em direção ao projeto de “civildade” da ordem burguesa que estava ligado ao controle e organização do lazer, família e trabalho. As medidas restritivas buscavam condicionar principalmente os corpos pretos a partir das autoridades. Necessariamente, este projeto passava pelos pilares do trabalho, da repressão e da filantropia.

A capital baiana possuía uma forte circulação de pessoas e mercadorias conectadas ao Atlântico na segunda metade do século XIX. Sua importante ligação com o Recôncavo baiano era realizada diariamente através de embarcações de vários tamanhos, que transportavam pessoas e mercadorias.²⁴ O aspecto comercial foi reforçado

FBN. **O Imparcial** (BA). Salvador, quarta-feira, 25 set. 1935. Ano XIII, n. 1462, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720933/836>. Acesso em: 14 set. 2022. Sobre os modos de pensar a cidade urbana, Simmel, observa os detalhes da vida cotidiana eram o princípio para entender as reais e complexas relações sociais da vida urbana. Do ponto de vista de Friedrich Engels, a dimensão monumental da cidade tornariam os londrinos subjugados à civilização em meio à multidão. Adepto a pensar a cidade a partir do cotidiano, Walter Benjamin, defendia a metodologia de em observar “o mundo todo” no dia-a-dia. Ver: PAQUOT, T. e RONCAYOLO, M. (Orgs.). **Villes et civilization urbaine** (XVII-XIXe siècle). Paris: Larousse, 1992, p. 300; ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Lisboa: Presença, 1975. BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1989, vol. III, pp. 55 e 37, respectivamente. De acordo com, a historiografia brasileira permaneceu por algum tempo atrelada a perspectiva econômica sobre a “cidade”, cedendo espaço para as “reformas urbanas” e a “politização do espaço público”, caindo, por vezes, em armadilhas teóricas, repetindo resultados de historiadores preocupados com outras realidades. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 294-295.

²⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A, 1992, p. 41. Ver também: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. **Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 22.

ainda no século XVIII, com a criação da *Mesa do Bem Comum dos Homens de Negócio*. Apesar das oscilações internas e externas que dificultaram o desenvolvimento comercial, Salvador tinha uma vocação para os negócios.²⁵ Em 1872, a capital baiana possuía 18 freguesias, constituídas por 10 freguesias urbanas. Santana, Sé e São Pedro era as áreas com maior número de estradas, travessas, ruas, largos, becos, além do maior contingente populacional. Com isso, podemos observar que suas freguesias antigas e centrais ainda eram o coração da cidade. Ao todo, viviam em Salvador 127.109 pessoas, 112.639 eram livres e 16.477 escravizados, de acordo com o Censo de 1872.²⁶ A partir da segunda metade do século XIX, Salvador expandia em crescimento populacional e território urbano, sendo que sua população de livres e libertos acompanhava este desenvolvimento. Embora a capital baiana tenha perdido espaço para o Rio de Janeiro, seu ritmo portuário surpreendia até os estrangeiros.

As freguesias de Salvador eram, grosso modo, áreas destacadas pela presença de determinado grupo social. Das portas de São Bento até o Ferrão, a Sé era o local de grandes prédios públicos e instituições religiosas. São Pedro reunia muitos advogados e médicos, além de desembargadores, funcionários públicos e políticos, como o Conselheiro Dantas, Presidente da Província da Bahia, morador do quarteirão n. 33. O local também servia de moradia provisória para senhores de engenho. O Pilar era caracterizado pela presença de comerciantes portugueses. A Conceição da Praia, um dos lugares mais movimentados, era um local de casas comerciais de grandes comerciantes, que não residiam na mesma freguesia, como Francisco Adães e Francisco José Godinho. Santo Antônio Além do Carmo era morada de muitas famílias que viviam do setor primário. A maior parte dos habitantes eram pretos e pardos, com uma população branca muito pequena. O Desterro, mais tarde conhecida como Santana, abrigava muitos mestres de ofício e uma população com ocupação bastante diversificada.²⁷

²⁵ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 40-41.

²⁶ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, vol. 1. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2015.

²⁷ Ver: MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Bahia**: a cidade de Salvador e o seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978; _____ **Bahia, Século XIX**: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A, 1992. NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007.

Até 1858, a cidade era iluminada por luz feita de azeite de peixe, com um número de lâmpadas muito pequenos em comparação ao número de logradouros. Em 1858, o governo contratou com o dr. José Pimentel, o serviço de iluminação por carvão mineral, com sede no prédio reformado na rua do Convento de São Joaquim.²⁸ Conforme contrato, em 1862, haveriam 2.000 lâmpadas iluminando a cidade.²⁹ Na década seguinte, a cidade ainda era mal iluminada, poucas casas possuíam o serviço e o valor do contrato era caro. Em 25 de abril de 1880, a coluna do jornal *A Gargalhada* fez duras críticas a Companhia por conservar “ruas e praças nas trevas ou mal iluminadas, faltas estas que no entanto não figuram nos mapas apresentados; mas que de alguma forma pesam sobre os cofres públicos”.³⁰ O fornecimento de água foi contratado apenas em 1852, com água extraída do açude de Queimado e distribuído por meio de chafarizes.

Os grupos sociais que formavam Salvador eram bem diversificados e cada freguesia tinha suas próprias características. Os militares de altas patentes, comerciantes ricos, administradores públicos grandes e proprietários rurais formavam o grupo que estavam no mais alto escalão da sociedade. Em seguida, estava o pequeno grupo formado por soldados, comerciantes, artesãos e funcionários subordinados da administração real. Abaixo, na escala social, estavam os profissionais liberais, militares, mestres de ofício, funcionários do baixo escalão do governo, vendedores de alimentos, muitas vezes “libertos”, pescadores e marinheiros que realizavam o comércio entre o Recôncavo e Salvador. Por último, estavam àqueles considerados “perigosos” pelas autoridades – escravos, “vagabundos” e mendigos.³¹ Os escravizados, marinheiros e soldados fugitivos formavam o grupo de fugitivos que endossavam este grupo conhecido como “classe perigosa”, assim como os desempregados crônicos, pessoas em situação de adoecimento mental e pessoas que viviam da caridade. Este grupo social aumentava de acordo com eventos, como crise de alimentação e epidemias mais exasperadas. Os órfãos eram, sem dúvida, considerados parte deste grupo, assim como os filhos das escravas a partir de 1871. Para termos uma percepção das questões raciais que atravessavam o problema da

²⁸ FBN. COSTA PINTO, Antônio. **Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa**. Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1861, p. 73-5.

²⁹ FERNANDES, Joaquim Antão. **Relatório com que o Conselheiro passou a administração da Província da Bahia ao Conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque**. Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1862, p. 22-24.

³⁰ FBN. **A Gargalhada: propriedade de uma associação** (BA). Salvador, publicado aos domingos, 1880, n. 4, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/826448/14>. Acesso em: 25 mai. 2023.

³¹ MATTOSO, 1978, p. 166.

classe, cerca de 95,0% dos “menores” encontrados em relatórios policiais não eram brancos.³² O receio dos impactos do fim da escravidão, associado ao racismo, ajudaram a fortalecer uma percepção já existente na sociedade, de que o caminho para a mulher pobre e órfã, sobretudo negra, era o serviço doméstico.

No vai-e-vem das ruas, na rotina do trabalho, as pessoas das classes mais baixas cruzavam a cidade para executar serviços e vender mercadorias. Nas ruas, as conexões entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta se davam pelo Elevador Lacerda usado por pessoas de grupos sociais mais elevados, e por ladeiras íngremes, que eram percorridas por trabalhadores. De acordo com Mattoso,

*Essa gente zanzava o dia todo, ladeira abaixo, ladeira acima, os tabuleiros sempre harmoniosamente arrumados – equilibrados na cabeça, roupas de cores vivas, porte altaneiro, língua afiada [...] Vendia-se de tudo nas ruas de Salvador, de carvão a legumes. Especialistas em quitutes de proveniência africana não faltavam em nenhum bairro.*³³

As ganhadeiras, fossem livres, libertas ou escravizadas, mercavam nas ruas da cidade enquanto forjavam e reiteravam suas identidades. Estas mulheres dividiram as ruas com os homens que praticavam todo o tipo de serviço, desde carregar mercadorias até enviar documentos. Estes homens se organizavam nos chamados “cantos”, com suas próprias regras de sociabilidade e proteção, verdadeiros “grupos de trabalho etnicamente organizados” enquanto negociavam por trabalho.³⁴ À medida que as relações de trabalho se transformavam lentamente, surgiam aos poucos as “agências de obras”, com “pedreiros, carpinas, pintores, douradores, funileiros, etc”, como a que ficava localizada na Rua dos Droguistas, n. 53, 1º andar.³⁵

O espaço do trabalho feminino era marcado por duas características centrais: o trabalho de mercadejar nas ruas da cidade e o serviço de porta adentro. As mulheres livres que se empregavam em serviços domésticos obtinham ganhos insuficientes para a própria sobrevivência. Somado a isso, muitas vezes eram submetidas a relações análogas ao

³² FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. Editora Hucitec, 2006, p. 76-77.

³³ MATTOSO, 1978, p. 494.

³⁴ REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. Editora: Companhia das Letras, 2019.

³⁵ FBN. **Pequeno Jornal** (BA). Salvador, quinta-feira, 25 set. 1890. Ano I, n. 191, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703842/660>. Acesso em: 20 jan. 2023.

tratamento que as escravizadas domésticas recebiam. Fosse no Brasil ou em outros lugares, o serviço doméstico no século XIX:

*De outro modo, as mulheres pobres podiam lavar a roupa, acabar camisas à peça ou contratar-se a si próprias como empregadas domésticas. Nenhuma destas atividades oferecia uma subsistência confiável, sobretudo durante os Invernos frios, as epidemias de Verão e as contrações da economia mercantil. Não é de admirar que o asilo de esmolas tenha surgido nas mentes das mulheres vendedoras ambulantes e de outras mulheres.*³⁶

Ao discutir o trabalho feminino no contexto urbano de Baltimore, Estados Unidos, Seth Rockman observou que não importava o esforço das trabalhadoras domésticas, não havia uma subsistência confiável, sobretudo no inverno e em tempos de contrações econômicas. Outra observação é que apenas através do casamento e da herança, as mulheres tinham acesso a um lar e uma renda potencial. Assim como Salvador, a desigualdade latente entre trabalhadores e trabalhadoras estiveram pautadas na desigualdade do sexo. De acordo com Rockman, séculos atrás ocorreu a tentativa de não vinculação das mulheres ao treinamento formal e que “leis atemporais” teriam igualado mulheres às crianças. Contraditoriamente, o padrão de desenvolvimento daquele local se deu a partir da contribuição feminina em fábricas e fazendas, se colocando dentro de um novo meio de relações de mercado a partir da produção de mercadoria.³⁷ Salvador foi diferente, afinal, a formação mais técnica para as mulheres era vedada e a abertura para o ingresso em locais de produção só se deu no século XX.

Ainda assim, o trabalho realizado pelas mulheres era repleto de estereótipos no entendimento das autoridades. O conjunto de médicos reunidos na *Gazeta Médica da Bahia* via o aproveitamento da força de trabalho feminina como saída para um destino traçado que apontava para prostituição e a propagação de sífilis.³⁸ Enquanto isso, a percepção das autoridades políticas era também de degeneração associando à vida na taberna, tendo a instrução pública como tábua de salvação para melhores condições de

³⁶ ROCKMAN, Seth. **Scraping By**: wage labor slavery, and survival In early Baltimore. Universidade Johns Hopkins, 2009, p. 101.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ FBN. **Gazeta Médica da Bahia**: Publicado por uma Associação de Facultativos - 1667 a 1905 (BA). Salvador, ano XXIII, vol. 23, p. 42, jul. 1891. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/165646/10472>. Acesso em: 15 set. 2020.

vida, modos e salários.³⁹ Os dois exemplos exploram a percepção pública dos grupos mais privilegiados em relação aos trabalhadores e trabalhadoras. Mesmo que se trate de países diferentes, o universo do trabalho se aproxima para além da coexistência entre o trabalho urbano livre e escravizado. Nos dois contextos, o treinamento formal era quase que inexistente, limitando as possibilidades de acesso à melhores condições de vida pelo trabalho. O outro fator que podemos relacionar os dois contextos é a dificuldade das domésticas em meio a vida urbana, como moradia e preço dos alimentos, porque esse ofício era informal, de alta rotatividade e não garantia a subsistência.

Em 1912, as transformações da capital baiana estavam em curso e sua paisagem ganhava ruas largas, uma nova iluminação e uma população mais densa. O retrato da política local e também nacional já era muito diferente daquele experimentado no Império. Do ponto de vista social, com o fim da escravidão, as primeiras décadas do pós-abolição colocava novos desafios para a classe trabalhadora, como os preços dos alimentos, déficit de moradias, desemprego e, sobretudo, a inexistência da cidadania, principalmente para os egressos do cativeiro e seus descendentes. As políticas de assistência infantil não estavam soltas do contexto socioeconômico e político. Este mesmo período encerra uma fase de transição do Asilo dos Expostos em que a administração religiosa chegava ao fim, com o desligamento das Irmãs de Caridade, dando espaço para as vertentes seculares que estavam presentes naquele espaço. Os médicos e juristas se aproximaram da infância enjeitada ainda no final do século XIX e firmaram suas diretrizes na administração do local. Na prática, as mudanças ocorreram sobretudo no modelo da instrução, mantendo a relação entre as *primeiras letras* e o trabalho manual. Também ocorreram avanços no entendimento da própria infância e nos cuidados com a higiene do local e dos órfãos. No entanto, muitas práticas, sobretudo no que diz respeito a exploração do trabalho foram mantidas. O próprio Barão de São Francisco, de quem muitos jornais exaltavam a linhagem, era uma das figuras de influência política e financeira, que utilizavam destes serviços. No dia 22 de dezembro daquele mesmo ano, o então Senador da República foi à sala dos despachos da Misericórdia para alugar os serviços domésticos de Hilásio de Mattos. O menino era descrito como “pardo”, com 13 anos, que se encontrava no Hospital Santa Izabel,

³⁹ FBN. **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo** (BA) - 1823 a 1889. Salvador, 29 mar. 1882, p. 27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/10448>. Acesso em: 14 jan. 2022.

“esperando segunda ordem”. Não sabemos as condições que fizeram Hilásio ser mantido no hospital, embora fosse uma prática comum, seja por moléstias ou para executar algum serviço. O contrato foi formalizado com um salário de 20\$000 réis até a maioridade. No entanto, havia um rabisco lateral no documento, dizendo que “vale a entrelinha que diz depois de um ano corrido”, ou seja, orientava o pagamento do salário somente após um ano de trabalho.⁴⁰ A primeira vista, era como se o órfão estivesse recebendo o favor de ser acolhido e treinado até poder receber algum dinheiro, como ocorria quando locado para um mestre de ofício. A condição da infância abandonada em meio ao cenário urbano dialogou com o mundo do serviço doméstico, revelando as matizes das desigualdades e da precarização do trabalho doméstico.

Recorte Temporal

É necessário explicar a escolha dos marcos temporais que dão forma a esta tese. O recorte inicial de 1862 é estabelecido a partir da inauguração do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia. A demarcação deste período é explicada a partir das vinculações entre a assistência à infância abandonada e o trabalho doméstico, de dentro para fora. A criação deste estabelecimento é um marco importante na política assistencial de crianças órfãs na Bahia. Não se trata apenas de referenciar o surgimento de um espaço físico destinado a manter as crianças abandonadas. O Asilo dos Expostos de Salvador é um lugar privilegiado para observar os impactos das políticas assistenciais da *Institucionalização da Criança no Brasil*⁴¹, os conflitos internos referente aos modelos de gestão e, sobretudo, relações de trabalho doméstico através de contratos minuciosos. Não podemos esquecer que era gerido pelas mesmas pessoas que estavam a frente de importantes cargos políticos. Além disso, é a partir do Asilo que dois movimentos centrais nesta tese se encontram: a formação das órfãs para o serviço doméstico e a participação da Santa Casa em uma fatia deste mercado de trabalho. A organização do Asilo não passou distante das transformações ocorridas com a Lei de 28 de setembro de 1871, depois apelida de Lei do Ventre Livre, o que pode ser observado em seus contratos, mas que também guarda relação com a tradição da própria legislação sobre órfãos do início do século XIX.

⁴⁰ ASCMBA. **Livro 3º de Termos de Saída de Expostos**, Nº 1221, Estante H, 1910 a 1924, p. 24.

⁴¹ Ver também: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004.

A baliza final deste recorte temporal é um pouco mais desconfortável de estabelecer. Para sua explicação, é necessário demarcar a década de 1880 e os acontecimentos que atravessam todas as discussões deste trabalho. Neste período, o léxico gramatical usado para denominar a trabalhadora doméstica, como mãe-preta, escrava de companhia e mucama é deslocado para “criada de servir”, acompanhada de termos que aludiam às tarefas, como cozinheira, engomadeira e ama de leite. É certo que estes termos que seguiam a denominação principal declinou ao longo da República. As relações do serviço doméstico foram abaladas com o eminente fim da escravidão. As Câmaras espalhadas pelo país criaram códigos de posturas que avançavam sobre a relação entre patrão/senhor e empregado/escravo. De um lado, o saudosismo, o medo, o desejo de controlar os corpos de parte dos patrões conflitava com a expressão da liberdade que estampava os sentimentos e ações dos criados de servir. Apesar da argumentação presente na lei sugerir uma coesão das demandas dos patrões que circulavam na imprensa, foram poucos os patrões que locaram serviços domésticos de acordo com a normativa, o que aponta o conflito eminente do deslocamento da esfera privada para a pública. Nos anos seguintes, em 1888, a abolição da escravatura incendeia ainda mais as tensões entre patrões e trabalhadores domésticos. Tanto no campo simbólico, quanto no dia a dia, os sentidos da liberdade, as tentativas de controle nos espaços públicos dos egressos do cativeiro e seus descendentes arrolaram em meio a luta pela cidadania. O advento da República em 1889, por si só, representou mudanças jurídicas e sociais. Muita coisa aconteceu e influenciou tanto as relações existentes entre patrões e criadas, quanto o interesse sobre a infância desvalida.

Em *Proteção e obediência*, Sandra Graham produziu um importante debate sobre as trabalhadoras domésticas escravizadas e livres no Brasil oitocentista, evidenciando a temática com destaque para a casa e a rua.⁴² De acordo com Graham, a estabilidade das transformações urbanas que sacudiram o Rio de Janeiro foram findadas em 1910. Em um estudo comparativo sobre o trabalho e os trabalhadores domésticos de Salvador e Recife, Maciel Silva reconhece as diferenças de cada localidade e demonstra desconforto em transportar o modelo de Graham, apesar de não avançar. Ainda que não avance na linha do tempo, Silva enxerga nas décadas de 1920 e 1930, elementos na literatura como a

⁴² GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência**: criadas e suas patroas no Rio de Janeiro 1860-1910. Trad. Viana Bosi, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Graham observou a tentativa de controle e o viés moralista da tentativa de formalizar estas relações trabalhistas.

saudade dos escravos, sobretudo aqueles do serviço doméstico, como uma persistência do paternalismo.⁴³ Nesta perspectiva, poderíamos inculcar ao risco de eleger 1936 como o momento chave por representar a organização da primeira *Associação de Trabalhadores Domésticos*.⁴⁴ No entanto, a percepção de classe não é limitada a organizações formais em fábricas e sindicatos, apesar de ser importante trazer ao texto os feitos de Dona Laudelina de Campos Melo e outras mulheres de sua época.⁴⁵ Dito isto, a escolha de 1912 como marco temporal dialoga com uma conjuntura interna importante, como o último ano completo da administração das Irmãs de Caridade. Em 1912 também foi o último ano em que o Asilo contou com uma professora não diplomada para ensinar aos órfãos. Apesar da aprovação de um novo Regulamento interno em sessão da Junta Administrativa de 1914, os elementos que constituíram o documento estava sendo empregado na organização interna do Asilo desde o início do século XX.

Os capítulos

A tese está dividida em duas partes com dois e três capítulos. Nos dois primeiros, busco estabelecer uma relação entre as políticas de assistência infantil e serviço doméstico na cidade de Salvador, sobretudo no século XIX. Em linhas gerais, o objetivo é contextualizar as relações dos serviços domésticos através dos aspectos jurídicos, especialmente em torno da locação de serviços domésticos de órfãos e adultos.

O primeiro capítulo discute o processo de institucionalização de um lugar para receber crianças abandonadas e sua conexão com o serviço doméstico através das ações da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Inaugurada no início do século XVIII, a Roda dos Expostos foi por muito tempo a única forma de assistência oficial e sistematizado à infância abandonada de Salvador. Ela representou também a duradoura política assistencial baseada na caridade. Sem dúvidas, cada amanhecer que um bebê era

⁴³ SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais**: Recife e Salvador (1870-1910). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2011, p. 16

⁴⁴ A Associação foi fundada por Laudelina de Campos Melo, nascida em 12 de outubro de 1904, em Poços de Calda, que se tornou a principal referência na história de lutas por direitos das domésticas do Brasil e uma liderança pelos direitos da população negra. Ver: PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação**: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

⁴⁵ A Associação foi fundada por Laudelina de Campos Melo, nascida em 12 de outubro de 1904, em Poços de Calda, que se tornou a principal referência na história de lutas por direitos das domésticas do Brasil e uma liderança pelos direitos da população negra.

encontrado perecendo ou morto, ampliava o desconforto social, que fez avançar o surgimento da Roda. Ao longo de mais de cem anos, a estrutura precária de assistência infantil foi palco de verdadeiras catástrofes ceifou a vida de muitos bebês. A partir de 1862, a Misericórdia deu um novo passo na forma de assistir as crianças órfãs que eram acolhidas a partir do Asilo dos Expostos. A comparação entre os dois regulamentos adotados no Asilo dos Expostos evidencia conflitos e contradições de concepções de formação dos órfãos em um contexto de transformações sociais e políticas que, apesar de tudo, não alterou o sentido do trabalho doméstico. As trajetórias apresentadas na narrativa ajudam a entender não apenas o sentido destas instituições, mas, também, a forma como o serviço doméstico foi um ponto evidente na vida das crianças abandonadas.

O segundo capítulo aborda os aspectos jurídicos do serviço doméstico ao longo do século XIX. Discuto os contratos de locação e serviços dos expostos como um mecanismo de legitimidade dos acordos permeados por elementos que combinavam aspectos patriarcais de honra, obediência e proteção. Estes acordos realizados por três partes desiguais juridicamente, socialmente e economicamente, não era novidade na legislação brasileira. Contudo, a experiência forjada a partir da locação de serviços domésticos dos expostos tinha um sentido de assentar estas meninas - alguns meninos - nas casas de patrões que representavam um nicho deste mercado de trabalho formado por famílias com melhores condições econômicas e prestígio social. Busquei entender o debate na imprensa baiana antes e depois da regulamentação do serviço doméstico de Salvador, como desdobramentos do crescimento de trabalhadores domésticos livres, a partir da condição das lutas de classe que opunha patrões e criados, com elementos raciais e de gênero. O *Código de Posturas* que entrou em vigor em 1887, e que legislava sobre serviço doméstico, tinha como finalidade justamente atender a demanda senhorial às vésperas da abolição da escravatura no Brasil.

A segunda parte da tese deste capítulo percorre o cotidiano das relações entre patrões e criados na busca por entender desde os conflitos de classe até a organização deste segmento do mercado de trabalho. Os textos analisam o mundo do trabalho doméstico através de diferentes perspectivas, como trajetórias, literatura e textos da imprensa. Há o esforço de tentar conectar os textos de modo a fornecer ao leitor um panorama que coloque em debate o mundo dos patrões e o mundo dos criados.

O terceiro capítulo coloca as domésticas do Asilo dos Expostos em movimento a partir de acordos que dificilmente duraram o tempo estabelecido em contrato, através da análise de micro trajetórias. A observação de trajetórias a partir dos contratos de locação e serviços é o ponto central do texto. Seu objetivo é discutir “o destino dos expostos”, isto é, mostrar através das experiências de trabalho quem eram estas mulheres, captar suas ações e entender as situações a que foram submetidas. Este capítulo dialoga com o primeiro capítulo como uma espécie de continuação da última etapa da vida das órfãs enquanto internas da Santa Casa. Estas experiências foram atravessadas por marcadores raciais e de gênero, que pouparam órfãos brancos de servirem como criados. Estes mesmos mecanismos foram usados como forma de punição possível para àqueles órfãos negros.

O quarto capítulo analisa o mundo dos patrões, sobretudo a partir da cultura que coloca lado a lado diálogos possíveis entre artigos jornalísticos, charges, literatura, poemas e artigos de opinião que revelam a forma como os patrões viam os criados e, por consequência, nos permitiu mostrar também a autoimagem deste grupo. O próprio discurso em oposição às domésticas publicitados através da cultura escrita permite refletir sobre os mecanismos de construção de falas das camadas dominantes que reforçaram percepções preconceituosas e pejorativas sobre a categoria dos criados.

O quinto capítulo procura analisar o segmento do mercado de trabalho dos serviços domésticos que se formou no último quartel do século XIX. Através de anúncios de oferta e procura por domésticas, pudemos notar a heterogeneidade dos serviços que compunham as tarefas das criadas de servir. A análise sistemática de anúncios de jornais permitiu investigar o que os patrões buscavam e as estratégias dos trabalhadores para anunciar seus serviços. A amplitude da temática discutida neste capítulo oferece uma multiplicidade de enfoques, como a urbanização e o mundo trabalho, classe e espaço geográfico. O levantamento quantitativo dos dados permitiu mapear as informações contidas nos anúncios, possibilitando relacionar a circulação das órfãs da Santa Casa com os endereços daqueles que formavam a maior parte deste mercado. Ainda que compartilhassem boa parte do mesmo ambiente de circulação das domésticas que negociavam seus acordos por conta própria, as órfãs representaram um segmento que não competia com o amplo e diversificado mercado. Com estes dados em mãos, passamos a discutir quem eram os patrões das expostas, o que deixou cada vez mais nítido que se

tratava de um segmento menor, específico, que contava com muita gente poderosa. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia exerceu o papel – de maneira não oficial – de agência de serviços domésticos na cidade de Salvador. Apesar de numericamente menor, se comparado ao amplo mercado, a instituição se colocou como uma fornecedora de mão de obra barata e supostamente mais obediente, para clientes que eram membros de famílias das camadas médias e ricas.

CAPÍTULO 1 – DA RODA AO ASILO DOS EXPOSTOS DE SALVADOR

Pelas 7 horas da noite foi exposta na roda do Asylo dos Expostos de N. S. da Miz.^a, uma menina cabra, de idade de 2 mezes, doente trouxe os seguintes objetos:

1° 1 Camisa de madraço.

2° 1 Camizolla de chita azul.

3° 1 Touca de cambraia de algodão com fitas azuis.

4° 1 Par de sapatos de lã de cor rosa

5° 1 Fita azul no pescoço [...].⁴⁶

Na noite de 2 de dezembro de 1883, um bebê foi abandonado na Roda dos Expostos apenas com a roupa do corpo. Em um esforço de reflexão inspirado por cartas, pinturas e litografias, podemos imaginar a cena do enjeitamento. Ao cair da noite, as ruas próximas ao Campo da Pólvora começavam a se esvaziar o suficiente para encorajar o abandono. Quanto mais tarde, maior a chance de manter a identidade de quem realizou o abandono em anonimato. Ao colocar a *exposta* – criança abandonada - em uma espécie de cilindro giratório de madeira, a cordinha foi puxada para tocar o sino, alertando a “rodeira”, que prontamente girava o artefato e amparava a criança do lado de dentro da sala da Roda dos Expostos. Àquela altura, a Roda havia se tornado a porta de entrada das crianças enjeitadas, que passavam a viver sob a responsabilidade do Asilo dos Expostos.⁴⁷ Como não havia bilhete indicando que a criança era batizada, e a exposta estava doente, o Mordomo do Asilo comunicou ao Capelão para realizar o sacramento com urgência por causa da crença da salvação da alma através do batismo. Ao longo de quase quatro séculos, a assistência à infância abandonada no Brasil foi praticada por irmandades que tinham como paradigma a caridade católica.⁴⁸ Andréa Rodrigues entende que a concepção de caridade almejava amenizar as desigualdades sociais, sem o interesse de suprimi-las.⁴⁹

⁴⁶ ASCMBA. **Livro da Roda dos Expostos**. N. 11, p. 195.

⁴⁷ Sobre os objetivos da Roda dos Expostos, ver: LEITE, Miriam Moreira. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **A História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1990.

⁴⁸ Ver: DEL PRIORI, Mary. **O papel do branco, a infância e os jesuítas na colônia**. In: _____. (Org.), **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1996. MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

⁴⁹ RODRIGUES, Andrea da Rocha. **A infância esquecida**. Salvador 1900-1940. Salvador: EDUFBA, 2003, p. 101.

Em meados do século XIX, as políticas assistenciais voltadas para a infância enjeitada passaram por mudanças que dialogavam com as transformações políticas e sociais. Alguns elementos da religiosidade foram mantidos, como o batismo para “salvar as almas” dos recém-nascidos acolhidos.⁵⁰

FIGURA 1- Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia



Fonte: ASCMBA. Fotografias avulsas.

O batismo da criança enjeitada ocorreu na Capela Nossa Senhora das Vitórias, que ficava localizada na mesma propriedade onde funcionava o Asilo. A órfã recebeu o nome de Estefania de Mattos.⁵¹ De acordo como o Regulamento do Asilo dos Expostos de 1863, a criança que ingressava na Roda sem o batismo recebia o sobrenome “Mattos”. Esta era uma forma de homenagear o Capitão João de Mattos Aguiar, que deixou uma fortuna

⁵⁰ Sobre o tema, ver: VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina:** infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010, pp. 131-133; REIS, 1991, p. 122. RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos:** tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

⁵¹ O registro da Roda dos Expostos continha um erro em que o nome de Estefania foi assinado como “Estephania”. O erro foi repetido na matrícula da exposta. Ao encontrarmos assinaturas da exposta e, mais tarde, seu guia de óbito, foi possível atestar que a grafia correta.

testamentária para a Santa Casa da Bahia, sendo uma parte considerável para cuidar dos órfãos.⁵²

Definido por Russel-Wood como “leviatã financeiro da Bahia”, João de Mattos Aguiar nasceu em Ponte de Lima, em Portugal. Em sua chegada à América portuguesa, foi auxiliar seu tio na administração da fazenda de açúcar em Piritiba. Apesar de não ter nascido nobre, João Aguiar foi membro da Santa Casa onde ocupou vários postos, contrariando as regras da época. Conhecido como benfeitor do Asilo dos Expostos, o lusitano faleceu no dia 26 de maio de 1770 e não deixou descendentes.

Figura 2 – Vera Efigies do Capitão João de Mattos de Aguiar



Fonte: Centro de Memória Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

A *vera effigies* do Capitão João de Mattos de Aguiar busca passar uma percepção de intelectualidade, com destaque para a caneta de pena, o tinteiro e os papéis ao fundo. A roupa de gala e os dizeres dão a real noção da envergadura daquele que foi provedor da Santa Casa. Em seu testamento, a Santa Casa ficou com principal herdeira. O português deixou muitas propriedades e uma quantia gigantesca de 217:092\$475 réis

⁵² Sobre a herança do Capitão João de Mattos Aguiar, ver: ASCMBA. **Livro contendo as verbas de disposições testamentárias de João de Mattos e Aguiar.** 199 B (1731-1732).

“para fazer ou mandar fazer nesta Cidade, um Convento de Recolhimento de Mulheres”.⁵³ Além de 135:470\$280 réis para servir de dote às expostas e 6:400\$ réis para esmolas.⁵⁴ Esta quantia ajudou a garantir a saúde financeira da Santa Casa até meados do século XIX.⁵⁵

A trajetória de uma órfã que vivia sob os cuidados da Santa Casa, como Estefania, era marcada pela certeza do trabalho doméstico. Quando estas órfãs sobreviviam e alcançavam a maioridade, grande parte delas se desligavam para negociar os próprios trabalhos domésticos. Além disso, o casamento e a vocação religiosa era uma possibilidade.⁵⁶

Se quisermos entender como a História das Crianças Abandonadas se relacionou com o Mundo do trabalho doméstico, devemos olhar para o Asilo dos Expostos de Salvador. Através da relação entre cotidiano e as registros da instituição, presente nos Relatórios da Provedora, trajetórias de expostas e a normativa dos Regulamentos, podemos observar o percurso das crianças enjeitadas desde o seu ingresso na instituição até o trabalho doméstico.

1.1 A Roda dos Expostos

O olhar experiente e treinado da rodeira era a única forma de identificar a idade aproximada dos bebês que chegavam a roda, através de sinais como dentição e o estado do umbigo. Conforme o registro de entrada, Estefania tinha uma idade aproximada de dois meses, o que pode indicar uma característica comum ao enjeitamento: as famílias pobres hesitavam e adiavam a decisão de deixar seus bebês. Em seu registro, a menina é descrita como “cabra”, uma das inúmeras terminologias usadas no século XIX, para

⁵³ Duzentos e dezessete mil contos, noventa e dois mil e quatrocentos e setenta e cinco réis

⁵⁴ SCMBA. **Livro contendo as verbas de disposições testamentárias de João de Mattos e Aguiar**. 199 B (1731-1732).

⁵⁵ SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013, p. 3.

⁵⁶ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diário. 1874, fl. 13-14. Ver também: VITORIA, VITORIA, Maihara Raianne Marques. **Os filhos da misericórdia: cotidiano e vivências dos menores expostos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015; CERQUEIRA, Alan Costa. **De órfãos a trabalhadores: Trajetórias das crianças expostas no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia da Bahia (1862-1889)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2016a.

referir-se aos diferentes tons de pele das pessoas negras – no caso, mais clara do que “parda”. A pequena quantidade de roupas pode corroborar com a hipótese de que a pobreza poderia estar por trás das motivações para este enjeitamento.⁵⁷ As peças da cor azul, como a camisola, a touca e a fita no pescoço, poderiam indicar uma relação de fé. As cores azul, verde, branco, amarelo, vermelho, eram usadas em mortalhas.⁵⁸ Estas cores também eram associadas aos santos católicos. A sutileza com a preocupação religiosa em um contexto de alta mortalidade de recém-nascidos, é um alerta sobre como não devemos ter uma visão simplista sobre as motivações por trás do enjeitamento infantil.

A morte de pelo menos um dos genitores, o nascimento ilegítimo, o enjeitamento como método de controle familiar e as estratégias temporárias de abandono foram os principais fatores para o condicionamento da entrega de bebês nas rodas. A Roda da Misericórdia também foi usada como estratégia temporária de abandono pelas famílias baianas. Joana Tolentino Freitas, viúva de Nicolau Tolentino Freitas, enjeitou os filhos Demétrio Tolentino de Freitas e Pedro Tolentino de Freitas no dia 22 de agosto de 1878.⁵⁹ No dia 10 de dezembro de 1888, Joana retornou ao Asilo para resgatar seus filhos, com 12 e 13 anos, respectivamente. Esta estratégia também foi usada por ex-expostos, como Agostinha de Mattos⁶⁰. Acolhido em 27 de agosto de 1849, a órfã deixou a Santa Casa em 1870 para se casar com Joaquim da Silva. No dia 9 de maio de 1881, Agostinha retornou aos seus antigos protetores para enjeitar o filho que se chamava Serapião. Na matrícula do menino havia a seguinte descrição:

*Entrou no dia 27 de Agosto de 1849 Agostinha Hermes de Mattos, mãe deste exposto que casou-se em 1870, no Asylo – e entrou na Roda pela morte do Pai em 9 de Março de 1881[...] sabe ler e escrever o exposto Serapião.*⁶¹

Na matrícula do menino havia pelo menos duas anotações importantes que era o motivo do enjeitamento – a morte do pai – e o fato do menino saber ler e escrever, o que reforça o ponto de vista historiográfico sobre o abandono condicionado a perda de um

⁵⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999, p. 85.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 59.

⁵⁹ SCMBA. **Livro da Roda dos Expostos**. Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Nº 1206, Est. H, 1843-1854, p. 106.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 16.

⁶¹ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 88

nos genitores. Posteriormente, o menor saiu para aprender ofício de maquinista e anos depois filho e mãe se reencontraram.⁶²

Algumas crianças eram entregues à roda já mortas e a maioria não sobrevivia ao primeiro ano de vida. A cada mil órfãos enjeitados na Roda dos Expostos de Salvador, entre 0 a 7 anos, pelo menos, mais da metade morriam no primeiro ano.⁶³ Em muitos casos, as técnicas de aleitamento artificial como pão molhado e mel misturado com água, somado ao uso de trapos ou bonecas de pano (instrumento utilizado na alimentação artificial, tratava-se de linho puído que era mergulhado no alimento e colocado na boca do bebê), causaram grande parte das mortes. A estrutura física inadequada dos locais também contribuíram para esta desastrosa experiência, especialmente no longo período que a roda esteve no Hospital ou no Recolhimento de Mulheres. O batizado de Estefânia foi providenciado com pressa porque a crença no *limbo* permeava o imaginário social, de que as crianças mortas sem o batismo iriam vagar pela eternidade. Foi por este motivo que Vitorianas, nascida em 11 de novembro de 1872, foi deixada na roda com a observação de que “já foi batizada em casa”, mas que lhe faltavam os santos óleos. Sua mãe “faleceu de uma congestão sobre o parto”.⁶⁴ Contrariando a assustadora estatística da Roda, a menina sobreviveu e foi desligada da instituição seis anos depois, entregue ao seu pai, o africano Victorino Fernandes de Castro.⁶⁵ No entanto, apesar da indicação do nome sugerido pelo pai, como estratégia que fazia uma alusão a seu próprio nome, a Santa Casa a rebatizou como Efigênia de Mattos.

A História da assistência à crianças abandonadas no Brasil se mistura a própria história da atuação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. A instituição esteve presente desde o primeiro século da colonização lusitana na América, embora sua data de fundação não seja consenso.⁶⁶ A primeira Misericórdia foi fundada em Lisboa em 1498, e seu compromisso conduziu à Misericórdia da Bahia nos primeiros séculos. Os cuidados com

⁶² ASCMBA, **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, 1871-1893, fl. 60

⁶³ *Ibidem*, p. 108.

⁶⁴ Ver: ASCMBA, **Livro da Roda nº5**. Nº1775, 1871-1874, fl. 67

⁶⁵ ASCMBA, **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, 1871-1893, fl. 30.

⁶⁶ O escrivão da Mesa administrativa da Misericórdia, Joaquim Damazio escreveu que a primeira Santa Casa da América portuguesa foi fundada entre 1549 a 1572. Para Russel-Wood, os primeiros registros são de 1552. ROSSEL-WOOD, 1981, p. 63. DAMAZIO, Antonio Joaquim. **Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862**. Typographya de Camillo de Lellis Masson & C., p. 17.

os órfãos só foi integrado em ambas a partir de 1616.⁶⁷ As Misericórdias compartilhavam com as Câmaras a própria representatividade do Estado português nas fronteiras ultramarinas. Sua missão era dividida em 14 obras, sendo 7 espirituais e 7 materiais.⁶⁸ Seu estatuto era bastante rígido quanto a origem social e condição econômica de seus membros. Basicamente, a mesa administrativa era formada por pessoas ricas e nobres. No século XVIII, a Santa Casa da Bahia passou a movimentar uma enorme quantia financeira por meio de doações testamentárias, o direito de administrar bens, aluguéis de imóveis e o direito de cobrança de dívidas. No caixa entravam outras fontes como arrecadação por meio de missas e serviços mortuários. A maior parte das doações era investida em oferta de crédito a juros.⁶⁹ A Santa Casa se tornou uma das maiores credoras da Bahia.

Antes de chegar ao Brasil, a roda existia em vários países da Europa, e ficava fixada em janelas e muros de hospitais, para receber o bebê e preservar a identidade de quem o enjeitava. Esta prática foi utilizada como resposta ao abandono indiscriminado em terrenos baldios, bosques e florestas medievais. A roda portuguesa fazia parte da Santa Casa de Lisboa em 1543. Embora o surgimento da roda tenha ocorrido durante Idade Média, a própria percepção da “infância” surgiu somente na Idade Moderna, no século XVI.⁷⁰

A Santa Casa inaugurou a primeira Roda dos Expostos do Brasil na cidade de Salvador em 1734, seguida por Rio de Janeiro quatro anos depois e Recife, em 1789. Duas questões nortearam este mecanismo ao longo dos primeiros séculos: “civilizar”⁷¹ o enjeitamento e evitar o *infanticídio*.⁷² O discurso de salvação das almas dos bebês que inspirou a criação da roda foi substituído pela visão de formar força de trabalho útil para a nação, afastando os órfãos da suposta vadiagem e prostituição. Em 1862, Antonio

⁶⁷ BNDP. **Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1619, por Pedro Craesbeeck**. Lisboa, 31 jan. 1619. Fundo Geral Monografias, sc-7700-p. Disponível em: <http://purl.pt/13349>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

⁶⁸ O amparo espiritual se expressava por ensinar aos simples; dar bons conselhos a quem pede; castigar com caridade os que erram; consolar os tristes desconsolados; perdoar a quem errou; sofrer as injúrias com paciência; e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. O amparo material significava cuidar dos cativos e visitar os presos; curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber aos que têm sede; dar pousadas aos peregrinos pobres e enterrar os mortos.

⁶⁹ SANTOS, 2012, p. 33.

⁷⁰ Ver: ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman, 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 65.

⁷¹ DEL PRIORE, 1996, pp. 12-13.

⁷² VENÂNCIO, 1999, pp. 23-24.

Damazio, escrivão da Mesa Administrativa da Misericórdia, escreveu que há mais de 136 anos, Salvador havia passado por uma mudança importante que era o surgimento da Roda dos Expostos, sem nenhuma renda apropriada. Apesar da população pequena, “e da religiosidade do tempo”, o número de exposição de crianças ocorria em todos os lugares da cidade:

*[...] ainda mais os imundos, e tão bárbaros e lamentáveis que, ora pela inclemência das noites, ora pela voracidade dos cães e dos porcos, achavam-se frequentemente crianças mortas e consumidas, sem se haverem batizado.*⁷³

Segundo o autor, além do temor pela alma dos órfãos, havia o fator social que escandalizava pela barbaridade em que os corpos eram encontrados ao amanhecer. Durante o período colonial não havia uma política efetiva de assistência das “crianças enjeitadas” ou “crianças expostas”, como se habitou a chamar as crianças abandonadas. Neste período, os bebês amparados pela Santa Casa eram levados ao Hospital de Caridade - que ficava localizado onde atualmente é o Museu da Misericórdia, próximo à Praça da Sé - onde dividiam espaços em meio aos doentes.

Em 14 de fevereiro de 1726, o Provedor da Misericórdia, Capitão Antonio Gonçalves da Rocha, se reuniu com o Visconde de Sabugosa com a intenção de viabilizar uma Roda dos Expostos.⁷⁴ Em 1734, a roda de Salvador foi inaugurada na freguesia da Sé, no Hospital de Caridade. Para ser efetivamente criada, a Misericórdia pediu auxílio pecuniário e privilégios que gozavam a Santa Casa de Lisboa.⁷⁵ Passado a primeira metade do século XIX, as crianças acolhidas na Roda não tinham um local apropriado e vagavam de um espaço provisório para outro. Depois de deixarem o Hospital, as crianças foram parar no Recolhimento Santo Nome de Jesus, alternando entre o local e a casa das amas de criação.⁷⁶ As condições em que os órfãos eram acolhidos no Recolhimento de Mulheres eram calamitosas. A umidade e a falta de ventilação contribuía para aumentar os índices de mortalidade. Em uma destas experiências de juntar adultos e crianças órfãs,

⁷³ DAMAZIO, 1862, p. 59.

⁷⁴ DAMAZIO, 1862, p. 59.

⁷⁵ *Ibidem.*

⁷⁶ Sobre o Recolhimento de Mulheres de Salvador, ver: SILVA, Ivani da. “**Porta adentro**”: formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867. 2011. Dissertação (Mestrado em Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

entre 1836 e 1837, a Roda recebeu 65 expostos e todos faleceram.⁷⁷ Embora não estivessem mais misturados aos doentes, os cubículos não eram suficientes para receber os berços, as crianças, as amas de leite e a rodeira.⁷⁸

Em 1844, foi criada a Casa da Roda na entrada do Recolhimento de Mulheres com a intenção de aumentar a permanência principalmente das meninas. Três anos depois foi construído mais um cômodo para a Casa dos Expostos em Criação, no intuito de também prolongar a permanência dos meninos. Essa casa foi descrita como “sombria e úmida”, com berços comprimidos e enfileirados, representando um “verdadeiro túmulo para recém-nascidos”.⁷⁹ Mesmo com as mudanças, a mortalidade permanecia alarmante e o local era um verdadeiro depósito de “anjinhos”.⁸⁰ Somente nesta década, faleceram 586 crianças. No *Livro de expostos que retornaram de criação*, a cada página os registros apontavam para crianças falecidas após regressarem das casas das amas externas. Em uma dessas datas, no dia 2 de maio de 1847, quase todas as crianças faleceram depois de retornar à Casa dos Expostos, como Estefania Clementina, Juvencio e Leocrino, tendo sobrevivido poucos, como João Nepomuceno, dado a criar entre 1841 a 1847.⁸¹

Nessa época, o conjunto de ações que podemos denominar de políticas de assistência da criança no Brasil era realizada através da caridade. A *institucionalização da criança abandonada no Brasil* passou a vigorar a partir de 1850.⁸² O paradigma filantrópico substituiu lentamente a caridade, no escopo das novas políticas assistenciais. O problema da criança abandonada passou a ser encarado como uma questão social, em um contexto da transição da legislação escravista e o pavor das elites com uma suposta escassez da força de trabalho.⁸³

Em 1853, o jornal *O Noticiador Catholico* dizia que “a falta de um conveniente edifício é talvez mais sensível no que toca a criação dos expostos, como demonstra a

⁷⁷ VENÂNCIO, 1999, p.109.

⁷⁸ DAMAZIO, 1862, p. 60.

⁷⁹ MATTOSO, 1978, p. 156.

⁸⁰ Vocábulo usado para recém-nascidos, especialmente àqueles mortos.

⁸¹ ASCMBA. **Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação**. Nº 1213, Est. H, 1847-1858, fl. 1.

⁸² O conceito faz referência ao grupo de políticas, motivações e práticas de amparo de crianças abandonadas que eram acolhidas no Brasil. Sobre o assunto, ver: MARCÍLIO, 1988; RIZZINI; RIZZINI. 2004; RIZZINI; Irene. **O Século Perdido: Raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007; _____. **A criança e a Lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000; VENÂNCIO, 1999.

⁸³ MARCÍLIO, 1998, p. 193.

grande mortalidade”.⁸⁴ De acordo com os cálculos do jornal que era dirigido pelo Provedor da Misericórdia e Arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Antonio de Seixas, no ano anterior haviam entrado 58 crianças pela roda, tendo morrido 24. Apesar do óbvio que era a má estrutura oferecida, é dito que a mesa administrativa acreditava que entregar as amas era “um remédio de pouca confiança”. A criação de um local exclusivo para os expostos estava perto, como deixou transparecer a parte que diz: “não estará muito longe de suas forças, e vem a ser o destino de alguma das propriedades da Santa Casa ao asilo exclusivo dos expostos, onde as amas também residirão, e si possa fazer a inspeção diária no tratamento a criação delas”. O quadro do movimento dos expostos publicado pela Secretaria de Governo da Bahia em 24 de fevereiro de 1854, mostrou que das 142 crianças da Casa da Roda, 77 estavam em criação externa, tendo falecido 47. Já os números da Casa de Educação, dos órfãos que retornavam da criação externa (103 meninos e meninas), 81 ficariam para educação.⁸⁵

O ano de 1862 foi importante na mudança do perfil da assistência infantil da Misericórdia, com a criação do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia. Ainda sobre as observações do escrivão da mesa administrativa da Santa Casa na Bahia, é correta sua percepção sobre motivações do abandono e os motivos que alarmaram para a necessidade de inaugurar uma estrutura física apropriada. Como narrado, a Misericórdia acolheu crianças órfãs em seu próprio hospital, em condições totalmente inadequadas por mais de um século. O que Damazio estava por descobrir era que, mesmo com a criação de um local supostamente apropriado, a mortalidade permaneceu elevada e a falta de estrutura para acolher e prolongar a estadia de parte dos órfãos nunca foi solucionada.

1.2 O Asilo Nossa Senhora da Misericórdia

Em 29 de junho de 1862, a Misericórdia fundou o Asilo dos Expostos para garantir a permanência das crianças. A proposta da compra do imóvel para o assentamento do Asilo, foi feita em 24 de outubro de 1861 pelo então provedor, Manoel José de Figueiredo

⁸⁴ FBN. **O Noticiador Catholico** (BA). Salvador, sábado, 29 mar. 1853. Ano V, n. 226, p. 300. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709786/1481>. Acesso em: 25 mar. 2023.

⁸⁵ FBN. **Falla que recitada na Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província da Bahia, dr. João Mauricio, Wanderley, em 1º de março de 1853**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/1178>. Acesso em: 12 jan. 2023. Bahia, Typographia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853.

Leite. A Roça do Campo da Pólvora, atual bairro de Nazaré, na Rua Joana Angélica, n. 79, é a sede atual da Misericórdia da Bahia. O terreno havia pertencido ao Barão de Monteserrat, Conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, que vendeu para a Associação São Vicente de Paula, Esta, manteve no local um Colégio de Meninas sob a tutela de religiosas francesas conhecidas como “Irmãs de Caridade”. Com a venda do imóvel para a Santa Casa, as Irmãs de Caridade se mantiveram na administração até o século XX.⁸⁶ A roça foi comprada por 66\$000 réis em dinheiro, mais uma série de dívidas que o vendedor possuía com seus credores. No total, a nova sede da Santa Casa custou 70:265\$008 réis. O nome do que ficou conhecido pelos baianos como Asilo dos Expostos, foi escolhido na reunião da Junta de 10 de janeiro:

*Ao novo asilo se dê o nome de Asilo de Nossa Senhora da Misericórdia e sobre proposta do Irmão Definidor Moncorves e Lima - que o seu fim será - crear educar os Expostos de um e outro sexo, até se dar a elles o destino, que for determinado em seu regimento, não podendo ser admitidos senão pela roda, e dos que existem até a idade de oito anos e sahi até doze, por deliberação da Mesa.*⁸⁷

Quando a propriedade passou para o nome da Santa Casa, foi construído um muro e duas pequenas casas em suas extremidades, uma para servir de casa da Roda dos Expostos e a outra para ser o local de repouso do feitor da instituição. Quando adquiriu a propriedade, a Santa Casa contava com 61 expostos sob seus cuidados, sendo 21 meninos e 40 meninas. Foram integrados ao Asilo as 26 meninas que já viviam no local sob a responsabilidade do Recolhimento São Vicente de Paula. Inicialmente, o Asilo contava com quatro salas de aula, refeitório, quarto de costura, banheiro, pátio arborizado, cozinha, secretaria, dormitórios e berços.⁸⁸

⁸⁶ Companhia das Irmãs de Caridade surgiu por volta do século XVII e se dedicou aos cuidados com os pobres e os doentes. A Santa Casa sinalizava a necessidade das Irmãs de Caridade desde o início da década de 1850. O Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Seixas, foi um dos principais entusiastas pela vinda desse grupo de mulheres que surgiu na França e que vieram para a Bahia apenas em 1857. Em campanha pela vinda dessas mulheres ao Brasil, na edição de 10 de junho de 1848, o *Noticiador Catholico* as descreveram como mulheres dotadas de “sublime” virtude que “Até a revolução na França as respeitou”. Cf. **O Noticiador Catholico**, Salvador, n. 3, 10 jun. 1848. A mudança também foi anunciada pela Assembleia Legislativa da Bahia. Cf. **Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o conselheiro e senador do império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860**, p. 33-34.

⁸⁷ ASCMBA. **Acta da Mesa da Junta**, 10 jan. 1862, p. 95. Termos da Junta n° 27.

⁸⁸ Ao longo das décadas, várias reformas foram feitas e um novo pavilhão foi criado aos fundos do prédio original, que passou a receber a sede da Provedoria.

Estefania cresceu em um contexto de transição do modelo de assistência em que a filantropia estava colocada como política de assistência infanto-juvenil no país.⁸⁹ Internamente, os elementos seculares e religiosos estavam em conflitos, que culminariam em uma mudança no perfil da administração interna. No Império, a caridade e a contenção das massas pobres através da formação para o trabalho, guiaram a forma como a infância desvalida foi encarada. Na República, o debate jurídico e médico-higienista foi marcada pela representatividade da reforma voltadas para “salvar” a infância brasileira a partir dos ideais de construção da nação.⁹⁰

Uma das possibilidades para compreendermos as mudanças e continuidades da concepção do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia é o seu Regulamento. O primeiro documento foi criado em 1863, um ano depois de sua inauguração. Suas regras eram divididas em 48 artigos, com uma preocupação em estabelecer sobretudo, os cuidados com a assistência inicial, o trabalho das amas e as possibilidades de desligamento dos expostos. O segundo código substituiu o primeiro muito tempo depois, em 1914. Ao longo de 28 artigos, cada etapa sobre o funcionamento era esclarecido de forma mais direta que o primeiro, com a exclusão de elementos religiosos e a inclusão de preocupações maiores em legislar as etapas de ensino dos expostos. No contexto da substituição da normativa, o país havia passado por intensas mudanças nas políticas de assistência, a abolição e a consolidação de um novo regime político. Apesar da rigidez que um regimento apresenta, que muitas vezes não são condizente com o próprio cotidiano, devemos entender que este tipo de documento é organizado de maneira planejada. Com isso, ao compará-los, podemos observar os princípios que nortearam à assistência à criança abandonada em diferentes contextos.

A divisão das atribuições na gerência do Asilo não mudou muito com o passar do tempo. O primeiro documento colocava o Mordomo dos Expostos como responsável por manter a “ordem e harmonia”, dando “força moral à Madre superiora”.⁹¹ Durante algumas décadas Antonio de Lacerda foi o mordomo do Asilo. Outros mordomos passaram pela instituição, com destaque para José de Sá, que seria homenageado com o nome da Escola Interna em 1919, por seus esforços nas reformas que dialogavam com

⁸⁹ PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro, IIN/EDUSU/Amais, 1995.

⁹⁰ RIZZINI; RIZZINI. 2004, p. 28.

⁹¹ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p. 5.

ideais higienistas.⁹² A irmã Lasnier exerceu o posto de Madre Superiora do Asilo até o seu falecimento em 1905. Sua morte foi noticiada com pesares no *Correio da Bahia*, na edição de quarta-feira, 22 de fevereiro.⁹³ Havia também a figura da porteira, as amas de leite internas, o feitor e a rodeira, que foi instalada na entrada do Asilo. Em 22 de dezembro de 1913, a *Gazeta de Notícias da Bahia* escreveu uma matéria sobre mudanças que ocorreram no Asilo e no Hospital Santa Izabel, ambos administrados pela Misericórdia. Sobre o Asilo, a nota diz: “consta que vão tomar a direção do Asilo dos Expostos no Campo da Pólvora as nossas patrícias educandas no mesmo asilo, isto é, expostas maiores chamadas Irmãs de S. José”.⁹⁴ A contratação das órfãs mais velhas não era a primeira opção da Misericórdia. Mesmo diante de mudanças a caminho da secularização, a Santa Casa tinha como prioridade a contratação de religiosas externas para os cargos deixados pelas Irmãs de Caridade. A as irmãs do Santíssimo Sacramento do Coração de Jesus não aceitaram o convite do Provedor. As Irmãs da Congregação das Filhas de Anna também haviam recusado o convite no mês anterior.⁹⁵ Posteriormente, a partir da década de 1920, as Irmãs da Congregação das Filhas de Santana assumiram o Asilo. Embora uma nova concepção sobre a própria infância tenha moldado a forma como a instituição se reorganizou, percebemos o esforço pela manutenção de alguns aspectos religiosos. Não queremos dizer que a religiosidade representaria algo que ficaria no século XIX, mas o avanço do movimento higienista fez diversos contrapontos ao modo como o Asilo era conduzido. Com o tempo, os médicos e enfermeiras ganharam mais espaço no Asilo. Um dos principais conflitos se deu na arena das concepções epistemológicas entre figuras religiosas e leigas, pois, enquanto estiveram na direção do Asilo, as Irmãs de Caridade barraram a tentativa do Provedor Theodoro Teixeira Gomes em contratar a “aluna mestra D. Maria Magdalena Landulpho”.⁹⁶ Uma professora diplomada foi contratada somente em 1913, um ano depois do desligamento das religiosas.

⁹² ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Isaías de Carvalho Santos (1º de janeiro de 1921 a 31 de dezembro de 1922)**, p. 79.

⁹³ FBN. **Correio da Bahia**. Salvador, quarta-feira, 22 fev. 1905. Typhografia e Redacção - Rua da Alfândega. Ano III, número 439, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721069/1063>. Acesso em: 20 jun. 2021. Nota de falecimento da Irmã Lasnier.

⁹⁴ **Gazeta de Notícias**, Salvador, n. 85, p. 1, 23 dez. 1913.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 2

⁹⁶ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Theodoro Teixeira Gomes (1913)**, p. 24.

O ritual para admitir um exposto não mudou muito entre um Regulamento e outro. Em ambos os documentos, a entrada só era permitida a partir da roda. Algumas exceções ocorreram, como as histórias de pai e filho que viveram sob a responsabilidade da Misericórdia. João Nepomuceno foi acolhido na Roda em 1841 – aquele mesmo que sobreviveu a catastrófica mortalidade mostrado nas páginas anteriores - muito antes da fundação do Asilo dos Expostos. Depois de retornar da casa do senhor Cajazeiras, a Santa Casa não tinha outra opção senão uma nova saída. Afinal, não havia condições e planejamento para manter os meninos do Asilo. A própria reclusão era naturalizada para as mulheres. Sua saída ocorreu em 1850 para aprender o ofício de funileiro com o mestre José de Arvellos Bottas.⁹⁷ Ao se desligar da Santa Casa, naturalmente, João sumiu dos registros da instituição. Na década seguinte, João retornou à seus antigos tutores para deixar o seu filho, que também se chamava João Nepomuceno, utilizando o Asilo como uma estratégia de abandono temporário. O menino foi enjeitado em idade já avançada e não deu entrada através da Roda dos Expostos, contrariando o Regulamento do Asilo dos Expostos. Ele permaneceu no local até 1876, momento em que completou a idade considerada produtiva, 12 anos.⁹⁸ Em 10 de março de 1876, foi assinado o *Termo de saída do menor João Nepomuceno*, dando alta definitiva que marcou o reencontro entre pai e filho. No documento, o pai assinala que vai ensinar ofício de maquinista para o filho, enquanto a Santa Casa se colocou na condição de fiscalizar o tratamento recebido pelo “menor”.⁹⁹

No dia 21 de maio de 1892, o *Jornal de Notícias* divulgou o a entrevista¹ do Provedor, Comendador Manoel de Souza Campos, sobre o abandono “em que foi encontrada uma criança estrangeira no saguão que dá entrada ao Hospital”, por três alunos da Faculdade de Medicina.¹⁰⁰ A menina foi registrada com o nome Eugêne Heuré Bolitt, o que sugere que havia um bilhete informando sobre seu batismo e o indício do nome como sendo estrangeiro. O registro da menina foi realizado no livro de Matrícula dos Expostos no dia 5 de março de 1894.¹⁰¹ Esta foi a data que sua mãe, Marie Bolitt

⁹⁷ ASCMBA. **Livro da Roda dos Expostos**. 1851, Est. H 1214, fl.1.

⁹⁸ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 43.

⁹⁹ ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 23.

¹⁰⁰ FBN. **Jornal de Notícias** (BA). Salvador, sábado, 21 mai. 1892. Ano XIII, n. 3748, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/784>. Acesso em: 15 jun. 2023.

¹⁰¹ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 147. O escrivão errou por diversas vezes ao registrar o sobrenome Bolitt, tendo usado “Bollit”, que pudemos constatar com a assinatura da mãe da menina.

compareceu ao Asilo para receber sua filha de volta. Marie afirmou ao Provedor que sua filha teria sido lançada à Roda do Asilo dos Expostos “por seu parente Auguste Pouguet”, contradizendo a informação do jornal. Marie apresentou documentos atestando que sua filha nasceu em Paris, em 1890; e que foi batizada na Basílica de Saint-Pierre de Moutrouge no dia 21 do mesmo ano. Para retirar a filha do Asilo, Marie pagou 200\$000 réis “em sinal do reconhecimento [e] pelos cuidados com a dita sua filha”.¹⁰² Não espanta saber que a Roda foi utilizada por pessoas de outros países, afinal, assim como a pobreza, as estratégias dos trabalhadores são internacionais.

Os registros detalhados do momento do ingresso das crianças foram mantidos de um regimento para outro, por representar, muitas vezes, a única forma de possibilitar um reencontro da criança com sua família. O novo regulamento trouxe uma proposta de adotar um colar que os órfãos deveriam usar junto ao pescoço, “com uma medalha, tendo numa das faces o número de matrículas e na outra a inscrição – Asilo dos Expostos”.¹⁰³ Parece que não passou de uma proposta porque não tive informações sobre este uso. Esta tentativa de “organização” através de placas ou medalhas não era algo inédito na Bahia.¹⁰⁴ O elemento da religiosidade atravessa todo o documento de 1863, sobretudo na preocupação com a salvação das almas dos recém-nascidos. Sempre que possível, a orientação era batizar a criança com o nome do “Santo do dia de sua exposição”.¹⁰⁵ Em 1914, já estava em curso o uso do registro civil. Embora o batismo não tenha sido abolido, o novo regimento não menciona a obrigatoriedade da realização da primeira comunhão para as órfãs.

No entanto, no dia 25 de julho de 1934, a Santa Casa inaugurou o “escritório de admissão”, que deveria funcionar em conjunto com a Roda. De acordo com Andrea Rodrigues, por trás da ideia de modernização, a modificação do sistema de admissão tornou a Roda inoperante, uma vez que este modelo restringiu o seu alcance social porque a clandestinidade do abandono ficava comprometido. O ingresso da criança na instituição passou a ser condicionada a uma série de informações dos pais, como causa do abandono, nomes e o registro de nascimento das crianças.¹⁰⁶

¹⁰² ASCMBA. **Livro 2º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1220, Estante H, 1893 a 1910, p. 9.

¹⁰³ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. 1914, p. 4.

¹⁰⁴ Ver: REIS, 2019.

¹⁰⁵ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p. 6.

¹⁰⁶ RODRIGUES, 2003, p. 120.

De acordo com o primeiro Regulamento do Asilo dos Expostos, as “expostas, logo que completarem a idade de dez anos, farão sua primeira comunhão, sendo convenientemente preparadas e instruídas”.¹⁰⁷ A primeira comunhão de Estefania no período previsto em regulamento. A órfã viveu tempo suficiente na instituição para conferir com seus próprios olhos o afastamento do grupo de religiosas que geriam o local e o crescimento da presença de médicos e advogados em uma crescente participação dos higienistas nos projetos de nação. O novo regulamento já não cobrava oficialmente as obrigações religiosas das expostas. Em todo o Império, as instituições de permanência para órfãos passaram a focar na formação feminina para o trabalho doméstico, através da máxima “útil a si e útil a pátria”, como forma de corrigir uma suposta degeneração. O casamento e a vocação religiosa também eram elementos que estes locais projetavam como ideais para a vida adultas de suas internas, sobretudo no século XIX, embora tenha perdido espaço. Esta decisão era algo que mais cedo ou mais tarde acompanharia os propósitos da recente República, fundada sob os princípios positivistas.

A forma como ambos os documentos previam a contratação das amas de leite denota o reforço de como essas trabalhadoras eram vistas, como um “mal necessário”.¹⁰⁸ Sua contratação deveria ocorrer “em número proporcionado às necessidades do estabelecimento”, assim como as amas externas.¹⁰⁹ Em tese, era necessário comprovar todas as informações, como local de residência, para que pudesse fiscalizar os cuidados com os expostos. O bebê só poderia ser entregue após o umbigo cicatrizar e o acordo deveria durar apenas um ano, podendo ser prolongado, o que na prática era o mais comum, diante da falta de espaço e condições pra manter estes expostos. Em seguida, muitos órfãos retornavam para o Asilo e mais uma vez eram entregues às “amas secas” ou criadeiras, como quem ficavam em média até os seis ou sete anos, A Santa Casa realizava um pagamento mensal para essas mulheres.

¹⁰⁷ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874. Ver o Artigo 34. CERQUEIRA, Alan Costa; VITORIA, Maihara Raianne Marques. "Um mal necessário?": as amas de leite e o discurso médico-higienista nas últimas décadas do século XIX. **Mundos do Trabalho**, v. 12, p. 1-16, 4 nov. 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e75213>. Acesso em: 22 jan. 2024. Ver também: MARCÍLIO, Maria Luiza. **Amas-de-Leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista**. Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: EDUSU, 1997. Sobre os desafios das mães e amas de leite, a relação entre a mulher negra, a maternidade e a escravidão, ver: TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888)**. São Paulo: Editora Unifesp, 2023.

¹⁰⁹ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p. 7.

Em um espaço de quase cinco décadas entre os documentos, algumas concepções como educação e as etapas da infância sofreram transformações que eram visíveis no país. Também é sintomática a forma como o vocabulário agregou ou reiterou novos termos em detrimento de outros. Enquanto as expressões ligadas à religiosidade desapareceram, as palavras de cunho sanitário aumentaram, como “vacina”, ou passaram a ser utilizadas, como o termo “higiene” e seus sinônimos.

A primeira fase do modelo educativo da escola do Asilo foi marcada pelas lições das Irmãs de Caridade, mas na última década do século XIX, surge a figura da professora diplomada. A terceira fase ultrapassa nossos horizontes e ocorre a partir do fechamento da Roda e de novas diretrizes em um contexto de regime político diferente. Na década de 1870, o ensino na Bahia avançava com a criação de escolas noturnas para adultos nas paróquias e a criação de escolas primárias.¹¹⁰ A Escola Interna do Asilo passou a receber os mesmos materiais dos colégios públicos, como a cartilha do Método Simultâneo e, posteriormente, o método de leitura João de Deus.¹¹¹ O Cônego D. Romualdo Seixas, antigo Provedor da Santa Casa, que estava no cargo de Diretor da Instrução Pública da Bahia, foi o responsável pela doação dos materiais escolares ao Asilo. O Método Simultâneo, que era um método multisseriado, foi o primeiro modelo de alfabetização usado na Escola Interna. Mantido no Asilo ao longo da República, o método João de Deus era baseado na “língua viva” que combinava elementos “conhecidos em palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem”.¹¹²

Sobre o novo modelo de assistência à criança órfã pode-se notar uma divisão da própria infância de forma mais detalhada:

“Art. 2.º A creche e o jardim de infância formarão uma seção mista, nos lugares em que já forneciam. Art. 2.º Desde sua admissão, até

¹¹⁰ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Barão de Guahy 1887-1891, referente aos anos 1888-1889**, fl. 46. CRL. **Relatório do Director Geral da Instrução Pública da Bahia do dia 26 de Janeiro de 1872**, fl. 13-14. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000250.html>. Acesso em: 31 de setembro de 2015.

¹¹¹ BNDP. DEUS, João de. **Cartilha maternal ou arte de leitura**: 1830-1896. Publicado pelo seu amigo Candido A. de Madureira, Abbade d’Arcozello com retrato do autor. 3a ed. Correcta e augmentada. Lisboa: Imp. Nacional, 1878. Disponível em: <http://purl.pt/145>. Acesso em: 31 de julho de 2015. CRL. **Relatório do Director Geral da Instrução Pública da Bahia do dia 26 de Janeiro de 1872**, fl. 36. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000272.html>. Acesso em: 31 de julho de 2015.

¹¹² As ideias pedagógicas devem ao Poeta João de Deus (1830-1896). O seu principal mentor foi João de Deus Ramos (1878-1856). Seu trabalho foi continuado por sua filha Maria da Luz de Deus Ramos Ponces de Carvalho (1916-1999); seu neto Antonio de Deus Ramos Ponces de Carvalho.

completar três anos de idade, as crianças receberão na creche todos os cuidados higiênicos e morais que exige a primeira idade.

§ 1.º De 3 a 5 anos de idade, serão educadas no jardim de infância, onde por meio de exercícios regulares do corpo e dos sentidos, lições das coisas, recreios e jogos infantis ao ar livre, se faça a educação física das crianças e se lhes prepare o espírito para a instrução na Escola Elementar.

§ 2.º Até dez ou doze anos de idade, conforme o desenvolvimento físico e intelectual que apresentarem, os asilados cursarão a escola primária, passando depois para os cursos práticos de técnica profissional.¹¹³

Em 1914, o regimento descrevia nos primeiros capítulos a separação das alas masculinas e femininas, além de destacar uma nova percepção sobre a infância, com recortes de idades mais precisos e níveis de ensino. Percebe-se que existe uma nova racionalidade na separação das etapas da infância em relação aquilo que a criança deveria aprender. Não podemos nos esquecer que o documento é muito mais o compilado de ideias que estavam em curso, que necessariamente uma prova de que as coisas ocorreriam de tal maneira.

Para o ensino primário, foi estipulado um calendário letivo que iniciava em 2 de fevereiro e terminava no dia 30 de novembro. As aulas deveriam durar das 9 às 14. O curso passou a ser composto por diferentes matérias:

- a) leitura, escrita e caligrafia;*
- b) ensino prático da língua nacional e gramática;*
- c) aritmética até a regra de três; sistema de pesos e medidas; sistema métrico decimal; sistema monetário brasileiro e dos principais países;*
- d) instrução moral, religiosa e cívica, cantos patrióticos;*
- e) ginásticas, exercícios físicos;*
- f) trabalhos manuais;¹¹⁴*

Os itens de leitura, escrita e caligrafia, além da gramática e aritmética já faziam parte das disciplinas ensinadas na Escola do Asilo. A instrução moral, religiosa e cívica, e os cantos patrióticos são um resumo de como as ideias que estavam por trás da República se desenrolaram na educação. A ginástica e os exercícios físicos também são lidos como incorporações do avanço higienista. Estefania estudou na escola interna para

¹¹³ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. 1914, pp. 3-4.

¹¹⁴ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. 1914, p.6-7.

meninas com o método Simultâneo que se manteve na passagem para a República. A exposta também participava das oficinas rotativas de confecção de flores e costura, até encontrar aquela área que possuía mais aptidão. O serviço doméstico era encarado como parte da formação feminina como forma de habilitá-las para passar a vida “como o resultado do honesto trabalho”. Este trabalho deveria ser realizado no próprio Asilo ou em outros estabelecimentos da Santa Casa.

Ainda que a Santa Casa tivesse aceitado em sua escola estudantes pobres que não eram órfãos, em 21 de fevereiro de 1901 foi criada a sua Escola Elementar Mista no intuito de acolher crianças pobres e filhos de irmãos que não podiam pagar pelo ensino. A Escola funcionou na ala esquerda da Repartição Central. O modo como o ensino foi proposto apontava para uma rígida demarcação dos papéis sociais de gênero em vários estágios do cotidiano escolar. Havia uma grade comum para meninos e meninas e uma grade sexualmente diversificada. De acordo com o Regulamento da Escola, meninos e meninas deveriam se sentar em “duas divisões correlativas, havendo porta de saída e de entrada para cada sexo”.¹¹⁵ No Primeiro Curso, os meninos aprendiam dobraduras, recorte e cartonagem, enquanto as meninas lidavam com crochê, ponto e marca. A segunda etapa dos meninos era a continuidade em outro estágio de desenvolvimento, enquanto as meninas trabalhavam com tecido e bordado. O Terceiro Curso dos meninos se dava a partir da prática de todas as matérias, enquanto as meninas tinham contato com a confecção de fantasias e aulas de corte e costura.¹¹⁶ Iniciada a etapa profissional o abismo era ainda mais profundo, condicionando as mulheres ao trabalho doméstico. Portanto, o sistema social que o Asilo reproduzia desde as distribuições de tarefas de seus funcionários, até a organização do ensino e das tarefas dos expostos representaram o modo simbólico e prática de como as relações de gênero eram produzidas e reproduzidas. Sendo assim, as relações de gênero, somadas a outras categorias, como veremos, ajudaram a construir o sentido da experiência dos expostos, especialmente na divisão social interna que tendia a replicar o mundo do trabalho.¹¹⁷

¹¹⁵ ASCMBA. **Regimento Interno da Escola Elementar da Instrução Primária da Santa Casa da Misericórdia da Capital da Bahia**. Bahia: Imprensa Popular, 1904, p. 2.

¹¹⁶ SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. **Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa (1862 – 1934)**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, p. 64.

¹¹⁷ SCOTT, 1995, p. 87.

Em relação ao ensino profissional, o Regulamento de 1914 era bastante objetivo e de “caráter especialmente prático”. A ideia era fornecer instrução técnica “necessária para encontrar trabalho remunerado”. As oficinas seriam instaladas a medida que fosse reconhecida “a necessidade e conveniência de cada uma delas”.¹¹⁸ Foi definido o que deveria ser o ensino profissional para homens e mulheres. Os órfãos do sexo masculino teriam disponíveis oito tipos de cursos: diferentes tipos de pinturas, como letreiro e afresco; marcenaria; sapataria; tornearia; tipografia; brochura e encadernação; música e canto; datilografia e jardinagem e horticultura. O discurso sobre a criação destas oficinas existia há tempos. No Relatório de 1888, o Mordomo Arnaldo Lopes da Silva Lima escreveu sobre a necessidade de construir “ao lado da capela, um cômodo de dois pavimentos onde no primeiro andar fosse acomodados os expostos que forem atingindo a idade de 12 anos, com a pessoa encarregada de os dirigir [...] com um regulamento especial”. No pavimento térreo seria instalada as oficinas de carpintaria ou marcenaria. Também foi sugerida oficinas de alfaiataria, música, sapataria e “uma seção de pedreiro”, para aproveitar os órfãos do Asilo como mão de obra nos outros prédios pertencentes à Santa Casa.¹¹⁹ A proposta de um regulamento especial era uma prova de que o Regulamento de 1863 foi pensado quase que exclusivamente para acolher meninas. Uma década após a criação do novo regulamento, a assertiva reflexão do Mordomo Arthur Newton de Lemos, se fez tônica assistencial aos meninos no Asilo dos Expostos: “Confesso a Casa da Santa Misericórdia nada tem feito pelo sexo masculino e, certo, não o fará, mesmo em futuro remoto, se para tanto houver de contar exclusivamente com as rendas do seu patrimônio”.¹²⁰

Os cursos profissionais para o sexo feminino apresentavam alguma novidade em relação ao serviço doméstico, como veremos a seguir:

A) serviço doméstico, asseio e arranjo da casa, trabalho de cozinha, lavar e engomar;

B) costura à mão e à máquina, cortes e confecções de roupas, especialmente de crianças e senhoras;

C) bordados de renda à mão e à máquina;

¹¹⁸ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. 1914, p. 7.

¹¹⁹ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Barão de Guahy (26 de abril de 1887 a 1 de julho de 1891)**, p. 46.

¹²⁰ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Isaías de Carvalho Santos (1º de janeiro de 1923 a 31 de dezembro de 1924)**, p. 52.

- D) *fabrico de flores e suas aplicações;*
- E) *preparo e ornamentação de chapéus;*
- F) *desenho e pintura em setim;*
- G) *música e canto;*
- H) *datilografia;*¹²¹

As turmas de trabalho eram divididas de 8 a 10 órfãs que revezavam o serviço da casa, como cozinhar, lavar e engomar, para que todas aprendessem o serviço. No curso, elas aprenderiam a trabalhar em “fogão aquecido a carvão ou a gás”, contar e preparar refeição para o número adequado de convidados. Era praticado o preparo de “café, chá, chocolates, sopas, molhos, cozidos, assados, legumes, saladas, pastéis, pudins [...]”.¹²² Havia a promessa de contratar cozinheiros para ensinar o preparo de “culinárias especiais”, como “iguarias” e doces finos, para aquelas que demonstrassem aptidão. Na seção de serviços domésticos as órfãs aprenderiam a limpar taças, porcelanas e metais, escolher os objetos e pôr a mesa.

O trabalho de lavar e engomar era iniciado com cada educanda cuidando da própria roupa. A parte de costura era diversificada, começando pelo trabalho com remendos e passando pela costura de roupas de senhoras e crianças de até 7 anos. Havia a confecção de enxovais de noivas, camisas de homens, pijamas, blusas e vestidos. Na ala de confecção de flores eram feitas folhagens, arranjos, coroas, grinaldas, e cestas para ornamentação de salões, festas, igrejas e capelas. Os chapéus produzidos pelas órfãs eram destinados a senhoras e meninas. Inicialmente, as alas eram rotativas até a exposta se fixar em uma ala a aperfeiçoar suas aptidões, “a juízo dos mestres e da Superiora”. Exceto o curso de datilografia, todas as demais oficinas já existiam há décadas no Asilo. O novo documento manteve o compromisso do Regulamento anterior de realizar uma exposição dos trabalhos feitos nas diversas oficinas e que poderiam ser vendidos aos visitantes no dia 8 de setembro de cada ano.¹²³ Os preços seriam fixados pelos mestres e 20% das vendas seriam destinadas as órfãs e “depositadas na Caixa Econômica, numa caderneta em nome das mesmas, pela Provedoria”. A novidade era que no lugar de prêmios distribuídos para as expostas que tivessem realizados os melhores trabalhos, haveria uma

¹²¹ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. 1914, p. 8.

¹²² *Ibidem*, p. 9.

¹²³ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p.16

recompensa monetária e uma associação capitalista direta entre trabalho, produção e remuneração.

Em todo o período de existência do Asilo, houve uma corrida contra o tempo para encaminhar os meninos ao mundo do trabalho, no momento em que retornavam da criação externa. A Misericórdia se queixava de não existir espaço adequado para prolongar a permanência dos meninos. Alguns expostos saíram para aprender ofícios com os mestres que faziam requerimento junto a Mesa Administrativa. Em 1914, a professora Amélia Rodrigues escreveu relatório para o Provedor, que informava sobre a seção de “meninos crescidos”, isto é, uma ala com 25 expostos “de 6 a 14 anos dos quais alguns anormais e incapazes de qualquer proveito intelectual”. Neste espaço funcionava uma sapataria pouco equipada e mal apropriada.¹²⁴ Existiam outras formas de desligamento sugeridas no primeiro Regulamento, como “dá-los para a companhia dos aprendizes menores dos Arsenais de Guerra da Marinha” ou “dá-los as fábricas estabelecidas na Província”. O Colégio de Órfãos de São Joaquim, que era um local com uma variedade de formação para o trabalho, por algum tempo foi um destino acessível aos órfãos da Misericórdia. No Relatório da Provedoria de 1917 a 1919, em um ofício enviado ao Colégio de Órfãos de São Joaquim, o Provedor da Misericórdia, Isaias de Carvalho Santos escreveu sobre este problema histórico que era a dificuldade em manter órfãos do sexo masculino:

A Santa Casa de Misericórdia, com o pensamento de aparelhar os menores expostos do sexo masculino para serem, de futuro úteis a si próprios e à sociedade, encontra-se atualmente na impossibilidade de tentar qualquer empreendimento conducente àquele fim, porque não só a sua situação financeira não lhe permite despesas extraordinárias, como ainda no momento será materialmente impossível cogitar de qualquer instalação para o ensino profissional que dependa de maquinismos a importar do estrangeiro. Até aqui ali, só podem ser mantidas as expostas as quais permanecem, querendo mesmo depois de chegadas à maioridade; os expostos do sexo masculino, justamente por essa falta de adaptação do estabelecimento a permanência deles, saem logo que chegados a puberdade, por conveniência da disciplina e da ordem interna. O antigo Regulamento, como o atual prevenindo e procurando remediar o mal decorrente da saída dos menores do referido sexo, desaparelhados de elementos para a luta pela vida, dispunha que a Mesa poderia contratar o ensino técnico ou profissional

¹²⁴ ASCMB. Relatório apresentado pela superiora do Asilo, Amélia Rodrigues, ao provedor da Santa Casa, no ano de 1914. In: **Relatório dos principais acontecimentos da Santa Casa da Misericórdia da Capital do Estado da Bahia**, 1914.

*dos educandos do sexo masculino com qualquer estabelecimento que possua oficinas devidamente aparelhadas e ofereçam garantias do ponto de vista da instrução e da educação física e moral.*¹²⁵

Os problemas financeiros, a “falta de adaptação” e a “conveniência da disciplina e da ordem interna” foram identificados pelo então Provedor como os problemas na assistência aos meninos. Os dois primeiros argumentos fazem parte da justificativa financeira, enquanto os problemas da conveniência é muito mais uma questão de projeto de amparo feminino como parecia ser desejado pelas Irmãs de Caridade, responsáveis pela “ordem interna”. A tendência à feminização das instituições de caridade guarda relações com o que a historiografia identificou como “pobreza feminina”. A falta de qualificação, os salários mais baixos e os elementos externos, como velhice, doenças, alterações demográficas e flutuações econômicas, contribuía para a pauperização feminina. O entendimento sobre pobreza masculina era diferente e estaria ligada a momentos de crise.¹²⁶

Outra possibilidade destacada no Regulamento era a criação de Escolas Agrícolas para futuramente admitir seus expostos. De acordo com o Regulamento de 1863, para alugar um órfão do sexo masculino era exigido quatro pontos: pagar doze mil réis por mês – o que nem sempre ocorreu; não manter o órfão fora da cidade e apresentá-lo quando exigido; “alimentá-los, vesti-lo e ensinar-lhe o ofício”; entregar o órfão ao fim de cinco anos.¹²⁷

A documentação policial observada por Claulfield demonstra a subjetividade para com a população negra, sobretudo para os “pardos”, que variava conforme a posição que estavam nos processos.¹²⁸ A documentação dos expostos se deu aos moldes das observações da autora, em que os órfãos eram identificados racialmente em momentos-chaves, como o enegrecimento em episódios de punição.

¹²⁵ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Isaias de Carvalho Santos (1919)**, p. 87-88.

¹²⁶ GANDELMAN, Luciana Mendes. **Mulheres para um império: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto- século XVIII)**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005, pp. 57-60.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 12.

¹²⁸ CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, pp. 281-282.

A partir de uma política racial velada, como se caracterizou o nosso país, os órfãos negros foram em massa encaminhados para o serviço doméstico. Embora o conceito de serviço doméstico fosse mais amplo que o entendimento atual, a cor definiu o ofício no Asilo dos Expostos. A lógica percebida na farta documentação era reservar o espaço doméstico para àqueles que não eram brancos. Suas fichas muitas vezes continham registros de “mau comportamento”, seguida de envios para a o Chefe de Polícia ou a Marinha como uma espécie de punição. A lista iniciada pelo garotos como Fiel de Mattos, classificado inicialmente de forma inconclusa “pardo é o que parece ser”, contou com outros órfãos como Bonifácio de Mattos, “cabra, de 13 para 14 anos”, Januário de Mattos e Agostinho de Mattos, “cabra”. Os exemplos foram muitos e as trajetórias semelhantes.¹²⁹ Devemos ter em mente que este tipo de documento nunca trará o motivo pelo qual o órfã passou a desenvolver o suposto “comportamento incorrigível”. O serviço doméstico exercido pelos órfãos do sexo masculino atravessa o suposto comportamento inadequado, pois, os alugueis foram usados como forma de punição ao mesmo tempo que motivaram os comportamentos considerados impróprios pelos administradores. Sem dúvidas, os responsáveis por punir os órfãos eram guiados por concepções raciais da época e o que foi escrito como “mau comportamento”, associado as fugas, foi, de fato, reações possíveis.

Há, pelo menos, duas análises prováveis para estes casos: a “força da escravidão” e os “papéis sociais de gênero”. No primeiro ponto, uma suposta indisciplina poderia estar ligada ao fato de apesar de serem legalmente livres, suas experiências no trabalho teriam a mesma precariedade daqueles livres e libertos, pretos e pardos que não eram considerados cidadãos.¹³⁰ O segmento do mercado de trabalho em que estes expostos foram colocados eram sexualmente segregado, assim como a educação, o regime político e tudo o mais que fazia parte de suas vidas.¹³¹ O entendimento do trabalho doméstico era mais amplo que o atual e funções que ao longo dos tempos foram encaradas como masculinas faziam parte deste universo, como copeiro e jardineiro. No entanto, a maioria

¹²⁹ Ver: ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 3, 10, 76, 82, 89 113; ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 53, 58, 76, 77, 79, 83. Para ver mais sobre a relação entre raça e serviço doméstico dos órfãos do Asilo dos Expostos, ver: CERQUEIRA, 2016a, pp. 56-61.

¹³⁰ Ver: CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹³¹ SCOTT, 1995, p. 87.

dos relatos de rebeldia ocorreram nos períodos em que estes meninos estavam alugados como trabalhadores domésticos, o que sugere uma reação a própria percepção de “naturalização” do espaço de trabalho doméstico como ambiente feminino.

Sabemos que um modelo de gestão não se concretiza da noite para o dia. Portanto, os ruídos entre o modelo de assistência caritativo cristalizada nas figuras das Irmãs de Caridade e as decisões seculares que se agruparam no Regulamento de 1914, ocorreram ao longo das décadas. Na sessão da Junta de 14 de dezembro de 1898, o Provedor Manuel de Souza Campos apresentou a proposta da criação da escola mista com professores diplomados. Até então, o ensino era gerido pelas religiosas do Asilo. A Irmã Lasnier se manifestou contrária a mudança. Além do temor da perda da autoridade, existia o receio de uma forma de ensino secular e científica. Até aquele momento, as irmãs de caridade eram responsáveis pela organização interna, como lecionar para os expostos, organizar a folha de ponto das amas e a rotina religiosa das meninas e colocar os expostos para realizar os trabalhos internos de acordo com sexo e idade. Com a morte da Irmã Lasnier, a Irmã Lecomte assumiu com uma série de conflitos e divergências, que era muito mais um choque de modelo de assistência que uma dificuldade da figura da nova Irmã Superiora. No Relatório da Provedora de 1912, Theodoro Teixeira Gomes relatou as divergências na administração do Asilo, como a baixa qualidade do ensino. As Irmãs de Caridade alegaram que a contratação de uma professora diplomada contrariava uma cláusula de seu contrato. Em resposta, o Provedor Teixeira Gomes escreveu: “[...] também não vejo em que a nomeação de uma professora diplomada para o Asilo dos Expostos contrarie as cláusulas de nosso contrato”.¹³² Ainda no Relatório, o Provedor escreveu:

*“[...] as asiladas pouco ou nada sabem fazer, pois procuravam as irmãs educa-las mais para freiras que para futura mães de família e a prova é que saíram para se casarem ou para se empregarem em qualquer mister sem nada saberem, nem mesmo cozinhar [...]”*¹³³

¹³² ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Theodoro Teixeira Gomes (1913)**, p. 38.

¹³³ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Theodoro Teixeira Gomes (1912)**, p. 31.

A Provedoria culpava a gestão das Irmãs de Caridade por excessos com as tarefas religiosas em detrimento da capacitação para o trabalho, apesar de terem como uma das principais finalidades o domínio destes serviços.

Ainda sobre esta transição, no campo da saúde era consenso dos médicos uma espécie de batalha pela infância, como podemos observar ao longo de décadas de publicações da *Gazeta Médica da Bahia*.¹³⁴ De acordo com o Regulamento de 1863, a presença de médicos no Asilo era facultativa. As preocupações médicas já existiam na fundação do Asilo, como podemos atestar no artigo 14: “As crianças serão vacinadas, assim que tiverem dez meses de idade: se a inoculação não tiver produzido efeito, será repetida de dois em dois meses”. Na virada do século, vários profissionais de saúde trabalharam no Asilo, nas mais diferentes especialidades, como médico clínico e dentista.

O Asilo dos Expostos tinham como premissa encaminhar seus órfãos para o mundo do trabalho. Em tese, os meninos possuíam mais opções, uma vez que existia uma visão muito restrita sobre o trabalho feminino. Havia uma promessa nunca concretizada de criar novos pavimentos para estender a estadia dos meninos como aprendizes em oficinas internas. Quando retornavam da criação externa que durava até os seis anos, os meninos deveriam cumprir o seguinte itinerário:

*Art. 29. Uma vez completada a idade acima, e recolhido os expostos ao Asilo, se lhes dará instrução primária; depois da qual o Mordomo procurará um mestre de qualquer ofício, hábil, de boa conduta, que queira receber qualquer dos rapazes nas condições seguintes [...].*¹³⁵

Por norma da instituição, o desligamento deveria ocorrer quando a exposta completasse a maioridade. Amélia Julia de Mattos foi uma das exceções entre as mulheres que prolongaram sua estadia no Asilo dos Expostos. A “parda escura”, permaneceu ligada à Santa Casa até os 32 anos. Consta em seus registros um aluguel na casa do 1º Tenente Antonio Ferreira Garcia de Andrade e outro na casa de José Rodrigues de Souza no dia 26 de outubro de 1886. No dia 13 de setembro de 1892, o Hospital de Caridade da Santa Casa contratou Amélia. Somente em 1897, Amélia deixou o Asilo Nossa Senhora

¹³⁴ A GBAHIA, ou *Gazeta Médica da Bahia*, publicou regularmente entre 1866 a 1934. Sem dúvidas, a infância ocupou grande parte dos temas discutidos nos jornais, fossem a partir dos cuidados com os bebês e crianças ou em temas relativos a alimentação ou, por exemplo, a busca pela regulamentação das amas de leite.

¹³⁵ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p.11.

da Misericórdia para se casar com Manoel Barbosa dos Santos, homem simples que não sabia ler nem escrever.¹³⁶ Estefania também teve uma vida ligada à Santa Casa por décadas, sem registro algum de saída para trabalhar. Mesmo que alongado o tempo de permanência, as colegas de infortúnio diferiram no quesito locação de serviços domésticos.

1.3 Estefania e Basília no Asilo dos Expostos

Encontrei uma trajetória muito semelhante a de Estefania. Tratava-se de Basília de Mattos, um ano mais velha que sua colega. Poucos foram os registros e nenhum deles contava com aluguéis para servirem fora do Asilo como domésticas. Basília e Estefania conviveram juntas por muitas décadas. As expostas foram amamentadas por amas de leite internas, partilharam da mesma educação, possivelmente na mesma turma. Elas também circularam pelas oficinas e partilharam o árduo serviço dos cuidados do Asilo. É difícil imaginar que não tenha surgido uma amizade desta relação. Mesmo após completarem a maioria se tornando juridicamente capazes, permaneceram no local.

Depois de um longo hiato de informações sobre Estefania, sem informações sobre locação ou desligamento, a interpretação mais consistente é que ela tenha vivido e trabalhado diariamente nas tarefas domésticas e nos cuidados com os órfãos mais jovens em uma condição muito dúbia entre funcionária e interna. Não me espanta que o seu contrato de trabalho foi firmado com o próprio Asilo dos Expostos. O que me chama atenção é o fato deste documento ser datado de 1º de novembro 1939. No acordo, sua função era de costureira, recebendo salário de 45\$000 réis. Basília foi admitida no mesmo dia que Estefania para executar uma dupla tarefa como costureira e bordadeira, recebendo o mesmo valor que sua colega.¹³⁷ Basília indicou como beneficiária sua afilhada Maria Hayjós dos Santos, enquanto que Estefania não possuía qualquer indicação do tipo.

¹³⁶ ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 87; ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 119.

¹³⁷ ASCMBA. **Registro dos Empregados do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1929-1942)**.

Figura 3 – Fotografia do registro profissional de Basília de Mattos (1939)



Fonte: ASCMBA. Registro dos Empregados do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1929-1942)

De acordo com o Decreto Lei Nº 2.162, DE 1º DE MAIO DE 1940, ficou estabelecido o salário mínimo, na Bahia, no valor de 150\$000 réis, mais de três vezes maior que o vencimento da costureira.¹³⁸ Para termos uma noção de escala salarial, a título de comparação, as professoras primárias do Asilo, Luiza Barros e Cecília Mendonça Bricídia recebiam, cada uma, 240\$000 réis por mês, pouco mais de cinco vezes o salário de uma costureira. Curiosamente, a enfermeira que residia no Asilo, Antonina Mattos recebia o mesmo salário de Basília e Estefania.

Figura 4 – Fotografia do registro profissional de Estefania de Mattos (1939)



Fonte: ASCMBA. Registro dos Empregados do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1929-1942)

¹³⁸ BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil de 31 de dezembro de 1940**. vol. 003, p. 77, col. 1. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/526936/publicacao/15709263>. Acesso em 27 ago. 2021.

Assim como sua colega Basília, Estefania também gozou de férias apenas uma vez, no mesmo ano. No início de 1943, ambas as expostas deixaram o asilo “voluntariamente”. A primeira saiu em janeiro, enquanto que a segunda deixou a instituição em 1 de fevereiro. Embora nunca saibamos, não é improvável que as duas mulheres que cresceram juntas e trabalharam no local onde viveram, tenham mantido uma relação de solidariedade, se apoiando enquanto negociavam trabalhos na única região que conheciam – as vielas e ruas próximas ao Asilo.

Reencontrei o paradeiro de Estefania dois anos depois de deixar o Asilo. De acordo com a sua guia óbito, a exposta faleceu aos 51 anos. Na guia emitida pela oficial do Registro Civil do Distrito de Santana (Nazaré), Maria da Glória Bonfim, atestou que o falecimento ocorreu às 01:00hs do dia 23 de janeiro de 1945. O óbito aconteceu em sua residência, na Rua Joana Angélica, n.29, que fica localizada a poucos metros da Santa Casa de Misericórdia. O motivo foi descrito como “hemorragias uterinas”.¹³⁹ O sepultamento ocorreu no cemitério Campo Santo por ordem da Provedora. Outras informações afirmam que a exposta era solteira e de cor “preta”, uma mudança em relação a cor que foi registrada quando criança.¹⁴⁰ Perdi o rastro de Basília por quase duas décadas. Nesse meio tempo, é possível que tenha vivido do árduo trabalho de lavar roupa de ganho e costurar até perder as forças. Reencontrei os passos de Basília somente na sua guia de óbito. A ex-exposta morreu na noite do dia 7 de julho de 1963, às 20 horas e 15 minutos. Na época, ela tinha 66 anos e a causa da morte foi por “moléstia” de caquexia, no Hospital Santa Isabel.¹⁴¹ Na guia de óbito, Basília é descrita como uma mulher de cor parda, solteira e “profissão doméstica”. Sua última residência foi o Lar Franciscano Asilo

¹³⁹ Em sua matrícula do Asilo dos Expostos, é descrito que Estefania faleceu em decorrência de diabetes. As causas deste tipo de hemorragia são muitas, como as de natureza sistêmica (sepses graves, insuficiência renal ou hepática, púrpura trombocitopenica, leucemia, entre outros) e as de natureza ginecológica (doença do aparelho genital feminino). Ver: ASCMBA. Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Santana. **Guia de Óbito de Estefania de Mattos**. Salvador, 8 de julho de 1963.

Ver: ASCMBA. Registro Civil de Pessoas Naturais do Sub-Distrito de Nazaré. **Guia de Óbito de Basília de Mattos**. Salvador, 23 de janeiro de 1945.

¹⁴⁰ Conforme assinalado anteriormente, as diferentes formas de registrar a cor das pessoas até o século XIX, diminuíram ao longo do século XX. Como podemos ver, Estefania foi de “cabra” à “preta”.

¹⁴¹ Caquexia é a perda de adiposo e músculo ósseo e costuma ser sinal de algumas doenças em alguns tipos de câncer, como o pancreático e gástrico. A caquexia também aparece em doença pulmonar obstrutiva crônica, insuficiência cardíaca.

Santa Isabel, que fica localizado no bairro da Saúde.¹⁴² O nome do declarante que ficou responsável por assinar a guia de óbito foi Máximo P. Correia.

Com a saída das Irmãs de Caridade, o Asilo passou a aproveitar a força de trabalho de algumas expostas. O Provedor Theodoro Teixeira Gomes escreveu em relatório de 1911 a 1914, que tomou esta medida motivado pela urgência “para que o Asilo não fosse prejudicado”.¹⁴³ Assim, Maria José de Mattos foi aproveitada como ajudante da Superiora do Asilo, “dona” Amélia Rodrigues. Maria Júlia de Mattos, outra exposta, foi contratada como “dispenseira”. O provedor não confiava na formação das expostas que ele próprio era responsável por organizar. Afirmando isto, não apenas por conta da excepcionalidade do aproveitamento de internas em decorrência da saída das Irmãs de Caridade do Asilo. Sua própria percepção sobre estas meninas não inspira qualquer otimismo no que estas órfãs viriam a se tornar na vida adulta.¹⁴⁴

Por fim, é preciso tecer algumas considerações sobre o processo de transição das políticas do Asilo dos Expostos. Em 1912, a chegada de uma professora diplomada para o Asilo dos Expostos significou um quebra do modelo educacional da instituição. O ano de 1913 também é simbólico no fechamento de um ciclo no Asilo dos Expostos com as saídas da Irmã Lecomte e suas imediatas. Com isso, podemos observar que o Regulamento dos Expostos aprovado na Junta de 25 de março de 1914, foi apenas uma forma tardia de oficializar o novo modelo de assistência que estava em curso no cotidiano do Asilo. É importante observar o perfil da nova superiora, pois tratava-se da professora Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues, uma intelectual e poetisa, que possuía contribuições em jornais de vocação religiosa.¹⁴⁵ Outro ponto de desgaste era uma suposta oposição das religiosas a implantação de oficinas para prolongar o tempo que os meninos permaneciam na instituição. Não concordo plenamente com este último ponto, uma vez que o principal argumento dos gestores da Santa Casa era de que não havia recursos financeiros próprios o suficiente para colocar este plano em curso. Em 1914, havia apenas uma pequena oficina com um mestre sapateiro, muito distante dos discursos que era

¹⁴² Inaugurado em 1860, o Lar Franciscano foi construído inicialmente para acolher os membros idosos da Ordem Terceira de São Francisco, com o tempo, passando a aceitar pessoas de fora.

¹⁴³ ASCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Theodoro Teixeira Gomes (1911 a 1914)**, p. 33.

¹⁴⁴ Ver as considerações finais desta tese.

¹⁴⁵ Nascida em Santo Amaro-Ba, em 26 de 1861, Amélia contribuiu com os jornais *O Mensageiro da Fé*, *A Paladina* e *A Voz*. O município baiano de Amélia Rodrigues, criado em 1961, recebeu o nome em homenagem à educadora Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues, nascida na localidade.

implementar oficinas com maquinário, contratar mestres de ofício e fornecer ofícios considerados mais modernos como aqueles que a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim ofereciam.¹⁴⁶

As meninas acolhidas tinham quase que a certeza de experimentar o trabalho doméstico, mesmo que fossem brancas. Este “mundo do trabalho” na cidade de Salvador era amplo, sexualmente fragmentado e racialmente estabelecido. As expostas adentraram a este universo em uma condição muito peculiar de liberdade, com arranjos de contratos de serviço e proteção em um cenário mais amplo de crise da força de trabalho escravo, tentativas de regulamentação e coerção das domésticas. O Asilo lidou com os expostos de ambos os sexos a partir de uma política oficial que considerou, antes de tudo, o lugar destes sujeitos na sociedade – através da noção de classe. A forma como a instituição pensou os lugares sociais, como regras, obrigações religiosas, destinos possíveis, ofícios a serem dominados, dote e casamento, são importantes para pensarmos os objetivos, muitas vezes conflituosos, daqueles que conduziram o Asilo. Desde o espaço físico condizendo ou não com a manutenção de meninos e meninas institucionalizadas até a maneira como o Asilo se “especializou” em acolher meninas, é parte da sintomática de como aquela sociedade estava organizada. Além disso, a forma como a instituição atuou deliberadamente como uma espécie de política extraoficial para direcionar os meninos para o mercado de trabalho através do quesito racial apenas reforça esta espécie de “antologia triangular” de raça, classe e gênero mergulhada em uma forma moderna de dominação social.¹⁴⁷ As contradições que animam as relações subordinadas e o que elas evidenciam, poderão ser observadas nos próximos capítulos.

¹⁴⁶ A Casa Pia oferecia diversos ofícios, entre eles estavam aqueles considerados mais modernos, como relojoeiro, boticário e farmacêutico. Ver: MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. **Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim**: de recolhido a assalariado. 1996. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996.

¹⁴⁷ MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010, p. 76.

CAPÍTULO 2. REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO DOMÉSTICO E OS TERMOS DE LOCAÇÃO E SERVIÇO DOS EXPOSTOS

Termo de Locação e Serviço dos Expostos

[...] – e disse estava pronto e contratado a receber como receberá do 1º de Abril em diante as expostas acima ditas em sua casa, utilizando-se dos seus serviços (exceto externos, isto é – exceto os serviços vulgarmente chamados de rua, nos quais não poderá empregá-las) [...].¹⁴⁸

No dia 17 de março de 1870, A Santa Casa de Misericórdia da Bahia alugou as irmãs Margarida Angelica de Mattos, de 19 anos, e Angelica Maria de Mattos, 17 anos, como domésticas na casa de Antonio Vicente da Costa. As irmãs foram descritas no contrato como brancas, estatura regular, cabelos castanhos e rosto redondo.¹⁴⁹ Mesmo que fossem juridicamente “livres”, a tutela as obrigava a se submeter ao contrato de trabalho, por serem menores de 21 anos.¹⁵⁰ Apesar da existência da legislação dos órfãos, a Santa Casa ocasionalmente seguia seu próprio código.¹⁵¹ O documento assinado por Margarida e Angelica, “Termo de contrato de locação e serviços dos expostos”, era composto por muitas cláusulas - sobre salários, responsabilidades legais com alimentação, vestuário e despesas médicas, assim como limites das partes envolvidas e dispositivos morais. A fonte em destaque é um trecho do contrato das irmãs e apresenta uma condição fundamental – “exceto serviço de rua” - em que a posição de classe das trabalhadoras é atravessada por relações de gênero que limitavam e estabeleciam o perfil das tarefas laborais exercidas pelas órfãs no mercado de trabalho.¹⁵² A legislação sobre os órfãos que vigorava no Brasil tratava de maneira ampla a relação de trabalho dos deles.

¹⁴⁸ ASCMBA. **Termos de Locação de Serviço de Expostos - 1870**, Nº 1218, Est. H, p. 1. (*Grifo do original*).

¹⁴⁹ A palavra “menor” se refere à menoridade civil afixada até os 21 anos de idade. Ver: BRASIL. **Decreto de 31 de outubro de 1831**, p. 177.

¹⁵⁰ Muitas órfãs permaneceram no Asilo dos Expostos mesmo depois de completarem a maioridade. Elas eram submetidas ao mesmo regime de locação das demais expostas.

¹⁵¹ A legislação própria para os expostos da Santa Casa era decidida em ata da Mesa administrativa e vigorava no Regulamento do Asilo dos Expostos e nos termos de locação e serviço dos expostos.

¹⁵² A idealização sobre os valores morais a se formar e a ideia de proteção paternalista que Santa Casa estipulava para as mulheres do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia contrastava com a complexa realidade das condições materiais e objetivas da classe a quais estas meninas e moças pertenciam.

A recente produção acadêmica sobre os trabalhadores domésticos é fruto da renovação da História Social do Trabalho. Esta ampliação temática da inclusão do estudo sobre uma ampla categoria de trabalhadores é parte do movimento ocorrido há, pelo menos, duas décadas.¹⁵³ Novas perspectivas analíticas buscam integrar outros recortes além de classe e prestar atenção na complexidade da realidade.¹⁵⁴ O Brasil presenciou o surgimento de diferentes formas de contrato de locação de trabalho ao longo do século XIX, em que o pano de fundo era a escravidão. Até 1871, o foco principal destes contratos era regulamentar os acordos com os colonos estrangeiros, mas também, libertos, surgindo muitos ensaios escritos por juristas, debates políticos e artigos de jornais em torno do tema. Estes contratos vislumbravam a ideia de “substituição” do trabalho cativo, sobretudo, na lavoura. Deste período em diante, a suposta noção de liberdade econômica circulou nos jornais liberais, como *O Monitor* e o *Diário de Notícias*. Para os trabalhadores, este discurso não passou de um engodo, uma vez que a relação de abuso entre empregador e empregado vigorou através da precariedade da condição dos acordos, como relações de dependência, tutela e coerção, conservando elementos do regime escravocrata. Os defensores da livre iniciativa estavam mais interessados em frear a intervenção legal do Estado, em especial nas relações de trabalho da privacidade do lar. Os desdobramentos de 1871 não se consolidaram instantaneamente como “liberdade”. No século XIX, “liberdade” e “escravidão” eram conceitos jurídicos que não se traduziam automaticamente como “trabalho livre” e “trabalho escravo”.¹⁵⁵

Do mesmo modo, contratos tutelados como os que foram praticados amplamente pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia não podem ser lidos apenas como novidade jurídica ou mesmo como acordos característicos de trabalho livre. Os contratos de alugueis da Santa Casa têm características muito específicas, como o perfil dos locatários, e por buscar oferecer trabalhadoras domésticas “honradas”, “submissas” e de baixo custo.

¹⁵³ É importante lembrar que a recepção dos estudos dos historiadores ingleses, sobretudo, E. P. Thompson, possibilitou ultrapassar esquemas engessados de análises sobre trabalhadores, indicando novas fontes e diferentes avanços no debate complexo sobre trabalhadores livres e escravizados no Brasil. Sobre a recepção destes estudos ver: NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, jun., pp. 217-240, 2006. Confira também THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V. I. “A Árvore da Liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

¹⁵⁴ BATALHA, Claudio, Henrique Moraes. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

¹⁵⁵ LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005, p. 299.

A intenção era formar um tipo de trabalhadora doméstica muito peculiar, forjada na reclusão. Sueann Caulfield observou que as virtudes morais para homens e mulheres eram totalmente diferentes. Enquanto a honestidade, o respeito a mulher e o trabalho caracterizava a honra masculina; a honestidade feminina era restrita à virtude moral no sentido sexual, nos mais diversos ambientes, das crônicas jornalísticas ao âmbito jurídico. A autora explica que o processo de naturalização dos papéis sociais de ambos os sexos, coloca a “honestidade” como uma condição social impetrada pela condição fisiológica.¹⁵⁶

Coexistiram dois mecanismos jurídicos distintos no Brasil em relação ao trabalho dos órfãos, apesar de suas interações. Trata-se da *tutela* e a *soldada*. A tutela, de acordo com o direito romano, é dividida em três aspectos: testamentária, legítima e dativa. Na ausência de tutores testamentários, a lei nomeia o tutor legítimo. Já os tutores dativos são aqueles nomeados pelo juiz. A tutela dativa é a que mais se aproxima da soldada. Uma vez que o menor era colocado sob responsabilidade de um terceiro, havendo uma cláusula – a soldada – que estipulava uma pequena remuneração a ser depositada na Caixa Econômica. Este aparelho jurídico foi parte da engrenagem de institucionalização do trabalho infantil. Este tipo de contrato teve origem nas Ordenações Filipinas. Através de uma espécie de leilão, os interessados em contar com os menores em suas oficinas deveriam assinar um contrato em escritura pública. A legislação nunca teve o interesse de ensinar ofício aos órfãos, o seu objetivo foi facilitar o acesso à exploração da força de trabalho infantil. A definição desta estrutura merece uma análise mais densa porque é nela que encontramos a inspiração jurídica para os contratos de locação dos serviços dos expostos. Devemos ter o cuidado de entender que este dispositivo foi inserido em um contexto que a exploração do trabalho infantil não era encarado como algo negativo. O próprio conceito de “soldada” tem origem a partir de “soldos”, antiga moeda lusitana que era usada para o pagamento de domésticos, trabalhadores e servidores.¹⁵⁷ No século XIX, a soldada era definida como o soldo pago aos criados de servir. Portanto, este pagamento era um tipo de remuneração aos menores de 21 anos em serviço. Sua natureza jurídica contrapõe ao salário, por não se tratar de uma remuneração diretamente entregue ao trabalhador. De acordo com o Decreto n. 2723 de 12 de janeiro de 1861, todo o soldo ou

¹⁵⁶ CAULFIELD, 2000, pp. 77-78.

¹⁵⁷ SILVA, António de Moraes. **Léxico e gramática no Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol V. Soldada. 1813.

parte dele era depositado na Caixa Econômica.¹⁵⁸ A Misericórdia da Bahia entregava os órfãos para terceiros por meio de contratos aos moldes do decreto supracitado, deixando a quantia na mesma Caixa até o momento do desligamento dos expostos.

A legislação portuguesa referente ao aparato jurídico da soldada se adaptou ao contexto brasileiro. Além disso, a prática da soldada e tutela teria mantido a visão tradicional da educação dos órfãos como parte do serviço doméstico. Em suas provocações, Rangel indaga que a soldada é a gênese das relações entre tutores e órfãos do serviço doméstico exercido ao longo do século XIX.¹⁵⁹

Os contratos de trabalho de locação dos órfãos elaborados pela Santa Casa, conquanto não identificadas de maneira escrita, fazia parte da chamada *soldada orfanológica*, isto é, a mesma praticada pelos juízes dos órfãos. A Santa Casa possuía um *status quo* equivalente a estes juízes em relação aos órfãos que eram acolhidos em seu Asilo. Além disso, podemos afirmar que existia característica da tutela dativa. Foi difícil situar o ordenamento jurídico que o Asilo se apoiava, uma vez que não encontrei menção às Ordenações. Em estudo recente, Siqueira concluiu que os processos tramitados no Rio de Janeiro a partir de 1885 não constava citações às Ordenações Filipinas. Para o período anterior, o percentual de ausência era de 70%. Com isso podemos problematizar que havia um abismo entre a norma e a prática. A ideia era limitar a circulação de crianças e evitar abusos e multas, tanto aos juízes quanto àqueles que recebem o órfão.

As Ordenações Filipinas dificilmente permitia que os órfãos soldadeiros fossem afastados do seio familiar e colocados sob a responsabilidade de terceiros. Também era necessário que o órfão tivesse completado 7 anos para ser habilitado neste quesito.¹⁶⁰ No procedimento jurídico brasileiro, o órfão poderia ser entregue mediante a assinatura do “Termo de tutela” – *tutela do direito comum* - a algum tutor com grau de parentesco, sem a necessidade da soldada. A outra forma de entrega era através do “Termo de responsabilidade”, que pressupunha a tutela com soldada e a vinculação do órfão à casa enquanto criado doméstico.

De acordo com a legislação, a soldada buscava promover o contrato de órfãos pobres, permitindo o aprendizado de um ofício capaz de proporcionar um sustento para o

¹⁵⁸ BRASIL. Decreto n. 2723 de 12 de janeiro de 1861.

¹⁵⁹ RANGEL, Alan Wruck Garcia. Soldada e tutela de órfãos nas últimas décadas do século XIX: legislação e prática jurídica. In: **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 7, n°, abr. 2020, p. 50-70.

¹⁶⁰ ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14ind.htm>. Ver: XXIX e XXXV Livro 1, Título 88, §1.

seu futuro. Uma vez acordado o trabalho entre o Juiz dos Órfãos e o contratante, o menor deveria receber educação, alimentação, moradia e um pagamento, o soldo. O órfão apenas poderia resgatar o valor depois de completar 21 anos. As Ordenações não citam instituições como o Asilo dos Expostos, o que torna seu entendimento jurídico mais complexo.

A tentativa de regulamentar o serviço doméstico foi um fenômeno que nasceu no início do século XIX e foi acelerada no contexto de reorganização no mundo do trabalho no Brasil, a partir de leis que desmontavam, muito lentamente, a instituição escravista. Este momento singular é marcado pela coexistência e ambiguidade entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Os projetos de leis municipais aprovados em diversas cidades, como Salvador, pouco antes da abolição da escravatura, foram concebidos como uma espécie de cópia umas das outras, com o discurso de regulamentar o serviço doméstico urbano.

Em 1984, Margareth Bakos foi pioneira ao desenvolver reflexões importantes sobre as Posturas Municipais que se multiplicaram no Rio Grande do Sul no intuito de controlar trabalhadores domésticos na chamada “transição” entre o trabalho escravo ao trabalho livre.¹⁶¹ Com um hiato de uma década, Maria Izilda de Matos investigou a vertente do cotidiano de criados e patrões em São Paulo, analisando a vida nos domicílios e a organização do trabalho.¹⁶² Mais recentemente, a historiografia do trabalho doméstico ganhou fôlego e produziu escritos fundamentais que expõem a importância do tema sobre as experiências dos trabalhadores domésticos, revelando desde o cotidiano até a regulamentação das relações de trabalho no século XIX.¹⁶³

¹⁶¹ BAKOS, Margareth. M. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.

¹⁶² MATOS, Maria Izilda Santos de. “Porta adentro”: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (Ed.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994, pp. 193-212.

¹⁶³ BARRETO, Marina Leão de Aquino. “**Criada, não, empregada!**”: contrastes e resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018; ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e Resistência**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009; CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. In: **Afro-Ásia**, n.29/30, 2003; COSTA, Paula do Amaral. **Criados de Servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013; CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____; GOMES, Flávio (org.). **Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro:

De forma geral, o debate público sobre a regulamentação do serviço doméstico estava organizado a partir do argumento da “crise da escassez” de trabalhadores em função da proximidade da abolição. Os patrões usavam os jornais para impulsionar o argumento da “desorganização”, inexistência de qualidade, criminalidade e a “incômoda” rotatividade dos prestadores de serviço.

Neste capítulo, busco abordar os mecanismos contratuais, morais e ideológicos, presentes nos contratos de locação dos serviços domésticos, sobretudo os acordos de trabalho dos órfãos que viviam no Asilo dos Expostos da Santa Casa da Bahia. A relação entre infância desvalida e trabalho não era nova, mas a formalização destes contratos por parte da Santa Casa é uma novidade jurídica central neste debate. A regulamentação do serviço doméstico foi uma tentativa das autoridades em controlar e disciplinar a população livre, cada vez mais crescente nas áreas urbanas. Os contratos de locação do Asilo dos Expostos se distingue dos acordos estabelecidos pelas Câmaras Municipais em muitos aspectos, como a condição jurídica e o próprio contexto em que era empregado. Todavia, estes diferentes arranjos de trabalhos estavam ligados por meio de sua gênese. Estes acordos assinados expõem relações precárias de trabalho e liberdade, além de percepções de “proteção” paternalistas com as crianças, adolescentes e adultos. Apesar de existirem no início do Império, estes dispositivos merecem atenção especial no contexto da segunda metade do século XIX. É imprescindível perceber as noções de contratos e controle sobre o trabalho doméstico, que ganharam novos contornos entre a esfera pública e privada, em um ambiente de coexistência de práticas e interpretações entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Os contratos da Santa Casa de Misericórdia se apresentam como objeto de estudo privilegiado para entendermos as contradições, rupturas e continuidades da precariedade do trabalho doméstico, principalmente, por apresentar uma flexibilização das relações de tutela e soldada vigentes em momentos

Editora FGV, 2007 LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua**: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011; LOBO, Marcelo Ferreira, ‘Quanto se dá aqui para o balde?’: As discussões sobre a regulamentação do serviço doméstico em Belém (1888-1889). **História, histórias**, v. 4, pp. 113-130; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **Pretas de honra**: cotidiano e representatividade de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870). Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2004; SOUZA, Flavia Fernandes de. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017; TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). Universidade de São Paulo, 2011; VITORIA, 2015.

anteriores. A leitura de textos jurídicos que antecederam este período, somados à regulamentação do serviço doméstico e aos editoriais de jornais da capital baiana, são, em síntese, locais que revelam o contexto de criação destes dispositivos e sua efetividade na organização do mercado de trabalho.

2.1 Aspectos jurídicos da locação de serviços

Em 1830, surgiu a primeira lei para regulamentar os contratos de trabalho que estabeleciam diretrizes entre empregador e trabalhador. De acordo com a lei, o prestador de serviço era “obrigado” a prestar serviços por empreitada ou tempo determinado, “havendo adiantamento no todo, ou em parte, da quantia contratada”.¹⁶⁴ A aplicabilidade da lei era restrita porque a maioria dos acordos não eram estabelecidos por meio de contratos escritos formalizados. Obviamente, o trabalhador livre parecia evitar um tipo de contrato que tinha como uma das penalidades a sua prisão. A Lei n.108 de 11 de outubro de 1837, foi outro instrumento jurídico sobre a locação de serviços e sua aprovação buscava reger os acordos com os colonos estrangeiros.¹⁶⁵ Além de estabelecer acordos escritos, o serviço deveria ser mediado sob a interferência de “alguma Sociedade de Colonização” ou “curador”. A Lei apresenta elementos que foram aplicados nas normativas utilizadas décadas mais tarde, sobretudo, para quem oferecia o serviço. Situações como “embriaguez habitual”, danos à “honra” do locatário ou, simplesmente, mostrar-se “imperito”, eram suficientes para o fim do acordo por justa causa, seguida de penalidades. A legislação de 1837 foi concebida em um contexto de instabilidade política, revoltas no período regencial e vigência do tráfico escravo. Portanto, sua natureza é distinta das legislações posteriores porque não tinha o foco de abarcar trabalhadores nacionais livres e ex-escravos. O principal desafio dos legisladores era organizar uma lógica de contratos de acordo com suas preocupações senhoriais, garantindo suas prerrogativas como fazendeiros e proprietários de escravos. A intenção era construir um cenário voltado para o trabalho livre suficientemente diferente da escravidão para atrair força de trabalho imigrante. Esta solução não contemplava o trabalho doméstico, assim

¹⁶⁴ BRASIL. **Lei de 13 de setembro de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, pp. 32-33. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 11 fev. 2022.

¹⁶⁵ BRASIL, **Lei n. 108 de outubro de 1837**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/541072/publicacao/15632760>. Acesso em: 02 dez. 2021.

como os acordos com os trabalhadores livres nacionais – livres pobres e libertos – marcados pela ambiguidade e estabelecidos pela relação de dependência da organização escravista.¹⁶⁶

A existência da escravidão e seus desdobramentos ajudaram a nortear as discussões e os contratos de trabalho ao longo do século XIX. Sob quais parâmetros a jurisprudência da regulamentação de locação de serviços se constituiu no Brasil oitocentista? A proibição do tráfico negreiro, em 1850, é o ponto de partida para o desenvolvimento das discussões sobre o tema. O ano de 1871 acelerou uma série de debates sobre a força de trabalho no país e a última década da escravidão fez surgir o fenômeno dos contratos sobre o serviço doméstico em diversas cidades. Em 1852, a *Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e da civilização dos indígenas*, elaborou um livro com propostas de “total extinção da escravatura no Brasil”.¹⁶⁷ A *Sociedade* possuía 215 membros em que predominavam profissionais liberais e militares. A gestão era composta por Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite (presidente), Caetano Alberto Soares (vice-presidente), Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque (1º secretário), Manoel da Cunha Galvão (2º secretário) e Antonio José da Silva Rabello (tesoureiro). O grupo usava o jornal *O Philantropo*, de breve circulação, entre 1849 a 1852, para difundir suas ideias.¹⁶⁸ A solução idealizada era a criação de companhias empresariais para agenciar tais relações, salvo aquelas envolvendo serviços domésticos.¹⁶⁹ Ao buscar promover a criação de companhias encarregadas de organizar trabalhos que “não podem ser desempenhados por criados de servir”, a *Sociedade* nos mostra a distância do serviço doméstico dos demais serviços.

Os membros da *Sociedade* defendiam a ideia do trabalho doméstico dentro da esfera dos arranjos privados. Portanto, criou-se um esboço de legislação em que advogava pela criação de companhias ou sociedades para “que não [possam] podem ser

¹⁶⁶ LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: Arranjos e contratos entre autonomia e a domesticidade. *Cad. AEL*, v.14, n 26, 2009, p. 149.

¹⁶⁷ BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. A primeira parte da obra intitulada “colonização para os serviços urbanos”, produziu uma espécie de um manual sobre a incorporação de colonos estrangeiros. A *Sociedade* argumentava que, assim como ao colono, ou trabalhador livre, a lei deveria assegurar ao locador e ao locatário o cumprimento fiel do trato realizado.

¹⁶⁸ FBN. **O Philantropo**. Periódico humanitário, científico e literário. N. 1, 6 abr. 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/717991/1>. Acesso em: 29 jan. 2024.

¹⁶⁹ BSF. **Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas. Systema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extinção do tráfico e da escravatura no Brasil**. Rio de Janeiro. Typhographia do Philanthropo, rua d’assembléa, n.30, 1852, pp. 7-8. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174455>. Acesso em 20 ago. 2021.

desempenhados por criados de servir”.¹⁷⁰ Durante a segunda metade do século XIX, a expressão “criada” passou a representar trabalhadores livres do serviço doméstico. No início do século XX, a palavra foi substituído por “empregado” ou “trabalhador”. Além disso, os anúncios de “procura-se” estampados nos jornais passaram a usar categorias mais detalhadas dentro do universo dos serviços domésticos, como cozinheira ou costureira. Diferentemente do entendimento dos dias atuais, eram considerados trabalhadores domésticos as cozinheiras, atendentes de hotéis, costureiras, amas de leite, jardineiro, copeiro, cocheiro, entre outros.

A regulamentação de serviços que era usada para organizar, em sua maioria, o trabalho de cativos, egressos da escravidão e seus descendentes, não era uma novidade na Bahia e não se resumiu ao serviço doméstico. As elites tinham a necessidade do controle das relações comerciais exercidas por grupos descendentes diretos da escravidão.

Em 19 de novembro de 1835, uma portaria situava a organização do trabalho dos “menores de cor”. A lei é toda concentrada nos serviços dos africanos livres que entraram no Brasil de maneira ilegal.¹⁷¹ Em 1837, a lei também tratava sobre os “menores indígenas” que também podiam ser alugados nos serviços domésticos.¹⁷² O fim da obrigatoriedade da apresentação da fiança para os interessados em tutelar os órfãos a partir de 1842, fez crescer o número das pessoas que solicitavam aos juízes a guarda dessas crianças. Em meados do século XIX, a tutela deixou de ser usada como princípio da caridade e se mostrou um amplo mecanismo de agenciamento do trabalho infantil. Portanto, os contratos com os menores eram comuns e possuíam uma farta legislação. Sendo assim, não podemos desconsiderar a forma como a jurisprudência do século XIX lidou com o tema.

O debate situado na segunda metade do século XIX sobre a regulamentação do trabalho doméstico possui um contexto totalmente distinto. Os contratos de locação dos órfãos da Santa Casa e as *Posturas* municipais que surgiram nas duas últimas décadas do século XIX, fazem parte de um debate diferente. Não há como discutir os contratos de locação e serviços domésticos sem fixar a análise a partir de 1871. Este período transformou o mundo do trabalho no Brasil e produziu diferentes acordos para trabalhadores de diferentes setores e condições civis. As versões de contratos elaborados

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 21.

¹⁷¹ BRASIL. **Portaria de 19 de Novembro de 1835**, p. 125. Vol. 1, parte II.

¹⁷² BRASIL. **Lei de 11 de Outubro de 1837**. Acesso em: 27 mar. 2023.

pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, a partir de 1870, e as posturas que surgiram nos municípios a partir de meados da década de 1880, tiveram como ponto de partida e emancipação parcial dos filhos das escravas.

No dia 12 de Maio de 1871, a Lei Rio Branco foi apresentada à Câmara Legislativa e meses depois ocorreu a sua aprovação. Neste intervalo de tempo, foi lançado o livro *Analyse e commentario critico da proposta do Governo imperial ás camaras legislativas sobre o elemento servil*, assinada “Por um Magistrado”. É possível supor que o autor esteve envolvido no círculo político que analisou o projeto de emancipação parcial. O *Magistrado* fez considerações sobre todos os pontos da Lei que divergiram do projeto apresentado pela comissão da Câmara na sessão de 1 de agosto de 1870.¹⁷³

Defensor da redação final do projeto aprovado, o *Magistrado* discorre sobre questões econômicas urbanas, agrícolas, o papel do Estado, infância e noções de direitos aos libertos.¹⁷⁴ Aqui, nos interessa observar as considerações sobre as garantias e contratos de prestação de serviço. De acordo com os parágrafos 3º, 4º e 5º da Lei:

*§ 3º É, outrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do Juiz de Órfãos. § 4º O escravo que pertencer a condôminos, e for libertado por um destes, terá direito á sua alforria, indemnizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indemnização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos, em conformidade do parágrafo antecedente. § 5º A alforria com a clausula de serviços durante certo tempo não ficará anulada pela falta de implemento da mesma clausula, mas o liberto será compelido a cumpri-la por meio de trabalho nos estabelecimentos públicos ou por contratos de serviços a particulares.*¹⁷⁵

De acordo com o *Magistrado*, são três as chaves de interpretação deste tema. O papel do Juiz dos órfãos era evitar que o liberto fosse vítima de alguma cláusula ofensiva

¹⁷³ [Por um Magistrado]. **Analyse e commentario critico da proposta do Governo imperial ás camaras legislativas sobre o elemento servil**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1871. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174471>. Acesso em: 15 ago. 2021, p. 18.

¹⁷⁴ Sua análise de cunho abolicionista, guardava os ideias da elite, que defendia uma transição lenta e gradual baseada muito mais em princípios econômicos, que no escândalo da manutenção do escravismo.

¹⁷⁵ Cf. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Art. 4º § 3º. Coleção de leis do Império do Brasil de 1871. Tomo XXXIV, Parte II. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871. p. 147-151. Sua regulamentação foi feita a partir do Decreto nº 5.135, de 13 de novembro de 1872. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 10 jun. 2014.

aos seus interesses. O liberto poderia prestar serviços tão importantes que levariam à diminuição dos prazos, acrescida da justa indenização do valor, que por ele fora adiantado. Por último, em caso de não prestação do serviço, a alforria não era anulada, porém, o liberto era obrigado a cumprir o contrato.¹⁷⁶ As considerações sobre o tema são importantes porque evidenciam o pleno pensamento de um jurista diretamente envolvido na lei de 1871. As discussões contidas nesta obra se conectam aos debates sobre o trabalho doméstico em um momento muito particular de reorientação das relações de trabalho. Afinal, há inúmeras semelhanças entre a legislação escravista e as leis que buscaram organizar o trabalho doméstico nas décadas seguintes. O autor que publicou a obra sob o pseudônimo de “Um magistrado” foi o jornalista e advogado, deputado Tito Franco de Almeida.¹⁷⁷ É importante acompanhar o entendimento de como os filhos e filhas dos escravizados passaram a ser vistos pela legislação, em uma tentativa de controlar seus passos. Os libertos e seus descendentes ultrapassaram o número de escravizados na ocupação dos serviços domésticos a partir da década de 1870.

De acordo com Espada Lima, a Lei n. 2.040 tentava dar lastro jurídico para as manumissões condicionais e garantir soluções que envolviam os ex-escravos e seus filhos. Além disso, o autor acredita que o novo dispositivo jurídico não teria criado novidades dentro dos arranjos de liberdade que eram comuns no sistema escravista nas décadas anteriores.¹⁷⁸ No entanto, a novidade consistia justamente em supervisionar e limitar o direito e a liberdade dos egressos do cativeiro. Nos estudos sobre estas fronteiras entre o trabalho “livre” e o “não-livre”, encaramos o tema para além das definições de palavras e conceitos. A falta de clareza de conteúdo, as incertezas e ambiguidades, estiveram presentes, a longo prazo, nas experiências efetivas da condição jurídica de liberdade ou servidão, sobretudo no período oitocentista.

Em 1870, Polycarpo Lopes Leão escreveu a obra “*Como Pensa o elemento servil*”, a partir de suas impressões a respeito da transição da escravidão. Em conversas com os habitantes da Bahia, sua terra natal, o Desembargador diz ter observado que a população

¹⁷⁶ [Um Magistrado]. *Op. cit.*, pp. 40-42. A proposta foi incorporada a ideia original, para evitar problemas futuros problemas com o ex-senhor. Uma vez que o liberto não tivesse recursos para pagar a quem lhe emprestou o dinheiro, julgando o Estado, este desprovido de dinheiro, este não seria fator para anular a liberdade. Portanto, caberia aplicar o dispositivo a obrigação em trabalhar para pagar o valor.

¹⁷⁷ De posições fortes e contraditórias, foi eleito deputado em diversas legislaturas pela provincial pelo Pará, Franco de Almeida era liberal, era contra a separação entre Estado e Igreja e não aderiu à República.

¹⁷⁸ LIMA, 2009, p. 141.

não se opunha à abolição da escravatura.¹⁷⁹ Polycarpo Leão discordava de quem tinha receio da escassez de criadas e o aumento dos preços em função da abolição. De acordo com o autor, em 1870, o preço mensal do aluguel para um criado estrangeiro sem especialidade era de 20\$000 réis, enquanto que o menor valor pago pelo mesmo serviço para locação de um escravo era de 30\$000 réis. A razão estaria na “menor atenção” que se daria ao trabalhador livre. Quando havia especialidade, como um cocheiro ou cozinheiro, os valores eram, respectivamente, 35\$000 réis a 40\$000 réis, e 40\$000 réis a 50\$000 réis. De acordo com Maciel Silva, em Recife, na década de 1860, o salário de uma mulher livre era aproximadamente 25\$000 réis, e as mulheres forras cobravam algo parecido.¹⁸⁰ Em São Paulo, o salário variava entre 15\$000 réis a 25\$000 réis.¹⁸¹ Em Salvador, no final do século XIX, os valores eram semelhantes aos cobrados na capital federal. Por volta de 1850, pagava-se entre 12\$000 réis a 14\$000 réis, de acordo os anúncios de jornais do Rio de Janeiro.¹⁸² Nas primeiras décadas do século XX, o salário de uma cozinheira ou lavadeira, em Salvador, podia ser entre 30\$000 réis até 80\$000 réis.¹⁸³ É possível obter alguma dimensão do poder de compra das pessoas que formavam a categoria dos trabalhadores domésticos a partir da análise de preços de alimentos, roupas e aluguéis. É difícil mensurar este valor porque os salários eram muito diferentes, uma vez que eram acordos estabelecidos na esfera doméstica. Além disso, elementos como alimentação e moradia poderiam fazer parte do próprio arranjo de trabalho. Um chapéu preto de feltro saía por 4\$500 réis na loja 23 de março, na rua Conselheiro Saraiva, n. 31. Na mesma loja era possível encontrar o corte do tecido de casimira (ou lã de caxemira) para calças por 6\$000 réis e toucas de cetim custavam \$500 réis.¹⁸⁴ Em 1879, uma boa casa localizada na calçada do Bomfim, com sala de visitas, três quartos, sala de jantar, cozinha, quintal cercado com árvore frutíferas e cisterna era anunciada por 20\$000 réis.¹⁸⁵ No dia 22 de dezembro de 1880, um imóvel localizado no terceiro andar do prédio

¹⁷⁹ BSF. LEÃO, Polycarpo Lopes de. **Como pensa o elemento servil**. Rio de Janeiro. Typhographia – perseverança – rua do Hospício, n. 91, 1970. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220539>. Acesso em: 19 ag. 2021, pp. 6-7.

¹⁸⁰ SILVA, M. H. C., 2011, p. 291.

¹⁸¹ TELLES, 2011. Sobre os salários, ver o capítulo 2.

¹⁸² FBN. **Jornal do Comércio** (RJ). Rio de Janeiro, 9 jun. 1850. ANÚNCIO. ANO XXV, n. 186, p. 4 e 2, out. 1850, n. 270, p. 4 *apud* a SOUZA, F. F., 2017, p. 322.

¹⁸³ SILVA, M. H. C., 2011, p. 263.

¹⁸⁴ FBN. **O Monitor** (BA), Salvador, quarta-feira, 16 mar. 1881. Ano V, n. 228, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/4903>. Acesso em: 12 fev. 2022.

¹⁸⁵ FBN. **Gazeta da Bahia**: Sociedade Anônima (BA). Salvador, sexta-feira, 28 fev. 1879. Ano I, n. 48, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213454/148>. Acesso em: 12 fev. 2022.

na rua do palácio, n. 4, estava disponível para locação por 24\$000 réis, “sendo fresca e com vista sobre a praça de Palácio, e própria para pequena família ou empregado do comércio”.¹⁸⁶ Este era um valor muito mais caro que a maioria das pessoas poderiam pagar.

É interessante observarmos a indicação da clientela porque coloca como ideal para trabalhadores do comércio, que também era considerado na época como um trabalhador doméstico. De acordo com o anúncio, o valor do aluguel cabia no orçamento de um trabalhador do comércio, porém, uma doméstica com habilidades de cozinheira e, portanto, um pouco melhor remunerada diante da categoria, teria que comprometer todo o seu salário apenas com o aluguel.¹⁸⁷ Os aluguéis variavam conforme a condição do imóvel e, sobretudo, sua localização. Em 1891, o *Jornal de Notícias* publicou o conjunto de anúncios da *Agência de Casas* localizada na rua das princesas, n. 20, que ofertava aluguéis de casas com diferentes valores. A locação de uma casa térrea no bairro *Politeama* custava 22\$000 réis, já uma casa no segundo andar na rua da ladeira da Misericórdia era 20\$000 réis.¹⁸⁸

Este esforço para demonstrar os valores de serviços e itens de consumo do cotidiano é relativamente limitado pela própria condição de miserabilidade dos trabalhadores domésticos. O trabalho em residências particulares se entrelaçava com sua vida privada, tendo pouca ou nenhuma distinção de onde começava ou terminava suas jornadas. A maioria destes indivíduos residiam nas casas de seus empregadores. Portanto, não possuíam moradia fixa e horários definidos. Henrique Espada Lima nos mostra a aproximação entre criados e caixeiros que partilharam das mesmas demandas do crescente serviço urbano no Rio de Janeiro oitocentista. A aproximação em questão é contextualizada nas particularidades dos aspectos de domesticidade e participação na vida de seus empregadores. Portanto, o alto nível de intimidade era proporcional as poucas situações de privacidade e tempo para a vida pessoal.¹⁸⁹

¹⁸⁶ *Gazeta da Bahia*, Salvador, n. 316, p. 04, 8 dez. 1880.

¹⁸⁷ *Gazeta da Bahia*, Salvador, n. 34, p. 04, 28 fev. 1879.

¹⁸⁸ *Jornal de Notícias*, Salvador, n. 3353, p. 04, 12 jun. 1891.

¹⁸⁹ LIMA, Henrique Espada; POPINIGS, Fabiane. As empregadas domésticas e o cenário mutável das relações trabalhistas no Rio de Janeiro, décadas de 1830 a 1880. In: *IRSH* 62, (2017), Edição Especial, pp. 45-73, pg. 47. (Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s. In: *IRSH* 62 (2017), Special Issue, pp. 45–73, p. 47.

Décadas antes tanto a carne quanto a farinha foram elementos centrais no motim contra a carestia de alimentos da capital baiana.¹⁹⁰ Entre 1870 a 1890, o litro da farinha de mandioca enfrentava muita flutuação nos preços, variando entre \$040 (quarenta réis) a \$140 réis.¹⁹¹ Em relação aos itens alimentícios, no mesmo período, o açúcar cristal era vendido por \$400 réis o quilo, diretamente da fábrica de Santo Antônio do Cabrito, localizada na rua da Princesa, n. 18; enquanto que a farinha de milho custava \$990 réis o quilo.¹⁹² Em 1889, o talho da carne verde era vendida por \$480 réis.¹⁹³ Em 1894, *A Voz do Operário*, queixava-se dos altos preços que o trabalhador encontrava na cidade de Salvador, afirmando que “a carne verde tem chegado a mil e duzentos réis o quilo; a de charque, de péssima qualidade, é retalhada e vendida à pobreza de mil réis; a farinha de mandioca a duzentos e quarenta réis o litro; e assim por diante”.¹⁹⁴

O Asilo da Santa Casa realizava a locação dos serviços domésticos dos órfãos através de arranjos com ou sem salários. Em média, a instituição cobrava o aluguel por um exposto no valor entre 12\$000 réis a 20\$000 réis. Havia também acordos sem salários, principalmente para meninos e meninas mais jovens. Alguns contratos previam um pagamento mínimo a partir de um determinado tempo. Os valores não seguiram os padrões de outros centros do país, muito menos os salários pagos por serviços semelhantes em Salvador. Ainda sobre salários cobrados pela Santa Casa, pelo menos até 1920, os acordos mantiveram os mesmos valores, independentemente da flutuação da moeda ou dos preços cobrados pela categoria. A novidade neste período é que a prática comum nos tempos da escravidão do aluguel de crianças entre 7 a 11 anos, passou a ser acompanhado do acréscimo de 5\$000 réis para os três primeiros anos, podendo ser ampliado de acordo com uma cláusula do contrato, respectivamente, para 12\$000 réis, 15\$000 réis e 20\$000 réis, se cumprido o combinado ao longo dos anos.

Na sessão *Projeto para o contrato de locação de pessoas e serviços*, Polycarpo Leão apresenta ideias sobre a regulamentação do serviço doméstico:

¹⁹⁰ REIS, João José; AGUIAR, Márcia Gabriela D. Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História* (USP), 135 (1996), pp. 133-161.

¹⁹¹ Cf. *O Monitor*, Salvador, n. 44, p. 02, 25 jun. 1876; FBN. *Diário de Notícias* (BA). Salvador, terça-feira, 20 jun. 1893. Ano XIX, n. 193, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/62>. Acesso em: 16 mar. 2022; *Correio da Bahia*, n. 197, p. 01, 23 nov. 1876.

¹⁹² *Gazeta da Bahia*, Salvador, *Op. cit.*, n. 34, 04, 28 fev. 1879.

¹⁹³ FBN. *Diário da Bahia* (BA). Salvador, domingo, 5 mai. 1889. Ano XXXV, n. 100. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/801097/1530>. Acesso em: 12 fev. 2022.

¹⁹⁴ FBN. *A Voz do Operário*: Órgão Oficial do Partido Operário, Bahia, 2 jan.1894, n. 01, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/823180/7>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Art. 6.º Toda a pessoa, que quiser prestar-se ao serviço doméstico será inscrita em livro especial da Polícia, a qual dará parte de todas as mudanças, que fizer, e porque, para serem notadas em o dito livro . Art. 7.º Todas as questões, que se suscitarem entre prestador de serviços e aquele, a quem forem prestados, serão julgados pela autoridade policial do lugar, que se achar mais prontamente, inclusivamente Inspetor do quarteirão, sempre que a questão for de pequena importância ou alcance [...] Art. 8." A autoridade policial poderá infligir aos criados de servir até 48 horas de prisão simples ou multa até 5\$000, sendo estas penas aplicadas unicamente nos casos de faltas leves.¹⁹⁵

O trecho acima demonstra o objetivo de obrigar o prestador de serviço a realizar inscrição no "livro especial da Polícia", na tentativa de controle, restrição à mobilidade e à liberdade do trabalhadores domésticos. O envolvimento da Polícia na organização destes serviços pressupõe uma visão carregada de preconceitos sobre os trabalhadores, vistos como pessoas perigosas. A polícia também foi utilizada para vigiar domésticas escravizadas e os trabalhadores de “ganho” (escravizados obrigados por seus senhores a vender alimentos e ofertar serviços, levando para casa uma quantia previamente estipulada).¹⁹⁶ No projeto do Desembargador, as demandas consideradas de “pequena importância”, deveriam ter resoluções rápidas com o julgamento verbal, sem a necessidade da ação policial. A visão do autor não deve ser lida de forma isolada, uma vez que o debate sobre a regulamentação apresentava uma agenda norteadora homogênea. O ensaio produzido por Polycarpo Leão é, no mínimo, semelhante ao projeto de regulamentação do serviço doméstico de Salvador aprovado em 1887. No entanto, o projeto soteropolitano não pertencia a mesma lógica do regulamento dos órfãos. É possível que o primeiro tema tenha influenciado o segundo, ainda que responda a uma lógica anterior. Longe de ser uma coincidência, muitas das discussões presentes na década de 1870 aparecem como elementos que formaram as legislações municipais sobre a regulamentação do serviço doméstico na década seguinte.

As normativas estabelecidas na proposta do Desembargador podem ser lidas como um delimitador de liberdade. Os elementos contidos no projeto acima buscaram manter a

¹⁹⁵ LEÃO, 1970, pp. 34-35.

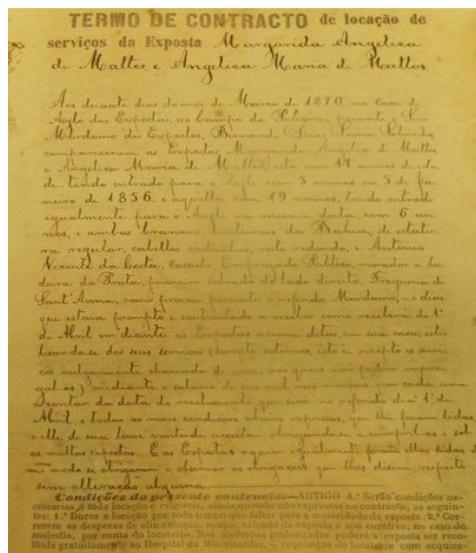
¹⁹⁶ REIS, 2000, p. 199-242. REIS, 2011.

ordem e o controle pelos antigos senhores, a partir da inevitável abolição da escravatura. Diante das configurações jurídicas forjadas para orientar o trabalho no Brasil, acredito que o contrato de trabalho doméstico da Misericórdia foi formulado para distinguir as órfãs das demais domésticas, através de uma suposta ideia de honra e submissão a preços mais baixos, ainda que compartilhasse características com as posturas municipais.

2.2 Os contratos de locação e serviço dos expostos

Em 1870, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia elaborou um livro de contratos para os alugueis em que imperava a noção servil, ainda que se tratassem de trabalhadoras livres, fossem menores ou adultas que continuavam vivendo no Asilo dos Expostos. Sob o título de – *Termo de Locação e Serviços Domésticos* - o livro destacava que o serviço prestado deveria ser exclusivamente doméstico e feminino. Quais interesses estavam presentes no contrato de locação e serviços dos expostos? É importante investigar, de acordo com as transformações do mundo do trabalho, como determinada cláusula de contrato perde a validade ou ganha novo significado. Este livro de contrato contém cláusulas impressas pré-determinadas que vai da parte inferior da folha e preenche todo o seu verso. Há um espaço inicial para registrar as informações do contrato, como os nomes do locatário, da exposta e o nome do Provedor, figura responsável por estabelecer o acordo.

Figura 5 – Termo de Contrato de locação de serviços da Exposta



Fonte: ASCMBA. Termos de Locação de Serviço de Expostos, 1870, Nº 1218, Est. H

O título impresso do contrato de locação dos serviços “da Exposta” revela apenas mais um elemento que afirma que este tipo de serviço era encarado sob uma perspectiva de gênero. O Asilo dos Expostos possuía uma organização para acolher meninas, apesar de receber ambos os sexos. A mesma lógica se aplica nos contratos para serviços domésticos. Portanto, mais adiante, é possível entender que os meninos ingressaram neste tipo de trabalho em número menor, respondendo a uma outra lógica.¹⁹⁷ Todavia, os meninos mais novos do Asilo exerceram atividades domésticas em grande escala, sob a denominação de “criação”, um eufemismo para explicar o que era de fato: um trabalho análogo à escravidão. O modelo de contrato assinado pelas irmãs Angelica e Margarida é caracterizado por sua riqueza de detalhes. Este contrato era composto por muitas cláusulas que versavam sobre os limites do locatário e, sobretudo da exposta. O documento foi abandonado, sem maiores explicações, deixando a maior parte das páginas em branco.

A Santa Casa passou a adotar um novo livro que continha um número menor de cláusulas, escritas no momento dos acordos. Em síntese, foi mantida as responsabilidades dos locatários com as roupas, comida e o salário; e o papel da Santa Casa em realizar visitas para conferir a situação da exposta.

Antes da fundação do Asilo dos Expostos em 1862, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia acolhia crianças enjeitadas e, conseqüentemente, as encaminhava para a criação externa ou locação de serviços. A exploração da força de trabalho infanto-juvenil era quase que uma consequência do enjeitamento, a novidade se encontra na formalização destes acordos. As cláusulas deste contrato ajudam a entender o tipo de serviço e o papel social de cada uma das partes envolvidas na locação. As condições presentes nos arranjos foram elaborados a partir de 1870, e passaram a fazer parte de muitos acordos de aluguel, enquanto o Asilo funcionou no século XX. Nesta ocasião, quero concentrar a análise sobre os significados do contrato, na tentativa de amadurecer as observações realizadas em outro momento.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Ver capítulo 3 desta Tese.

¹⁹⁸ CERQUEIRA, 2016a, p. 149-158. Na dissertação, busquei observar a formação dos órfãos do Asilo dos Expostos e analisar estas histórias à luz das trajetórias dos sujeitos.

O termo assinado pelas irmãs Angelica Maria e Margarida Angélica inauguram também o formato da narrativa dos acordos – que contava com a presença do provedor da Misericórdia, o locatário e o órfão – que tinha suas características físicas, muitas vezes, meticulosamente detalhadas no documento. Os acordos poderiam ou não ter valores estabelecidos. Por último, o termo era lido e assinado:

Aos dezessete dias do mês de Março de 1870, na Casa de Asylo dos Expostos, ao Campo da Pólvora, perante o Snr. Mordomo dos Expostos, Bernardo Dias Lima Sobrinho, compareceram as expostas Margarida Angelica de Mattos e Angélica Maria de Mattos, esta com 17 anos de idade, tendo entrado para o Asylo com 5 anos em 5 de Janeiro de 1856, e aquela com 19 anos, tendo entrado igualmente para o Asylo na mesma data, com 6 anos, e ambas brancas, naturais da Bahia, de estatura regular, cabelos castanhos, rosto redondo, e Antônio Vicente da Costa, casado, empregado público, morador à ladeira da Prata, primeiro sobrado do lado direito, Freguesia de Sant' Anna, como provou perante o referido Mordomo, – e disse estava pronto e contratado a receber como receberá do 1º de Abril em diante as expostas acima ditas em sua casa, utilizando-se dos seus serviços(exceto externos, isto é – exceto os serviços vulgarmente chamados de rua, nos quais não poderá empregá-las), mediante o salário de seis mil réis mensais por cada uma a contar da data do recebimento que será no referido dia 1º de Abril, e todas as mais condições abaixo expressas, que lhe foram lidas, e ele de sua livre vontade aceitou obrigando-se a cumpri-las sob as multas expostas. E as expostas a que igualmente foram lidas do mesmo modo se obrigaram a observar as obrigações que lhes dizem respeito. Condições do presente contrato: – ARTIGO 4.º Serão condições necessárias á toda locação e exigíveis, ainda quando não expressas no contrato, as seguintes: 1.ª Durar a locação por todo tempo que faltar para a maioridade exposta. 2.ª Correrem as despesas de alimentação, roupa, calçado da exposta e seu curativo, no caso de moléstia, por conta do locatário. Nas moléstias prolongadas poderá a exposta ser recolhida gratuitamente no Hospital da Misericórdia, a requisição do locatário com aquiescência do Mordomo do Asilo ou por ordem deste, ouvindo o médico deste Asilo, e daí, restabelecida, voltará para a casa do locatário. 3.ª Obrigar-se o locatário a conservar a exposta sob seu poder e guarda em virtude de contrato, não lhe sendo licito transferir a o outrem, nem pôr a exposta sob ordens de pessoa estranha à própria família e casa. 4.ª Ser o salário, que só sofrerá desconto pelo tempo em que a exposta estiver por moléstia no Hospital, e que será ajustado com o Mordomo, de acordo com a Superiora do Asilo, com atenção à idade e habilitações da exposta, satisfeito pelo locatário no fim de cada trimestre pela fórmula seguinte: entregando uma terça parte á exposta para seus alfinetes, e entrando com o restante para a tesouraria da Misericórdia; ficando no caso de mora por mais de 30 dias obrigado a pagar a multa de 10% por cada trimestre retardado. 5.ª Conservar a Misericórdia o direito de velar sobre a exposta, e portanto poderem as

Irmãs do Asilo, o Mordomo ou quem pela Mesa para isso for autorizado, inspecionar a execução do contrato, o estado da exposta, ou mesmo julgar isso preciso para salvar a honra, a honestidade ou a vida da exposta, ou mesmo subtrai-la a maus tratamentos, dando-lhe a Mesa o destino que julgar conveniente. 6.ª Ser a exposta obrigada a permanecer na obediência do locatário por todo o tempo do contrato, prestando-se com todo o zelo, diligencia e boa vontade ao serviço para que tiver sido contratada. No caso de justa queixa do locatário, reconhecida pelo Mordomo do Asilo, poder este, esgotados os meios suasórios, impôr por si, ou autorizar aquele a impor pela disciplinares, menos as de castigo corporais; e até poder o Mordomo privar a locadora por um ou mais trimestres da parte do salário, que lhe deveria ser entregue, o que então entrará também para o cofre da Misericórdia. 7.ª Caducar o contrato no caso de que em tempo dele a 181 exposta venha a casar com consentimento da Mesa. 8.ª. Fazer o locatário a competente participação ao Mordomo, si durante o contrato mudar sua residência: e, quando não o faça no mês contado da mudança, pagar uma multa equivalente ao valor de um trimestre do salário que vencer a exposta. Art. 6.º Os locatários dentro de 30 dias, contados do recebimento das expostas, farão perante o inspetor de polícia de seu quarteirão as declarações precisas para serem estas incluídas no arrolamento, e deste apresentarão ao Mordomo do Asilo uma certidão no tempo sob a multa do n.º 8º art. 4º. Art. 7º O Contrato feito com exposta menor só se considerará a acabado antes do tempo fixado na condição 1.ª do art. 4.º: 1.º Por morte do locatário ou da exposta; neste segundo caso o locatário comunicará imediatamente ao Mordomo do Asilo o falecimento da exposta para proceder-se ao competente exame de identidade, e ordenar se o enterro; sob pena de pagar o locatário pela falta do cumprimento desta obrigação uma multa correspondente a um ano do salário da exposta falecida. 2.º Por morte da mulher do locatário casado, quando não lhe fiquem filhas maiores que vivam em sua companhia. 3.º Quando o locatário viúvo deixar de ter em sua companhia filha ou filhas maiores com quem a exposta vivia. 4.º No caso de casamento da Exposta. 5.º No caso de mudança do locatário para fora das freguesias da cidade, conforme o n.º3 do art. 3.º. §Único. E só poderá ser rescindido no caso de má índole da exposta, ou por seu mau procedimento, verificado pelo Mordomo, depois de esgotados os meios de correção permitidos pelo n.º6 do art. 4.º. Desfeito o contrato, a exposta terá o destino que a Mesa julgar mais conveniente.¹⁹⁹

Outras expostas deixaram o asilo através deste tipo de contrato, como Antonia Maria, de apenas 13 anos, Laurina Joaquina e, novamente, Angelica Maria. O documento possuía o título de “Condições do presente contracto”, que registrava a data, informações físicas sobre a exposta e sua idade, além, é claro, de informações sobre o locatário, como residência e profissão. Após o acordo firmado, a exposta “obrigava-se” a assinar o

¹⁹⁹ SCMBA. **Termos de Locação de Serviço de Expostos**. 1870, Nº 1218, fl. 2

contrato e a Santa Casa mantinha o direito de fiscalizar o cumprimento do acordo. O documento reforça que se tratava de serviços internos, “exceptos externos, isto é, exceptos os serviços chamados de rua, nas quais não podem emprega-las”.²⁰⁰ Apesar de livres, a condição de tuteladas pela instituição era pouco compatível com a liberdade. Os órfãos possuíam liberdade muito limitada e o contrato apresentava condições servis. Cada contrato era composto por frente e verso, sendo a primeira parte escrita no ato. O documento discorria sobre o dia, o locatário, as características fenotípicas dos expostos (quando do sexo feminino), e o salário combinado. O verso do documento era composto por cláusulas impressas que estabeleciam diversas condições, como despesas com roupas, alimentos e os casos de tratamento médico.

Por diferentes fatores, como a falta de rede de apoio ou insegurança econômica, muitas órfãs permaneceram no Asilo depois da maioridade, até mesmo por mais de uma década. As relações de trabalho por si só colocam em perspectiva diferentes interesses entre os sujeitos e a domesticidade exacerbada era o combustível para que os arranjos idealizados até a maioridade quase nunca fossem concretizados. Posteriormente, ao adotar um modelo mais simples de locação de serviços dos expostos, as cláusulas puderam ser escritas a mão e a questão da maioridade foi adequada a realidade das estadias prolongadas das órfãs.

As cláusulas referentes aos aspectos morais de proteção e honra estabeleciam multas para o locatário e eventuais descontos no salário. A exposta deveria prestar obediência, um elemento difundido nos contratos de serviços domésticos. A sexta cláusula diz ainda que no “caso de justa queixa do locatário, reconhecido pelo mordomo”, seriam impostas penas disciplinares não especificadas. Os castigos corporais eram proibidos pela irmandade, mas não havia uma justificativa explícita. Diante do número de fugas e devoluções, acredito que a violência psicológica era amplamente usada por parte dos locatários. Em casos considerados mais graves, era reservado ao Mordomo o direito de retirar a parte do salário correspondente à exposta.

De acordo com os aspectos que norteavam o entendimento da honra, algumas condições poderiam provocar a quebra do contrato, como a morte do locatário ou o fato deste, na condição de viúvo, deixar de ter filha ou filhas maiores que viviam em sua companhia. Além dos pontos citados, o artigo 7 obrigava o locatário a comunicar

²⁰⁰ *Ibidem*, fl. 1-5.

imediatamente ao Mordomo do Asilo no caso de falecimento da exposta. Em seguida, o Mordomo deveria verificar a identidade da exposta e ordenar o enterro, sob pena de o locatário pagar pela falta do cumprimento de sua obrigação correspondente a um ano do salário da exposta falecida. O documento previa a rescisão de contrato em caso de mudança do locatário para fora das freguesias da cidade.

A Santa Casa se preocupava em “proteger” as meninas, os meninos e mesmo as mulheres, que permaneciam sob sua responsabilidade. O contrato feito com a exposta menor era repleto de tópicos que condicionavam o encerramento do vínculo em virtude de, pelo menos, dois pontos: proteção de sua honra e o esgotamento de medidas de correção do comportamento. Por morte da mulher do locatário, o acordo deveria ser rompido em função dos riscos de defloramento. O contrato também era rescindido em função casamento da trabalhadora. Existia um ritual preestabelecido em que a Santa Casa representava o papel de “pai”, através da análise do comportamento do pretendente para autorizar o casamento. Por outro lado, a exposta e seu “pretendente” aceitava a situação em função do interesse no dote.²⁰¹ Neste caso, o contrato demonstra as preocupações com honra e moralidade de uma época, além dos princípios religiosos presentes na inauguração do Asilo dos Expostos.

A preocupação com a honra e submissão é um dos principais temas presentes no acordo, em que a domesticidade possuía um peso central neste tipo de arranjo. Além de não existir temas como definição de jornada de trabalho, as fronteiras entre o trabalho e vida privada da criada era quase que inexistente. Nas primeiras décadas de atuação da Santa Casa no mercado de trabalho doméstico, o sentido religioso e pedagógico imperava nos contratos.²⁰² O primeiro objetivo era fixar estas domésticas em lares considerados honrados. Consequentemente, a Misericórdia acreditava que estas trabalhadoras se tornariam, ao se desligar dos cuidados da irmandade, mulheres cristãs honradas e que viveriam do seu trabalho. O segundo objetivo, silenciado nos documentos oficiais, era fornecer aos irmãos da Misericórdia ou “lares honrados”, trabalhadoras submissas e com comportamentos moldados pela Santa Casa. As cláusulas de características morais do

²⁰¹ O pedido de casamento era enviado por correspondência e debatido pela Mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Casar com as bênçãos da irmandade significava assegurava a exposta e seu marido receber um enxoval e o dote de 400\$000 (quatrocentos mil réis). Ocorreram episódios em que as expostas se casavam sem a aprovação da irmandade e, mesmo assim, buscavam o dote com o argumento de que o casamento teria ocorrido de acordo com os princípios da igreja.

²⁰² SILVA, M. H. C., 2011, p. 72.

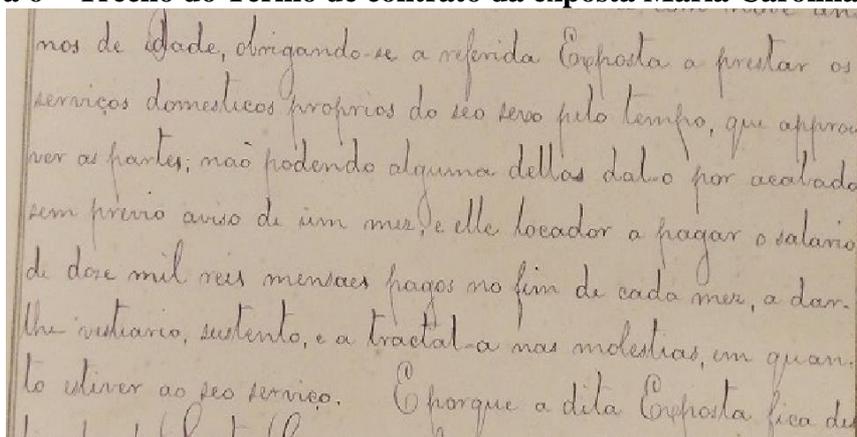
controle feminino tem relação direta com a própria organização do Asilo da Santa Casa. Com o avanço do pensamento laico no início do século XX, e com o desligamento das religiosas que geriam o local, este tipo de preocupação deixou de ser até mesmo lembrado nos termos de saída das expostas.

O que de fato influenciou este tipo de documento, sem dúvida, foram as Ordenações Filipinas que vigoraram no Brasil nos tempos da Colônia e em boa parte do século XIX. Estas regras, antes de tudo, definiam os limites mínimos de uma relação de trabalho livre. As multas e as restrições também seguiram os padrões encontrados em diversos tipos de contratos ao longo do período oitocentista.

Ao longo do tempo estes documentos sofreram alterações a respeito dos limites impostos no acordo, conservando elementos de fácil associação com os serviços de mulheres escravizadas e incorporando pontos de uma nova ordem política.

Ainda, em 1870, a Misericórdia abandonou o contrato impresso. Como já mostramos, o *Termo de Locação e Serviços Domésticos*, primeiro livro de contrato adotado pela Misericórdia, assinados por Margarida Angelica, Antonia Maria, Angelica Maria e Lauriana Joaquina, foi substituído por um livro de registros de locação e saída dos expostos (o desligamento de órfãs adultas e os órfãos que eram reclamados por seus pais).²⁰³ As locações passaram a ser registradas de maneira totalmente escritas.

Figura 6 – Trecho do Termo de contrato da exposta Maria Carolina - 1871



nos de idade, obrigando-se a referida Exposta a prestar os serviços domésticos próprios do seu sexo pelo tempo, que apparecer as partes, não podendo alguma dellos dal-o por acobardo sem previo aviso de um mez, e elle locador a pagar o salario de dose mil reis mensaes pagos no fim de cada mez, e dar-lhe sustento, e a tractar-a nas molestias, em quanto estiver ao seu serviço. E porque a dita Exposta fica de

Fonte: ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893.

²⁰³ Devemos lembrar que a Roda do Asilo dos Expostos era utilizada, entre outras coisas, como um local para abandono temporário em função da morte de um dos genitores, problemas graves de saúde ou momentos de carestia. De acordo com o Regulamento do Asilo dos Expostos, “o menino que for exposto poderá ser a todo tempo reclamado: a pessoa que for reclamar fará e assinará um requerimento circunstanciando acerca do fato ao Mordomo dos Expostos [...]”. ASCMBA. Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874, p. 15.

Com a mudança nos locais de registros, verificamos que as poucas condições escritas nos contratos surgiam a partir da especificidade de cada acordo. Por exemplo, quando menor de 12 anos, dizia-se que o pagamento pelo serviço deveria ocorrer quando a exposta alcançasse a idade mencionada. Nos contratos das órfãs adultas que ainda permaneciam no Asilo, as regras tratavam da possibilidade da desvinculação desta para com a Santa Casa. As normas que tratavam da honra deixaram de ser escritas nos contratos, o que criou uma percepção de relativa flexibilidade. Leio a readequação de contratos de locação e serviços dos expostos a partir de uma noção mais pragmática da Misericórdia, com foco na relação entre trabalho e salário, pelo menos até as duas primeiras décadas do século XX.²⁰⁴ A condição de exercer exclusivamente serviços internos também desapareceu da documentação. Cabe lembrar que ao fim da escravidão, as ruas de Salvador continuaram a ser ocupadas por mulheres pretas e pardas que viviam dos mais variados serviços. Os padrões de representação da liberdade destas mulheres eram entendidos de modo preconceituoso pelas elites. A exclusão das cláusulas que remetem a preocupação com a “honra” são sinais da reorganização dos arranjos de uma instituição que se transformou na moralidade na *Belle Époque*.²⁰⁵

No período entre 1870 a 1909, entre idas e vindas, 103 mulheres foram alugadas pela Misericórdia como trabalhadoras domésticas. A maior parte dos acordos eram remunerados, porém, os contratos sem remuneração foram realizados com um pequeno número de meninas mais jovens, que confundia criação com aluguel de serviço. O esforço da instituição era para encaminhar os meninos como aprendizes de mestres de ofício, em escolas agrícolas, na Casa Pia ou Marinha. No entanto, esta tarefa não teve êxito e alguns órfãos foram aproveitados nos serviços domésticos. Em geral, a locação sem salário ocorria de maneira considerável entre os meninos, situação que a Misericórdia parecia encarar como uma espécie de alívio pela falta de espaço interno para mantê-los como aprendizes de ofícios. Não encontrei um padrão de diferenciação salarial das órfãs a partir

²⁰⁴ Sobre as relações de trabalho que adentram a República, ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ª ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2005, p. 46.

²⁰⁵ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989; FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das mulheres**: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita. 1994. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

do cruzamentos com os critérios raciais. O que sugere uma questão subjetiva dos padrões salariais ou até mesmo era levado em consideração as habilidades da órfã – fato que não era evidenciado nas narrativas dos contratos.

Os termos de saída para serviços domésticos de meninos órfãos quase nunca comportava um salário e seguia também o padrão estipulado pelo Código Filipino – em que os meninos até os 14 anos não recebiam salário, “porque a criação, que se neles faz, lhes deve ficar por satisfação de quaisquer serviços que façam” (XXXI). Além disso, os órfãos poderiam ser dados a quem os criassem e os ensinassem ofício com a exclusiva obrigação da criação, vestuário e alimentação, sem a obrigação de pagar salário.²⁰⁶

As histórias dos órfãos gêmeos Cosme e Damião, oriundos do asilo dos expostos, abrem o caminhos para percebermos a constante presença do serviço doméstico para as camadas mais pobres da cidade. No dia 7 de fevereiro de 1867, foram acolhidos no Asilo dos Expostos os gêmeos “com dois meses de idade”. O batismo ocorreu no dia seguinte, como orientado pelo Regulamento do Asilo; e os irmãos receberam os nomes, respectivamente, de Cosme Damião de Mattos e Damião Cosme de Mattos.²⁰⁷ Afinal, imperava no Asilo algumas das convicções religiosas do período.²⁰⁸ Além da homenagem aos santos católicos, também chama atenção nas trajetórias dos irmãos o elo entre os contratos do serviço doméstico elaborados dentro e fora dos muros da Misericórdia.

Cosme saiu para criação externa, mesmo que em sua matrícula não conste esta informação. Seu irmão, por sua vez, também foi entregue para ser criado externamente, onde passou a primeira infância sob os cuidados de uma ama externa contratada pelo asilo dos expostos. O regresso de Damião ao Asilo no dia 15 de março de 1873.

No dia 30 de janeiro de 1880, Cosme Damião de Mattos, com 13 anos, compareceu a sala dos despachos para aprender um ofício fora do Asilo. Assim como, o Capitão Luiz Magno da Cunha Bahia compareceu na condição de fiador do senhor Cosme das Virgens. Luiz Bahia era fiscal “do imposto de consumo” da terceira seção, responsável por Mares, Penha, Pirajá e Itapuã, enquanto que Cosme das Virgens possuía

²⁰⁶ ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4ind.htm>. Ver: XXIX e XXXV do Livro 4º.

²⁰⁷ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 65-66.

²⁰⁸ Cf. ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diário. 1874, p. 06; VIDE, D. Sebastião Monteiro. **As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo, Typographya 2 de Dezembro, 1853. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222291>. Acesso em: 22 de março de 2015.

uma alfaiataria na ladeira da Conceição, n. 10.²⁰⁹ Ao longo do século XIX, boa parte dos locatários dos serviços dos órfãos eram pessoas das camadas sociais médias e dominantes, sobretudo no que diz respeito ao serviço doméstico. Entre os patrões, estavam os funcionários públicos, militares, advogados, médicos, pequenos e grandes negociantes, políticos e pessoas com título de nobreza. Existiam também àqueles que tiveram acesso aos serviços dos órfãos da Misericórdia através de um fiador, como no caso de Cosme das Virgens. Porém, a circulação dos órfãos no século XIX não estava restrita aos lares mais abastados, muito menos era formalizada, uma vez que muitas famílias tinham o hábito de acolher enjeitado. Inclusive, Marcílio defende que este modelo informal foi o sistema de proteção mais amplo de toda a História do Brasil.²¹⁰ Um dos objetivos da Misericórdia na entrega de órfãos do sexo masculino era justamente o aprendizado junto ao mestres de ofício. Não podemos esquecer que a legislação nacional e os contratos dos expostos não fizeram referência ao perfil econômico dos possíveis patrões.

No acordo intitulado “Termo de Saída”, o “contrato feito para retirar do Asilo dos Expostos o menor Cosme Damião” era para o serviço de aprendiz de alfaiate, que era a profissão de Cosme das Virgens. É importante lembrar que muitos contratos, sobretudo dos meninos expostos, eram intitulados simplesmente como “saída”, sendo serviço doméstico ou não. Em uma das disposições do acordo assinado, o senhor Bahia era obrigado “a vestir, tratar e sustentar o referido exposto até a maioridade, sem dispêndio algum para a Santa Casa. O documento também faz referência ao “amor” que a mulher de Cosme das Virgens sentia pelo órfão porque foi “mãe de criação do mencionado exposto”. Para situar melhor o leitor sobre esta referência, devemos relembrar que o itinerário de um exposto, vias de regra, era o amparo através da roda, a criação interna com amas de leite e a criação externa com as chamadas amas secas. Estes expostos retornavam ao Asilo onde frequentavam a escola interna antes de deixar o Asilo por meio de alugueis. Portanto, existia uma relação mais profunda entre a família de Cosme das Virgens e o órfão, que vem do período em que o menor esteve com esta família para

²⁰⁹ Cf. FBN. **Almanack do Estado da Bahia: administrativo, indicador e noticioso** (BA). Salvador, 1898 a 1903. Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, p. 361. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829536/1697>. Acesso em: 13 dez. 2021. Alguns anos mais tarde, Luiz Bahia migrou para o Rio de Janeiro e ascendeu ao posto de Major. FBN. **Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia** (BA). Salvador, 1860, p. 404. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706825/2022>. Acesso em: 13 dez. 2021.

²¹⁰ MARCÍLIO, 1998, p. 136.

criação externa. Aqui, há uma nítida relação de trabalho e sentimento que pode soar como contradição e estranheza em nossa época, mas, fazia sentido no século XIX. O provedor mandou lavrar o termo em que a Santa Casa ficava responsável por fiscalizar o tratamento recebido por Cosme de Mattos.²¹¹

No dia 2 de abril daquele mesmo ano, foi a vez de Damião deixar o Asilo, para, também, aprender ofício. O locatário, Carlos Ferreira da Costa, compareceu para levar o órfão a partir dos seguintes termos:

*“[...] para o fim de assinar o presente termo, que é a prova do contrato que tem feito com a Santa Casa, para retirar do Asilo dos Expostos, o menor Damião Cosme, que vai aprender o ofício de fazer caixas de charutos, na oficina do seu requerente à ladeira da Conceição da Praia, obrigando-se o mesmo Carlos a vestir, tratar e sustentar o referido exposto, que hoje conta com 13 anos, até a maioridade dele, sem dispêndio algum para a Santa Casa”.*²¹²

É possível observar que Damião iria aprender o ofício de fazer caixas de charutos e que estaria muito próximo do seu irmão, Cosme. Ambos foram trabalhar na ladeira da Conceição, também conhecida como ladeira da Montanha, elo entre a Cidade Alta e o Comércio. Não me parece ser um simples acaso que os irmãos estivessem na mesma área. Não descarto a hipótese de Cosme ter indicado o seu irmão para o senhor Carlos da Costa, que vivia e trabalhava na mesma rua da loja do artífice que fabricava caixas de charutos. Afinal, apesar das dificuldades da condição da orfandade, os órfãos também buscavam tomar o próprio destino. Os contratos de ambos dão conta da condição mínima exigida pela Misericórdia nos contratos dos órfãos do sexo masculino: ensinar ofício e sustentá-los.²¹³ Na lateral do contrato há duas informações importantes: a primeira mostra que o órfão foi apresentado no dia 25 de agosto de 1881, comprovando que estava sob a responsabilidade do locatário na ladeira da Conceição, n. 15; enquanto a segunda nota é sobre o falecimento de Carlos da Costa.

Os irmãos desapareceram da documentação da Santa Casa, dando indícios que não retornaram para a instituição. Não podemos afirmar que os gêmeos cumpriram seus

²¹¹ ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 38.

²¹² ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 39

²¹³ *Ibidem*.

contratos até a maioridade. Este é um cenário bastante comum, muitos meninos desapareciam da contagem oficial do Asilo.

Os alugueís sem remuneração foram constantemente empregados nos acordos domésticos para a locação de meninos. Este fato fazia parte da legislação sobre os contratos sem a soldada. A Misericórdia não contava com estrutura ou projeto institucional para manter os meninos órfãos até a maioridade no asilo e ensinar-lhes, por conta própria, ofícios, como semelhantes aos ensinados em instituições como a Casa Pia Casa de Órfãos de São Joaquim.

Uma quantidade considerável de órfãos do sexo masculino foi envolvida em locação de serviços domésticos. Ao todo, 47 meninos foram alugados durante o período de 1870 a 1912, muitas vezes sob o título de “criação até a maioridade”.²¹⁴ Nenhum órfão descrito como branco pela documentação experimentou o trabalho doméstico sob locação. Em geral, estes meninos eram entregues como aprendizes de alguns tipos de ofícios, como aprendiz de farmácia, ou como aprendizes de algum administrador na própria Santa Casa. A instituição discriminava os meninos a partir de critérios raciais no contexto das relações de trabalho. Em outras palavras, a cor definia o ofício!²¹⁵

2.3 Discursos e tentativas de regulamentação do trabalho doméstico

No dia 26 de agosto de 1877, o periódico baiano *O Monitor* transcreveu uma reportagem do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, a respeito da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. A escola ficava localizada em Petrópolis e foi criada pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade. Apesar do positivo espanto do jornalista com a “novidade”, a Escola Doméstica funcionava de forma semelhante ao Asilo dos Expostos de Salvador: meninas pobres e órfãs educadas nas primeiras letras e, sobretudo, nas tarefas domésticas.

²¹⁴ Apesar do serviço doméstico ser considerado um ofício, ele era entendido de maneira diferente do ponto de vista do resultado do produto do seu trabalho. Para além desta discussão, a Misericórdia entendia o serviço de criado como ‘dito do sexo’ Vocábulo utilizado com recorrência nos livros de locação e serviços dos expostos.

²¹⁵ O Capítulo 3 apresenta um panorama de quantitativo e qualitativo entre a questão racial e o trabalho dos órfãos do sexo masculino do Asilo dos Expostos.

As educandas aprendem a ler, escrever, contabilidade e doutrina cristã, fazem suas semanas de cozinhar, lavar, engomar e todas as obras da agulha, bem como trabalham em horticultura e jardinagem vulgares. Todas sabem que depois de 21 anos deverão sair da casa contratando seus serviços a famílias honestas que as procurarem [...] Aquelas, entretanto, que revelam inteligência e maior soma de aptidão lhes é ministrada uma maior cultura de modo a se prepararem para o professorado [...]”E as escolas virão, e não ficara a meio caminho esta instituição, destinada a arrancar as filhas do povo à miséria, a ignorância e ao vicio, formando d’elas entes uteis á sociedade, criadas honestas, que os ricos se considerarão felizes de admitir nas suas casas, em substituição do elemento corrupto e corruptor que ainda constitui quase geralmente o nosso serviço doméstico.

O jornal costumava produzir reflexões sobre o papel das meninas expostas no mundo do trabalho, realizando comparações entre o serviço doméstico e a educação que poderia transformar uma exposta em uma professora. Outra semelhança entre a Escola Doméstica e o Asilo dos Expostos é o teor quase que teleológico do acolhimento, isto é, como se o amparo e a criação “honestas” tivessem como objetivo final a condicionante de servir aos “ricos”. O texto jornalístico estabelece a imagem das domésticas como “elemento corrupto e corruptor” que, embora não seja explícito, pode ser lido como referência a instituição escravista ou associado à raça. Em 1877, os escravizados já não eram maioria entre os trabalhadores domésticos, o que corrobora com o discurso de “degeneração” relacionado aos libertos e livres envolvidos nos serviços domésticos. Em *As vítimas-algozes*, publicado em 1869, Joaquim Manoel de Macedo estabelece aspectos da narrativa em que os escravos são apresentados com a habilidade de dissimular e persuadir os seus senhores em favor dos próprios interesses. Na obra, o elemento “corruptor” é desenvolvido através da dissimulação, responsável por traições, roubos e assassinatos. Joaquim Macedo realiza uma profunda descrição pejorativa sobre o escravo, sobretudo, o cativo domésticos. Entre os muitos personagens, a *mucama* Lucinda é descrita como “perversa”, “desleixada”, “desnaturada”, “corrompida na escravidão” e responsável por corromper *Cândida*, sua sinhá, “ensinando-lhe rudemente teorias sensuais da missão da mulher”.²¹⁶ Não existe literatura fora da História, uma vez que a literatura é uma das maneiras de interpretar e estar na História. Este tipo de aproximação

²¹⁶ MACEDO, Joaquim Manoel de. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Rio de Janeiro: Tip. Perseverança, 1869.

pode revelar elementos “estruturais” da sociedade brasileira.²¹⁷ Os discursos contra os trabalhadores domésticos nunca foram leves, sobretudo por sua relação com a escravidão. Em meados do século XIX, não foram raros os escritos da literatura que cunharam a imagem preconceituosa dos escravos domésticos como os “inimigos” do lar, dissimulados que persuadiam seus senhores, praticavam crimes e influenciavam as famílias com seus comportamentos pervertidos, embora existissem visões diferentes sobre os trabalhadores domésticos.²¹⁸

A domesticidade havia se tornado alvo dos debates jornalísticos e ganhava atenção na esfera política. Discussões como a formação e o aproveitamento de órfãos neste tipo de trabalho ajudam a entender o saudosismo de quando o serviço era quase que exclusivamente exercido por pessoas escravizadas. Em 1887, João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província da Bahia, escreveu, com otimismo, no dia 4 de janeiro, sobre o projeto de posturas do serviço doméstico aprovado pela Câmara:

*Aberta a matrícula na Repartição da Polícia, à ela tem comparecido avultado número de indivíduos de ambos os sexos. Esta prevalência, há muito reclamado, era necessária não só para garantia dos que se entregavam ao serviço doméstico, como dos que tomam para o dito serviço.*²¹⁹

Na interpretação das autoridades, a inscrição serviria como uma forma de fornecer garantias para os prestadores de serviço doméstico. No entanto, dentre todas as notícias e editoriais lidos nesta pesquisa, havia apenas o argumento de proteção dos direitos da parte de quem contratava o serviço, além dos deveres, sobretudo relacionados a permanência, da parte dos trabalhadores. O fato de existir um pequeno número de trabalhadores matriculados, dentro da heterogeneidade que compunha a categoria, mostra ser possível que algumas pessoas tenham entendido que a matrícula poderia trazer algum retorno positivo ou algum tipo de proteção advinda da legalidade, como o compromisso de receber corretamente o salário acordado.

²¹⁷ GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²¹⁸ Cf. ALENCAR, José Martiniano de. **O demônio familiar**: Comédia. Campinas: Pontes, 2002, p. 92. ISBN 8571131627.

²¹⁹ **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo** (BA). Salvador, 04 de abril de 1887, p. 24, <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/12179>. Acesso em: 15 jun. 2019.

A proximidade da abolição motivou o desenvolvimento de leis para regulamentar os serviços domésticos em todo o Brasil, a partir da segunda metade da década de 1880. Devemos ressaltar a movimentação liderada por políticos baianos – o baianismo - que exerceram políticas de escravidão e que tentavam manter o *status quo* da classe senhorial a partir do investimento na produção do trabalho dependente.²²⁰ Em 1886, a Câmara Legislativa de Salvador apresentou um projeto de *Posturas* para a regulamentação do trabalho doméstico livre. O sentido do trabalho doméstico era amplo e abarcava ocupações “de cozinheiro, copeiro, lacaio, cocheiro, jardineiro, moço de hotel, casa de pasto e hospedaria, de costureira, engomadeira, ama seca ou de leite, e, em geral, de qualquer serviço doméstico”.²²¹ O projeto de locação e serviço doméstico estabelecia, entre outras coisas, a inscrição de matrículas e os deveres dos prestadores de serviços domésticos. Mesmo que uma lei não possa ser reduzida a uma única interpretação, o trecho abaixo pode ser lido como uma espécie de síntese do discurso senhorial preocupado em tentar controlar estes homens e mulheres que, em sua maioria, eram pretos e pardos, livres ou libertos.

Por providência do Presidente da Província da Bahia, João Capistrano Bandeira de Mello, as *Posturas* foram publicadas no dia 4 de janeiro do ano seguinte. Ao todo, foram reveladas 27 itens. De acordo com Marina Barreto, o argumento utilizado para regulamentar o trabalho doméstico era garantir segurança aos patrões, demonstrando os mecanismos de controle para assegurar a contratação de criados com bom comportamento.²²²

Actas das Sessões da Câmara de Salvador
“Acta da Sessão extraordinária em 30 de Dezembro de 1886.
Presidência do Sr. Dr. Augusto Ferreira França.
[...] 9.^a – Toda a pessoa das referidas na postura n.º 1, quer se ache inscrita, quer não, que abandonar o estabelecimento ou casa em que houver locado o seu serviço, antes de findo o prazo certo do contrato

²²⁰ NEGRO, Antonio Luigi. **Coisa de branco**: a queixa e a mágoa da falta de aviso e de indenização; ou socorro e auxílio. A contrariedade senhorial ante a revolução ou golpe falta do 13 de maio de 1888; e suas complicações (Bahia, Brasil, e um pouco além). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018, p. 41. Sobre este aspecto do “baianismo”, ver: RAMOS, Itan Cruz. **Saraiva, Dantas e Cotegipe**: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889). 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

²²¹ APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia. **Posturas sobre o serviço doméstico, Edital nº 1 de 05/01/1887**, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Fundo do Governo da Província, Maço 1417, Correspondência recebida da Câmara de Salvador (1887/1889).

²²² BARRETO, 2018, p. 29.

que por alguns dos meios reconhecidos em direito tenha feito, não tendo alguma das justas causas de que trata a postura seguinte, incorrerá na pena de 20\$000 de multa, ou 4 dias de prisão, sem prejuízo das mais em que possa também incorrer. A pena será dobrada nos casos de reincidência [...].

O Código de *Posturas* da capital baiana era semelhante aos códigos que multiplicaram-se por várias regiões do país, para legislar os acordos entre os contratantes e os trabalhadores que prestavam uma diversidade de serviços domésticos. O trecho selecionado também é um ponto norteador desta lei – uma vez que o maior interesse dos patrões era justamente limitar as saídas e/ou abandono do serviço por parte dos contratados. Além disso, mesmo após décadas desta lei ter caído em desuso, sua memória era constantemente evocada por parte dos contratantes – e amplificada nos periódicos, como veremos a seguir.

O grupo de trabalhadores matriculados em Salvador é bastante heterogêneo, seja na questão etária, tipos de serviços ou nacionalidade. Ao analisar a documentação das matrículas de Salvador, encontramos apenas cinco pessoas que passaram pelo Asilo dos Expostos na condição de órfãos, entre eles reencontramos as histórias de Cosme e Damião nas matrículas em 1887. A única informação sobre as características físicas de Damião era a sua miopia.²²³ Cosme foi descrito como uma pessoa de cor parda, de estatura baixa, rosto comprido, olhos e cabelos pretos, além de nariz grande, boca pequena e “barba com caroço”.²²⁴ O documento apresenta alguns erros em relação aos nomes dos pais do órfão. Em um deles, consta que Cosme seria filho de Maria Franklina do Amor Divino e Antonio da Costa de Sant’Anna, no registro do outro irmão, Damião, aparece Maria Francolina do Amor Divino e Manoel da Costa Sant’Anna. Damião foi inscrito logo no primeiro dia de vigência das matrículas de criados. Em seu registro, o exposto declarou “estar alugado há 4 para 5 anos, como criado de servir em casa do Dr. Joaquim Rodrigues Ferreira a rua da Mangueira, nº 20, Freguesia de Sant’Anna”. Seu irmão, Cosme, foi registrado dez dias depois, afirmando prestar serviço de “criado” na casa do senhor Teixeira de Sá, “na rua dos hospitais”, no dia 15 de abril de 1887.

²²³ APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia. **Matrículas de trabalhadores domésticos avulsas**, 1887, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Fundo de Polícia, Maço 6506, Assuntos diversos (1887/1888). Matrícula de Cosme Damião de Mattos, n. 4.

²²⁴ *Ibidem*, Matrícula de Damião Cosme de Mattos, n. 249.

Foi possível localizar outras duas matrículas de criados da cidade de Salvador em 1887, contendo informações sobre órfãos do sexo masculino oriundos do Asilo dos Expostos. Trata-se de Jacintho Thomaz de Mattos e João Baptista de Mattos, o primeiro foi enjeitado no dia 14 de agosto de 1869. Em em 1887, Jacintho tinha 20 anos enquanto que João estava com 23 anos. Descrito como “pardo”, Jacintho “foi dado a criar” no mesmo mês para a senhora Maria Magdalena do Nascimento.²²⁵ Em 1874, Jacintho saiu do Asilo por meio de contrato, a partir de uma petição escrita pela mesma senhora Maria Magdalena no dia 4 de agosto. O acordo de criação foi estipulado até a maioridade e a Santa Casa não teria mais responsabilidade, dando “alta definitiva” ao menino. Este acordo foge um pouco dos padrões porque embora a Misericórdia tenha facilitado a saída dos órfãos do sexo masculino, os contratos sempre colocavam a condição do poder da instituição de fiscalizar estas relações.

É plausível acreditar que este acordo ocorreu por amor de criação, afinal, foi a mesma Maria quem cuidou, alimentou e vestiu o órfão ao longo da primeira infância. Não é raro encontrar episódios em que as famílias se apegavam aos pequenos órfãos.²²⁶ Também é possível imaginar que sua vida teria um desfecho diferente daqueles encarados por 70,1% dos meninos expostos que saíram por contrato. Uma vez desligado da Misericórdia, Jacintho desapareceu da documentação. João, descrito como “crioulo”, também foi entregue para uma criadeira externa de nome Odorica Maria do Sacramento, com quem permaneceu por cinco anos. No dia 9 de outubro de 1874, João Baptista foi entregue a Bibiano Fernandes de Campos até a maioridade - o que na prática representava a possibilidade de explorar a força de trabalho do órfão ou ensinar-lhe algum ofício - sem qualquer dispêndio por parte do locatário, tendo como a única cláusula a obrigação de “apresentar” o órfão sempre que “exigido” pelo Asilo dos Expostos.

Ao observar a matrícula de Jacintho, de 1º de abril de 1887, podemos notar que o modelo de descrições física era semelhante àquele usado pela Misericórdia da Bahia:

²²⁵ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 35.

²²⁶ A documentação apresenta informações em que as “criadeiras externas”, também conhecidas como amas secas, ou amas-de-leite, realizavam o requerimento para permanecer com os órfãos a partir do argumento do “amor”. Há, também, indicação de famílias, e não apenas mulheres, reivindicavam a permanência do órfão a partir das relações de afeto desenvolvidas pelas crianças durante a primeira infância.

*Cor parda, acaboclada, estatura a crescer, rosto oval, olhos castanhos, sobrancelhas regulares, cabelos pretos e arrumados, nariz reg. Imberbe (sic), tem marcas de varíola no rosto.*²²⁷

Identificado sob o número de matrícula 1188, Jacintho Thomaz de Mattos teve suas características físicas minuciosamente detalhadas, passando de “pardo” para “cor parda, acaboclada” em uma espécie de classificação racial usada também pela Santa Casa, fluida e bastante comum na segunda metade do século XIX. No local de informações sobre os pais, aparece a expressão “incógnito”, acrescido de natural de Salvador. O antigo interno do Asilo dos expostos foi “alugar-se em casa do Major Leocádio Duarte da Silva” na estrada da Rua do Carmo no serviço de “criado”. João Baptista foi matriculado em 20 de abril de 1887 e também apresentava informações sobre filiação descritas como “incógnita”. Na matrícula, Baptista era descrito como um rapaz de cor preta, estatura regular, sobrancelhas regulares, boca grande e alguém que “não tem barba”. Registrado como “copeiro”, o órfão declarou estar alugado há apenas 8 dias no Hotel Caboclo.²²⁸ Ainda que não conste no documento, o hotel ficava localizado na rua de Santa Bárbara e pertencia a Salustiano Dias de Andrade.

Os contratos assinados por Cosme, Damião, Jacintho e João Baptista eram registrados na Secretaria de Polícia. Além da obrigatoriedade da apresentação do comprovante de vacinação, o criado inscrito era obrigado a comparecer frente a autoridade policial a cada ano. Os tópicos presentes da legislação buscavam, sobretudo, controlar as mulheres que ofertavam os serviços como amas-de-leite²²⁹ e atender a uma demanda latente dos patrões: instrumento de coerção para evitar o desligamento unilateral do contrato por parte dos trabalhadores.

²²⁷ APEB. **Matrículas de trabalhadores domésticos avulsas.** Matrícula de Jacintho Thomaz de Mattos, n. 1188. De acordo com o dicionário brasileiro de língua portuguesa, imberbe significa: “Que ou aquele que não tem barba; 2. Que ou aquele que ainda é muito moço; jovem, novato.

²²⁸ *Ibidem.* Ver: matrícula de João Baptista de Mattos, n. 34.

²²⁹ Cf. CERQUEIRA; VITORIA, 2020. Ver também: MARKO, Tamera. A wet nurse, her masters, a folkhealer, a pediatrician, and two Babies: negotiation of a 'raceless' motherhood ideal and cultural legacies of slavery in 1880 Rio de Janeiro. In: _____; WARREN, Adam (Ed.). **Women, ethnicity, and medical authority: historical case studies in reproductive health in Latin America.** San Diego: Center for Iberian and Latin American Studies/University of California, 2004, pp.60-62. As amas-de-leite enfrentaram duras perseguições especialmente quando o assunto era a ama “de cor”, pois, suscitavam críticas sobre supostos costumes “perigosos” e “anti-higiênico” prejudiciais à saúde da criança e oposto ao ideal de “civilidade” e “modernidade”. De acordo com a autora, o desenvolvimento da pediatria como disciplina médica e como especialidade criou um foco médico intenso na criança no contexto de construção da nação.

*9.^a – Toda a pessoa das referidas na postura n.º 1, quer se ache inscrita, quer não, que abandonar o estabelecimento ou casa em que houver locado o seu serviço, antes de findo o prazo certo do contrato que por alguns dos meios reconhecidos em direito tenha feito, não tendo alguma das justas causas de que trata a postura seguinte, incorrerá na pena de 20\$000 de multa, ou 4 dias de prisão, sem prejuízo das mais em que possa também incorrer.
A pena será dobrada nos casos de reincidência.²³⁰*

Em geral, as penalidades estão presentes em várias partes do contrato sob forma de pagamento de multa de 20\$000 réis ou quatro dias de prisão. É interessante notar como a relação entre os direitos e deveres nas matrículas visava atrair os trabalhadores. Enquanto os deveres não dependiam da inscrição do trabalhador, os direitos eram restritos aos matriculados. Entre os deveres dos patrões, estavam o pagamento do valor acertado. Tanto os patrões, quanto os empregados possuíam direitos por justa causa.

Barreto explica que não é possível averiguar de que forma a legislação foi usada na prática e que, inclusive, tenham permanecido como uma formalidade.²³¹ Neste ponto, há semelhanças com os contratos de alugueis dos órfãos da Misericórdia, com o desaparecimento das cláusulas, permaneceu apenas elementos básicos sobre salário, doença e roupas. As posturas aprovadas em 1886 e iniciadas em 1887, possuem elementos semelhantes ao contrato da Misericórdia que vigorou excepcionalmente em 1870, com a incidência de multas em forma de pagamento em dinheiro e a tentativa de legislar sobre as relações de trabalho de maneira minuciosa. Ambos os documentos, elaborados em contextos diferentes, têm em comum a centralidade do seguinte aspecto: contratos elaborados com o sentido de nortear o trabalho doméstico livre, mesmo que o primeiro caso a liberdade apareça de forma “tutelada”.

Trazer à tona as dinâmicas que influenciaram na construção dos arranjos do serviços domésticos é pertinente para a compreensão das características que ajudaram a moldar uma multiplicidade de acordos. Apesar da semelhança, quase que uma espécie de replicação e padronização das leis aprovadas em diversas cidades, na prática, os arranjos individuais e informais, entre criados e patrões, sobressaíram em relação a normativa.

²³⁰ AHMS - Arquivo Histórico Municipal de Salvador. **Actas das Sessões da Camara de Salvador**, 30/12/1886.

²³¹ BARRETO, 2018, p. 46.

Afinal, as normativas caíram em desuso já na década de 1890. Como pode ser vista a seguir, a lei passou a ser lembrada em editoriais que criticavam os trabalhadores e evocavam o argumento da “desorganização” do serviço doméstico. A Santa Casa de Misericórdia não ficou de fora das transformações que ocorreram no mundo do trabalho. Acredito que a construção do próprio modelo de acordo da Santa Casa teve influências dos debates públicos, porém, seu objetivo era atender um perfil exclusivo de locatários da cidade de Salvador. Os arranjos contratuais da Misericórdia, contados a partir de trajetórias de meninas e meninos podem oferecer diferentes significados sobre os acordos firmados, revelando permanências e transformações sobre as condições de trabalho.

Em pronunciamento no dia 4 de outubro de 1887, João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província da Bahia, mostrava-se satisfeito com a presença do “avultado número de indivíduos de ambos os sexos” que compareceram para realizar as matrículas a partir do projeto de regulamentação dos serviços domésticos em Salvador.²³² De acordo com o governador, “esta prevalência, há muito reclamada, era necessário não só para garantir dos que se entregam ao serviço doméstico, como dos que se tomam para o dito serviço”.²³³

*Atendendo às razões aduzidas pelas Câmaras Municipais desta Capital, das cidades de Santo Amaro, Feira de Santana, e Vila de Canavieiras e Curralinho, resolvi, usando o a faculdade conferida pelo art. 2 do Decreto de 25 de Outubro de 1831, por Atos de 5 de Novembro, 17 e 31 de Março, 13 de abril e 14 de Setembro do corrente ano aprovar provisoriamente por esta Assembleias, as posturas formuladas pelas referidas Câmaras.*²³⁴

É preciso ressaltar que muitas *Posturas* criadas para orientar o serviço doméstico em outras cidades continuam intocadas pela análise histórica e merecem atenção. Dentre as posturas, Bandeira de Mello pede atenção especial para a postura de 4 de janeiro daquele ano, que estabeleceu na Secretaria de Polícia um livro de registro destinado à inscrição das pessoas que, sendo livres ou libertas, tomassem mediante salário a ocupação

²³² **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo** (BA). Salvador, 4 out. 1887. 2ª Sessão da 26ª Legislatura, Ano XIII, n. 3820, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/130605/12202>. Acesso em: 14, out. 2021.

²³³ **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo** (BA). Salvador, 4 out. 1887. 2ª Sessão da 26ª Legislatura, Ano XIII, n. 3820, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/130605/12203>. Acesso em: 14, out. 2021.

²³⁴ *Ibidem*.

de cozinheiro, copeiro, lacaio, cocheiro, jardineiro, moço de hotel, casa de pasto e hospedaria, de costureira, de engomadeira, ama seca ou de leite, e em geral qualquer serviço doméstico.

Na edição de sábado, 20 de agosto de 1892, o *Jornal de Notícia* escreveu em seu editorial a “Questão do dia”, cujo tema era a “criadagem”. Tomada como mote “das mais interessantes para a municipalidade”, o jornal sugere que a “organização do serviço de criados” foi um tema tratado com pouca eficácia. A reclamação referente a “falta” de empregados não era uma particularidade de Salvador. Mas, o jornal fazia alusão à Lei de Matrículas de Criadas de Servir e afirmara que: “pode-se dizer que não há criadagem n’esta cidade”.

N’este terreno nada temos conseguido de adiantado e de cômodo; e pode-se até dizer que não há criadagem n’esta cidade, tamanha as dificuldades com que luta a família baiana para adquirir bom serviçal em cujo cumprimento de deveres possa confiar e, o que é mais, de cuja honestidade haja certeza. Vemos, todos, infelizmente, a felicidade irresponsável com que um criado qualquer que seja o ramo de sua atividade, abandona uma casa, muitas vezes em ocasiões as mais requerentes do seu auxílio sem outro motivo que o impulso da vadiagem, uma festa de igreja, um baile pastoral, etc.²³⁵

As críticas aos criados se davam a partir do tradicional discurso: mais controle sobre os trabalhadores domésticos e os ataques contra a honestidade de quem prestava o serviço. Argumentou-se que há, entre os que oferecem o serviço, desorganização e “intempestividade” de retirada da casa, “de uma hora para outra, sem prejuízo, algum para si”. No dia seguinte, os criados encontrariam colocação com a mesma facilidade “sem que lhe sejam pedidos documentos de perícia ou de moralidade, como faz-se em muitos países da Europa, onde um criado fica inutilizado por uma nota má em sua caderneta”. Os elementos que estruturam a notícia apontam para um evidente recorte de classe que coloca em oposição a “família baiana” e a “criadagem”. A desumanização do criado no discurso jornalístico é evidente no momento em que o trabalhador é colocado na condição de não poder se divertir, elemento visto como “vadiagem”, nem ter crença. O discurso do temor da “desordem” social também invadiu o ambiente doméstico.

²³⁵ **Questão do Dia: criadagem.** *Jornal de Notícia*, Salvador, n. 3820, p. 01, 20 ago. 1892.

Segundo o *Jornal de Notícia*, as reclamações que partiram dos jornais foram escutadas pelo Chefe de Polícia, “que tentou estabelecer a obrigação da matrícula e das cadernetas”. No parágrafo seguinte, o jornal lamenta o fato das matrículas terem caído em desuso e desprezo. O editorial critica as atitudes de resistência dos criados contra as tentativas de controle, afirmando que: criados recusaram-se a comparecer “ao arrolamento, em uma desconfiança toda filha do atraso, e no entanto viram-se aceitos, e puderam empregar-se, sem a formalidade conveniente da caderneta”.

No dia 7 de dezembro, a temática do serviço doméstico retornou aos holofotes do *Jornal de Notícias* com o título “Sentimos a falta de braços”. O argumento era de que a grande corrente migratória para São Paulo estaria desfalcando a força de trabalho até para o serviço doméstico. O jornal criticava os trabalhadores que retornavam de São Paulo e gastavam todo o seu dinheiro com “vinhos e mulheres”, e o fato de alguns emigrados terem retornado “tolos” e “metidos”, tendo ao pescoço um grande lenço multicor, “e não falavam senão por sobre os ombros, contando grandezas de São Paulo”.²³⁶

No dia 15 de dezembro de 1892, novamente o tema do serviço doméstico aparece como uma resposta sobre a movimentação que o periódico tentou organizar anteriormente a respeito das matrículas. O texto mostra uma cópia do ofício que o chefe de segurança pública, Umbelino Muniz Marques, enviou ao 2º comissário, “relativo ao serviço de criadagem entre nós”. O documento falava sobre trabalhar com afã para levantar os créditos da polícia, referenciando o ofício solicitado no dia 23 do mês anterior:

*Portanto, não havendo um serviço regular da criadagem, pode bem acontecer que, se enchendo os cárceres de indivíduos supostos, capadócios e vagabundos, sejam amanhã postos em liberdade, como criados de Pedro e Paulo, por mera proteção e afilhadagem, que, enquanto houver, não se poderá nunca chegar ao resultado que todos devemos apelar.*²³⁷

No documento em questão, o chefe de segurança fala sobre a “captura dos capadócios e vagabundos que infestam à sociedade”, associando a falta de controle sobre os antecedentes criminais numa associação direta entre o mundo da rua e da casa.

²³⁶ **Sentindo a falta de braços.** *Jornal de Notícia*, Salvador, n. 3910, p. 01, 07 set. 1892.

²³⁷ **Serviço de criadagem.** *Jornal de Notícia*, Salvador, n. 3916, p. 01, 15 dez. 1892.

Segundo o seu raciocínio, a vida do crime e o serviço doméstico se misturavam sob a guarida de pessoas que o apadrinhavam.

Dois dias depois, o tema da tentativa de controle da categoria dos trabalhadores domésticos voltou a ser tema da capa do jornal. Em 17 dezembro, o editorial é lançado com o seguinte título: “à nossa criadagem”. Em uma espécie de aviso, foi publicado na íntegra a correspondência do chefe de segurança pública, Domingos Rodrigues Guimarães, que tratava das tentativas de controle do trabalho doméstico. De acordo o texto, o êxito do empenho da polícia foi do próprio *Jornal de Notícias*, quando este esteve ao encontro do chefe de segurança. É lembrado também a obrigação da matrícula da criadagem em 1887 e a importância da caderneta que os patrões lançavam notas de bom ou mau comportamento. De acordo com a circular expedida pelo secretário de polícia aos subcomissários:

“Em 5 de abril de 1889 estabeleceu-se, por ordem da chefia de então, de conformidade com as posturas municipais, de 5 de janeiro do mesmo ano, a inscrição de pessoas que, sendo livres ou libertas, tomassem, mediante salário, a ocupação de cozinheiro, copeiro, lacaio, cocheiro, jardineiro, moço de hotel, casa de pasto ou hospedaria, de costureira e engomadeira, ama seca ou de leite, e, em geral, de qualquer serviço doméstico: e como tenha caído em desuso ou esquecimento tal inscrição, com sensível prejuízo de semelhante ordem de serviços, no intuito de fazê-la a vigorar eficazmente, do dia 3 de janeiro próximo futuro em diante recomendo vos que façais constar em vosso distrito esta minha resolução para que todos aqueles que seu serviço tiverem alguém nas condições, mencionadas, mandem apresentar no comissariado do 2º distrito da capital do referido dia em diante, afim de inscrever-se na respectiva caderneta, que será fornecida gratuitamente, cumprindo que façais ver aos donos ou prepostos de hotéis, hospedarias, casas de pasto, e outros estabelecimentos que lhe tiverem locados seus serviços, a falta de inscrição será punida com a pena de 20\$000 de multa ou quatro dias de prisão e o dobro na reincidência, pena em que incorrerá não só o locatário, como o locador, sendo o processo e julgamento feitos de conformidade com o §4º do art. 120 da lei de 15 de julho d’este ano.”²³⁸

A ideia do chefe de segurança pública era fazer cumprir uma reedição do regulamento das matrículas de 1887, reforçando os mecanismos de punição para ambas as partes. Os argumentos usados por jornalistas e a força policial demonstram que os

²³⁸ **À nossa criadagem.** *Jornal de Notícias*, Salvador, n. 3918, p. 01, 17 dez. 1892.

contratantes e trabalhadores do serviço doméstico, em sua maioria, por motivos distintos, rejeitavam a ideia do controle excessivo por parte do Estado. Embora, muitos sujeitos, como os que aparecem no *Jornal de Notícias* e o próprio chefe de segurança pública, tenham se mantido saudosos das matrículas. Os discursos exaltados pela retomada das *Posturas* eram munidos de um discurso que é anterior à própria matrícula, que se conecta os acontecimentos de 1871, passando pelas matrículas que surgiram da década de 1880. Trata-se da complexidade criada nas relações do serviço doméstico no contexto de massificação da coexistência do trabalho escravo e o trabalho livre.

Com pesar, e tom de surpresa, que nos envergonhou, assistimos então ao desprezo d'essa exigência pelos próprios a quem melhores proveitos ia ela oferecer de futuro imediato, isto é, por muitas donas de casa que começaram por não fazer questão da apresentação da caderneta para a admissão dos criados.

Assim, continua o *Jornal de Notícias*, “dessa condescendência nociva, o resultado deparou-se logo”. Ao insistir na mesma ladainha sobre a facilidade em que um criado “abandona” uma família por uma festa de igreja ou “noite de Reis”, é dito que tal prática não seria aceita na Europa.

No pós-abolição, muitas vezes a imagem do escravizado doméstico contrastava com a de décadas anteriores em discursos que evocavam a saudade do “domínio” sobre estes trabalhadores. As tentativas em estabelecer posturas e a busca por retomada leis que caíram em desuso, mostram os conflitos e resistência na esfera do trabalho doméstico nas últimas décadas do século XIX. Apesar da polícia e do rigor das leis, os discursos militantes nos editoriais de quem queria agradar os patrões, revelam o incômodo com a “liberdade” destes homens e mulheres. Sem dúvidas, o trabalho doméstico livre era encarado como extensão das relações privadas, ainda que legislada pelo Estado. A mobilização do debate jurídico para criar ferramentas para garantir a obediência e a fidelidade é uma reação ao contexto da derrocada da escravidão.

Por outro lado, pensar o impacto do fenômeno da formação de órfãos empregados como domésticos a partir de liberdade tutelada é uma tarefa ainda mais complexa. Como veremos em capítulos posteriores, os contratantes dos serviços domésticos dos expostos eram, quase que em sua totalidade, autoridades políticas, grandes negociantes, militares,

médicos, engenheiros, professores, fazendeiros e membros do funcionalismo público.²³⁹ A Santa Casa apresentava o sentido idílico sobre o caminho da formação e trabalho de suas expostas, dando uma ideia de ausência de conflito. Aspectos como honra, rituais de obediência e proteção estão impregnados em toda a documentação. Em tese, a formação rigorosa, os aspectos religiosos e a locação de serviço formariam mulheres honradas que viveriam do honesto trabalho. Estes aspectos alimentaram o discurso sobre estas domésticas de condições tão peculiares de liberdade e de trabalho.

A tentativa de conservar o controle senhorial e limitar a liberdade de quem se ocupava nos serviços domésticos atravessou a República com novos discursos, que passou por novos significados, como limitar a cidadania, sobretudo da população negra. Desde a última década do século XIX, com frequência, os jornais da cidade de Salvador publicavam textos em forma de desabafo e cobranças ao poder político na busca pela retomada da legislação no intuito de disciplinar a categoria doméstica. Estes atos reforçam o nosso argumento sobre as tentativas de retomada do controle sobre as relações de trabalho frente a categoria. O ímpeto nas cobranças sobre as domésticas era proporcional àquelas medidas tomadas no início da reorganização da força de trabalho a partir do impacto da lei de 1871.

Em 1913, o *Gazeta de Notícias*, tratava como “dolorosa” a dificuldade de uma família baiana encontrar pessoas para prestar serviços domésticos:

“O poder municipal, perdoem-nos dizer d’aqui, tem se descuidado desse importantíssimo problema do lar, onde penetram criados desconhecidos, sem a garantia mais insignificante, para ficarem senhores, dentro de poucos dias, de todos os seus segredos. Vemos todos os dias, os desgostos que servos de ambos os sexos proporcionam aos seus patrões e alguns deles de grandíssimo alcance. A organização da assistência doméstica, nesta capital, é uma necessidade que se impõe. Nem ao menos temos nesta cidade uma agência de criados, onde poderíamos encontrar um responsável idôneo para afiançar esses funcionários. Magnífico seria se o dr. Intendente pusesse em execução a lei que tem o município sobre esse assunto. Esperamos do dr. Intendente uma providência enérgica e imediata sobre esta justa reclamação que daqui lhe fizemos.”²⁴⁰

²³⁹ Ver o Capítulo 4 desta tese.

²⁴⁰ *Gazeta de Notícias*, Salvador, n. 295, p. 01, 4 set. 1913.

A recorrência do assunto nas capas dos editoriais revela que a temática era urgente. O temor com a exposição dos “segredos” dos patrões revela uma visão que o historiador Maciel Silva entende como “uma das principais artes de resistência subordinada”: a “fofoca”.²⁴¹ Não é a mudança de regime político o que explica este recuo por parte do Estado sobre a regulamentação do trabalho doméstico, mas, sim, o assentamento das relações sociais e uma nova configuração ocasionada pelo fim da escravidão. Durante as duas primeiras décadas do século XX, o argumento da “crise da escassez” e a falta de controle como “problema” do trabalho doméstico passou a estampar as capas dos jornais baianos. De acordo com Sidney Chalhoub, a forte presença do Estado imperial e republicano nas relações entre senhores e escravos, patrões e trabalhadores livres/libertos, revela uma ruptura do processo histórico. Uma ruptura incompleta e que não acabou com o paternalismo.²⁴² O avanço das autoridades públicas retratado na regulamentação do serviço doméstico durante o final do século XIX cedeu espaço para a retomada dos arranjos privados na mediação destes tipos de acordos. É preciso levar em consideração não apenas o poder estatal, mas, também, os patrões, que não tinham uma posição rígida sobre transferir para a esfera pública estas relações que historicamente eram privadas. É necessário observar também uma terceira força: o trabalhador doméstico e sua resistência mesmo que sujeito ao risco da prisão.

No início deste capítulo, busquei traçar um diálogo entre o serviço doméstico oriundo da legislação dos órfãos e a regulamentação do serviço doméstico nas últimas décadas do século XIX. Não obstante, tratar de dois elementos jurídicos com bases distintas que passaram a responder a uma questão social que os relacionavam desde 1870. As políticas emancipatórias e a pressão exercida por parte das camadas médias e altas da sociedade baiana, foram fundamentais para o escopo do projeto de locação dos sérvios domésticos na cidade de Salvador. Embora o controle por parte da polícia pudesse representar a segurança dos patrões, o mesmo elemento coercitivo impactou para que os trabalhadores resistissem aos contratos. Como desuso da normativa, restou o saudosismo entoado pelo discurso da “crise da escassez” e a suposta “falta de compromisso” dos criados.

²⁴¹ SILVA, F, 2018, p. 26.

²⁴² CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 192 e 271.

Ainda que os contratos dos expostos tenham apresentado preocupações iniciais com a segurança e a honra das órfãs, percebe-se, através do desaparecimento ou manutenção das cláusulas, uma guinada voltada quase que exclusivamente para garantir o básico: pequenos salários, vestimenta e os cuidados com a saúde. O rigor mostrados nos contratos de 1870, desapareceu dos contratos. Acredito que parte das cláusulas que desapareceram tenham permanecido enquanto orientações aos locatários, como as prerrogativas da Santa Casa, os limites e os direitos dos locatários. Afinal, como veremos no último capítulo desta tese, a maioria dos locatários possuía relações com a Santa Casa e conhecia o significado de alugar uma trabalhadora doméstica tutelada.

A falta de projeto institucional da Misericórdia para atender o público masculino é refletida nos contratos, revelando o desejo de se livrar das despesas com os meninos, através de simples acordos até a maioridade, sem qualquer ônus financeiro para a Santa Casa ou pagamento por parte dos locatários. A questão da “honra” e da “moralidade” era usada de maneira distinta nos contratos das meninas e meninos. No caso dos órfãos do sexo masculino, havia uma necessidade latente que colocavam em foco apenas a obediência. Se, inicialmente, a ideia era alugar meninos em troca da aprendizagem de ofício, na prática, bastava comprometimento formalizado do locatário em vesti-los e alimentá-los.

No que diz respeito ao processo de transformação dos contratos entre órfãs, irmandade e patrões, acredito que as relações paternalistas resistiram com mais facilidade às mudanças de paradigma do mundo do trabalho. Afinal, tanto a liberdade, quanto o trabalho dos órfãos eram “tutelados”. Em resumo, podemos presumir que o entendimento da administração da Misericórdia e dos patrões que recorriam a este serviço, julgavam que uma exposta era mais fácil de moldar e lidar, sobretudo dado a condição de liberdade dúbia que a documentação evidencia. Apesar da tutela, os conflitos de classe estavam presentes nas experiências dos órfãos, da mesma forma que ocorriam entre os patrões e as demais domésticas. O conflito é o próprio motor da História que coloca em destaque patrões e trabalhadores domésticos. Apesar deste capítulo ter focado em aspectos jurídicos que forjaram a tentativa de regulamentação do trabalho doméstico – fato que foi inviabilizado no século seguinte – buscamos entender, apesar da frieza das leis e dos discursos impressos em jornais, qual mundo do trabalho doméstico estava sendo constituído.

CAPÍTULO 3: ALUGA-SE: “O DESTINO DOS EXPOSTOS”

1732 - Ofício do Provedor ao Mordomo do Asilo da Santa Casa 8 de Agosto de 1877. Ex. Sr. Digne-se V^a S^a. de informar-me com urgência sobre a matéria do artigo editorial do Monitor de hoje, que incluso envio a V^a S^a, na parte que lhe é peculiar. Deus guarde a V.S Ex^{mo}. Sr. Comendador Antônio de Lacerda, Mordomo do Asilo dos Expostos. O Provedor, dr. Francisco Rodrigues da Silva.²⁴³

No dia 8 de agosto de 1877, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia expediu um ofício ao Mordomo do Asilo dos Expostos, pedindo informações sobre “a matéria do artigo editorial do Monitor”. Com muita preocupação, o senhor Francisco Rodrigues da Silva solicitou informações com “urgência” sobre o fato e enviou ao mordomo, inclusive, um exemplar do jornal “na parte que lhe é peculiar”.²⁴⁴ O motivo da comunicação estava na edição daquela quarta-feira, com a seguinte capa: “O Asylo dos Expostos da Santa Casa”.

O Asylo dos Expostos da Santa Casa

Bem razão tínhamos em advertir ao novo provedor da Santa Casa da Misericórdia da Bahia que não era erguendo suspeitas contra a indiscrição dos empregados, buscando descobrir de qual deles partiam as informações que supunha nos eram ministradas, que havia de corresponder à confiança dos irmãos que o tinham elogiados; mas sim enviando todos os esforços, empregando todo zelo, toda vigilância, toda assiduidade e dedicação no melhoramento dos serviços, no corte dos abusos, na introdução de reformas profícuas e sensatas [...] Agora mesmo, conta-nos por informação fidedigna que o asylo dos expostos reina a mais deplorável confusão; que entram para ali crianças que se entregam a amas externas, e que não voltam mais ao estabelecimento, sem que saiba a Santa Casa o destino que têm levado [...].²⁴⁵

²⁴³ ASCMBA. **Correspondências do Mordomo do Asilo dos Expostos**. B150, 1871-1881, p. 14.

²⁴⁴ Loc cit.

²⁴⁵ **O Asylo dos Expostos da Santa Casa. O Monitor**, Salvador, n. 57, p. 01, 8 ago. 1877.

Ao advertir o novo Provedor da Santa Casa que não adiantava tentar descobrir como as informações foram vazadas e que era necessário ter vigilância, o responsável pelo editorial deixava nítido que contava com gente de sua confiança na instituição.

O Monitor publicou denúncias contra a administração do cemitério Campo Santo e o Asilo dos Expostos, tendo em mãos os documentos internos da Misericórdia. A partir da análise dos relatórios da Santa Casa, foi apontado que não dava para saber a qual cadáver pertenciam os ossos que se encontravam nos carneiros.²⁴⁶ Ainda por cima, o editorial alertava que era impossível saber, folheando os documentos oficiais publicados sob as assinaturas dos mordomos, do provedor e do tesoureiro, o custo da reforma da capela do cemitério. O jornal acusava também a administração do Asilo de entregar as crianças às amas que “nem sempre tinham certas condições de moralidade” ou domicílio fixo e, conseqüentemente, muitas crianças que saíram para criação “sumiram”.²⁴⁷ Além disso, diziam que a administração e o médico do Asilo teriam adulterado os registros de óbitos.

O jornal realizava oposição à administração da Misericórdia; espelhando os embates políticos que ocorriam entre liberais e conservadores – esses últimos, até aquele momento, eram mais presentes na administração da Misericórdia.²⁴⁸ A forma como as informações eram repassadas ao jornal sugere que membros importantes da irmandade estavam por trás da oposição ao mandato de Francisco Rodrigues da Silva. O provedor em exercício, assim como seu antecessor, também era político de destaque, ocupando

²⁴⁶ Gaveta ou urna onde se enterram os cadáveres.

²⁴⁷ Ver: SILVA, Antônio Augusto Moura da. **Amamentação: fardo ou desejo?** Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira. 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1990; KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 305-324, abr.-jun. 2009; MARCÍLIO, 1997; MARTINS, Luiz Carlos Nunes. **No seio do debate** – amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

²⁴⁸ *O Monitor* circulou na Bahia entre 1876 a 1881 e se apresentava como “propriedade de uma associação”. Passaram pela administração do periódico Eduardo Pereira Mandacarú, Agreppino José Lopes e Micario Joaquim da Silva, políticos dissidentes do Diário da Bahia, oriundos do Partido Liberal. O Diário da Bahia teve como influência de Manuel Pinto de Souza Dantas, conhecido como Conselheiro Dantas – que exerceu o posto de provedor da Misericórdia antes do dirigente em questão. O jornal teve entre seus redatores políticos e intelectuais, como Rui Barbosa, Manuel Vitorino Pereira e Xavier Marques e Luiz Vianna. Este conflito apresenta dimensões distintas, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. A elite Política Imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil Século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 198; DIAS, Maria Odila L. da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2009; _____. **Ideologia liberal e construção do estado do Brasil**. Anais do Museu Paulista, n. 30, p. 211-255, 1981. Acesso em: 24 jan. 2024.

cargos de deputado na Província da Bahia e no Conselheiro do Império. Não parece forçado acreditar que os embates políticos estavam sendo estendidos para dentro da Santa Casa da Bahia.

No dia seguinte, em novo editorial, o *Monitor* divulgou novas acusações questionando os sentidos do Asilo dos Expostos e, em especial, o “destino” das meninas e moças que residiam no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia.

O DESTINO DOS EXPOSTOS

Desde a fundação até os últimos anos as moças, recolhidas à sombra e proteção da Santa Casa, só abandonavam o estabelecimento pelo lar da própria família ou quando tornavam à casa paterna, ou quando contraíam os laços do matrimônio [...] As meninas do Asilo aprendem as primeiras letras, e diversas prendas domésticas, que constituem uma das verbas de renda do estabelecimento [...] E tudo isso para que? Para depois de tantas fadigas e esforço equipará-las, nestes país do preconceitos (sic) da escravidão, às amas do serviço doméstico!

Se o estabelecimento peza (sic)[preza] em conservar moças de mais de 20 anos de idade, se tem pressa em descartar-se delas, busque lhes um modo decente de vida, pelo qual possam ganhar a subsistência sem o saibo amargo de constantes humilhações.

Ali está a carreira do magistério, que franquearia emprego àquelas moças, que ao completar 21 anos poderiam deixar o estabelecimento, tendo uma posição social de que se não envergonhassem.²⁴⁹

O objetivo da publicação era “buscar saber qual o destino que prepara e oferece a Santa Casa aos expostos que recebe”. A matéria também versava sobre o suposto “desaparecimento” de um grande número de crianças recolhidas de acordo com a análise dos *mapas dos expostos*. A observação era de que havia uma contradição de que “esse zelo maternal que tão piedosa instituição deveria sentir” deixava os expostos aos “golpes do infortúnio”. Ao destacar que desde a fundação até aquele momento, as órfãs deixavam o Asilo apenas para retornar aos pais ou para casar, o autor do texto demonstrava desconhecer as dinâmicas de saídas do Asilo - ou, talvez, usasse o cinismo como estratégia para comover o leitor.

²⁴⁹ **O Destino dos Expostos. O Monitor**, Salvador, n. 58, p. 01, 9 ago. 1977.

É preciso reconhecer a percepção assertiva do autor sobre a contradição entre discurso e a prática relacionada aos destinos dos expostos. O Artigo 31 do Regulamento do Asilo dos Expostos elencava o matrimônio como forma primária de desligamento das expostas: “As meninas serão, depois da idade de seis anos, educadas no Asilo, de onde sairão para casar, ou para a companhia de alguma família capaz, debaixo de contrato [...]”.²⁵⁰ Inclusive, o dote era usado como uma forma de estimular o casamento. No jogo de representações e costumes patriarcais, o protetor deveria entregar suas “filhas” no momento do matrimônio. O casamento legal poderia ter sentidos diferentes nas diferentes classes sociais. A cor era um elemento que ajuda a explicar as saídas das expostas em função do matrimônio. Os dados que disponho revelam que a maioria das mulheres que deixaram o Asilo por meio do casamento eram brancas.²⁵¹

Diante da repercussão escandalosa do editorial, as autoridades públicas cobraram satisfação da administração da Santa Casa. Em nova correspondência no dia 31 de agosto, o provedor disse ter chegado ao seu conhecimento, por intermédio da inspetoria da estação central, que o mordomo não estava cumprindo com o Regulamento do Asilo, nos artigos 67 e 76.²⁵² Ao afirmar que a Misericórdia buscava equiparar as órfãs “neste país de preconceito, às amas do serviço doméstico”, o editorial nos revela uma visão contundente sobre a representação do serviço doméstico no país. As relações entre classe, raça e gênero tornam mais complexas nas análises sobre as relações sociais daquela época. Tentar entender o conjunto de experiências a partir destas categorias significa vislumbrar os sentidos das ações destes sujeitos diante do contexto de uma época. *O Monitor* fazia uma forte crítica sobre a condução do Asilo, como um espaço de treinamento de domésticas, enquanto poderia ser um local para formar professoras. Do mesmo modo, a experiência do serviço doméstico estava associada a constantes humilhações, vergonha e à escravidão. Somente no século XXI, ocorreram mudanças legais, simbólicas e culturais, que aproximaram os trabalhadores domésticos da

²⁵⁰ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p. 12. As expostas que se desligaram do Asilo dos Expostos a partir do casamento sob os ritos estabelecidos pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia, recebiam 400\$000 réis, mais enxoval elaborada pelas próprias internas.

²⁵¹ Cf. ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894; ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893. Na análise de desligamento a partir da relação com a cor, encontramos 27 mulheres descritas com a cor ausente, 21 “brancas”, 17 “pardas”, 3 “cabras”, 1 descrita como “parda escura”, 2 “de cor” e duas “crioulas”.

²⁵² Os artigos tratam do registro de óbito no cartório do escrivão do juiz de paz. Cf. ASCMBA. **Correspondências do Mordomo do Asilo dos Expostos**. B150, 1871-1881, p. 14.

emancipação discursiva e da lógica das demais categorias laborais.²⁵³ O perfil dos trabalhadores domésticos no país diz muito sobre as permanências históricas das pessoas que se ocupam deste trabalho.²⁵⁴

Em meio a discussões sobre qual deveria ser o destino dos órfãos acolhidos pela Santa Casa de Misericórdia, este capítulo busca analisar as trajetórias das meninas e mulheres que deixaram o Asilo dos Expostos sob contrato para realizar serviços domésticos. Os aluguéis de expostas se constituíram como ferramentas de controle e proteção usadas pela Misericórdia para formar uma força de trabalho doméstica moldada aos interesses senhoriais. Portanto, pretendo investigar o problema da Santa Casa sobre o que fazer com os expostos, uma vez que os caminhos pareciam limitados. Argumento que as órfãs do Asilo dos Expostos buscaram estabelecer relações dentro e fora do Asilo na intenção de atenuar a precariedade das relações de trabalho a que foram submetidas e buscaram conduzir suas vidas, mesmo em um contexto de limitações à sua mobilidade social. Estas domésticas trabalhavam, sobretudo, nos lares dos irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e pessoas de condições sociais bem situadas, pagando a estas trabalhadoras salários abaixo do valor de mercado. Além disso, as quebras de acordos não estabelecidas em contratos e a rotatividade das órfãs nas casas de diferentes locatários, foram estratégias de resistência das expostas no limitado cenário de atuação laboral.

3.1 Mulheres entre contratos

²⁵³ BRASIL. **Emenda Constitucional n.º. 72, de 02 de abril de 2013**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm Acesso em: 15 jan. 2023.

²⁵⁴ Em 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresentaram indicadores sobre o perfil do trabalho doméstico no país e a cidade de Salvador foi apontada como a segunda maior cidade no quesito exploração do trabalho infanto-juvenil, com meninas entre 10 a 17 anos, e a primeira com domésticas pretas e pardas, com 91%. Cf. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Trabalhadores Domésticos nas Seis Regiões Metropolitanas investigadas pela pesquisa Mensal de Emprego**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=283459&view=detalhes>. Acesso em: 15 jun. 2019. Fora da legislação trabalhista do Período Vargas, mesmo que organizadas, as domésticas tiveram o reconhecimento e proteção social do trabalho apenas no século XXI, a partir da PEC assinada pela Presidente Dilma Rousseff. Ver também: BRASIL. República Federativa do. **Lei Complementar N.º 150 de 01 de Junho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm [planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em 15 set. 2021. Sobre os desafios atuais da pesquisa docente sobre o trabalho doméstico na atualidade, ver: SANCHES, 2009, pp. 879-888.

Viver do serviço doméstico livre no Brasil era lidar diariamente com a instabilidade de acordos verbais. Em alguns locais, como o Rio de Janeiro, as agências tornaram-se uma realidade em meados do período oitocentista. Os serviços eram ofertados por negociantes através de anúncios em jornais diários.²⁵⁵ No Asilo dos expostos, a negociação entre o locatário e o provedor da Santa Casa ocorria através da formalidade de longos contratos que muitas vezes eram quebrados de maneira prematura.

A forma como uma órfã era encaminhado para o trabalho doméstico seguia um roteiro com poucas explicações. A pessoa que desejava contratar os serviços das órfãs entrava com uma petição junto à Mesa administrativa da Santa Casa. Em alguns dias ou semanas, o futuro patrão se apresentava na sala dos Despachos, onde era recebido pelo escrivão e o Provedor. A órfã era levada até esta sala e o documento era assinado. Tudo indica que o acordo era lido pelo Provedor da Misericórdia antes da assinatura. A escolha da órfã não seguia nenhum critério que pode ser observado na documentação. Diante da falta de informações, é possível imaginar que haveria condições implícitas, como comportamento, aptidão, idade. No caso dos meninos, o fator racial foi exclusivo para coloca-los como criados. Ainda que também não exista uma referência oficial na documentação, este fato pode ser constatado quando analisados a cor dos meninos alugados nesta modalidade.

Em 1862, quando a Santa Casa comprou a roça do Campo da Pólvora que pertencia a Associação Vicente de Paula, a Misericórdia também assumiu a guarda das meninas que vivam no local sob os cuidados do *Colégio Nossa Senhora dos Anjos*.²⁵⁶ Uma dessas meninas era Maria Epifania Ramos, “cabra, estatura regular, olhos pequenos, cabelo crespo, corpo magro”.²⁵⁷ No dia 1º de Maio de 1870, Maria Epifania foi locada para a casa do doutor Luiz Antônio Pereira França.²⁵⁸ Em 16 de maio, pouco mais de duas semanas, a exposta foi devolvida ao Asilo. O que teria acontecido para este retorno tão precoce? Neste caso, é difícil imaginar o motivo, por não constar nenhuma referência negativa ao comportamento de Maria no documento. No entanto, como veremos nas

²⁵⁵ SOUZA, F. F., 2017, pp. 224-225.

²⁵⁶ FBN. **Relatório com que passou a administração da Província da Bahia excelentíssimo senhor doutor Pedro Leão Velloso ao excelentíssimo senhor doutor Francisco Liberato de Mattos** (ambos Vice-Presidente) em 15 de outubro de 1866. Bahia: Typographya de Tourinho & C. 1866, p. 30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=4688>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

²⁵⁷ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, p. 2.

²⁵⁸ *Ibidem*.

trajetórias das expostas, os acordos eram desfeitos de forma prematura. Outra curiosidade é que Maria foi locada novamente, dois dias depois, para a casa do Mordomo do Asilo, o irmão Antônio de Lacerda. A órfã permaneceu na companhia do irmão da Misericórdia até ser desligada da instituição. Às vezes, a falta de informações sobre a quebra de contrato ou ausência de rabisco sobre comportamento indicava que a relação de trabalho parecia harmoniosa. Portanto, Maria Epifania foi desligada do Asilo com direito ao meio dote de 200\$000 réis. Pela ausência de salário, Maria Epifania trabalhou apenas em troca de comida, roupas e a promessa do dote.

O perfil da documentação produzida sobre estas mulheres dificulta obtermos informações sobre o paradeiro das órfãs após se desligarem do Asilo. Quase sempre, levavam uma vida discreta e seus rastros praticamente desapareciam dos documentos da Santa Casa. Maria aparece no registro de batismo de sua afilhada Maria, “branca”, nome dado possivelmente em sua homenagem. O bebê era filha de Manoel João da Lima e Maria Galdina de Jesus, na paróquia de São Felipe.²⁵⁹ Apesar do infortúnio do abandono, Maria Epifania construiu laços de solidariedade em uma região geograficamente afastada da cidade. Em outros casos, os órfãos conseguiam reconstruir seus laços sociais através do reencontro com seus familiares biológicos.²⁶⁰

Outras expostas usaram laços de solidariedade antigos para recomeçar fora do Asilo, por meio do apoio de suas colegas de Asilo. Em um destes episódios, apresentamos Valeria, locada pela primeira vez em 17 de julho de 1895, por um salário de 15\$000 réis, na casa do doutor José Marcellino. Cerca de quatro meses depois, Valeria foi novamente alugada pelo mesmo salário, para a casa do doutor Américo Francelino de Magalhães. Em 23 de abril de 1898, Valeria assinou o termo de desligamento para “viver em companhia de sua colega Anastácia de Mattos”.²⁶¹ Anastácia de Mattos havia se desligado da Misericórdia no dia 28 de junho de 1894 para se casar com Antônio Eduardo Pereira.²⁶²

²⁵⁹ FS. **Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007", banco de dados com imagens, FamilySearch** (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68BJ-2W6V>; 9 novembro 2021), Maria Epifania Ramos na entrada para Maria, branca, 1876, Paróquia de São Felipe-Ba, Registros paroquiais, Batizado, imagem 86, FHL 004001542.

²⁶⁰ Ver: CERQUEIRA, Alan Costa. Assistência, pobreza e institucionalização infantil: usos estratégicos da Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, século XIX). **História e Cultura**, Franca, vol. 6, n. 2, p. 81-100, ago-nov. 2017.

²⁶¹ Cf. ASCMBA. **Livro 2º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1220, Est. H, 1893-1910, fl. 20, fl. 33.

²⁶² ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, p. 150.

Além de interessante, episódios como o que foi narrado, pode revelar muito sobre afeto e solidariedade em um ambiente lembrado muitas vezes pela solidão e abandono.

Discutir a circulação de meninas e mulheres órfãs através da prestação de serviços domésticos em uma condição de liberdade muito peculiar requer ler os acontecimentos à luz da precariedade da própria condição de - liberdade tutelada. Acordos com e sem salários, obrigações, contratos, formas de proteção e controle são elementos deste cenário em transição. Para Flávia de Souza, uma possibilidade interpretativa para as permanências da coerção e violência nesta modalidade de trabalho foi a desvalorização vinculada ao passado escravista.²⁶³ Não obstante, o contexto que envolveu a tutela dos órfãos não é evidentemente uma exclusividade da sociedade escravista.

De acordo com a **Tabela 1** – entre 1870 a 1912, um total de 103 (60,2 %) mulheres foram inseridas no serviços doméstico através de contratos de locação – muitas vezes, repetidamente. Apenas em uma ocasião, o destino do trabalho não esteve associado ao serviço doméstico.

Tabela 1 – Distribuição dos expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia locados para o serviço doméstico e outras atividades por sexo/gênero (1870-1912)

Expostos	<i>Homens</i>	<i>Mulher</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Total
N.ºs Absolutos	47 ^{ad}	103 ^{ad}	20 nd	1 nd	171
% do Total	27,5%	60,2%	11,7%	0,6%	100%

Fonte: ASCMBA. Nº 1216, 1219, 1220 e 1221
Onde ad = atividades domésticas; e nd = não domésticas

Os dados sobre as mulheres dialogam com o entendimento do seu papel ligado ao serviço doméstico. Uma compreensão atravessada pela percepção de classe e gênero era de que as mulheres órfãs eram designadas para este papel, com o agravante da cor. Sobre este último aspecto, a cor, de fato, definiu com exclusividade os meninos que foram alugados como domésticos. O destino dos meninos órfãos esteve mais sujeito às dinâmicas externas e internas – falta de empregadores, instituições que ofereciam formação e a falta de oficinas no próprio Asilo. De acordo com os números encontrados

²⁶³ SOUZA, F. F., 2017, pp. 200-201.

foram 27,5% para o serviço doméstico e 11,7% para serviços não domésticos, como caixeiro, aprendiz de farmácia ou aprendiz da marinha, contabilizando 47 saídas.²⁶⁴

Na década de 1880, havia apenas uma oficina interna de sapataria que acomodava os órfãos do sexo masculino. De acordo com o Regulamento, os meninos abaixo de 12 anos não prestavam serviços. Este item não se sustentou, como podemos observar através dos aluguéis de órfãos de ambos os sexos, com idades abaixo do estipulado. Os provedores evocavam dois discursos sobre a ineficiência da permanência dos meninos: a falta de verba para a construção de oficinas internas e a contratação de mestres; e a resistência do grupo de religiosas. Sobre a primeira questão, é importante lembrarmos da realidade financeira privilegiada da Santa Casa. A disputa de interesses que ocorreu enquanto as Irmãs de Caridade estiveram no Asilo tem relação com a chegada de um novo paradigma da institucionalização da infância abandonada no Brasil.

Não tenho dúvidas de que o sentido inicial do serviço doméstico era fixar as expostas em lares compreendidos como honrados, que eram aqueles, em sua grande maioria chefiados por irmãos da Misericórdia, gente de sua relação e pessoas bem posicionadas na sociedade. A honestidade feminina era entendida como virtude moral ligada ao sentido sexual.²⁶⁵ Porém, é possível que os poderosos que locavam as domésticas estivessem também interessados em manter no seu lar trabalhadoras que eles já conheciam e que não teriam outras redes de contato para contar os seus segredos.

Em investigação sobre o regulamento do trabalho doméstico livre em Salvador no ano de 1887, Barreto revelou que a média de idade das mulheres encontradas nos registros de trabalhadores era de 30 anos; para os homens, a média era de 26 anos.²⁶⁶ Este é um dos pontos que diferencia as expostas de outras domésticas, uma vez que, na maioria das vezes, as mulheres costumavam se desvincular da Misericórdia ao completar a

²⁶⁴ Veremos adiante, os aspectos raciais definiram a existência de trabalhos domésticos ou não na vida de cada um destes órfãos. Nos últimos anos do século XIX e a primeira década do século XX, simplesmente, permaneceu apenas a questão racial. Isso nos indica uma sintonia com o processo de reorganização da ordem social do pós-abolição.

²⁶⁵ Sobre o tema, Cf. CAULFIELD, 2000; SILVA, Joel Nolasco Queiroz de Cerqueira e. **Casamento, cabaço e cabaceira**: os imaginários de gênero e da honra na Bahia dos oitocentos, Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010; SILVA, 2011; ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: Mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Brasília: José Olympio/EdUnb, 1993; SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DUBY, George; PERROT, Michele. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991, v.3: Renascimento a Idade Moderna, pp.141-179.

²⁶⁶ BARRETO, 2018, p. 59.

maioridade. Contudo, as órfãs não necessariamente se desligavam para trabalharem como domésticas.

Em 1877, ano em que *O Monitor* publicou as denúncias contra a Misericórdia, deixaram o Asilo por locação 10 internos, sendo 6 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, e apenas uma havia completado a maioridade. O Asilo dos Expostos alugou meninas e, sobretudo, meninos sem direito a salário durante o século XIX. Esta prática se intensificou na virada do século. Entre os expostos que saíram por criação, por diferentes contratos, estavam Maurício de Mattos, Ireneia de Mattos e Thomas José de Mattos.²⁶⁷ Em seus acordos, o motivo do vínculo foi para dar-lhes educação. A Santa Casa colocou como condição a possibilidade de fiscalizar o que foi acordado. Deixaram a instituição por laços de parentesco, Maria Brasília e Ermina do Amor Divino Marçal. Maria assinou o termo de saída no dia 8 de março, por livre vontade, para viver “sob a proteção” da sua mãe, Maria Amélia Torres. Maria Brasília, a única exposta maior de idade, recebeu meio dote no valor de 200\$000 réis e Ermina foi devolvida a sua mãe, Francisca da Anunciação Lima Marçal, sem direito ao dote.²⁶⁸

Outros quatro expostos saíram para criação sem parentesco, foram eles Eugenia, Ireneia, Maurício e Thomas José.²⁶⁹ Chama atenção o caso de Eugenia de Mattos e o termo assinado no dia 23 de junho pela “Ex.^a Sr.^ª” dona Eugenia Leopoldina Ferreira Adães, moradora da freguesia da Conceição da Praia”. A requerente fazia parte da Associação das Senhoras de Caridade, ocupando o cargo de vice-tesoureira em 1877. A senhora Adães também fez parte da mesa administrativa da Ordem Terceira e São Francisco.²⁷⁰ Eugenia Adães era esposa do negociante Francisco Adães Villas Boas, um dos homens mais ricos da Bahia, que fez fortuna com ferragens, armas de fogo e arrendamento de inúmeros imóveis residenciais e comerciais em Salvador. Eugenia Adães era madrinha da menina Eugênia. Ter o mesmo nome não era mera coincidência, pois, era comum

²⁶⁷ SCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, p. 27-28.

²⁶⁸ SCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, p. 24-26. Em função da deliberação de 24 de maio de 1875, as expostas resgatadas pela família ainda em menoridade não tinha direito ao meio dote.

²⁶⁹ SCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, p. 26, 27 e 28.

²⁷⁰ **O Monitor**, Salvador, n. 79, p. 01, 4 set. 1877. A Associação de Caridade fundada de 1855, funcionada como um Colégio de órfãs e contava com um plano de ensino que contava com prendas domésticas, francês contabilidade e ensino religiosos. É provável que Eugenia tenha estudado no Colégio da Associação, uma vez que fazia. Além disso, os padrinhos eram pessoas de boa colocação social e com relações com Santa Casa. **Correio da Bahia**, Salvador, n. 84, p. 01, 10 jul. 1878. Cf. APEB. **Inventário de Leopoldina Maria Ferreira Adans, anos 1876-1878**. Judiciário, Inventários, 08/3362/04.

batizar a criança em homenagem a seus padrinhos.²⁷¹ Em todos estes termos assinados a Misericórdia declarava o poder de fiscalizar os acordos, porém, tudo indica que não era cumprido pela falta de documentação que ateste a inspeção.

Até 1870, os registros de acordos de trabalho, salários e desligamentos, eram escritos em documentos avulsos ou nas matrículas dos próprios órfãos. Muitas vezes, valiosas informações eram preenchidas em forma de rabiscos na lateral das páginas. Conforme abordamos no capítulo anterior, em 1870, a Santa Casa de Misericórdia da Bahia elaborou um livro de contratos para os alugueiros em que imperava a noção servil e, principalmente, a relação de dependência, comum às crianças e os demais menores, dentro ou fora do Asilo.

Em 1º de novembro de 1870, Maria Hermília de Mattos, “negra, parda escura, de estatura pequena”, de 16 anos, saiu por locação para servir na casa do “súdito inglês” James P. Mee. Maria foi acolhida “pela Roda da antiga Casa dos Expostos em 3 de junho de 1854”.²⁷² O contrato, mesmo que não tenhamos seus detalhes, foi cumprido.²⁷³ Em passagem pelo Brasil, Ulick Burke, engenheiro sanitário inglês, escreveu que os ingleses costumavam reclamar “da má qualidade dos serviços e altos preços de criados”.

*Via de regra, os ingleses não gostam de ter escravos; os criados pedem salários enormes, são grosseiros e incompetentes. A não ser na Inglaterra onde naturalmente estamos em melhores condições e esse respeito, que em qualquer outro lugar, sempre pensei que devíamos ser invejados na Índia [...] E a criadagem vai e volta como quer, sem dar referências; depois de uma experiência de mais de dois meses, sou levado a acrescentar que jamais se preocupa com o que faz. Isso mata a gente, já que não se permite que a matem e estou convencido de que as duas partes não podem viver juntas!*²⁷⁴

²⁷¹ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diário. 1874, p. 06.

²⁷² ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 12; ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 14.

²⁷³ O único documento existe é a própria matrícula da exposta, que não conta com os detalhes do contrato. Os livros de contratos que a Santa Casa dispõe são posteriores ao contrato de Maria Hermília.

²⁷⁴ BURKE, Ulick Ralph; STAPLES JR., Robert. BURKE, Ulick Ralph; STAPLES JR., Robert. **Negócios e lazer no Brasil**. Por Ulick Ralph Burke autor de Loyal and Lawless e Robert Staples, Jr. Londres, Field & Tuer, ye Leandenhalle Presse EC: Hamilton, Adams & Co.; Simpkin, Marshall & Co., Nova York, Scribner & Welford, (*Business and pleasure in Brazil*. By Ulick Ralph Burke author of Loyal and Lawless and Robert Staples, Jr. Lodon, Field & Tuer, ye Leandenhalle Presse E.C.: Hamilton, Adams & Co.; Simpkin, Marshall & Co., New York, Scribner & Welford, 1884), p. 108-9 *apud* LEITE, Mirian Moreira (Org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, 1984.

Além da notória a arrogância etnocêntrica do viajante, é interessante observar a percepção do inglês sobre a rotatividade dos trabalhadores domésticos no Brasil. Os ingleses costumavam contratar domésticas por meio de recomendações de amigos. É provável que James Mee, negociante de envergadura, tenha obtido conhecimento dos serviços prestados pelas expostas através dos irmãos da Misericórdia. O inglês atuou como representante legal dos interesses no Brasil de fabricantes de tecnologia para refrigeração e gelo, ferramentas para serviços militares e de engenharia, além de intermediar a exportação de produtos locais, como o café. James era negociante e atuava como procurador no Brasil do militar inglês Nesbil Willonghby Wallace. Os valores a serem recebidos pelo serviço doméstico da exposta não constam no documento, o que podemos entender como uma locação sem a soldada, isto é, uma quantia estipulada. Em uma nota lateral em sua matrícula, Maria recebeu 200\$000 réis, chamado de “meio dote”, que estava depositado na Caixa Econômica no dia 5 de setembro de 1883, ao se desligar da instituição.²⁷⁵ Diante da falta de rabiscos em sua matrícula que pudesse informar algum problema, podemos supor que a adaptação ao trabalho foi um pouco mais tranquila.

O inglês não permaneceu muito tempo em Salvador, tendo se estabelecido no Rio de Janeiro onde negociava importações e exportações, além de trabalhar como intérprete na questão dos contratos no porto.²⁷⁶ James foi para o Rio de Janeiro no vapor inglês *Ivelevius*, como informou o *Jornal da Bahia*, na edição de quinta-feira, 26 de agosto de 1875.²⁷⁷ O último registro na matrícula de Maria foi o recebimento de mais meio dote em 1913, cerca 23 anos após o seu desligamento para reivindicar mais 200\$000 réis. No primeiro Regulamento dos Expostos, o Asilo estimulava o casamento das expostas oferecendo enxoval, cerimônia e o dote.

²⁷⁵ ASCMBA. **Livro Caixa Geral**. A-568.1882-1884.

²⁷⁶ O inglês atuou como representante legal dos interesses no Brasil de fabricantes de tecnologia para refrigeração e gelo, ferramentas para serviços militares e de engenharia, além de intermediar a exportação de produtos locais, como o café. James era negociante e atuava como procurador no Brasil do militar inglês Nesbil Willonghby Wallace (ferramenta Wallace, destinada a trabalhos de exploração militares e engenharia, de jardinagem e armazém de carvão e gelo). Cf. FBN. **Jornal do Commercio** (RJ). Rio de Janeiro, terça-feira, 9 jan. 1884. Ano 63, n. 9, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/9535. Acesso em: 20 ago. 2021; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 01, 4 mai. 1885; FBN. **A Nação: Jornal Político, Commercial e literário** (RJ). Salvador, terça-feira, 25 jan. 1876. Ano V, n. 18, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/586404/4067>. Acesso em: 20 ago. 2021; **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 355, p. 02, 22 dez. 1886.

²⁷⁷ FBN. **Jornal da Bahia** (BA). Salvador, quinta-feira, 26 ago. 1875. Ano XXXIII, n. 193, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/815063/294>. Acesso em 25 ago. 2021. Edição que mostra o embarque de James P. Mee para o Rio de Janeiro.

Art. 35º A exposta que se casar, se dará além do dote de quatrocentos mil réis em dinheiro, um vestido branco de cassa, para o ato do casamento, e um enxoval dos objetos seguintes: 1º, seis camisas; 2º, seis pares de meia; 3º, dois pares de sapatos e dois pares de chinelos; 4º, quatro vestidos brancos e de chita; 5º, seis lenços; 6º, duas cobertas de chita, dois cobertores e dois lençóis de algodão; 7º, quatro fronhas; 8º, seis toalhas; 9º, um baú.²⁷⁸

Para isso, o pretendente deveria ser aceito pela mesa administrativa da Santa Casa. O rito consistia em apresentar petição junto à mesa e o documento emitido pela paróquia em que residia. O pedido poderia ser negado por vários motivos, sobretudo em relação ao comportamento do candidato. A resposta da mesa ocorria em média em apenas uma semana. Maria usou sua boa relação para reivindicar o valor a que tinha direito em função do casamento, pré-requisito para receber a outra parte. O fato surpreendente é que àquela altura, Maria Hermilia tinha 53 anos e o novo Regulamento do Asilo dos Expostos já não contava com o dote vinculado ao casamento.

Sandra Graham assegura que as famílias do Rio de Janeiro reconheciam os riscos em contratar pessoas “estranhas” para servir na intimidade do lar e, dentre os criados, as mulheres representavam maior temeridade porque desempenhavam os papéis mais íntimos.²⁷⁹ Em Salvador não era diferente, visto que era comum as críticas à categoria. Diante do cenário de suspeitas e preconceitos dos patrões, alugar órfãs institucionalizadas sob a administração de homens poderosos parecia um ideia mais segura. Afinal, este tipo específico de doméstica era constituído por meninas educadas sob a responsabilidade destes homens poderosos. Isso poderia trazer certo conforto aos integrantes da irmandade e aos locatários. Apesar de não ter sido fundada com o objetivo mesquinho, a Misericórdia parece ter compreendido o Asilo como uma espécie de escola de formação de domésticas para servir aos interesses de seus próprios membros e para um grupo social privilegiado. Afinal, a formação religiosa e a presumida falta de relações sociais fora da supervisão das Irmãs de Caridade e dos muros do asilo, não causaria a “estranheza” destes patrões.

²⁷⁸ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p. 13.

²⁷⁹ GRAHAM, 1992, p.17.

Uma vez adotado um novo livro de termos e contratos, em 27 de novembro de 1870, foi alugada outra exposta de nome Maria. Trata-se de Maria Carolina, de 20 anos, descrita como “parda”, “estatura regular e cabelos pretos”, contratada pelo irmão da Misericórdia, Desembargador João José de Almeida Couto.²⁸⁰ O documento apresenta o seguinte acordo:

[..] obrigando-se a referida exposta a prestar os serviços domésticos próprios de seu sexo pelo tempo que a prover as partes; não podendo alguma delas dá-la por acabado sem prever o aviso de um mês, e ele locador a pagar o salário de dose mil réis mensais pagos no fim de cada mês, e dar-lhe vestuário, sustento, e a trata-la na moléstia, enquanto estiver ao seu serviço. E porque a dita exposta fica desligada da Santa Casa na forma da citada deliberação da Mesa de acordo com o Assento de 21 de Março de 1863, foi-lhe entregue a quantia de duzentos mil réis em moeda legal, para princípio do seu estabelecimento, de cuja quantia dá pelo presente Termo pura e geral quitação à Santa Casa.²⁸¹

O contrato de Maria não era diferente dos demais contratos de locação de serviços domésticos das expostas, em que era destacada a obrigação de pagar o salário, vestir e garantir a alimentação da exposta, além dos cuidados com o tratamento médico. O acordo faz referência ao Assento de 21 de março de 1863, referindo-se a exposta adulta que se desligava da proteção da misericórdia para “viver por si”, recebendo “a quantia de 200 mil réis para princípio de seu estabelecimento”.²⁸²

Ao tratar-se de um irmão da Misericórdia e figura pública do Estado, penso que o acordo dispensou algumas formalidades, como informar a residência do locatário. Apesar de Maria Carolina ser maior de idade, a exposta surge no documento “obrigando-se” a cumprir o que foi negociado. É possível notar o sumiço das cláusulas presentes no contrato anterior, que davam conta a condição civil do locatário e os rituais de obediência. A orientação da proibição dos serviços “de porta adentro” ou “exceto os de rua”, não aparecem neste acordo, porém, em seu lugar é apresentado outro ponto que atravessam

²⁸⁰ ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 01. O Desembargador João José de Almeida Couto assumiu, em 1872, o posto de Vice-Presidente da Província da Bahia e também a função de Mordomo dos Presos da Santa Casa de Misericórdia entre os anos 1872-1873. Cf. **Almanack Administrativo Commercial e Industrial**: Para o anno de 1873 (BA). Salvador, p. 80. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/819255/110>. Acesso em: 15 mar. 2021.

²⁸¹ ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 01.

²⁸² ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p. 14.

os papéis de gênero e classe: “obrigando-se a referida exposta a prestar os serviços domésticos próprios do seu sexo”. Ainda que seja levado em consideração os serviços “ditos do sexo”, havia, porém, diferenças de serviços neste mercado de trabalho que era orientado, segundo diversos fatores, entre eles, a idade das domésticas. De acordo com Sandra Graham, presumia-se que as criadas mais experientes realizavam tarefas de rua, como buscar água em chafarizes públicos ou realizar compras no mercado, por serem sexualmente experientes e traquejadas. As criadas mais jovens seriam mais vulneráveis, inexperientes, e, por consequência deveriam ser as mais protegidas.²⁸³ Diante de todo o esforço da instituição em preservar as expostas do mundo externo, presumo que, independentemente da idade, e mesmo com o desaparecimento sublinhado do termo “exceto serviços de rua”, as órfãs permaneceram alugadas com o objetivo de prestar serviços internos:

[...] das 219 meninas, 93 estão incumbidas, alternativamente, dos seguintes trabalhos: 5 na officina de sapataria, 9 lavão roupa, 10 engommam a roupa da casa, 2 ajudão no serviço da cozinha, 8 são instrutoras das meninas menores, 9 mantem a limpeza do Estabelecimento, 2 ajudão o ensino dos pequenos a ler e escrever, 2 ensinão as pequenas da sala do Asylo, 2 servem de enfermeiras.²⁸⁴

De acordo com o Relatório da Provedoria no biênio 1882-1883, menos da metade das órfãs que viviam no Asilo realizaram tarefas domésticas de forma alternada, como lavar, passar, cozinhar e cuidar da instrução das crianças menores.

Em 12 de dezembro de 1896, foram alugados, Maria Paula de Mattos, “parda”, de 19 anos; Maria d’Assunção de Mattos, de 19 anos; e Donato de Mattos, 14 anos, “pardo”. O responsável por alugar os serviços domésticos destes expostos foi Manoel de Sá Gordilho, médico, morador da Ladeira da Barra, que exibia o documento do despacho feito no dia 20 no mês anterior. Quando jovem, o médico, que também era um “irmão” da Misericórdia, fez residência no Hospital de Caridade que pertencia à Santa Casa. Gordilho ocupou o cargo de médico da Casa de Prisão com Trabalho e foi ajudante de inspetoria até se aposentar em 1913. Ainda sobre o contrato com os três órfãos, o acordo

²⁸³ GRAHAM, 1992, p. 45.

²⁸⁴ SCMBA. **Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Conde de Pereira Marinho (2 de julho de 1881 a 1 de julho de 1887)**, p. 50.

apresentou condições específicas para cada exposto, por se tratar de pessoas de sexo diferente e condições jurídicas distintas por conta das idades. A primeira cláusula era o salário e o tipo de tarefa: as duas mulheres deveriam receber, cada uma, 15\$000 réis pelo trabalho como domésticas, enquanto o rapaz deveria receber 12\$000 réis pelo serviço de criado.²⁸⁵

Apesar deste texto discutir os salários de forma mais detalhada no capítulo anterior, é importante lembrar a variação salarial ocorrida na década de 1870, fazendo com que muitos contratos envolvendo os órfãos fossem fechados entre 6\$000 réis e 12\$000 réis. Esta última cifra se configurou como uma média dos vencimentos acordados entre a Misericórdia e os locatários. Eventualmente, é possível que as habilidades de determinada exposta servisse para subir o valor do salário, podendo chegar até 20\$000 réis. De modo geral, uma trabalhadora doméstica poderia ter uma remuneração maior, sobretudo, por suas habilidades na cozinha. Mesmo os estrangeiros que registravam preconceitos e receios, como Wetherell, reconheciam as habilidades na produção dos preparos de compotas, peixes e frigideiras preparadas na Bahia.²⁸⁶ Diante das responsabilidades das tarefas do cotidiano no Asilo, as expostas costumavam desenvolver destrezas da cozinha, técnicas de confecção de flores, bordados e artesanatos, habilidades que poderiam representar alguma diferença salarial. O valor máximo de 20\$000 réis que uma órfã poderia receber pode parecer alto para os padrões dos aluguéis da Misericórdia. No entanto, era muito pouco para se viver em Salvador. Algumas informações a respeito dos preços de itens e serviços essenciais, como moradia, alimentação e roupas podem ajudar no entendimento da relação entre o salário e o custo de vida na capital baiana.

Em 1876, o quilo de carne verde estava sendo ofertado por \$480 réis. Em 1883, o charque era anunciado em muitos jornais por uma média de \$800 réis e 20 litros de farinha saía por 2\$000 réis. Em 1892, o feijão preto custava por volta de \$200 réis o litro e o milho cerca de \$90 réis também o litro. O bacalhau saía por \$700 réis e o quilo da carne seca girava em torno de \$600 réis a \$560 réis. Logo, percebemos que mesmo as mulheres

²⁸⁵ ASCMBA. **Livro 2º de Termos de Saída de Expostos**. N° 1220, Est. H, 1894-1910, p. 24. O contrato definiu que Donato só poderia negociar contratos por conta própria a partir da maioridade e seu atual contratante não deveria interferir. O provedor deixou evidente que era responsável por velar pelos expostos, mesmo as duas maiores de idade, uma vez que não se tratava de um termo de desligamento.²⁸⁵ A trajetória de Donato foi marcada por idas e vindas e será retomada no capítulo seguinte.

²⁸⁶ WETHERELL, James. **Brasil**. Apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857. Apresentação e tradução de Miguel P. do Rio Branco. Edição do Banco da Bahia S/A., s/d. (1972), p. 107.

que alugavam serviços por conta própria – por uma média de 25\$000 réis – viviam e se alimentavam com muita dificuldade.²⁸⁷ Em 1891, os aluguéis das casas com valores mais acessíveis eram anunciadas do Tororó e podiam ser custeados com o salário médio de uma doméstica em Salvador, com valores de 2\$000 réis, 13\$000 réis, 14\$000 réis, 15\$000 réis e 16\$000 réis. As casas anunciadas no bairro do Garcia tinham preços ainda mais modestos, entre 2\$000 réis a 5\$000 réis.²⁸⁸

A quantidade de informações fragmentadas ao lado do contrato nos faz pensar sobre a condição de trabalho, alimentação e moradia, bem como as regras que as órfãs que adentravam os lares na condição de domésticas eram submetidas. Na margem direita do documento, é dito que Maria Paula de Mattos e Maria d'Assumpção de Mattos retornaram à Santa Casa no dia 8 de março do ano seguinte. Em seguida, elas foram enviadas para o hospital Santa Isabel. Donato também deixou a casa do doutor Gordilho mais cedo que o previsto no contrato, em 19 de junho daquele mesmo ano.²⁸⁹

3.2 De Maria Petronilla a Theodora

Toda a documentação sobre os órfãos acolhidos no asilo Nossa Senhora da Misericórdia são atravessados por construções racializadas. As descrições físicas que iniciavam pela cor, passavam pelas características dos cabelos, formato do rosto, olhos e estatura, sobretudo para descrever as mulheres. Muitas vezes, estas caracterizações eram seguidas de descrições que tentavam adjetivar estas pessoas. Tudo isso ocorreu no contexto em que as teorias raciais encontraram terreno fértil no Brasil.²⁹⁰ O processo de

²⁸⁷ Cf. **Diário de Notícias**, Salvador, n. 199, p. 03, 2 set. 1876; **Diário de Notícias**, Salvador, n. 136, p. 02, 10 jun. 1893. FBN. **O Guarany: Jornal Noticioso, Litterario e Commercial** (BA). Salvador, sábado, 11 mai. 1878. Ano III, n. 184. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/231991/29>. Acesso em: jan. 2022; **Pequeno Jornal**. Salvador, n. 625, p. 03, 7 de abr. 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703842/2383>. Acesso em: 12 out. 2022.

²⁸⁸ **Jornal de Notícias**, Salvador, n. 3353, p. 04, 12 jun. 1891.

²⁸⁹ Manoel de Sá Gordilho era irmão da Santa Casa e foi residente na Clínica de ginecologia do Hospital de Caridade, sob a supervisão do Barão de Itapuã. Gordilho fazia parte da inspetoria de saúde, escrevia artigos no *Gazeta Médica da Bahia*, trabalhou na casa de prisão com trabalho e deu entrada na aposentadoria em 5 de agosto de 1913. O médico também era irmão da Santa Casa, Cf: FBN. **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 4 de outubro de 1887**, p. 23. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/12207>. Acesso em: 05, nov. 2021; **Gazeta de Notícias**, Salvador, ano III, p. 01, 5 ago. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721026/1128>. Acesso em: 20 nov. 2021; **Jornal Gazeta Médica da Bahia**, Salvador, 1893, p. 197; **Revista do Brasil** (BA). Salvador, 1908, p. 30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/390062/1271>. Acesso em: 25 jan. 2024.

²⁹⁰ Sobre essa questão ver: SCWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e SILVEIRA, Renato da.

racialização observado por Wlamyra Albuquerque operou na construção de lugares raciais como forma de inclusão e/ou negação da cidadania. E a noção de raça teria sido apropriada, de maneira diferente, por diversos sujeitos sociais.²⁹¹ Esta afirmação nos faz entender o lugar social e a percepção dos homens brancos e membros da elite baiana, responsáveis por anotar as características físicas das expostas. Cabe ressaltar que esta forma de registrar não era uma exclusivamente da Misericórdia. Ao estudar a classificação racial da Roda dos Expostos, local em que os órfãos eram acolhidos, Jocélio Santos observa uma verdadeira etnogênese local e um sistema de classificação racial através da ambiguidade classificatória, apresentando uma ampla categoria racial móvel. Esta classificação racial da Santa Casa usava categorias que apontavam para o distanciamento linguístico entre pretos e brancos, como a categoria “pardo disfarçado”.²⁹²

Como observamos anteriormente, a classificação racial foi amplamente usada no Asilo dos Expostos e definiu quem eram os meninos destinados ao serviço doméstico. Percebo a etnogênese local do Asilo dos Expostos de maneira fluida, iniciada quando a criança era recebida e reavaliada até o período em que era desligada da instituição.

Entre 1880 a 1890, o modelo de classificação racial desapareceu, reaparecendo de maneira mais simples na década seguinte. O termo genérico “de cor” foi uma classificação que reapareceu no pós-abolição, servindo de guarda-chuva conceitual para diferenciar os não brancos. Os registros policiais das matrículas das domésticas de Salvador foram casos emblemáticos que registraram padrões de avaliação e classificação racial semelhantes aos utilizados pela Misericórdia.²⁹³ Por exemplo, no livro de *Matrícula dos Expostos* de 1870 a 1894, contabilizamos 109 matrículas de expostos de ambos os sexos que passaram pelo Asilo. O livro apresentou a seguinte classificação racial: pardos (86), brancos (56), cor ignorada (34), crioulos (15), cabras (12) pardo escuro (12), pardo claro (2), de cor (2) e cor preta (1). Enquanto a população de pardos do Asilo corresponde aos dados da população geral da cidade de Salvador para o mesmo período, os órfãos

Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. *Afro-Ásia*, n. 23, 2000, pp.87-144.

²⁹¹ ALBUQUERQUE, 2009, p. 241.

²⁹² Cf. SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos poucos claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, n. 32, p. 115-137, 2005, p. 119.

²⁹³ Cf. FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006, p. 334; BARRETO, 2018, p. 77.

brancos enjeitados foram diminuindo ao longo das últimas décadas do século XIX, o que pode ser um reflexo na miscigenação da população.²⁹⁴

A **Tabela 2** mostra a distribuição por cores dos órfãos de ambos os sexos alugados nos serviços domésticos. Os órfãos descritos como pardos representavam 47,7%, seguidos pelos de cor ignorada 22,7 %. A partir de meados de 1880 ocorreu o aumento de expostos não classificados por critérios de cor.

Tabela 2 – Distribuição por cores dos criados de ambos os sexos/gêneros locados pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1912)

Cores	Branca	Preta	Parda	Parda clara	Parda escura	Cabr a	Escura	Crioula	Mulata	Cor ausente	Total
N.º Absolutos	12	9	67	3	7	7	1	9	1	34	150
% do Total	8,0%	6,0%	44,7%	2,0%	4,7%	4,7%	0,7%	6,0%	0,7%	22,7%	100%

Fonte: ASCMBA. N° 1216, 1219, 1220 e 1221

A classificação da cor dos expostos variava de acordo com algumas situações, como quando retornavam da criação externa ou de algum contrato. Por exemplo, no dia 6 de fevereiro de 1909, o “menor” Demetres de Mattos, descrito como “pardo escuro”, foi alugado para prestar o serviço de caixeiro. O órfão foi devolvido muito rápido, sendo novamente alugado no 10 de março para o serviço doméstico, desta vez, classificado apenas como “pardo”.

A população interna do Asilo dos Expostos apresentava números muito próximos entre pardos e brancos. No entanto, quando observamos os números de órfãos alugados por critérios de cor, percebemos uma ampla diferença entre pardas (44,7%) e brancas (8,0%). Estes dados são ainda mais reveladores porque o pequeno número de brancos alugados nos serviços domésticos diz respeito apenas aos expostos do sexo feminino. Todos os órfãos do sexo masculino alugados pela Santa Casa como trabalhadores domésticos eram negros. Por outro lado, é necessário lembrar que o serviço doméstico exercido pelas órfãs era identificado pela Misericórdia como função apropriada ao sexo feminino. No início do século XX, com a retirada de grupos masculinos do entendimento

²⁹⁴ SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo (Ed.). **Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil**. Edufba, 2019.

de serviço doméstico, como homens que trabalhavam em hotéis e no comércio. Contudo, foi a percepção racializada operada pela Santa Casa que as poucas mulheres que tiveram outros destinos, como casamento, vivência religiosa e outras profissões, eram brancas quase que em sua totalidade.

Mesmo que não mencionadas em documentação, o tipo de serviço que determinada exposta era especializada, enquanto algumas expostas nunca terem sido alugadas, pode revelar as escolhas racializadas dos administradores do local. Soma-se isso aos arranjos das relações construídas no Asilo. Por exemplo, os trabalhos internos do Asilo eram realizados pelas próprias expostas, que possuíam responsabilidades específicas. As meninas eram alocadas em diferentes funções, como lavar roupa, trabalhar no refeitório, cuidar dos dormitórios, oficinas de sapatarias ou fabricar artesanatos para venda.²⁹⁵ De acordo com os registros oficiais, estas meninas eram escolhidas para cada tipo de tarefa a partir de suas “aptidões”, mas, sabemos que o desejo do Mordomo e das Irmãs de Caridade ditavam este item da organização interna. No entanto, é preciso ter em mente que a Misericórdia operava a partir de lógicas raciais e, possivelmente, o tipo de serviço que cada interna era designada, havia relação com sua cor.

Na segunda metade do século XIX, Walter Fraga Filho apresentou uma proporção de 97% negros e mestiços matriculados nos serviços domésticos em Salvador. Se compararmos aos dados da **Tabela 2**, as informações apresentadas por Fraga Filho são muito semelhantes. Acima, podemos observar que 6% dos órfãos descritos como de “cor preta”, e 6% para cor “crioula”. Os descritos como cor “parda escura” eram 4,7%, o mesmo número para “cabra”. Alguns tipos de classificação perderam força no pós-abolição e até mesmo na virada do século, como “escura”, “parda escura” e “cabra”. Com apenas 1 referência, a classificação “mulata” apareceu apenas a partir de 1910.

A **Tabela 3**, mostra a distribuição por cores das criadas alugadas pela Santa Casa. Maciel Silva encontrou um universo documental de 62 mulheres no serviço doméstico alugados pela Santa Casa entre 1870 e 1910, com uma distribuição muito próxima a que encontramos. Em sua análise, o pesquisador utilizou o primeiro e o segundo termo de saída dos expostos, números 1219 e 1220, a partir de meados de 1870. A **Tabela 3** acrescentou um número de maior de informações com o Livro de Matrículas dos Expostos

²⁹⁵ BHD. **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo** (BA). Salvador, 5 de janeiro de 1882, p. 55. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/10194>. Acesso em: 20 out. 2021.

que, apesar de partir também de 1870, contém informações de expostos alugados antes da utilização do livro primeiro termo de saída.²⁹⁶

Tabela 3 – Distribuição por cores dos criados do sexo/gênero feminino locados pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1912)

Cores	Branca	Preta	Parda	Parda clara	Parda escura	Cabra	Crioula	Cor ausente	Total
N.ºs Absolutos	12	8	41	2	6	6	6	22	103
% do Total	11,7%	7,8%	39,8%	1,9%	5,8%	5,8%	5,8%	21,4%	100%

Fonte: ASCMBA. N° 1216, 1219, 1220 e 1221

Do ponto de vista mais amplo do mercado de trabalho doméstico no Brasil, embora as mulheres pretas, cativas, livres ou libertos, fossem maioria nos serviços domésticos, observando os jornais, percebemos que a preferência do contratante não seguia um padrão estático. Do acordo com Graham, a preferência podia ter como critério as habilidades, como a maestria no preparo de alimentos e na condução dos fogões.²⁹⁷ A busca por uma doméstica tinha vários interesses, como a condição jurídica, idade e até por nacionalidade. Ao investigar os anúncios de estrangeiros locando no serviço doméstico do Rio de Janeiro, Flavia Souza revela que a sociedade enxergava pontos positivos, ancorados nas ideias de superioridade racial dos estrangeiros que circulavam no país; e os pontos negativos, por suas ideias políticas contestadoras (anarquistas e comunistas), pela transitoriedade destes estrangeiros ou por furto.²⁹⁸ Tratava-se da retórica vazia ancorada na concepção idílica senhorial e no desejo dos patrões por controle, estabilidade e mão-de-obra.

Em geral, os anúncios procuravam por serviços específicos, como cozinhar, costurar, olhar crianças ou o serviço de ama de leite, entre outros. Muitas vezes havia

²⁹⁶ O marco temporal final também é diferente, pois, embora argumente em favor do avanço na baliza temporal, Maciel Silva foi relutante em avançar. Encontramos em 1912 um ano de profunda transformação no Asilo dos Expostos que representara uma definitiva ruptura com o modelo de assistência e criação de órfãos de décadas anteriores. Em 1913, o modelo laico de institucionalização estava bem estabelecido e simbolicamente organizado com a entrada das chamadas Irmãs de São José, expostas mais velhas, que assumiram o Asilo no lugar das mulheres da Ordem religiosa das Irmãs de Caridade. Cf. **Gazeta de Notícias**, Salvador, segunda-feira, 22 de dezembro de 1913. Ano IV, n. 85, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721026/1580>. Acesso em: 10 ago. 2021.

²⁹⁷ GRAHAM, 1992, p. 46.

²⁹⁸ SOUZA, F. F., 2017, pp. 376-377.

alguma outra condição, como dormir no trabalho ou disponibilidade para viajar, ou ainda acompanhadas de uma frase genérica sobre a conduta de quem tivesse interesse no serviço. Nos dias 16 e 17 de abril de 1878, na página do *Correio da Bahia*, havia um anúncio de procura por uma “ama de cozinha” na rua da Mangueira, freguesia de Sant’Anna, casa n. 14. A preferência era por uma ama de “bons costumes” e “prefere-se escrava”. Ao que tudo indica, a vaga rapidamente foi preenchida, uma vez que referido aviso não foi renovado no dia seguinte.²⁹⁹ Na sexta-feira, 24 de abril de 1891 na seção de anúncios do *Diário de Notícias*, publicou um anúncio com o título “AMA”, que dizia: “rua da Independência, n.5, precisa-se de uma que seja idosa para tomar conta de criança”.³⁰⁰ Em outro anúncio pedia-se uma criada “que não enjoe” para acompanhar uma família para a Europa, a tratar na rua dos Cobertos, n. 48, 2º andar, ou no Cajoeiro do Canela.³⁰¹

Hebe Mattos explica que durante o século XIX, um dos principais atributos para definir uma pessoa era o critério da cor. A autora desenvolve a ideia de que os níveis de pigmentação definiam lugares sociais.³⁰² A classificação da cor “parda” dos livres possuía um sentido de “mestiço” ou “mulato”. A classificação racial dos órfãos era confusa, pois, ocorreu casos em que o exposto era declarado como “cabra” e depois aparecia na documentação como “crioulo”. É possível afirmar também que as descrições físicas eram complementos das referências raciais.

Em uma análise muito mais detalhada das matrículas de criados em Salvador, Marina Barreto apresenta uma série de cruzamentos de dados importantes para pensar o perfil das domésticas. Nas matrículas de pessoas naturais de Salvador por critérios de cor, a pesquisadora encontra um percentual alto de “pardas”, 28,8% e “pretas”, 30,8%.³⁰³

Uma vez que as órfãs registradas como pardas eram maioria no Asilo, foi comum encontrar histórias de mulheres pardas que circularam entre diversos lares com acordos encerrados antes do tempo sem mais explicações. Uma destas mulheres era Maria Petronilla de Mattos. A primeira locação da “parda” ocorreu aos 21 anos, no dia 20 de março de 1906, para servir na casa da senhora Julio Candida Velloso. A remuneração

²⁹⁹ *Correio da Bahia*, Salvador, n. 18, p. 03, 16 abr. 1878.

³⁰⁰ *Jornal de Notícias*, Salvador, n.2433, p. 03, 24 abr. 1891. *Grifo nosso*.

³⁰¹ Loc cit.,

³⁰² MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, pp. 107-111.

³⁰³ BARRETO, 2018, p. 128.

mensal acordada foi de 20\$000 réis. Com menos de três meses de vigência do acordo, no dia 7 de junho, Maria foi devolvida. Mais uma vez, não foi registrado os motivos da quebra contratual, porém, no mesmo dia, ela foi direto para o Hospital Santa Izabel “até segunda ordem”. Parece que a exposta foi convocada para prestar serviço no hospital da Santa Casa, suposição baseada na ausência do nome da exposta nos registros de entrada de pacientes. No dia 26 de julho, Maria Petronilla assinou novo contrato de locação com Vicente Fortuna da Costa, que trabalhava no *The National City Bank of New York* e fez diretoria da Associação dos Empregados do Comércio da Bahia. O acordo teve o mesmo valor do contrato anterior. Três meses depois, a exposta foi novamente devolvida ao hospital Santa Izabel. No dia 9 de fevereiro do ano seguinte, Maria Petronilla foi para a sua terceira locação de serviços domésticos na casa de dona Joaquina Cecilia da Fonseca, com o mesmo salário do contrato anterior. Maria Petronilla deixou a Misericórdia para “viver por si” dia 8 de agosto de 1907, àquela altura com 23 anos.³⁰⁴ Como isso, é possível observar que o desligamento do Asilo não se dava de forma automática com a maioria das órfãs.

Diante de pequenas trajetórias de mulheres tuteladas que circularam nas casas dos locatários, é interessante acompanhar a história de Theodora Constança de Souza, enjeitada no dia 30 de junho de 1855, com três anos, na antiga Casa dos Expostos. Em um documento sobre a inspeção escolar realizada entre os dias 27 e 28 de novembro de 1861, Theodora, com 9 anos, estava como professora de Felippa Roiz de Mattos, que era a mais jovem da turma. Em uma avaliação realizada em 1861, Theodora teve a seguinte nota: escritura (sofrível), leitura (bem), análise (sofrível) e aritmética (bem).³⁰⁵ Não é possível dizer que a experiência como “professora” de Felippa, por si só, tenha impactado em suas expectativas para o futuro, diante de horizontes tão limitantes. Todavia, as meninas que demonstravam avanço escolar serviam de “mestras nas classes”.³⁰⁶

A classificação racial neste episódio é importante porque não me parece coincidência que esta trajetória seja exatamente a história de uma pessoa branca. Suas características físicas foram relatadas da seguinte forma: de cor “branca”, “estatura regular” e “cabelos castanhos”. Theodora nunca experimentou os desafios do trabalho

³⁰⁴ ASCMBA. **Livro 2º de Termo de Saída de Expostos**. Nº 1220, Est. H, 1893-1910, p. 74, 81, 84, 86.

³⁰⁵ ASCMBA. **Correspondência interna do escrivão Antonio Joaquim Damazio para o Provedor Manoel Figueiredo Leite**. Bahia, 30 novembro de 1861. Cx. 17.

³⁰⁶ **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo**, Salvador, p. 55, 1882. Salvador, p. 55. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/10194>. Acesso em: 20 out. 2021.

doméstico, uma situação pouco habitual na vida de uma órfã. Theodora deixou a Misericórdia para viver na companhia do seu irmão, Antonio Raymundo de Souza, a partir do pedido de despacho feito junto a mesa administrativa no dia 2 de julho de 1871. É preciso reforçar que era comum entre as famílias o uso da Roda como estratégia de abandono temporário. Os reencontros de crianças ou adultas com suas famílias não eram raros. Theodora recebeu o meio dote de 200\$000 réis apenas em 17 de abril de 1875. Acredito ter reencontrado Theodora em 1877, como “aluno-mestre” no ensino público na povoação de Santo Antônio dos Velasques (Itaparica). Em 1876, Theodora possuía 46 alunos.³⁰⁷

Com 25 anos, Theodora apareceu no jornal *O Monitor* no dia 15 de setembro de 1877, por conta da acusação de violência contra uma estudante. Publicado sob o título de “Protesto”, o texto enviado pelos pais pulsava indignação pela “falsa, injusta e caluniosa” denúncia feita por Laurinda Maria de Jesus, mãe da “menor” Maria Afra de S. Anna, “cujo arranhão no pescoço foi feito casualmente fora da escola, como é geralmente sabido”. Em defesa de Theodora, vinte e um pais de suas alunas – todos homens – voluntariamente lhe deram razão, “sem exceção de um só”:

*Nós abaixo assinados atestamos e juramos, se necessário for, que a professora pública de primeiras letras deste distrito de Santo Antônio dos Velasques, a Ex. Sra. D. Theodora Constança de Souza e Mellor (sic) exerce o seu magistério com perícia e assiduidade, que é solicitada pelo adiantamento de suas alunas, e que as trata mais como mãe carinhosa do que preceptora rígida, pelo que tem adiantamento rápida suas discípulas: damos o presente sem nos ser pedido. Jaburú, 4 de setembro de 1877.*³⁰⁸

Interessado no desfecho do caso, o jornal revelou, na edição de 3 de outubro daquele ano, a sentença imposta a Theodora. No dia 22 de setembro, o diretor geral dos estudos dirigiu ofício ao inspetor literário da povoação de Santo Antônio dos Velasques:

Comunicando-me o Dr. Secretário do governo em ofício de ontem haver S. Ex. o Sr. presidente da província por despacho da mesma data dado provimento ao recurso interposto pela professora desta povoação, D. Theodora Constança de Souza e Mello, da pena de suspensão de 15 dias com perda de vencimentos, que lhe foi imposta

³⁰⁷ **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo** (BA). Salvador, 1879, p. 196. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/9512>. Acesso em: 20 out. 2021.

³⁰⁸ **O Monitor**, Salvador, n. 87, p. 02, 15 set. 1877.

*por esta diretoria em 5 do corrente, determinando que seja substituída a dita pena de repreensão, que V.S lhe fará efetiva, faça-lhes disto ciente para seu conhecimento e devida execução.*³⁰⁹

Em 1881, Ina von Binzer, educadora alemã que viveu um tempo no Brasil, conta que as professoras eram assim chamadas apenas quando apreciadas, do contrário, “rebaixavam-nos para outro inferior: mestra”. Ainda sobre o tema, Binzer faz observações sobre os acordos de trabalho, afirmando ser uma verdadeira sorte “não se firmarem contratos aqui, nem se multarem as rescisões. Mesmo constantemente ameaçados de ser dispensadas “mais dia menos dia, podemos pelo menos fazer a nossa trouxa quando julgarmos que é demais”.³¹⁰ Sobre a instabilidade e a informalidade dos acordos, podemos dizer que a carreira de Theodora não se encaixava na descrição da professora alemã.

Após a resolução do conflito, Theodora escreveu um requerimento aceito pelo Presidente da Província, “sob pena de não serem justificadas as faltas que der”, em que pedia licença para passar o natal em Salvador.³¹¹ Encontrei o paradeiro de Theodora outra vez no jornal *O Monitor*, pedindo para passar a semana santa mais uma vez em Salvador.³¹² Em 1878, Theodora novamente aparece do jornal com um pedido ao Presidente da Província de mais 15 dias de licença com vencimento para se tratar, tendo recebido mais 15 dias com metade do ordenado.³¹³ A última vez que encontrei o algum registro de Theodora foi em 1884, quando foi nomeada para a “cadeira de 2ª classe mediante concurso” de professora na vila da Purificação dos Campos, atual município de Irará-Ba.³¹⁴

Para finalizar esta discussão, entendo estes acordos de locação de serviços domésticos de expostos partem de uma condição inerente de classe atravessadas por relações de gênero e raça bastante complexas. Acredito que o fator raça teve impacto

³⁰⁹ *O Monitor*, Salvador, n. 102, p. 01, 8 out. 1877.

³¹⁰ BINZER, Ina von. **Os Meus Romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil. Trad. De Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira, introdução de Antonio Cllado, prefácio de Paulo Duarte. 2º Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 67.

³¹¹ *O Monitor*, Salvador, n. 158, p. 01, 8 dez. 1877.

³¹² *O Monitor*, Salvador, n. 260, p. 02, 13 abr. 1878.

³¹³ *O Monitor*, Salvador, n. 167, p. 02, 24 dez. 1878.

³¹⁴ **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo** (BA). Salvador, 1884, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/11564>. Acesso em: 20 out. 2021.

direto em momentos cruciais das trajetórias dos órfãos do Asilo dos Expostos de Salvador.

3.3 Gabriella de Mattos: “do caminho tomaria o seu destino”

Este capítulo pretende finalizar suas discussões com uma história que se destaca por um incomum bilhete anexado à folha do “termo de locação”, que abre uma oportunidade para compreender melhor a relação das expostas no universo dos alugueiros de trabalhadoras domésticas.³¹⁵

Bahia, 12 de setembro 1822

Excelentíssimo Senhor Doutor Isaias de Carvalho Santos.

Respeitosamente cumprimento-vos. Cumpri-me apresentar-vos os protestos da minha gratidão, pela atenção que dispersastes ao pedido que há tempos passados vos fiz de uma menina para viver em minha companhia. Mandaste-me trazer Gabriella e eu há nove meses que luto para regenera-la, aconselhando-a precisando encaminha-la para o bem, sem encontrar resultado nenhum, pois a criatura é de má índole; assim sendo é-me impossível continuar com ela, fiz ver a ela que devia se apresentar a V.S^a, de forma nenhuma ela se conformou, disse-me que, se eu mandasse levar, que do caminho tomaria o seu destino; tratou casa para se empregar e retirou-se hoje. Lugar melhor para ela estar, (a parte a modéstia) do que na minha companhia, sem mais pessoas, penso que ela não encontrará.

Da Cr^a Obr^a.

*Dionilla Ramona Bittencout.*³¹⁶

Tomar o próprio destino. Este poderia ser o título do bilhete escrito por Dionilla Ramona Bittencout. O documento foi encontrado anexado ao “Termo de locação e Serviços domésticos” – 1221. O bilhete é um relato sobre a situação de uma menina que vivia na companhia de Dionilla e foi endereçado ao senhor Isaias de Carvalho Santos, Provedor da Santa Casa. Perante a ineficácia de seus conselhos, Dionilla conta que achou

³¹⁵ Do ponto de vista das balizas temporais deste trabalho, avancei até 1912. Esta fonte em especial faz parte da documentação em que decidi analisar e levantar informações apenas dos dois primeiros anos. No entanto, diante da excepcionalidade, penso que trazer este documento é muito importante para a nossa discussão.

³¹⁶ ASCMBA. **Livro 3º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1221, Estante H, 1910 a 1924, p. 60. Bilhete anexado ao documento.

melhor o regresso da moça à companhia do Provedor. Diante do ocorrido, a mensagem relata que a menina “tratou casa para se empregar e retirou-se” da sua casa.

Gabriella, cujas ações são o tema central do bilhete, é descrita como alguém rotulada por “má índole”. Entre gratidão e autoelogios, Dionilla diz ter tentado “regenera-la” por nove meses e que “a parte a modéstia”, não havia melhor lugar que o seu lar.³¹⁷ A tônica das palavras realçadas neste parágrafo exprime a necessidade do suporte teórico das categorias de classe, raça e gênero para além do sentido fixo de suas interpretações. Há, portanto, a necessidade de ressaltar as negociações contínuas e que levam em consideração a reprodução das hierarquias passíveis e responsáveis pela produção da mudança. São três as chaves de interpretação sobre os termos utilizados na comunicação: o debate vigente sobre a mestiçagem; a fronteira socioeconômica que as crianças enjeitadas representavam; e as especificidades da condição feminina.

Os termos “degeneração” e “má índole” foram amplamente utilizados no Brasil do final do período oitocentista e nas primeiras décadas do século XX, associados tanto à raça, quanto a escravidão. A acusação de “má índole” foi vastamente empregada para se referir ao cativo que expressava qualquer posição em desacordo com a sociedade senhorial brasileira. O termo também foi usado como referência para a classe trabalhadora. O conceito de “degeneração” era parte de um amplo arsenal do campo das teorias raciais respaldadas por uma percepção bastante consensual que circulava no Brasil, além ser usado no contexto dos discursos sobre a moral. O debate produzido nas Faculdades de Medicina e Direito, amplificados por intelectuais e membros da elite econômica, constituíram, sobretudo na Bahia, o entendimento do cruzamento racial visto como um grande mal, usado nas explicações para a criminalidade e a loucura. As mudanças de estrutura, as tensões raciais e a crise política se apresentavam em toda vida cotidiana - em espaços físicos e culturais – colocados nas disputas entre negros e brancos, trabalhadores, médicos, lideranças religiosas e jornalistas. O contexto da construção da jovem República, revelava um cenário de enfrentamento e exclusão baseados, sobretudo na medicina, através de critérios sociorraciais.³¹⁸ O darwinismo sócio-biológico tomou corpo no início do século XX, apoiado, entre outros aspectos, na crença do caminho do

³¹⁷ Enquanto a palavra modéstia é sinônima de despreensão, simplicidade e humildade. A expressão “modéstia à parte” costuma ser empregada por alguém que deseja exaltar-se sobre algum atributo, deixando de lado a própria modéstia.

³¹⁸ Ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. **De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

embranquecimento do Brasil como chave para o desenvolvimento. Não é de se estranhar que a órfã Gabriella fosse descrita na documentação como sendo “de côr escura”.

É imprescindível realizar a discussão ancorada no entendimento de classe e a peculiaridade da condição dos órfãos enquanto sujeitos “entre fronteiras”, próximos das chamadas “classes degeneradas”. Apesar de não representar uma novidade, nas últimas décadas do século XIX, os discursos civilizatórios das elites do país carregavam, cada vez mais, o argumento da necessidade de formar trabalhadores úteis à pátria.

Embora pareça oculta, a semântica expressada no pequeno bilhete reforça a reprodução dos discursos e percepções sobre comportamentos femininos na *Belle Époque*.³¹⁹ É possível observar a construção idílica da identidade feminina como bastião da moralidade – forjadas por discursos religiosos, médicos e jurídicos, de maneira interseccional - com profundas tensões raciais e de classe que se estendia desde as últimas décadas do século XIX.³²⁰

A construção desta identidade se dá na arena da aproximação e/ou afastamento do outro (aquele que desejamos assemelhar e qualificar positivamente ou a quem julgamos diferentes e qualificamos negativamente).³²¹ Isto é, a aproximação paternalista da figura masculina do Provedor, cargo máximo de uma instituição, composta por pessoas ricas e influentes na sociedade baiana, autointitulada guardiã das crianças expostas. Por outro lado, o afastamento frente à outra figura feminina é caracterizado pela necessidade de receber o direcionamento que possibilitasse desencadear a condição de regeneração. Diante das circunstâncias em que a exposta fugiu enquanto estava sob os cuidados de sua locadora, Dionilla busca, no bilhete, se colocar em uma posição mais próxima da instituição como alguém de valor, que se esforçou para tentar regenerar a exposta.³²²

³¹⁹ Cf. CAULFIELD, 2000, pp. 77-78. Ver, sobretudo, o segundo capítulo: FREITAS, Idalina Maria Almeida de. **A moral dos corpos: desejo, dispositivos e subjetividades em Fortaleza (1910-1950)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifício Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

³²⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995; ESTEVES, 1989; FERREIRA FILHO, 1994; GRAHAM, 1992.

³²¹ PIZA, Edith. Da cor do pecado. **Revista Estudos Feministas**. Vol.3 n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 54. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16915/15476>. Acesso em: 24 jan. 2024.

³²² ALCOFF, Linda. Cultural feminism versus post structuralism the Identity crisis. **Femtnist theory Signs**, v. 13, n. 3, pp. 405-436, 1988. Alcott concebe o conceito de posicionalidade como não arbitrário ou indecifrável. O conceito é identificado apenas no interior de determinado contexto que leva em consideração a posição na qual a mulher se encontra. Este lugar é a própria construção de significado, ao invés do local onde o significado possa ser descoberto.

De maneira direta, o bilhete foi usado por Dionilla para se justificar pelo ocorrido. Do ponto de vista documental, o bilhete anexado ao registro é uma comunicação breve sobre o dia-a-dia, tendo como função principal informar. Mas, para além do formalismo que destoava de sua própria tipologia, o contexto invoca a “surpresa” da testemunha, retido pela preocupação das ações imediatas.³²³ Há também características hierárquicas de cunho social e relações de gênero na forma como a autora do bilhete comunica ao destinatário. Um bilhete inusitado pode representar um simples fragmento de atitudes improvisadas, mas, também é como abrir as janelas do cotidiano que nos levam até a cozinha, ao bordado e aos demais serviços domésticos, assim como as tensões e arranjos do lar.

Diante do cotidiano contado quase que exclusivamente pelo ponto de vista normativo, as trilhas deixadas por documentos atípicos, de processos até então invisíveis nos dão à dimensão de uma conjuntura específica, capaz de romper com o idealismo abstrato e universal da “condição feminina” e retirar na marginalidade os estudos sobre as mulheres.³²⁴

A trajetória de Gabriella de Mattos foi comum a maioria das crianças que chegavam à roda, enjeitadas ainda nos primeiros meses de vida:

*Pelas 5 horas da tarde foi exposta na roda do Asilo de Nossa Senhora da Misericórdia uma menina parda de idade de quatro meses, doente. Trouxe os seguintes objetos:
1º Camisa de madraсто
2º Camisola de chita cor de rosa
Trouxe o seguinte bilhete:
Maria de Lourdes é o nome que a mãe desta menina quer que deste a ela; tem quatro meses, a mãe está com moléstia de peito, chama-se Maria da Boa Morte, a criança está doente da barriga, não é batizada (sic).³²⁵*

De acordo com o livro da Roda dos Expostos, Gabriella foi entregue ao Asilo no dia 18 de dezembro de 1907. Maria da Boa Morte era o nome da mãe de Gabriella. O

³²³ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor, 2001, p. 104.

³²⁴ Cf. MATTEDI, Maria Raquel Mattoso et. al., Salvador: o processo de urbanização, In **Bahia**. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas-CPE, Habitação e urbanismo em Salvador, Salvador, 1979; DIAS, Maria Odila da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Ed.). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992.

³²⁵ SCMBA. **Livro da Roda dos Expostos**. Nº 2057, p. 78.

enxoval que acompanhava a criança foi “uma camisa de madraço” e “duas camisolas de chita cor de rosa”. As poucas peças de tecidos simples e de baixo custo apontam para a condição social precária de sua mãe. As roupas que acompanhavam as crianças poderiam funcionar como indicativos da condição social das famílias. Por vezes, estes elementos eram indícios para a compreensão dos motivos para o enjeitamento, uma vez que as camadas médias e abastadas costumavam abandonar as crianças por motivos diferentes daqueles mais pobres. De acordo Venâncio, entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX, raramente os pais se preocupavam em justificar o abandono.³²⁶ No entanto, os dados do Asilo dos Expostos, a partir de 1862, foi cada vez mais constante ter pistas sobre os motivos do enjeitamento.

Gabriella vivenciou a primeira infância sob os cuidados das Irmãs de Caridade, responsáveis por gerir o Asilo em companhia do Mordomo dos Expostos desde o período de sua fundação, em 1862. Inicialmente, o projeto de institucionalização dos órfãos no Brasil foi dotado de características caritativas e o Asilo é um exemplo da posição das religiosas. Ainda na metade do século XIX, a caridade deu lugar à filantropia.³²⁷ Com o fim da escravidão e os novos ventos republicanos, a Santa Casa e o Asilo dos Expostos também modificaram a concepção a respeito dos cuidados e os destinos dos órfãos.³²⁸ Juristas, médicos higienistas e uma administração secular passaram a organizar o cotidiano do local.

Ao longo de cinquenta anos, as Irmãs de Caridade administraram o Asilo, sendo quarenta e três anos sob a liderança da Irmã Lasnier, entre 1862 a 1905. A Madre Superiora do Asilo faleceu dois anos antes da chegada de Gabriella ao Asilo.

Ao que tudo indica, os efeitos da transição de paradigmas a partir da morte da Irmã Superiora foram acentuados até o desligamento das irmãs de Caridade, que administravam o Asilo. Os princípios republicanos expuseram as fraturas do cotidiano pouco evidenciadas na documentação da Misericórdia. Na sessão da Junta realizada no dia 14 de dezembro de 1898, o Provedor Manoel de Souza Campos propôs duas transformações no modelo de educação do Asilo: a criação de uma sala mista e a contratação de professoras diplomadas. Guardiã daquela que foi a tônica da educação do

³²⁶ VENÂNCIO, 1999, p. 76.

³²⁷ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. 2004, pp. 21-29.

³²⁸ A exemplo da comparação entre os regulamentos do Asilo dos Expostos que foram analisados no primeiro capítulo.

Asilo nas primeiras décadas de funcionamento, a Irmã Lasnier se opôs e defendeu a permanência da educação sob sua responsabilidade, leia-se uma educação confessional.³²⁹ As Irmãs de Caridade gozavam de prestígio, afinal, eram mais de trinta anos servindo ao Asilo.

O processo de transformação política, cultural e econômica entre Império e República, iniciado nas décadas finais da monarquia, se estendeu para muito além das balizas temporais oficiais. As mudanças no Asilo também ocorreram lentamente. Primeiro, os médicos das décadas de 1870 e 1880 se tornaram figuras constantes dentro do Asilo e nas páginas da *Gazeta Médica*.³³⁰ Além do mais, os juristas e outras figuras passaram a refletir sobre a assistência a partir de novas perspectivas. No entanto, não é difícil associar as Irmãs de Caridade com a simbologia do Império e demais personagens como uma caracterização republicana.

Pouco mais de uma década após o falecimento da Irmã Superiora, as Irmãs de Caridade deixaram o Asilo, assumido em seguida por outras órfãs maiores que permaneceram na instituição e que eram conhecidas como Irmãs de São José.³³¹

No início do século XX, a educação recebida por órfãs como Gabriella era de 3 horas de aulas por dia, podendo aprender pintura e desenho aos finais de semana ou tocar instrumentos musicais, como o piano. As meninas também aprendiam a bordar, costurar e produzir artesanatos. Os meninos frequentavam 5 horas de aula, e o restante do tempo era dedicado aos jardins e aos trabalhos domésticos.³³² Os papéis de gênero foram amplamente reproduzidos no dia a dia do Asilo.

Gabriella conheceu o mundo do trabalho doméstico no dia 13 de setembro de 1918. Não é fácil realizar um exercício mental para visualizar a infância pobre no início do século XX, afinal, o próprio conceito é caricato e de pouca inteligibilidade, atravessada por questões de classe, tempo e lugar. O mesmo vale para o final do século XIX, em relação ao abismo que existia entre a noção do filho da escrava e o filho do senhor, que

³²⁹ ASCMBA. **Relatório apresentado à Junta** da Santa Casa de Misericórdia da Bahia pelo seu Provedor Commendador Theodoro Teixeira Gomes (De 1911 a janeiro de 1912). Bahia, Typographia Z. Costa & C., 1912, p. 31

³³⁰ Cf. CERQUEIRA; VITORIA, 2020, pp. 10-11.

³³¹ **Gazeta de Notícias**, Salvador, n. 130, p. 02, 12 fev. 1913.

³³² SANTANA, 2008, p. 163

expõe uma realidade cruel que se relaciona com a condição da maternidade e associada à pátria.³³³

A infância pobre foi alvo de discussão dos juristas através do Código Criminal do Império, a partir de 1870, influenciando a criação de instrução elementar, formação cívica, e capacitação profissional das crianças.³³⁴ Neste período, a criança vista como “menor” passou a significar a criança em situação de vulnerabilidade associada à delinquência, distanciando-se da noção de criança dos filhos da burguesia.³³⁵ Com o fechamento de instituições religiosas no período republicano, essas crianças ficariam sob responsabilidade do Estado na implementação das políticas higiênicas, educacionais e de “reintegração” na sociedade. A ideia de infância desvalidada, sobretudo no caso dos meninos, era entendida a partir da necessidade da intervenção sob o argumento de evitar o caminho da criminalidade.³³⁶ James Wadsworth e Tamera Marko observaram o contexto transformação da noção da infância no século XX, a partir da percepção em que a criança deixa a ordem familiar e passa a abranger diferentes interesses, tornando-se um problema de dilema nacional. Médicos, militares, políticos e jurídicos foram personagens engajados no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância de 1922, que buscava criar uma espécie de “bem-estar” infantil no Brasil.³³⁷

Em 1918, Gabriella de Mattos compareceu a sala dos despachos da provedoria da Santa Casa de Misericórdia da Bahia para ser entregue a o senhor Guilherme Rodrigues Guimarães:

Aos três dias do mês de dezembro de 1918 nesta cidade da Bahia e Sala dos despachos da Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, onde se

³³³ MARKO, Tamera L. “A wet nurse, her masters, a folkhealer, a pediatrician, and two Babies: negotiation of a ‘raceless’ motherhood ideal and cultural legacies of slavery in 1880 Rio de Janeiro. _____; WARREN, Adam (Ed.). **Women, ethnicity, and medical authority**: historical case studies in reproductive health in Latin America. San Diego: Center for Iberian and Latin American Studies/University of California, 2004, p. 51.

³³⁴ BOTIN, Lívia. **Trajetórias cruzadas**: meninos (as), moleques e juízes em Campinas (1866-1899). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

³³⁵ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. 2004, p. 24.

³³⁶ MATTOSO, 1878, p. 203.

³³⁷ WADSWORTH, James E.; MARKO, Tamera L. Filhos da Pátria: Representações da Infância e das Ideologias do Estado de Bem-Estar Social na Exposição Internacional do Centenário do Rio de Janeiro de 1922. In: *As Américas*, vol. 58, não. 1, Ascensão do Estado de Bem-Estar Social na América Latina (julho de 2001), pp. 65-90. Publicado por: Cambridge University Press.

(Children of the Pátria: Representations of Childhood and Welfare State Ideologies at the 1922 Rio de Janeiro International Centennial Exposition. In: *The Americas*, vol. 58, No. 1, Rise of the Welfare State in Latin America (Jul., 2001), pp. 65-90. Published By: Cambridge University Press).

achava o Ex.^{mo} Sr. Provedor D. Isaias de Carvalho Santos, compareceu o Sr. Guilherme Rodrigues Guimarães, para assinar o seguinte termo de contrato de locação de serviços domésticos da exposta Gabriella de Mattos, de dez anos de idade, de cor mestiça, sob a seguinte condição: Primeira Tê-la em sua companhia afim de prestar-lhe o devido serviço doméstico, pagando em remuneração à mesma o salário de cinco mil réis para a locação durante os cinco primeiros anos, de dez mil réis, para os três anos seguintes, passando depois a quinze mil réis, tudo mensalmente; Segunda Trata-la e preserva-la em caso de moléstia, bem assim fornecer os materiais necessários descontando se assim entender a quantia para tê-la fim defendida do referido salário; Terceira. Depositar o sustento em uma caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal, em nome da menor exposta. E em acordo mandou o Ex.^{mo} Sr. Provedor lavrar este termo declarando que fica desligada do Asilo dos Expostos, ficando rescindido o presente contrato por infração de qualquer das cláusulas estabelecidas e assina com o irmão Escrivão da Mesa Dr. João Pedro dos Santos e o locatário.³³⁸

O contrato era muito diferente dos acordos elaborados décadas passadas, apesar de manter o rito de apresentação dos envolvidos. No início do século XX, os contratos mantiveram o formato, mas o conteúdo foi modificado. A apresentação de informações como a data, a sala dos despachos e a posição de cada pessoa sob a condução do Provedor também foi mantido. A descrição física e a cor das expostas também permaneceram, embora o próprio arcabouço da classificação racial tenha se transformado ao longo do tempo. O elemento central nos contratos anteriores sobre a proibição de serviços de rua desapareceu do contrato. Por fim, em um novo entendimento, a exposta ficaria desligada do Asilo a partir do contrato, independentemente da idade. Este mecanismo deveria ser anulado em caso de infrações em qualquer uma das cláusulas do acordo.

No contrato de Gabriella, ficou combinado que a remuneração deveria ser de 5\$000 réis mensais pagos pelo serviço durante os cinco primeiros anos e 10\$000 réis para os três anos seguintes até a exposta completar 18 anos. A remuneração inicial era cerca de um terço dos salários que costumava ser estabelecidos nos contratos das órfãs adultas. A primeira cláusula do contrato manteve o compromisso de décadas atrás com o uso da força de trabalho em tarefas domésticas. Foi mantido a responsabilidade do locador com os quistos saúde, alimentação e roupas, com descontos ao referido salário.

Embora Dionilla tenha ficado com a responsabilidade de Gabriella, quem intermediou o acordo e assinou o documento foi Guilherme Rodrigues Guimarães, como

³³⁸ ASCMBA. **Livro 3º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1221, Estante H, 1910 a 1924, p. 60.

demonstrado no documento. Gabriella, de 10 anos, é descrita como uma menina de “cor mestiça”, uma nomenclatura nova que apareceu nos contratos somente no início do século XX. O senhor Guilherme Guimarães era casado com Eveline Biache Picard e, assim como outros locatários, o casal costumava aparecer nas colunas sociais dos jornais soteropolitanos.³³⁹ Não sabemos a relação entre Dionilla e Guilherme.

Além do bilhete anexado ao termo de locação, há um comentário na lateral do documento com as seguintes informações:

Esta exposta, dada ao vício de fugir da casa do locatário foi trazida por este e continua entregue a mesma dona Dionilla Romana Bittencout, agente de correio da rua Direita de Santo Antônio. Continua do mesmo modo até que retire-se como consta da referida mensagem desta data. Bahia, 12 de outubro de 1922, Isaias Santos.³⁴⁰

Quatro anos depois do contrato assinado, a anotação informava que não era a primeira vez que Gabriella havia fugido da casa de Dionilla, que trabalhava como agente de correio nos correios da Rua Direita de Santo Antônio. Percebida pelo Provedor da Santa Casa como um “vício”, a fuga pode ser lida como mais uma estratégia no contexto da resistência à disciplina, a possíveis maus tratos ou excesso de tarefas que não estavam no acordo inicial. Neste caso, a fuga da casa dos patrões era relativamente comum entre meninas que não viviam em instituições como o Asilo. Neste caso em específico, não podemos creditar a fuga a um entendimento de resistência por se tratar de uma criança com 10 anos. Em um rápido exercício, é difícil pensar que a órfã tinha consciência da fuga como estratégia para garantir o retorno ao Asilo, como entendemos que foi utilizado por órfãs mais experientes em momentos anteriores. Também não podemos descartar que ao longo do tempo em que esteve alugada, Gabriella não tenha construído algum entendimento sobre sua condição de trabalho e as possibilidades que a levasse a querer tomar um destino diferente. Portanto, podemos inferir que a quebra de acordo, incluindo a fuga, poderia ser o resultado de castigos, violência física ou mesmo a obrigação em realizar serviços que não eram de costume. Histórias semelhantes a estas se repetiram com certa frequência.

³³⁹ FBN. **A Notícia – Notas e notícias** (BA). Salvador, terça-feira, 27 abr. 1915. Ano I, n. 160, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720160/1106>. Acesso em 14 ago. 2021.

³⁴⁰ ASCMBA. **Livro 3º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1221. Estante H, 1910 a 1924, p. 61.

Ao longo do funcionamento do Asilo, as constantes quebras de acordo e as fugas podem ser entendidos como exemplos de resistência a partir do conceito cunhado pela historiografia britânica e de grande importância na orientação da perspectiva analítica presente nos estudos sobre a escravidão e as lutas pela liberdade.³⁴¹ Gabriella desapareceu dos registros da Santa Casa, sem qualquer informação sobre desligamento e dote. O livro de saída dos expostos silencia sobre o paradeiro da órfã. Tudo indica que a exposta fugiu em definitivo para tomar o próprio destino e a Santa Casa lavou as mãos sobre o caso. O ato de Gabriella me parece associada ao conceito de “resistência silenciosa” por ser entendida como uma categoria de análise associada ao feminino. O paternalismo, o patriarcalismo e as noções de honra a que estas meninas foram submetidas, foram organizados de maneira a garantir o poder aos homens, isto é, eram estritamente masculinas. A condição dúbia da mulher nesta sociedade, conforme observa Camilia Cowling, produziu resistências cotidianas próprias e fizeram com que as mulheres adotassem estratégias específicas gênero.³⁴²

³⁴¹ Cf. THOMPSON, 1981; 2004.

³⁴² COWLING, Camillia. Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição do trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In: LIBBY; Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX.**

CAPÍTULO 4: O MUNDO DOS PATRÕES DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Figura 7 – “Um grupo de tagarelas no Mercado Modelo”



Fonte: *A Notícia*, 15 de outubro de 1914.

No dia 15 de outubro de 1914, quinta-feira, a capa do jornal *A Notícia* teve como assunto principal “os criados!”. Em uma das fotografias que acompanhavam a matéria, é possível notar quatro mulheres que, sentadas, trajavam saias longas, enquanto duas delas usavam torços na cabeça. Ao lado, um homem em pé compõe a cena que parece ter sido detalhadamente pensada pelo fotógrafo. É possível notar que todos são negros. O contraste entre a fotografia e o conteúdo do texto revela o quão dissimulado foi o autor, para convencer estas pessoas a pousarem para uma matéria que pregava ódio e desprezo contra eles.

No título da matéria é dito que “a vida do ménage vem toda pra rua” acompanhado da afirmação de que “as cozinheiras são as que mais falam”.³⁴³ O texto afirma que o barbeiro era, em certo tempo, o “proto-tipo do sujeito indiscreto” porque sabia da vida de todos e que contava os detalhes, “tim tim por tim tim”, da vida das pessoas, “sublinhando de malícia algumas palavras”. É dito que o barbeiro discutia de política a literatura. Adjetivado de “falastrão”, “indiscreto”, “leviano”, “inconveniente” e “insuportável”, os

³⁴³ *A Notícia*, Salvador, n. 23, p. 01, 15 out. 1914.

barbeiros formavam uma categoria de trabalhadores que eram historicamente ligados à escravidão. O ódio de classe e raça destilado pelo autor da matéria é mais uma entre tantas percepções sobre os trabalhadores subalternizados. Identificado apenas como Alvino, o autor da matéria diz não saber o motivo da redução da influência do barbeiro. O malabarismo mental para reforçar sua percepção é de que o cliente lia o jornal “até acabar a operação”.³⁴⁴ Com isso, o barbeiro teria cedido o papel de fofocar a criada.

*O criado é o pavor da mãe de família.
Todas elas queixam-se da criadagem.
- Oh! Impossíveis os criados de hoje! Malcriados, arrogantes, não fazem o serviço direito, caros, e, sobretudo, infiéis e inconvenientes...
E citam fatos que são a prova incontestável dessas qualidades ruins. A queixa é geral especialmente contra a criada: a cozinheira, a copeira, a ama de quarto. E elas vingam-se dizendo na rua, ao vendeiro, ao homem das hortaliças, ao homem do peixe, etc, cobras e lagartos dos patrões.*³⁴⁵

O conjunto de queixas e acusações presente no texto é uma síntese do discurso dos patrões que surgiu de forma bastante alinhada na imprensa baiana desde a década de 1880. Longe de representar um consenso, este grupo formado por ex-senhores estavam concentrados em forjar um projeto de liberdade no pós-abolição que lhes fossem vantajoso e “ordeiro”.³⁴⁶ Um ponto interessante é que a fofoca é vista como uma reação, uma espécie de vingança contra os patrões.³⁴⁷ No entanto, nenhuma palavra é dita sobre a conduta dos patrões que causariam estas reações.

De acordo com o texto, “as cozinheiras são as que mais falam” porque ela receberia o “relatório do que se passa” do almoço ao jantar através da copeira, e do que se passaria nos aposentos por parte da “ama de quarto”. No jogo das relações de poder, a cozinheira era a trabalhadora doméstica mais procurada por conta de suas habilidades.

³⁴⁴ O responsável pelo texto foi Alvino de Mattos, que atuou como auxiliar do Jornal. Ver: **A Notícia**, Salvador, n. 61, p. 02, 27 nov. 1914.

³⁴⁵ **A Notícia**, *Ibidem*.

³⁴⁶ MATA, Iacy Maia. ‘Libertos de treze de maio’ e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Afro-Ásia**, n. 35 (2017), p. 163.

³⁴⁷ Ver SCOTT, J. C. *Dominação e artes de resistência: transcrições ocultas*. New Haven e Londres, Imprensa da Universidade de Yale. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven and London, Yale University Press), 1990, p. 18-19; FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. SILVA, 2011; SILVA; Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

Com isso, é possível imaginar que ela era também a mais empenhada em buscar por arranjos de trabalho com melhores condições e salários, sendo um dos motivos da ira dos patrões.

Quem, pela manhã, entre sete e nove horas passar pelo Cabeça ou pela Baixa dos Sapateiros e se detiver a ouvir os grupos de cozinheiras parados na porta das tavernas, cercando um taboleiro de verduras, tratando o peixe ou a carne, ouve coisas interessantíssimas: Os arrufos do namorado ou do noivo com a filha do patrão; as brigas deste com a patrôa por causa das despezas excessivas com o armazém; a descompostura da patroa porque o patrão dormiu na rua... e coisas semelhantes...

Emquanto elas falam, ouvem-nas curiosos, rindo maliciosamente ou gargalhando escandalosamente, o “gringo da venda”, o açougueiro, o peixeiro, o engraxate, o capadocio. E cada um deles vai contar adiante. A vida do ménage, pela boca das criadas vem toda pra rua.³⁴⁸

A acusação contra a cozinheira é reforçada por sua possibilidade de transitar entre a casa e a rua. Afinal, era a cozinheira a pessoa mais gabaritada para escolher as carnes, temperos, frutas e legumes que seriam utilizados nos preparos. As ruas se tornaram locais de encontro para um amplo segmento de pobres e estes mesmos locais forjavam a formação social de um mundo mais “autêntico” e “íntimo” entre àqueles que se consideravam iguais.³⁴⁹ A forma como o narrador faz questão de descrever outros grupos de trabalhadores é colocada para expandir os conflitos das relação de classe, mas acaba por mostrar as relações de solidariedade e a sensação de pertencimento que existiam entre àqueles trabalhadores de diferentes categorias.

Ao final do texto, Alvino escreve que “As criadas têm prestado e podem prestar ainda relevantes serviços a certos escritores”. As criadas foram relevantes para os escritores muito antes do jornal *A Notícia* dedicar a capa para enfatizar o preconceito e acusações contra elas. Os escritores, chargistas e jornalistas, há certo tempo, já haviam caracterizados suas percepções sobre as criadas, sobretudo a cozinheira. Este capítulo discute o mundo dos patrões e a forma como os senhores/patrões utilizaram a cultura escrita para tecer críticas e visões muitas vezes pejorativas a respeito das criadas (livres, libertas ou escravizadas) como forma de uma tentativa de rearranjo das relações

³⁴⁸ *A Notícia*, loc. cit.

³⁴⁹ GRAHAM, 1992, p. 65.

cotidianas que se esvaíam em função das mudanças políticas e sociais que ocorreram entre o final do Império e o início da República. O serviço doméstico visto a partir da literatura, das charges, dos textos satíricos, dos poemas e poesias revelam o sentimento dos patrões e a desigualdade destas relações. Na contramão destas percepções, é possível perceber análises políticas, sociais e econômicas, com base em observações históricas, cujo resultado é de contraposição ao universo verossímil e lúdico usados pelos patrões. Muitos destes conflitos são fruto de tentativas de manter e reestabelecer relações de poder. As constantes acusações de insubordinação, subordinação com segundas intenções, denúncias de roubo e intromissão na vida dos patrões escancaram aquilo que estes projetavam das trabalhadoras domésticas. Esta percepção expressada através da ficção é, antes de tudo, uma reação às pequenas atitudes possíveis de resistência, de escolhas forjadas em um contexto tão desigual.

4.1 Preconceitos na construção da imagem da criada

Em 1889, o periódico *Leitura Religiosa*, de edição semanal, publicou um texto sobre “utilidade doméstica”, com o título: “os criados”. O intuito do texto era se comunicar com as donas de casa que receberiam os trabalhadores domésticos. O primeiro parágrafo alertava para os cuidados de procurar bons criados. Era necessário, dizia a autora, tomar “o trabalho de forma-los”. Infelizmente, este era o único texto da edição sem autoria conhecida na revista. No entanto, assim como os outros textos e crônicas, parece ter sido escrito por uma mulher com experiência na relação com as criadas. As dicas eram de que as patroas não deveriam querer que as criadas adivinhassem suas vontades, bem como exigir que elas as conheçam imediatamente. Argumentava-se que uma ama “por mais hábil que seja e por melhor índole que tenha, ainda está toda por formar”, exceto, talvez, a “ama de leite” e a “cozinheira”. A primeira por uma questão biológica e a segunda por uma compreensão de que a cozinha era o local das domésticas mais experientes, o que expõe a percepção de que os patrões tinham o reconhecimento da cozinheira como aquela mais valorizada na hierarquia social desta categoria.

Uma vez direcionada às senhoras donas de casa, o texto sugere que a paciência deveria ser a chave da condução desta relação doméstica.

É digamos de passagem, entre a senhora e a ama, acreditais por ventura que a senhora é a que tem mais que suportar?

Se vossa ama é ativa, será irascível; Se é prudente, terá suas horas de mau humor; Se é meiga e boa, será vagarosa; Se é hábil e inteligente, não gostará que a repreenda; Se é dedicada e amante será suscetível e sentida, do mesmo modo que voz, infelizmente. Não lhe deis mesmo muito a entender que conheceis os seus defeitos. Muito bom é ter bons criados, mas ao mesmo tempo muito difícil, como tudo aliás, neste mundo.³⁵⁰

Diferentemente, dos textos que caracterizavam as criadas por totais atributos negativos, como preguiçosas, ladras ou degeneradas, entre outros adjetivos pejorativos, o escrito mostra uma percepção mais profunda e menos preconceituosa. Apesar do tom paternalista em ter que “formar” uma boa criada, é interessante notar que doméstica, aqui, é encarada como uma pessoa com diferentes características, com defeitos e virtudes. Dito de outro modo, as criadas são percebidas por um raro prisma de humanização. Não importava a qualidade profissional, ressaltar um possível “defeito” ou comportamento da criada era uma atitude naturalizada em diferentes obras.

Esta “paciência” e generosidade da patroa é um traço presente nos escritos de Anna Bittencourt, de face feminista, católica e uma crença de que o verdadeiro trabalho é da dona de casa e do patrão.³⁵¹ Com o cenário que se passa no bucólico Recôncavo baiano, assim como no texto acima, a obra de Bittencourt trabalha com questões como obediência, generosidade, dever e gratidão, sem deixar de marcar as profundas diferenças.³⁵² Em *Violeta e Angélica*, a autora concentra o entendimento sobre as “virtudes” da mulher senhora de escravizados no Recôncavo através da exaltação do trabalho. Em um trecho do livro, a autora descreve a reação da ex-senhora ao saber da despedida de sua antiga criada por não ter avisado com antecedência.

Hoje fiquei furioso quando vi aquela endiabrada vir despedir-se sem te haver avisado com antecedência, para procurares outra ama. Ela, a quem sempre trataste mais como mãe do que senhora! A quem salvaste

³⁵⁰ FBN. **Leituras Religiosas**: Publicação semanal (BA). Salvador, domingo, 20 out. 1889. Ano I, n. 27, p. 215. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/239488/218>. Acesso em: 10 jul. 2022.

³⁵¹ FONTES, Nancy Rita Vieira. A representação do feminino na Bahia oitocentista. In: MOTTA, Alda Britto da; SANDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (Orgs.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. 2000, p. 185-190; e BARREIROS LEITE, Márcia Maria da Silva. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2005. ISBN: 858724342X

³⁵² BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Dulce e Alina**. 1901, p. 1.

a vida pelos desvelos que prodigalizaste, há pouco tempo, naquela grave moléstia.

Nota-se a tentativa da patroa de performar as relações paternais a partir do gênero feminino: enquadrar-se da família do engenho ao dizer que “sempre trataste mais como mãe do que senhora”.³⁵³

Entre os anos de 1905 a 1912, a *Revista do Brasil*, de propriedade do bacharel José Alves Requião, publicou conteúdos quinzenais. A revista autointitulada, “independente, e sem ligações partidárias, literária, industrial, humorística e ilustrada com caricaturas e fotografuras”, costumava publicar charges do cotidiano em que a trabalhadora doméstica era retratada de diferentes formas, fosse realizando compras, dando conselhos ou sendo acusada de roubo.

Figura 8 – A criada e o vendedor



Fonte: *Revista do Brasil*, 1907.

Em uma figura que apresenta o mercador de hortifrútiis, a criada aparece realizando tarefas de comprar frutas para a família a que prestava serviços.³⁵⁴ O diálogo é em torno de questionamentos feitos ao vendedor, sobre o anúncio de produtos que não tinha em sua banca e cuja resposta foi: “vendo o que tenho e merco o que não tenho”. Em

³⁵³ *Ibidem*, p. 2-3.

³⁵⁴ **A Revista do Brasil**, Salvador, n. 1, p. 25, 15 mai. 1907.

outra publicação, o patrão é tomado por suspeitas de que a sua criada andava lhe roubando.³⁵⁵

Figura 9 – Basílio desconfiado da criada – parte 1



Fonte: Revista do Brasil, 1907.

Comum na relação de domesticidade, o patrão tem nome e é retratado como um homem desconfiado, enquanto que a criada é apenas uma figura anônima. Entre as artimanhas, o patrão, de nome Basílio, desenvolve métodos como prender uma mosca no açucareiro, mas, no outro dia, a mosca passou para o seu café.

Na cena seguinte, Basílio utiliza de estratégias avarentas para tentar descobrir se a criada estava lhe roubando.

Figura 10 – Basílio desconfiado da criada – parte 2



Fonte: Revista do Brasil, 1907.

³⁵⁵ *Ibidem.*

Basílio passa a marcar as garrafas e assinalar um traço na altura que marcava o fim do cumprimento da linguíça. Do mesmo modo, Basílio procurou na mala da criada uma colher pequena, que havia sentido falta. Na parte seguinte da estória, a criada é a personagem central na tomada de atitudes:

Figura 11 – Basílio desconfiado da criada – parte 3



Fonte: *Revista do Brasil*, 1907.

Como forma de vingança, a criada coloca um camundongo no açucareiro. Ainda, para vingar-se da injustiça, a criada passou a servir aos pobres com as bebidas de Basílio, enchendo as garrafas com água. A atitude foi notada com “assombro”, pelo fato das garrafas estarem mais cheias que do que antes. A criada também deu um pedaço de linguíça a uma senhora e remarcou o ponto na parede que marcava a sua extremidade.

No último trecho da anedota, Basílio percebe o desaparecimento da linguíça e, enraivado, despede a criada. Enquanto arrumava a mala na véspera da partida, a criada colocou um gato do vizinho em seus pertences. O patrão foi atacado pelo animal enquanto revistava a mala.

Figura 12 – Basílio desconfiado da criada – parte 4



Fonte: *Revista do Brasil*, 1907.

O desfecho desta trama não poderia ser mais satírico com a crítica aos patrões, por suas atitudes de vigilância, avareza e desconfiança com as domésticas. Por fim, Basílio “convencido da fidelidade da criada, renegeu sua religião e casou-se com ela, para economizar a verba”.³⁵⁶ Enquanto o patrão é visto com características negativas, a figura da criada é construída com doses de vingança e solidariedade para com os mais pobres.

De acordo com Maciel Silva, a seleção de personagens emocionalmente marcantes, como amas-de-leite, mães-pretas, mucamas e cozinheiras hábeis foram elementos idealizados que constituíram a “saudade da escravidão”.³⁵⁷

Este tipo de ação avarenta dos patrões era tão comum que a seção de “coisas alegres” dos jornais, traziam estes conflitos em forma de humor.

Cousas alegres

Numa agência de criados, uma senhora perguntou a uma cozinheira, que lhe oferecia os seus serviços:

- Onde serviu você ultimamente?

- Em casa de um cego.

- E por que saiu de lá?

*- Ora, minha senhora, ele queria ver tudo.*³⁵⁸

³⁵⁶ Apesar de não ser explicado na charge, a expressão “relegou sua religião” pode sugerir, pelo menos, dois aspectos: realizar o casamento – que inclui custos – e, portanto, relegar a sua religião – avareza; a outra interpretação é que nas entrelinhas Basílio era católico e sua criada, não. Mesmo diante das normas da Primeira República em que o casamento religioso perdeu efeito para o casamento civil, o código canônico, parágrafo 1.086, proibia o casamento entre católicos e não católicos. Ver: **CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**, promulgado por João Paulo II, Papa. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987, p. 191.

³⁵⁷ SILVA, 2011, p. 120.

³⁵⁸ FBN. **Diário de Notícias** (RJ). Rio de Janeiro, sábado, 10 out. 1891. Ano VIII, n. 2281, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/369365/9727>. Acesso em: 25 de março de 2023.

O texto “Cousas alegres – apenas para os patrões”, é parte de uma tendência do imaginário social dos patrões que viam as cozinheiras através de preconceitos e desconfiança. No trecho de outra comédia, “Um beijo”, escrita em versos pelo “festejado escritor carioca J. Britto e editado pelo impagável Juca Vadio”, a criada, que desta vez tem nome, Maria, emerge como conselheira do seu patrão, Roberto.³⁵⁹ Em meio ao diálogo, Maria encoraja Roberto a se declarar para o seu amor:

Roberto
É isto! Está decidido!
De indecisões não se fala,
E apenas volte a esta sala
Maria
Vai lhe fazer o pedido
Roberto
Pedido logo – isso não,
Maria
Não vá ela desmaiar,
Roberto
Era melhor começar...
Maria
Por uma declaração,

Em outro trecho, Maria pede para que Roberto faça a “declaração ao vivo” e o patrão responde: “Que quer dizer [...] Ouçamos a criada”. A partir de sua explicação, a criada é comparada a uma “doutora” do amor

Maria
Eu digo que uma pessoa
Não é de bronze nem nada...
Roberto
De bronze?... Sim, com efeito!
Que palavras complicadas!
Eu não decifro charadas
Sem vir expresso o conceito.
Maria
Ora, faça-se de novas...
Não precisa de outras provas
Para ver, sem mais aquela
Que nessa questão de amor,
O senhor só gosta dela
E ela gosta do senhor.
Roberto

³⁵⁹ **A Revista do Brasil**, Salvador, n. 9, p. 06, 15 jan. 1908.

*Sim, senhora!... Falou bem!...
Fala como uma doutora
Sem sequer dizer tolice
Que jeitinho você tem para ser procuradora
Dos amores de Clarisse...*

A personagem é construída de forma a dissimular sobre os caminhos do amor, afirmando não saber sobre o assunto, ou melhor, afirmou que “eu tanto entendo de amor como entendo de gramática”. O patrão se prepara para dizer o que sente, enquanto a criada fala que Roberto deve pedir:

*Coisa pouca – uma beijoca
Roberto
Achas então?...
Maria
É frequente.
E disso sabe qualquer:
Que um beijo diz à mulher
Tudo o quanto um homem sente.
Roberto
Caí por fim na esparrela
Com as precauções que lhe tinha!...
Maria
Pois em chegando a viuvinha...
Roberto
Casco-lhe o beijo!
Maria
Vem ela.*

As criadas estavam sujeitas aos abusos sexuais de seus patrões e este elemento era expresso na literatura, poemas e charges. Escrito no início do século XIX, o escrito acima pode ser caracterizado por uma evidente dimensão de raça e gênero. Afinal, embora a cor da criada não tenha sido explicitada, a percepção sexualizada da criada são alçadas à condição de símbolos de uma escravidão idílica e amena.

*Imprudência conjugal:
- Diabo! Desapareceu-me o espartilho! Queres tu ver que foi a criada quem me furtou!
- De que cor é?
- Preto*

- Ah! Não tenhas dúvidas! Foi ela quem te roubou.³⁶⁰

O furto e a sexualidade eram, sem dúvidas, os temas mais recorrentes no mundo dos patrões a respeito das criadas, como pode ser visto em outro pequeno diálogo fictício entre a patroa, o patrão e a criada:

O valor da criada:

A Patroa – Rapariga, não estou satisfeita com o seus serviços, você não vale nenhum vintém.

A criada – Pois, minha excelente senhora, não sei em quem devo acreditar... Quando a senhora não está em casa, o patrão sempre me diz que sou um tesouro.³⁶¹

Os textos humorísticos são, muitas vezes, formas de expressar fatos considerados tabus. Os abusos sexuais ou relações consentidas entre patrões e suas empregadas domésticas eram recorrentes.

No dia 4 de maio de 1894, a exposta Martha, parda, 23 anos, foi alugada para Eduardo Przemodonski por 10\$000 réis. Poucos meses depois, Martha foi entregue para o Hospital Santa Izabel por ter se “desviado de seus deveres e honestidade”.³⁶² Alugada novamente no dia 2 de outubro para D. Elisa Costa Ferreira Braga, a exposta não permaneceu por muito tempo. No dia 23 de novembro, a Mesa administrativa comunicou a D. Elisa sobre a gravidez da exposta, que teria ocorrido na época do primeiro locatário. Ao ser confrontada, Martha “confessou” ter relações com apenas uma pessoa, voltando atrás e declarando “ter tido relações sexuais com outros”. Teria Martha sido vítima de abuso? Teria o primeiro locatário a engravidado? Naquele mesmo dia, Martha foi desligada da Santa Casa e seguiu sua vida. Martha reapareceria em 1903, casada e com dois filhos, sendo-lhe concedida a quantia de 100\$000 réis, possivelmente devido a sua situação de pobreza.³⁶³

Na edição de 31 de outubro de 1909, foi publicada as respostas de uma charada. Com o título de “Correspondência”, a revista premiou os leitores que acertaram o enigma e a primeira resposta foi de “Lyra do Norte”, que enviou um postal ao redator indicando

³⁶⁰ **A Revista do Brasil**, Salvador, n. 12, p. 77, 24 dez. 1908.

³⁶¹ **A Revista do Brasil**, Salvador, n. 9, p. 45. 15 set. 1911.

³⁶² ASCMBA. **Livro 2º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1220, Est. H, 1893-1910, fls. 30 e 32.

³⁶³ ASCMBA. **Livro 6º de Actas da Mesa**. Nº 22, 1891-1895. Sessão de 23 de novembro de 1894.

“o lugar onde a criada estava escondida”: “a [criada] tinha encontrado com a lata dos biscoitos”.³⁶⁴

Mesmo quando o assunto era moda, as domésticas eram citadas como alguém que recebia as roupas usadas de suas patroas. Um texto sem autoria, mas, que se considerava inteligente frente a outras senhoras, escreveu: “reflexões de uma senhora smart (*grifo nosso*)”. A autora criticava a falta de “senso prático” das senhoras que “ridicularizavam” os chapéus modernos.³⁶⁵ A comparação era de que “os antigos” usavam os chapéus por semanas e os levava aos fornos de incineração, enquanto chapeis “atuais”, quando novos, livram as mulheres do sol e da chuva, “e uma vez desusados, servem à criada para acondicionar as compras diárias no açougue, na quitanda, na padaria e no armazém”.³⁶⁶

4.2 Aspectos das criadas na literatura

A *Revista do Brasil* também publicava romances de figuras renomadas na República, como Olavo Bilac. Em uma dessas obras, *O Duelo*, de Henrique Maximiano Coelho Neto, reiterava seu estilo erótico sobre o romance entre primos.

“Amamo-nos como Romeu e Julieta e levamos o nosso amor aos últimos limites das conveniências, chegando, uma vez, a resvalar e teríamos rolado no abismo... de onde não voltam as virgens, - se não houvesse na casa certa criada, a Catharina, para a qual não há ferrolhos nem segredos.

Foi ela que, surgindo a tempo, livrou-nos, a ambos, de uma tremenda catástrofe [...].”

A literatura do século XIX produziu uma percepção da criada como mulher que “para qual não há ferrolhos nem segredos” na casa dos patrões. A circulação da criada era vista de maneira cômica ou através de críticas ácidas. Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, escrito por Machado de Assis, a personagem D. Plácida, revela uma das perspectivas presentes no imaginário senhorial sobre a criada - o papel de alcovitar - isto é, servir a alguém como mediadora em relações amorosas. Este papel é prestado para sua patroa em troca de benefícios. O texto associa a participação da criada no romance

³⁶⁴ *A Revista do Brasil*, Salvador, n. 11, p. 52, 31 out. 1909.

³⁶⁵ *A Revista do Brasil*, Salvador, n. 16, p. 20, 5 fev. 1910.

³⁶⁶ *Ibidem*.

extraconjugal ao ganho de um pecúlio feito por Brás Cubas no valor de cinco contos, “como um pão para a velhice”, para obter sua “confiança” em suas aventuras amorosas com Virgília.³⁶⁷

Machado de Assis destaca o cenário limitado do mercado de trabalho em que D. Plácida, mulher pobre e livre, não encontraria colocação porque a maioria das tarefas era realizada por escravizados, salvo em alguma casa rica. O nojo, inicialmente sentido por D. Plácida, por ter que aceitar ser cúmplice da relação entre os amantes, é rebatido pelo narrador através da argumentação do dinheiro. Com cinismo, Brás Cubas revela que os cinco contos de réis eram para a própria “providência”, inocentando a si mesmo, utilizado para anestesiar a consciência da criada. A maneira como é narrada a história de D. Plácida revela um desprezo não apenas a criada, mas pelos pobres, quando mostra que sua sina seria “queimar os dedos nos tachos, os olhos na costura, comer mal ou não comer, andar de um lado para outro, na faina, adoecendo e sangrando”.³⁶⁸

*Concordei que assim era, mas aleguei que a velhice de D. Plácida estava agora ao abrigo da mendicidade: era uma compensação. Se não fôsem os meus amôres, provavelmente D. Plácida acabaria como tantas outras criaturas humanas: donde se poderia deduzir que o vício é muitas vezes o estrume da virtude [...] até acabar um dia na lama ou no hospital: foi para isso que te chamamos, num momento de simpatia.*³⁶⁹

A negação do sentido da humanidade, a compensação por transgredir seus valores em troca de dinheiro e a falsa benevolência marcam a forma como Brás Cubas comunica ao leitor. Além disso, apesar do seu dote, o fim de D. Plácida seria a “lama” ou o “hospital”. Infelizmente, temos que buscar entender as experiências das criadas na literatura através dos escritos de seus patrões, por conta da condição desprivilegiada das mulheres pobres no campo da cultura da escrita oitocentista.³⁷⁰

Lima Barreto, jornalista e literato considerado de um estilo literário de denúncia contra valores preconceituosos acobertados por falsos moralismos, utilizou a escrita literária para expor as contradições da sociedade. A valorização cuidadosa na construção de seus personagens demonstram que quanto maior a distância, mais destaque possui os

³⁶⁷ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: J. Aguillar, 1962. 3 Vol. Volume I, p. 584.

³⁶⁸ *Ibidem*.

³⁶⁹ *Ibidem*, p. 584-585.

³⁷⁰ PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 30.

traços grandes e simples. O “censo prático” é fundamental na escrita de Barreto, sobretudo, para destacar personagens subalternizados. Lilia Schwarcz afirma que Lima Barreto embrulhava tudo de maneira proposital, “seus personagens e a sua própria realidade”.³⁷¹ Este conceito é entendido por Walter Benjamin como ferramenta de narradores natos que retiram da própria experiência ou relatada pelos outros. Este estilo tem como tema central o personagem “simples e ativo”.³⁷² A obra intitulada *Babá*, encontrada nos manuscritos após a morte de Lima Barreto, em 1922, tem como personagem principal uma mulher negra - uma centenária trabalhadora doméstica. O narrador parece estar presente no hospital da Misericórdia em que a criada foi internada. Seu nome era Quirina, nascida em Moçambique e escravizada em São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

*Era da África, soube, de nação Moçambique, viera ainda rapariguinha para aqui, onde tivera para seu primeiro senhor os Carvalhos de S. Gonçalo; conhecera d. João VI, e, sobre ele, desconexadamente, contava uma ou outra coisa avaramente guardada naquela estragada memória. Tivera filhos e me dizia ela, pitorescamente, de várias cores. Uns morreram e outros, me informava a Quirina (era seu nome), se foram por este mundo de Cristo, não havendo mais deles nem novas nem mandadas, pois que as vicissitudes do cativo os transportava aos quatro cantos do Brasil.*³⁷³

Além de possuir nome, diferentemente de muitas mulheres subalternizadas construídas na literatura, Quirina conta a sua própria história. Ao compartilhar um pouco de suas experiências, a doméstica conta que quando mais jovem teve muitos filhos “de várias cores”, todos retirados dela. Apesar da separação das famílias pelo cativo, pode haver uma representação da violência sexual dos senhores e também a dolorosa função das ama de leite que, assim como a nossa personagem, foram obrigadas a amamentar o filho de outros em detrimento dos seus próprios filhos. O narrador anônimo reflete sobre “sofrimento e [...] resignação, que, durante um longo prazo de seu século fornecera aos

³⁷¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: Triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 31. Lima Barreto era neto de uma escrava alforriada, Geraldina Leocádia, e neta de Maria da Conceição, escrava dos senhores Pereira Carvalho. O cenário em que se passa a história de Quirina, em *Babá*, é também São Gonçalo, Rio de Janeiro, o mesmo local em que viveu a linhagem do autor.

³⁷² BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Editora Brasiliense, 1993, p. 200-201. Walter Benjamin utiliza as obras do escritor oitocentista russo Nikolai Leskov, para construir estas observações.

³⁷³ BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Org. e Int. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 337-338.

que lhe cercavam ternura, amor e trabalho e que agora, como um esquife vivo, já sem memória e quase sem viver, vinha morrer sem uma lágrima, sem um ai de alguém”.³⁷⁴

Logo que cheguei ao leito ela dormia, mas minutos depois despertou e eu, a quem nunca intimidara o olhar de morimbundos, temi ao ferir-me em cheio o dela, que vinha muito fora do esperado cheio de energia, de ódio, de angústia e de mistério. Durou algum tempo isso, bem depressa, ela, se esterçando toda, num esforço violento, se pôs em pé sobre o leito, permaneceu assim calada instantes e depois, uma voz dolorosa, cheia de modulações de mágoa e ódio, às vezes, outras de desconsolo e pranto, foi solenemente dizendo em frase que não lhe era isso que ouvi.³⁷⁵

A inquietante cena do fim da vida de Quirina parece sintetizar o grito entalado das personagens das trabalhadoras domésticas construídas no universo literário ao longo do século XIX. Atento às transformações políticas e sociais, o texto escrito em 1904, que, inicialmente, recebeu o nome da personagem, foi modificado para o título de *Babá*, talvez com a intenção de representar toda uma categoria doméstica no pós-abolição. Um adendo a esta interpretação é o modo simbólico como o texto e a vida da protagonista se encerram, como detalha o narrador: “[...] foi solenemente dizendo em frase que não lhe era isso que ouvi...”³⁷⁶

Ao discutir as análises do filólogo alemão, Erick Auerbach, sobre dois romancistas franceses oitocentistas, Carlo Ginzburg evidencia o tom verossímil presentes nos autores oitocentistas que incorporam elementos da narrativa histórica, pelo teor presumível que os autores empregavam a seus textos.³⁷⁷ Este modelo de escrita importado do continente europeu encontrou dificuldades em solo brasileiro, devido a realidade social bastante distinta. Foi o que observou Robert Schwartz ao avaliar os romances de José de Alencar e Machado de Assis. De acordo com o pesquisador, foi Machado de Assis quem

³⁷⁴ *Ibidem*, 564.

³⁷⁵ *Ibidem*.

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ GINZBURG, Carlo. A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores. In: **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Ver também: GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. LIMA FILHO, Henrique Espada. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

relacionou melhor o imaginável brasileiro através do realismo da observação dos detalhes.³⁷⁸

De modo geral, a construção feminina na literatura oitocentista não fugiu das preocupações com a realidade, muito menos da crítica política e social que teve como pano de fundo os elementos da construção nacional. É possível destacar três aspectos que marcaram presença nestas obras: a educação feminina; os modelos de submissão e emancipação; e as transgressões.³⁷⁹ Dito isto, é preciso entender que há diferenças profundas de posição social e clivagem de classe, *status* jurídico e, sobretudo, raça.

4.3 O contraponto de um “Liberto”

A temática do serviço doméstico estampava os periódicos através da perspectiva senhorial a partir de contextos definidos: anúncios de locação; críticas pelo suposto comportamento inadequado; e o contraponto frente à narrativa dos patrões. Encontrei no periódico *Cidade do Salvador*, jornal administrado por Ignácio Hermogenes Cajueiro, um conjunto de publicações em uma coluna que discutia os criados a partir da perspectiva do pós-abolição. Sob o pseudônimo de “Um Liberto”, o autor escreveu quatro artigos que tratavam sobre “questões de salários, locação de serviços e etc.”.³⁸⁰

O foco era apresentar ao leitor as mazelas do serviço doméstico, visto como um “novo cativo” para o liberto, em consequência da precariedade das relações de trabalho. Ao mesmo tempo, buscava-se apresentar um contraponto aos discursos dos patrões. O primeiro texto foi escrito em 28 de julho de 1898, com o título que se repetiria ao longo dos editoriais. Dizendo inspirar-se na “Grã República Neo-Ateniense”³⁸¹, o noticiarista denuncia a “desgraçada sina” dos que se veem obrigados a alugar-se a seus semelhantes “como criados, cozinheiras e amas de leite”. O *Liberto* critica a “Democracia *sui generis*” que a nossa terra teria patenteado e a “tirania” que “afivelam a máscara de liberais ardentes para melhor poderem agarrotar seus irmãos”.

³⁷⁸ SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as Batatas**: forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro. – São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2000, pp. 35-80.

³⁷⁹ LOPES, Silvana Ferreira. “Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX. In: **Revista Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan. jun. 2011.

³⁸⁰ FBN. **Cidade do Salvador** (BA). Salvador, quinta-feira, 28 jul. 1898. Ano II, n. 466, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763250/941>. Acesso em 18 mar. 2022.

³⁸¹ *Ibidem*.

Em busca de tecer relações entre o mundo do trabalho doméstico no Brasil e do outro lado do atlântico,³⁸² O *Liberto* arrisca explicar a suposta falta de criados, tanto no Brasil, quanto na Europa. A lógica argumentativa era de que haveria um desejo “muito natural de preferir toda criatura ser ferrão e não boi”, em função do diminuto salário dos domésticos em comparação a outros trabalhadores:

*Ora, considerando-se que qualquer servente de pedreiro não quer receber menos de diária que a de 2\$500 de sorte que cortando-se 25 dias de trabalho por mês, o salário do servente atinge 62\$500, que qualquer esbirro não quer fixar a uma criada mais de 20\$ a 30\$ de ordenado mensal, incluindo domingos e dias santos, é claro, como a luz do dia que os cum quibus não atraem e sim afugentam as criadas. O trabalho dos serventes vai das 7 horas da manhã às 4 horas da tarde; são artistas e senhor para lá e senhor para cá, ao passo que a criada é criatura e você por cima da conta.*³⁸³

A comparação salarial realizada entre um servente de pedreiro e uma doméstica é coerente com os valores cobrados na cidade de Salvador. Percebemos na diferença salarial entre as categorias uma alegação que vai de encontro às queixas feitas pelos patrões sobre a dificuldade em encontrar doméstica neste período do pós-abolição. O autor busca ressaltar a diferença de tratamento que os patrões tinham com as criadas e os demais trabalhadores. No exemplo acima, enquanto a empregada era tratada por “você” ou “criatura”, o pedreiro era chamado de “senhor” e “artista”. Lucimar Santos, em *A Negação da Herança Social*, mostrou a atuação de africanos e crioulos, libertos, livres e escravizados na formação de um mercado de trabalho no Rio de Janeiro no final do século XIX. Chama atenção como as expectativas de segmentos da elite proprietária concebia a relação laboral através de lógicas estruturadas na coerção escravista. Lucimar observou que os anúncios do *Jornal do Comércio* mostravam um abismo salarial entre

³⁸² O autor argumenta que, Joseph Fouché, um “lacaio”, de Robespierre teria ascendido socialmente sob o governo de Napoleão I, que sua “baixa” origem social ficara esquecida - “Nessa ocasião, Robespierre voltou-se para mim e bradou: Sr. Duque de Otronto!”. O termo *Cum Quibus* é uma expressão latina relacionada a dinheiro ou pecúnia, que traduzida significa "Com os quais". Ver: SARAIVA, Francisco Rodrigues dos. *Novíssimo dicionário Latino-Portuguez etymologico, prosodico, historico, geographico, mythologico, biographico, etc.* No qual são aproveitados os trabalhos do philologia e lexicographia mais recentes. Redigido segundo o plano de L. QUICHERAT é precedido d'uma lista dos auctores e Monumentos latinos citados no volume e das principaes Siglas usadas na Língua Latina por F. C. dos Santos Saraiva. 9º ed. Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1927, p.324 e 992.

³⁸³ **Cidade do Salvador**, Salvador, n. 466, p. 02, 28 jul. 1898.

trabalhadores domésticos e outras ocupações, que tinha como justificativa não considerar os criados e as criadas como trabalhadores.³⁸⁴

Grande parte da imprensa criticava a falta de criados por conta da migração para o Sudeste e os acusavam de negar os serviços para “vadiar”. *O Liberto* defende em contraponto que os problemas eram os baixos salários e os maus tratos. Ao longo dos textos, o *Liberto* realiza muitas análises comparativas entre os criados do serviço doméstico e demais trabalhadores, como uma forma de denunciar a precariedade da condição doméstica. Seu raciocínio conduz o leitor para uma aproximação entre trabalhadores domésticos e as demais categorias de trabalhadores, com foco nos trabalhadores braçais, como operários, pedreiros e carpinteiros. Seu êxito é romper a dicotomia - que sobrevive aos séculos - do trabalho produtivo e não produtivo. Sua percepção sobre classe trabalhadora é ambígua, porém, interessante. Na análise, os padrões são percebidos como membros das camadas médias, a exemplo dos funcionários públicos citados no texto. Eles não são entendidos pelo autor como pessoas da classe trabalhadora. Mesmo no campo dos estudos históricos, tem sido difícil encontrar os trabalhadores domésticos dentro do longo processo de formação da classe trabalhadora.³⁸⁵ A concepção filosófica do trabalho produtivo e não produtivo, do século XVIII, foi reformulada e apropriada ao longo do tempo. Por serem considerados como parte do segundo grupo, Carolyn Steedman afirma que não podemos esperar encontrar estes trabalhadores na grande história do mundo formulada pelos principais pensadores modernos.³⁸⁶

De acordo com Marcel van der Linden, o conceito provisório de “trabalhadores subalternos” seria uma espécie de fio condutor entre diferentes formas de exploração do trabalho. A chave interpretativa comporta o trabalho assalariado livres, autônomo ou escravizados, no âmbito rural ou urbano, a partir da ideia de “mercantilização *coagida* da força de trabalho”.³⁸⁷ Para Linden, todas as pessoas “cuja força de trabalho é vendida (ou

³⁸⁴ SANTOS, Lucimar Felisberto dos. **A negação da herança social: africanos e crioulos no mundo da Liberdade, do Capital e do Trabalho.** Rio de Janeiro (1870-1910). 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014, p. 187-191.

³⁸⁵ BATALHA, Cláudio Henrique Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Editora Contexto, Ed., 6, 2005, 145-158.

³⁸⁶ STEEDMAN, Carolyn. El trabajo de servir: las tareas de la vida cotidiana, Inglaterra, 1760-1820. *Mora*, Buenos Aires, v. 19, n. 2, dez. 2013, p. 101-125. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/459>. Acesso em: 07 jul. 2022.

³⁸⁷ VAN DER LINDEN, 2013, p. 41. (*Grifo do autor*).

alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica pertence à classe dos “trabalhadores subalternos”. Também é considerado um trabalhador subalterno àqueles que vende ou aluga a ele mesmo sua força de trabalho ou mesmo que possua meios de produção.³⁸⁸ Nesse contexto analítico, os trabalhadores domésticos seriam analisados com parte do universo do trabalho que se formou com o capitalismo. O diálogo em discussão incorpora não apenas o proletário, mas os subalternos.³⁸⁹ Sua concepção ajuda a conectar a interpretação sobre os trabalhadores de diferentes condições jurídicas e categoria de trabalho.

O primeiro texto é finalizado com uma reflexão que conecta a escravidão, a abolição e o trabalho doméstico. É dito que depois de uma década, os libertos “saíram então do cativeiro contra o qual tanto blateraram os que não possuíam cativos”, para enfrentarem outro cativeiro “arranjados” pelos “esbirros”.³⁹⁰ Pelo contexto da frase, os “esbirros” a que o escritor se refere são os policiais e membros da justiça de baixa patente. Portanto, parece que o autor buscou realizar uma tentativa de associação do cenário enfrentado pelo liberto com a coerção das forças policiais.

No segundo artigo, o *Liberto* afirma que “instigaram os escravos contra os senhores”, plantando em seus corações o “germe da revolta assassina”. Ao relembrar e defender as ações dos escravizados nos últimos anos da escravidão, é assegurado que os cativos “estavam em seu direito: sim!”.³⁹¹ O autor critica a falta de ações daqueles que se colocaram como arautos da liberdade e do princípio da filantropia: “agora que o liberto é tão cidadão quanto o bípede mais empapuçado dentre as notabilidades de nosso mundo político e financeiro”, o fizeram entrar no “cativeiro estúpido e cruel”. As críticas seriam também direcionadas à suposta falta de fraternidade da classe trabalhadora:

³⁸⁸ *Ibidem*, p. 31.

³⁸⁹ Antonio Gramsci discute uma ideia ampliada do conceito de “grupos subalternos” e “classes subalternas” a partir do prisma da subordinação de classe, cuja manifestação da consciência social e atuações de luta cotidiana se davam de maneira fragmentada. Cf. GRAMSCI, Antonio. Às margens da história – história dos grupos sociais subalternos. In: _____. **Caderno do Cárcere**, v. 5. O Risorgimento.

³⁹⁰ Além do significado trazido no texto, o dicionário de Antonio Silva, descreve “esbirros” como pontaletes que se escoram contra a amurada do navio, para lhe servirem de apoio. São paus, que se põe de encontro a qualquer coisa para que fique mais firmemente sustentada. Ver: SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa por Antonio de Moraes Silva (natural do Rio de Janeiro) Oitava edição revista e melhorada. Vol. Rio de Janeiro: Editora Empresa Litteraria Fluminense, p. 804. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

³⁹¹ **Cidade do Salvador**, Salvador, n. 468, p. 02, 30 jul. 1898.

Ora, além de ser o salário do criado comparativamente muito inferior ao de qualquer servente de pedreiro, o tempo que aquele é obrigado a permanecer amarrado em casa do seu patrão é muito mais longo que o que este consente em ficar na obra do seu marcante. Quem é que ignora isto? O servente, bem como o pedreiro e o carpina (estes mal arranham o ofício não se abalam por menos de 4\$, 5\$ e 6\$ diários, o que equivale a uma mensalidade, o que equivale a uma mensalidade que vai de 120\$ a 150\$, de 7 às 3, com duas horas para almoço, e senhor para lá e senhor para cá... si quiser) recebe todos os sábados o seu salário e ele que não o receba!

Mas, pergunto: o criado recebe sempre o tempo e a hora de sua mensalidade?

Os patrões e principalmente os seus filhos, sem nenhuma educação, proferindo as mais indecentes palavradas, como muitos moleques nas ruas não se animam em proferi-las, tratam, por ventura, os criados como eles são coagidos a tratarem, se não quiserem levar os búzio, os artistas?³⁹²

A citação mostra que os salários dos criados eram muito mais baixos que os vencimentos recebidos por outras categoriais. O exemplo do servente de pedreiro é retomado para enfatizar o abismo salarial entre as categorias. É preciso lembrar que o processo de organização da categoria dos artífices ocorreu desde o século XIX, o que só vai ocorrer com as domésticas durante as primeiras décadas do século XX.³⁹³ O texto também reflete sobre a condição de precariedade do trabalho doméstico em relação ao tempo de trabalho, o descanso e a falta de respeito por parte das famílias dos patrões. Não é correto pensar que esta diferença salarial e de tratamento se resume a dicotomia trabalho produtivo e trabalho não produtivo. Para uma análise mais assertiva devemos entender a complexidade de diferentes elementos como patriarcalismo e escravidão, que colocavam em jogo a busca pela manutenção do poder sobre as criadas neste.³⁹⁴ Estas relações conflituosas foram escaladas no pós-abolição. A diferença salarial também é parte das desigualdades entre uma categoria majoritariamente masculina e outra que era basicamente formada por mulheres. Cabe ressaltar que as duas as atividades eram realizadas em grande parte por pessoas negras. A comparação proposital entre “muitos moleques nas ruas” e os filhos dos patrões, busca mostrar uma demarcação da diferenciação entre os grupos sociais. O desrespeito contra as criadas que marca as obras

³⁹² *Ibidem.*

³⁹³ REIS, Lysie. **A liberdade que veio do ofício**: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2012.

³⁹⁴ THOMPSON, 1981, p. 167.

das anedotas escritas pelos patrões são intensamente invertidas pelo “Liberto”, em sua leitura a contrapelo.

Em seguida, o texto nos leva para uma questão que seria o tema do próximo artigo: a relação entre o orçamento desorganizado das famílias e a culpa que recaia sobre as criadas. A suposta desordem financeira das famílias contratantes é exemplificada a partir de uma situação verídica referente aos gastos para um baile destinado a 80 senhoras “com vestidos decotados, cujo preço é notoriamente superior a 300\$00”. O autor observa que a tentativa de distinção das famílias de orçamento organizado, “que entende dever de luxar, como se possuíssem rios de dinheiro, nos quais Midas se houvesse banhado”.

No texto publicado no dia 6 de agosto de 1898, o autor questiona: “qual é a primeira pessoa que sofre em companhia de tais famílias de orçamento desequilibrado?”. Ele mesmo responde: “É a criada”. Nessas circunstâncias, os salários seriam “pagos pela metade... a ela que não bufe”, pois, quando o patrão era um “empenachado”, a situação era ainda pior, “ninguém dos primos e tios lhe dará razão. Sim, esta é a verdade, ainda que me enforcem, proclama-la-ei”.³⁹⁵

Com os artistas não acontece o mesmo, visto como alí está o Centro do Operário, diante do qual os espalha-brasas escondem-se covardemente, pelo que bato palmas lastimando que os criados não formem um centro de resistência que faça voar o apóstolo metido a sabido que quiser forjicar [...] escravizadoras em proveito dos primos e tios dos [rasurado]. Instigando [...] os meios possíveis e impossíveis [rasura] contra os seus senhores [...] o cativo com as cores mais a[pa]voradoras. Agora, porém, decretada a abolição por S. M. O Imperador, querem forjicar [...] para obrigarem os libertos a entrar no cativo desses esbirros, protótipos da violência mais desbragada que o mundo já presenciou horrorizado.

Pois, não, coração! Ainda temos a Cidade do Salvador para do alto de suas colunas bradarmos: Aqui del rei!

Não duvidamos que os criados procedam muitas vezes de modo pouco correto. Mas, de quem é a culpa senão daqueles que propagaram as ideias mais subversivas da ordem social, supondo que a revolta dos criados não lhes arrebataria em suas próprias respeitabilíssimas casas? Sim! Senhoras cujos pais e avós tiveram sempre criados, e que sempre também os tiveram quando S. M. o Imperador libertou os cativos gratuitamente, viram-se abandonadas e abrigadas a ir para a casinha [...].³⁹⁶

³⁹⁵ **Cidade do Salvador**, Salvador, n. 474, p. 02, 6 ago. 1898.

³⁹⁶ *Ibidem*

Através do exemplo do Centro Operário, o autor entende que a principal forma de resistência do trabalhador é a organização da categoria. Esta seria a maneira mais eficaz para inibir as ações daqueles que atentam contra os criados.³⁹⁷ A crítica mais afiada é direcionada ao processo violência contra os libertos e o modo como o imperador “libertou os cativos gratuitamente”, que foram abandonados à própria sorte. Esta reflexão é importante porque sugere uma percepção muito aguçada sobre a condição do liberto no pós-abolição. O primeiro “centro de resistência”, isto é, sindicato, das domésticas foi criado apenas em 1936, com a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas, em Campinas. A responsável por este emblemático acontecimento foi a trabalhadora doméstica Laudelina de Campos Melo, filha de pais alforriados a partir da Lei do Ventre Livre. Na época da criação da Associação Laudelina atuou como militante do Partido Comunista (PCB).³⁹⁸ Outro ponto que não deve passar despercebido na análise é a relação de causa e efeito sobre a perseguição contra o liberto, que retornaria em forma de conflito nos lares, uma vez que eram os libertos e seus descendentes que estavam servindo nas casas dos patrões.

Em seguida, o *Liberto* escreve sobre as amas de leite que “hão de ficar sujeitas às penalidades”, quando os patrões não quiserem mais suportar as amas. Além disso, a “queixa contra as amas corre parelha com a queixa contra as criadas”. Em meio ao contexto de perseguição, o autor imagina um cenário futuro de que estas mulheres iriam se organizar. Esta disposição partiria das aspirações que são “geralmente nutridas pelas classes baixas” de alcançarem os mesmos espaços “que elas estão vendo cotidianamente serem alcançados por pessoas saídas junto a si”. Embora reflita sobre um cenário local da cidade de Salvador, todos os seus textos têm como característica o diálogo com temas nacionais e informações de jornais europeus. Nesta terceira edição, o *Liberto* explique que a temática partiu de uma gazeta alemã, em 18 de maio de 1896, sob o título “Malgen na Dienstboten”.³⁹⁹

No quarto artigo publicado no dia 10 de agosto daquele mesmo ano, o *Liberto* explica que as fontes que utilizam para fazer conexões com outras partes do mundo são os jornais que um amigo, “cidadão suíço”, que lhe envia para apreciação. É possível que

³⁹⁷ Ver: CASTELLUCCI, Aldrin. Armstrong Silva. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, v. 41, p. 85-131, 2010.

³⁹⁸ PINTO, 2015.

³⁹⁹ O termo pode ser traduzido como “defeito de criadas” ou ainda “falta de criadas”.

uma parcela dos poderosos da cidade tenha atuado para que o autor de textos tão ácidos e contundentes tenha deixado de publicar suas reflexões. A ideia para o seu último comunicado partiu da leitura do jornal *Le Démocrate*⁴⁰⁰, de 23 de abril de 1898. O texto, sobre serviço doméstico seria de interesse “nesta nossa colônia africana onde os estadistas superabundam”.⁴⁰¹ O autor quisera que “homens criteriosos” como o “ex. sr. cons. Luiz Viana”, que havia governado a Bahia entre 1891 a 1896, e que viria a se tornar senador da República três anos mais tarde, tivesse em mãos a seguinte tradução do jornal suíço:

Dizia o Le Démocrate:

*- A vida livre e sã do campo deve atrair a atenção dos filantropos que procuram uma solução para o que denominam a questão social. A frequência alarmantes das greves não pode deixar de levar todos os espíritos sérios e altruístas para esta reflexão. Procurai os grevistas, os revolucionários, os anarquistas, ou mesmo simplesmente os enfezados, em uma palavra, todos aqueles que desejam arrasar todo o edifício social para melhorarem a sua própria sorte. São camponeses? Nunca! São operários urbanos? Sempre! A mão de obra tornando-se de dia a dia mais rara no campo, a produção agrícola e os preços se elevam [...] Temos a firme convicção de que a solução da grave questão social está no modo de atrair a população para o campo, ou pelo menos de conservar a que ali existe em suas lareiras [...] Esta é a lógica das coisas. O trabalho prende para onde o capital chama. Se o capital for para o campo estabelecer usinas agrícolas permanentes, vastas explorações do solo, com certeza a agricultura há de conservar os braços que a natureza concedeu-lhe [...] a salvação da cultura. Até hoje ela tem sido, senão uma arte rotineira. É preciso que ela transforme-se em ciência industrial.*⁴⁰²

A intenção em traduzir a matéria do jornal ultraliberal suíço era mostrar a ligação entre as dificuldades enfrentadas pelo país europeu e os problemas do Brasil. O jornal discutia como enfrentar os problemas sociais, através da relação entre campo e cidade, para atenuar a sublevação da classe trabalhadora de forma não revolucionária. A greve, neste contexto, é vista como uma ferramenta apenas dos trabalhadores urbanos, operários, que colocam em risco o “edifício social” para alcançar melhorias. O trabalho no campo é visto como uma solução à greve, uma vez que o jornal ultraliberal acreditava que era o contexto urbano que fornecia elementos da organização de classe. O jornal escancara a

⁴⁰⁰ O *Le Démocrate* era um jornal suíço fundado em 1877, publicado em língua francesa, na cidade de Delémont.

⁴⁰¹ **Cidade do Salvador**, Salvador, n. 477, p. 02, 10 ago. 1898.

⁴⁰² *Ibidem*.

forma *sui generis* a síntese da lógica capitalista, da relação entre as ações organizadas do proletariado e o poder do capital através da expressão: “o trabalho prende para onde o capital chama”. A “solução” para desmobilizar o operário urbano e manter o trabalhador no campo, passava, essencialmente, por uma guinada do capital com o objetivo de estabelecer usinas voltadas para uma ciência agrícola.

O *Liberto* diz ter ouvido que Luiz Viana não era “simpático” à classe agrícola e que isso era uma mera suposição dos “rancorosos” sentimentos da “boemia” da imprensa contra a classe trabalhadora. Ainda, afirmou que o texto que os “publicistas” noticiavam eram “ignorantes” e “pernósticos”, por guiarem a opinião pública para o “gladio” contra os trabalhadores e que estariam dando opinião sobre coisa nenhuma.

Apesar do título referenciar a “Locação de Serviços” domésticos, a pessoa que escrevia sob o pseudônimo de *O Liberto*, não escrevia simplesmente sobre os contratos. Ao primeiro momento, podemos imaginar que o foco da crítica era apenas expor as atrocidades que os patrões impunham sob esta categoria de trabalhadores. Seus escritos teceram críticas ao liberalismo e a exclusão da cidadania para os libertos na República. Outro ponto que não podemos confundir é a tentativa em relacionar o mundo do trabalho doméstico com outros mundos do trabalho, inclusive através de conexões do atlântico. Todos estes temas são de muita importância para a compreensão - assertiva e atual - dos argumentos do autor. A conclusão que tiramos de sua análise é de que, para além da constatação de que o trabalho doméstico foi originado na escravidão, ele se organizava na Primeira República a partir de uma lógica excludente que criava uma espécie de novo cativeiro. Em resumo, o Liberalismo, a precariedade, a República e negação da cidadania, atravessaram o cotidiano dos trabalhadores domésticos.

Os patrões estamparam suas impressões sobre os criados de maneira muito diversificada na imprensa. O preconceito sobressai dos diferentes textos e charges, porém, é possível afirmar que também teve espaço para uma visão mais profunda e menos minimamente humanizada. Apesar de tratarmos de uma história das relações privadas, o serviço doméstico teve amplo apelo público e atravessou muitos temas importantes.

No momento em que o “Liberto” reconhece ações “de modo pouco correta” por parte dos criados e compartilha a culpa com os patrões, autoridades políticas e policiais, ele demonstra enxergar tais ações como ato de resistência. Faço minhas as palavras do *Liberto*, pois, a lucidez sobre as questões a que se interessou escrever é, sem dúvida, uma

análise profunda sobre relações para além de dominação e resistência. Afinal, entender as desigualdades dentro da classe, apontar caminhos de organização da categoria doméstica foram elementos importantes em sua análise. Sua leitura de jornais estrangeiros são utilizados como subsídio relacionar os problemas de países europeus com o Brasil. De modo geral, o nosso país costumava ler suas próprias relações socioeconômicas através de comparativos com a Europa.

Os elementos que constituem os textos apresentados neste capítulo buscaram oferecer diferentes camadas de interpretações sobre os padrões e suas percepções sobre as domésticas. De um lado, um preconceito como fator central que adjetiva negativamente e acusa a criada. O capitalismo brasileiro oitocentista, que convivera tão bem com a escravidão, expunha nestes textos complexas relações de classe. Mais que isso, a forma como as próprias mulheres se identificavam enquanto patroas em contraponto às suas domésticas, revela a forma como a categoria de gênero, assim como classe ou raça, por si só, não dá conta desta realidade. Os elementos que unem a experiência laboral nos textos do *Liberto* e a verossimilhança na obra de Lima Barreto constituem mais que elementos de denúncia da exploração da categoria das trabalhadoras domésticas e das contradições que existiram entre patrões e criadas. Enquanto Lima Barreto utiliza a literatura para tratar da escravidão e da luta por liberdade, o anônimo colunista defende a categoria através de um amplo arsenal argumentativo com a destreza de um escritor. Suas críticas não eram limitadas ao sistema que lentamente entrava em ruína, mas também, incidia sobre a manutenção de fenômenos sociais de dominação que foram apenas adaptados no contexto da República e do pós-abolição.

CAPÍTULO 5: A SANTA CASA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO EM SALVADOR

GRANDE ESCÂNDALO

Informa-nos a sra. Anna Joaquina dos Anjos, ex-empregada no serviço doméstico do sr. Silio Boccanera, que por não querer a mesma continuar ao serviço, este, despeitado por tal motivo, teve com ela uma forte desordem [...] Este fato foi praticado na porta da rua, da casa do mesmo Boccanera, e foi presenciado pelos vizinhos que, estupefatos, assistiram a esta cena para a qual não temos comentários. A nossa imprensa, cumprindo seu dever de advogar a causa dos fracos oprimidos, ai deixa registrado este fato e o entrega a apreciação pública.⁴⁰³

No dia 30 de junho de 1888, *O Asteróide*, periódico abolicionista, narrou como “grande escândalo” o episódio de violência doméstica praticado por Silio Bocanera contra Anna Joaquina dos Anjos, “ex-empregada no serviço doméstico”. A agressão física ocorreu à porta do agressor, na frente dos vizinhos, em função de o ex-patrão não aceitar o desligamento da criada. Diante do alvoroço, a mãe de Anna, “uma mulher velha e cega”, saiu em seu auxílio. Em meio à confusão, Boccanera, “iracundo, infringiu-lhe tão maus tratos que a pôs em estado de profunda moléstia, da qual se acha em tratamento no hospital da caridade desta cidade”. De acordo com o periódico, Boccanera não respeitou “sua nobre qualidade de mãe, e a sua decrepitude”, e os vizinhos se recusaram a comentar o caso com a imprensa.⁴⁰⁴ Em meio ao discurso da “crise da escassez” de trabalhadores domésticos, os patrões costumavam dificultar o desligamento de suas criadas, exceto quando era de seu interesse.

O agressor era filho de Emília Rodrigues Vaz e do comendador Silio Boccanera, vice-cônsul da Espanha na Bahia. O ex-patrão de Anna trabalhou como engenheiro na Imperial Estrada de Ferro Central da Bahia por cerca de cinco anos. Em 1893, ocupou o posto de diretor do Teatro São João e tornou-se um dos principais autores sobre teatro no Brasil. Entre 1908 e 1911, Boccanera exerceu a função de Cônsul na Bahia, que tinha sido do seu falecido pai. Sandra Graham escreveu, em “O mundo dos patrões”, que o

⁴⁰³ FBN. **O Asteroide**: Organ da Propaganda Abolicionista (BA). Salvador, sábado, 30 jun. 1888. Ano II, n. 77, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/717614x/311>. Acesso em: 17 mar. 2022.

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

padrão da vida doméstica era “incomodamente pessoal”, cheio de tensões, regido por uma série de expectativas, desigual e “constrangedoramente imediata”.⁴⁰⁵ Por costume, em alguns acordos, os patrões deveriam ser responsáveis por obrigações, como abrigo, alimentação e tratamento em caso de doença, o que nem sempre ocorria. Por outro lado, exigia-se de uma doméstica uma série de obrigações idealizadas a partir do imaginário escravista. No pós-abolição, as ações dos patrões e os conflitos da domesticidade funcionaram como uma espécie de delimitador do acesso à cidadania da categoria das domésticas.

Mulheres como Anna tinham muitos motivos para se desvincular de seus patrões, pois era comum serem obrigadas a realizar tarefas diferentes daquelas combinadas, em meio a condições de trabalho degradantes. Todavia, não podemos pensar a posição da doméstica apenas na condição da reação, afinal, estas trabalhadoras também buscavam por trabalhos com melhores condições e salários. A domesticidade era atravessada por relações paternalistas, tensões raciais e de gênero, reprodução da violência física, violência psicológica e preconceitos de classe. Em outro momento, pudemos observar o quanto a questão do fim do vínculo entre patrão e criada foi motivo de debates políticos e um tema recorrente em inúmeros jornais.

Este capítulo procura analisar o mercado do serviço doméstico em Salvador a partir de anúncios de oferta e procura publicados em periódicos e relacionar com a atuação da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no papel de agência de trabalhadoras domésticas. A irmandade acolhia crianças órfãs e as transformavam em força de trabalho doméstica especializada para atender aos interesses de camadas privilegiadas da sociedade. Buscamos entender o “mundo dos patrões” de Salvador a partir da sua lógica de oferta e procura do mercado. É possível formular uma observação concreta sobre a dinâmica deste mercado? Os interesses dos patrões eram múltiplos e, muitas vezes, contraditórios, contudo, é possível observar determinados padrões que distinguiram suas buscas. Em seguida, proponho uma análise cartográfica para discutir a circulação dos trabalhadores domésticos na cidade de Salvador a partir das localidades indicadas nos anúncios de jornais. Por fim, pretendo mostrar o impacto da atuação da Santa Casa como fornecedora de trabalhadora doméstica, bem como o perfil dos locatários destes serviços. O caminho analítico propõe unir uma análise quantitativo de informações presentes nos

⁴⁰⁵ GRAHAM, 1992, p. 107. Parte III do Livro.

jornais *O Monitor* e *Diário de Notícias*, compreendendo uma visão mais ampla deste segmento do mercado de trabalho.⁴⁰⁶ A imprensa é um local privilegiado da análise do comportamento dos patrões do serviço doméstico, contendo informações relevantes nas colunas de opinião, seções de comportamento e publicações médicas. A documentação oficial também ajuda a compor o *corpus* documental deste capítulo.

5.1 “Precisa-se de ama do serviço doméstico”

O processo de urbanização e o crescimento da cidade de Salvador ao longo do século XIX, fez crescer a importância dos periódicos como meio de comunicação para a divulgação de transações comerciais. Quem desejava contratar ou oferecer serviços, disputava pequenos espaços com a divulgação de mercadorias nas últimas páginas dos jornais. De acordo com os jornais *O Monitor* e *Diário de Notícias*, é possível ressaltar a propagação da oferta de trabalho em detrimento da procura por serviços:

Tabela 4 – Anúncio de oferta e procura por serviços domésticos (1876-1909)

ANÚNCIOS	Precisa-se	Aluga-se	Total
N.ºs Absolutos	490	74	564
% do Total	87%	13%	100%

Fonte: *O Monitor* (1876-1881); *Diário de Notícias* (1876-1909).

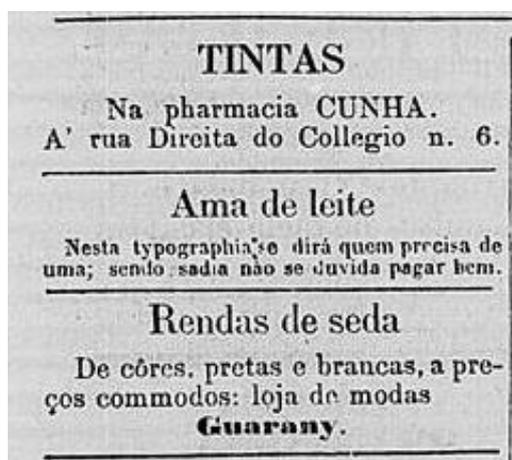
As pessoas que buscavam por trabalhadores domésticos representavam 87%, contra 13% dos anúncios que tinham o objetivo de oferecer serviços. Uma breve apreciação dos dados sobre oferta e procura pode induzir o leitor de incorrer ao erro de acreditar no discurso propagado em parte da imprensa, sobre a “crise de escassez” de mão de obra. Porém, estamos diante de meios de comunicação pertencentes a setores médios e grupos dominantes da sociedade. Além disso, os periódicos cobravam taxas para publicarem os anúncios, privilegiando a assinatura de quem possuía mais poder econômico. Para divulgar no jornal *O Monitor*, era necessário desembolsar \$100 réis “por

⁴⁰⁶ Analisamos todas as edições dos periódicos em destaque que se encontram disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital.

linha ou mediante contrato”. O *Diário de Notícias* cobrava \$60 réis por linha para assinantes e \$80 réis para não assinantes. Anunciar no *Jornal de Notícias* custava “por linha 80 rs.”, a pedido era \$100 réis e 25% de desconto para os assinantes. Os “anúncios especiais” do *Jornal de Notícias*, que ficavam na segunda página, eram mais caros, custando \$140 réis por linha e os “reclamos no corpo do jornal por linha 300 réis”. Diante da operação financeira, não é de se estranhar que a maior parte dos anunciantes fossem pessoas interessadas em contratar os serviços domésticos. Em geral, quem desejava oferecer seus próprios serviços, usava de outras formas para encontrar trabalho, por exemplo, contando com a indicação de pessoas conhecidas.

Até 1888, a maior parte dos anúncios de oferta de serviços domésticos era de donos de escravos. Uma família que residia no Largo 2 de Julho, na casa n. 56, publicou anúncios ofertando “para serviço doméstico um criado de 19 anos”, entre os dias 19 de julho a 22 de agosto de 1878. A oferta foi retomada no 3 de novembro, onde, possivelmente, apareceu um interessado que contratou o escravo por um curto período entre os meses de setembro a outubro. As poucas criadas que procuravam os jornais pediam apenas para avisar que a tipografia indicaria uma boa profissional. Os patrões ofertavam vagas para criados em anúncios com títulos genéricos, como “Ama”, “precisasse”, “aluga-se”, “atenção” ou “criada”. Também havia àqueles que especificavam no título o tipo de serviço pretendido: como “ama para cozinhar”, “ama de leite”, “engomadeira”, “criado” e “moleque”.⁴⁰⁷

Figura 13 - Anúncios diversos



Fonte: *O Monitor*, 23 de agosto de 1877.

⁴⁰⁷ Idem.

O título era sempre acompanhado de uma frase com informações pontuais do tipo de serviço buscado, seguido do endereço para tratar do negócio. Enquanto perdurou a escravidão, a condição jurídica do trabalhador poderia aparecer nos avisos. Os textos também poderiam conter a exigência de certificado de conduta, disponibilidade para dormir no serviço ou algum outro ponto, como atestado de saúde. Não encontrei nenhuma proposta de trabalho com uma oferta salarial, embora fosse destacado que bons cozinheiros tinham a promessa de melhores salários. O cirurgião dentista Reinaldy, morador da “quina (sic) d’Ajuda”, rua direita do Palácio, prometia “pagar bem agradando” por uma “boa cozinheira”.⁴⁰⁸ Existiam avisos que ocuparam as páginas de um mesmo jornal por meses, sumiam por algum tempo e retornavam com o mesmo objetivo. Este cenário poderia indicar um padrão muito criterioso, a facilidade da quebra de acordos negociados verbalmente ou o resultado de tensões provocadas pelo descumprimento do acordo por uma das partes.

Conforme observado na **Tabela 5**, a classificação dos anúncios segue as demandas de serviços considerados essenciais para o funcionamento da vida doméstica.

Tabela 5 – Anúncio de aluguéis por tipo de serviço doméstico (1876-1909)

ANÚNCIOS	Números Absolutos	%
Cozinheira (o)	181	32%
Copeiro (a)	108	19,1%
Ama de leite	96	17%
“AMA” serviço geral	84	14,9%
Lavadeira/engomadeira	42	7,4%
Ama seca	24	4,3%
Moleque	23	4,1%
Jardineiro	6	1,1%
Números absolutos	564	100%

Fonte: *O Monitor (1876-1881); Diário de Notícias (1876-1909).*

⁴⁰⁸ **O Monitor**, Salvador, n. 59, p. 03, 10 dez. 1877.

Foram identificados 564 anúncios que dão indícios de como funcionavam as dinâmicas deste segmento do mercado de trabalho, assim como os interesses dos patrões do serviço doméstico. A categoria doméstica mais procurada era a de cozinheira(o), com 32,1%, um serviço que, diferentemente do que possamos imaginar, não era segmentado por gênero. Em geral, os interessados neste tipo de serviço costumavam exigir desenvoltura. Em seguida, aparece o serviço de copeiro(a), com 19,1%; seguido de perto por amas-de-leite, com 17%. Os empregadores que buscavam por mulheres para desempenhar todo o tipo de serviço, usavam o título de “AMA” nos anúncios, com 14,9%. Este segmento nos ajuda a pensar sobre uma atribuição mais profunda da exploração do trabalho doméstico. Em número menor, lavadeiras/engomadeiras representaram 7,4%, amas secas somavam 4,3%, enquanto a procura por “moleques” somaram 4,1% e os jardineiros apenas 1,1%. Apesar de pouco usado, o termo “criada”, que significa, entre outras coisas, “mulher que serve”, aparece nos anúncios de forma genérica e ambígua, associado, sempre, a outra função, como copeiro(a).⁴⁰⁹ Na prática, o “criado” ou “criada” era alguém que servia em uma residência. Para Marina Barreto, o expressão carregava uma série de prerrogativas de respeito, disciplina e obediência, sendo substituído ao longo do século XIX por “empregado ou trabalhador”. Além disso, a mudança do termo foi uma forma de perceber estes trabalhadores e a maneira como eles se fizeram percebidos.⁴¹⁰ É provável que estes “criados” cumprissem funções como carregar água, limpar móveis e cuidar da iluminação; além de realizar eventualmente tarefas na cozinha ou no cuidado com as crianças.

5.2 “Precisa-se de uma cozinheira”

No dia 17 de agosto de 1894, na parte de “anúncios especiais”, uma família tinha urgência para contratar uma cozinheira para viajar para o Rio de Janeiro.

⁴⁰⁹ SILVA, 1813, p. 494.

⁴¹⁰ BARRETO, 2018, pp. 13-15.

Figura 14 - Anúncios especiais



Fonte: *Jornal de Notícias*, sábado, 17 de agosto de 1894.

O embarque estava marcado para o dia 19 daquele mesmo mês. A urgência revela o privilégio da família em poder contar com uma doméstica com experiência no preparo de refeições a que estavam acostumados. A cozinheira era, sem dúvida, a trabalhadora que organizava a dinâmica da casa, sendo responsável por realizar compras e preparar as refeições das famílias. Diante do prazo apertado, fica, talvez, uma questão que não temos como responder: dadas as condições adversas, haveria uma compensação salarial e melhores condições oferecidos à criada? É possível! No entanto, é preciso fazer uma ressalva, pois, mesmo que consideremos a análise como parte da relação de mercado, é um mercado adaptado ao capitalismo brasileiro. São, portanto, relações constituídas a partir da escravidão, o que confere a exclusão (por sinal, ainda hoje, guardada as diferenças) destes trabalhadores da própria lógica do capital e do entendimento de relações produtivas. No entanto, o contexto dava margem para a valorização da função de cozinheira.⁴¹¹ Em outro episódio que indicava a necessidade de viagem, o anúncio com o título de “ama” dizia precisar “de uma para todos os serviços de pequena família, e que queira ir para Mar-Grande”.⁴¹² O deslocamento era um pouco menor, embora pudesse representar uma mudança significativa na vida da doméstica. Em outra oferta de trabalho, o anúncio procurava por uma doméstica “que já tenha viajado e não enjoe, para acompanhar uma família para Europa”.⁴¹³ Francisco Cardoso e Silva & C., importante negociante, responsável pela Companhia Aquária do Currálinho, anunciou no dia 18 de maio de 1882 que “precisava de uma criada para acompanhar uma família à Costa da

⁴¹¹ GRAHAM, 1992, pp. 45-47.

⁴¹² *O Monitor*, Salvador, n. 214, p. 03, 22 fev. 1877.

⁴¹³ *Jornal de Notícias*, Salvador, n. 3430, p. 03, 10 abr. 1891.

África.⁴¹⁴ Francisco Cardoso costumava exportar fumo para Europa e cachaça para África, além de encomendar uma diversidade de produtos da costa africana, como panos, cuias, azeite de palma e pimentas.⁴¹⁵ O negociante também realizava viagens a negócios para o outro lado do atlântico.⁴¹⁶ Possivelmente, a viagem indicada no anúncio era para Lagos, por ser consignatário do brigue português *Ligeiro*, uma vez que Francisco exportava bebidas e transportava passageiros para a Nigéria.⁴¹⁷

Em um anúncio do dia 22 de junho de 1893, um Coronel que morava na Rua do Fogo, n. 24, buscava por um “cozinheiro ou cozinheira”, com os seguintes dizeres: “não se faz questão de preço”.⁴¹⁸ Em outro anúncio para um serviço no Rio Vermelho, na rua Conselheiro Saraiva, n.12, o título estampado era “Cozinheiro ou Cozinheira” e também prometia pagar bem, caso agradasse.⁴¹⁹

Os primeiros avisos de serviços domésticos publicados no jornal *O Monitor*, entre junho e agosto de 1876, eram formados basicamente por repetições de serviços para cozinheiras.⁴²⁰ O morador da Rua da Castanheda, n. 14, que fica em um sobrado estreito de Nazaré, pagou por dezessete anúncios, sendo quinze destes em função de uma “ama para cozinhar”. Esta informação corrobora com os dados presentes nas matrículas de 1887. Na ocasião, a maior parte das matriculadas atuavam como cozinheiras, o que representava 36,6%.⁴²¹ O trabalho na cozinha era narrado como “acalorado, sujo e cansativo”.⁴²² As boas cozinheiras recebiam o nome de “cozinheira de forno e fogão”, enquanto que as que cozinhavam apenas em panelas sobre o fogão recebiam o nome de “cozinheira do trivial”.

Com a proximidade da virada do século, sátiras e causos entre patrões e criados se constituíram como formas de acessar conflitos e a percepção dos patrões. Na edição de

⁴¹⁴ **Diário de Notícias** (BA). Salvador, n. 111, p. 02, 16 mai. 1882.

⁴¹⁵ APEB. **Alfândega, Manifesto** – 010, 1869-1879.

⁴¹⁶ Entre seus negócios, destaca-se a construção de uma fábrica de cimento e uma concessão junto ao governo para explorar a “construção, uso e gozo” da estrada de ferro entre as estações de Carnaíba a Juazeiro, do prolongamento e a vila Sento Sé e Bebedouro. Cf. **O Monitor**, Salvador, n. 99, p. 04, 1º out. 1876. Sobre mais informações a respeito dos negócios de Francisco Cardoso, ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Africanos em trânsito entre Salvador e Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX, p. 323-324. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. (Orgs.). **Salvador da Bahia**: retratos de uma cidade atlântica. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016.

⁴¹⁷ **O Monitor**, Salvador, n. 175, p. 02, 11 jan. 1881.

⁴¹⁸ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 138, p. 03, 22 jun. 1893.

⁴¹⁹ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 59, p. 03, 14 mar. 1895.

⁴²⁰ **O Monitor**, Salvador, n. 16, p. 04, 20 jun. 1876.

⁴²¹ BARRETO, 2018, p. 55.

⁴²² GRAHAM, 1992, p. 45.

sábado, 18 de dezembro de 1897, o jornal *Cidade do Salvador* trouxe na seção de variedades uma texto intitulado como: “Uma cena contemporânea”. Em tom jocoso, a cena descreve uma criada que se oferece para os serviços domésticos, “um fato muito frequente naquela capital”. Era 11 horas da manhã, quando a cozinheira bateu a porta “trajando certo apuro, protegida por uma sombrinha cor de rosa, abanando-se com leque de papel de arroz”. Com o possível patrão sem acreditar que fosse a cozinheira, o diálogo se inicia:

- [...] Com licença... *Que calor! Não é aqui que precisam de uma cozinheira?*
- *Sim, é aqui. A senhora veio indicar alguma?*
- *Eu mesma. Tencionava alugar-me para Petrópolis, ah! não posso com o verão nesta cidade! é um horror. Com licença (sentou-se) [...]*
- *Não pode ser cozinheira..., disse eu com meus botões... Enfim... [...]*
- *Pois não. A senhora sabe cozinhar?*
- *O trivial, mas não pico os temperos... Não posso partir uma cebola, sou muito nervosa; não mato uma galinha nem lavo panelas tão pouco.*
- *Quantos pratos nos dá ao almoço?*
- *Dois... pois querem mais? Bife e arroz [...]*
- *Dorme em casa?*
- *Durmo com o meu marido, sou casada... e uma senhora casada não dorme fora*
- *É razoável... a honra antes de tudo... e ... por quanto?*
- *Cento e vinte mil réis. Ah! é verdade – não cozinho as quartas*
- [...] *(E abrindo a bolsinha, tirou um papelucho). Está aqui o recibo de três meses...*
- *Adiantados!?! [...]*
- [...] *O senhor tem filhos?*
- *Não, excelentíssima.*
- *Ainda bem... ah! eu não posso com o choro das crianças.*
- *Mas como faz calor nesta casa! Decididamente não há como Petrópolis... Olhe o recibo...*
- *Que recibo?*
- *Dos três meses...*
- *Não minha senhora... não chegamos a um acordo; por esse preço e com essas condições até eu vou cozinhar em casa de família... [...].*⁴²³

A conversa, apesar de partir de uma caricatura da doméstica, é possível extrair muito sobre os objetivos e características dos próprios patrões. Qualquer contrapartida da doméstica era encarada como atitude soberba. Logo, esta era vista como cara e cheia de exigências. A sátira revela o preconceito de classe e a forma como os grupos sociais

⁴²³ *Cidade do Salvador*, Salvador, n. 296, p. 18 dez. 1897.

privilegiados entendiam os marcadores sociais, ao confundir a cozinheira com uma senhora de condição mais elevada em função do certo “apuro” de suas roupas. Além da “estranheza” da criada em relação ao calor, esta representação ressalta a contradição com o ambiente da cozinha, abafada e quente. Ainda que fossem as mais requisitadas, a expectativa sobre a cozinheira era maior que as demais criadas e sua jornada de trabalho começava antes do amanhecer.⁴²⁴ No diálogo apresentado pelo periódico, cozinhar o “trivial” não parecia ser o bastante. Podemos observar que o diálogo se passa no Rio de Janeiro, apesar de publicado em um jornal da capital baiana. As criadas estrangeiras estiveram presentes nos lares brasileiros, sobretudo na capital do Império. Em estudo sobre a circulação das estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro, Natália Peçanha observou a presença marcante de empregadas lusitanas, fato que dialogava com o volume maior de imigrantes portugueses em relação aos de outras nacionalidades. A presença destas mulheres causava diferentes reações nos patrões. Havia aqueles que davam preferência às portuguesas; mas, também, não faltaram anúncios que destacavam a frase: “não sendo portuguesa”.⁴²⁵ Portanto, estas mulheres não escaparam do sentimento antilusitano que vigorou até os primeiros anos da República. Nos principais jornais que compõe a análise desta pesquisa, não foram encontrados registros de procura por trabalhadoras domésticas estrangeiras. Os anúncios de alugueis de criadas estrangeiras em Salvador não foram tantos, quanto na capital. Em um destes episódios, o *Jornal de Notícias* publicou que um patrão não identificado precisava de duas amas, “de uma engomadeira e uma copeira de conduta afiançada, para casa de pequena família, preferindo-se estrangeira [grifo nosso]”. As interessadas deveriam procurar informações na Rua Conselheiro Dantas, n. 7.⁴²⁶

5.2.1 “Precisa-se de uma ama de leite que seja sadia”

Entre os dias 11 e 23 de janeiro de 1878, *O Monitor* publicou um anúncio de uma família do Largo Dois de Julho, n. 54, que dizia: “precisa-se de uma boa ama [de leite] que seja livre e que queira ir para fora”.⁴²⁷ A “qualidade de uma boa ama” é tema tanto

⁴²⁴ GRAHAM, 1992, p. 62.

⁴²⁵ PEÇANHA, Natália Batista. O trabalho e a cidade: uma análise do serviço doméstico e a circulação de criadas estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1880-1930). In: *Revista del CESLA*, vol. 27, 2021, p. 75-92.

⁴²⁶ *Jornal de Notícias*, n. 3687, p. 03, 7 mar. 1892.

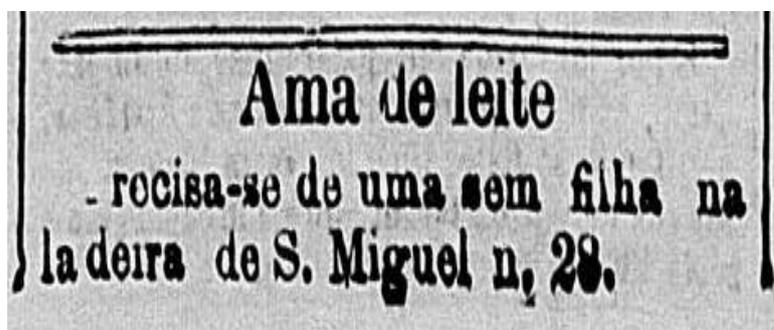
⁴²⁷ *O Monitor*, Salvador, n. 181, p. 02, 9 jan. 1878.

entre os padrões, quanto entre os médicos. O Dicionário de Medicina Popular descreveu essa “qualidade” como sendo:

*A mulher na idade de 20 a 25 anos [...] Será conveniente que seja parida de poucas semanas, que seja robusta sem ser obesa, isenta de todo o vestígio de sífilis [...] Exige-se ainda que tenha os dentes sãos, os peitos medianos, tesos, e de que se possa fazer facilmente esguichar um leite branco, algum tanto azulado e transparente, de consistência medíocre (muito inferior à do leite de vaca) e de sabor adocicado. Atender-se-á também, e com razão, à bravura de seu gênio e à pureza dos seus costumes.*⁴²⁸

O dicionário destaca ainda que mesmo a “mais bela ama” deverá ser rejeitada por motivo de embriaguez ou falta de atenção às necessidades das crianças. O tipo de serviço era temporária, afinal, as mulheres precisavam ter acabado de dar à luz. As experiências destas mulheres poderiam ser bastante cruéis, pois, não era citado o bebê da ama de leite.

Figura 15 - Anúncio de ama de leite



Fonte: *O Monitor*, 7 de setembro de 1879.

Em 1879, um anúncio que exigia uma ama “sem filho” chama atenção por se tratar de uma situação dolorosa e corriqueira na vida de uma ama de leite.⁴²⁹ Este detalhe poderia significar aleitar o filho de outra mulher em detrimento do próprio filho. A situação também poderia envolver a dor de uma mãe na lembrança da perda da própria

⁴²⁸ BBGM. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dicionário de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis. Vol. 1, A-F, 1890. Ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz. p. 122. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947> Acesso em: jul. 2023.

⁴²⁹ *O Monitor*, Salvador, n. 80, p. 02, 7 set. 179.

criança, enquanto ofertava seu leite para outro bebê. Este cenário era ainda mais violento no que diz respeito às amas de leite escravizadas. De acordo com Lorena Telles, raramente as mães poderiam chegar à casa dos locatários com seus bebês e a falta de menção sobre seus filhos na documentação era um sinal de separação. Bárbara Martins observou a sistemática separação entre mães e seus bebês, entre 1830 a 1888, no contexto do mercado de locação, mostrando que 92% dos anúncios não faziam qualquer referência aos bebês, sendo banal a expressão “sem cria”.⁴³⁰

Por detrás do silenciamento com respeito a seus filhos, mães africanas e crioulas enfrentaram separação temporárias ou irreversíveis tanto de seus bebês quanto de outros filhos. Quais os destinos de suas crianças? As fontes indicam que os rendimentos auferidos com as mães alugadas, no contexto do tráfico abundante, desinteressaram setores das camadas senhoriais em investir nos cuidados dos bebês das cativas que demorariam a retornar o investimento na forma de roupa, alimentação e cuidados.⁴³¹

A autora acrescenta que depois de 1850, o fim do tráfico e a possibilidade da escravização das crianças crioulas; teria gerado maior interesse por parte dos proprietários na sobrevivência dos filhos das mães cativas que estavam alugadas.

A procura por amas de leite focavam em três pontos: “abundância de leite”, saúde e “higiene”.⁴³² Exceto os anúncios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, as publicações que encontramos sobre as amas de leite, repetiam o desejo de contar com uma ama saudável.

Como podemos perceber na **Tabela 5**, as amas de leite estavam entre as domésticas mais procuradas em função do amplo costume de contratar mulheres para amamentar os filhos de outras mulheres. Este trabalho teve início com a população feminina escravizada. No entanto, depois de 1850, o contingente de livres e libertas, assim como as estrangeiras, se tornaram maioria nos centros urbanos. Os jornais foram as principais formas de conectar os patrões às amas. Podemos observar que 96 anúncios foram dedicados a contratação de amas. Penso que este número era muito maior, em

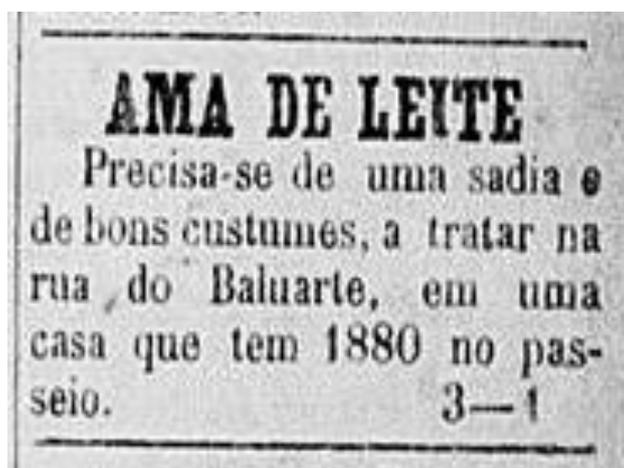
⁴³⁰ MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. **Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino**: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006, p. 44.

⁴³¹ TELLES, 2023, p. 221.

⁴³² **O Monitor** (BA), Salvador, n. 52, p. 02, 5 de janeiro de 1879.

função da necessidade das famílias em buscar pessoas consideradas saudáveis para amamentar seus filhos. Sem dúvida, entre as criadas, as amas de leite eram as que mais preocupavam os patrões.

Figura 16 – Procura por uma ama de leite sadia



Fonte: *Diário de Notícias*, quarta-feira, 7 e julho de 1880.

O adjetivo “sadia” usado nestas publicações, faz parte uma preocupação enraizada na sociedade oitocentista. Os periódicos baianos recebiam bastante patrões interessados em amas com “abundância de leite”, e que fossem “preta e cativa”.⁴³³ Anunciante assíduo nos classificados do jornal *O Monitor*, o dr. Renaldy, desejava os serviços de uma ama de leite dando preferência por uma escrava.⁴³⁴

Sem dúvidas, entre as criadas, o trabalho da ama de leite era o mais doloroso emocionalmente, especialmente para mães escravizadas. De acordo com Lorena Telles, do ponto de vista dos laços maternos, o maior desafio posto a estas mulheres refere-se às possibilidades de convívio e sobrevivência da prole, especialmente quando obrigadas a amamentar o filho de outra mulher.⁴³⁵ Na literatura, a “mãe preta” assumiu papéis ambíguos e múltiplos entre a ingenuidade e a sabedoria, como se fosse da família, ou agregada, ao mesmo tempo é boa e má. Em síntese, a ama de leite escravizada “é mãe e

⁴³³ *Ibidem*.

⁴³⁴ *O Monitor*, Salvador, n. 141, p. 03, 18 nov. 1877.

⁴³⁵ TELLES, Lorena. 2023, p. 213.

não é”.⁴³⁶ No romance “A Escrava Mãe”, narra a vida de Clara, uma ama de leite escravizada que teve seu filho retirado da sua companhia e lançado à Roda por seus senhores, sem que ela soubesse. Na casa de novos senhores, Clara é posta para amamentar dois bebês, uma criança branca e uma criança negra, sem saber que a criança negra se tratava do seu filho. Ao analisar esta história, Tamara Marko enfoca as ideias da maternidade foram distintos para as mães escravizadas e as mães as escravizavam.⁴³⁷

A historiografia sobre as amas de leite têm construído uma multiplicidade de interpretações e apresentado diferentes sujeitos e instituições que produziram reflexões sobre o costume da amamentação “mercenária”.⁴³⁸ A figura da ama de leite coexistiu com a cruzada do estímulo da amamentação materna até as duas primeiras décadas do século XX. Entre as criadas, as amas eram quem despertavam os maiores “temores” dos patrões. Afinal, havia a preocupação com a saúde dos bebês, doenças físicas e crenças atribuídas a transmissão de valores morais. Ao longo do século XIX, a ama era imprescindível nas cidades brasileiras. O tema foi alvo de teses das Faculdades de Medicina oitocentistas que denunciavam a “desnaturalização” do hábito do aleitamento por parte das famílias mais abastadas. Entre outras coisas, o Médico Agostinho José Ferreira Bretas acreditava que as “qualidades do leite” passados pela escrava representavam um “perigo moral” aos bebês. Estes “valores” negativos seriam repetidos pelas crianças.⁴³⁹ A figura da ama de leite era tão entranhada em nossos costumes, que era constantemente empregada como metáfora sobre diversos assuntos. Em um poema publicado em 1885, endereçado ao escritor Camillo Castelo Branco, o primeiro Visconde de Botelho, a ama de leite foi usada como metáfora para criticar as contradições de um dos primeiros escritores que passou a

⁴³⁶ Ver: DEIAB, Rafaela de Andrade. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1888-1950)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 23.

⁴³⁷ MARKO, 2004, p. 52.

⁴³⁸ Sobre a historiografia que discute as amas de leite, ver: BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985; CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. **Procura-se uma “Preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca, 1850-1888. 2006. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006; GUTIERRES, Damiana Valente. **No colo da ama de leite**: a prática cultural da amamentação e dos cuidados das crianças da Província do Grão-Pará no século XIX. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências e Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004; ALMEIDA, João Aprigio Guerra de. **Amamentação: Um Híbrido Natureza-Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 1999; MARTINS, Bárbara, 2006; MARTINS, Luiz, 2006.

⁴³⁹ BRETAS, Agostinho José Ferreira. Dissertação inaugural sobre a utilização do aleitamento materno e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dever. Rio de Janeiro, 1838. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, p. 28.

viver do que escrevia. O verso dizia que apesar de “pregais a República, a igualdade”, em versos “biliosos”, a República não era “ama de leite de ociosos”.⁴⁴⁰ Em um texto publicado no jornal *A Locomotiva*, de 1888, trazia outra metáfora ao afirmar que a sacarina (substância artificial adoçante produzida a partir do tolueno), chegaria “a ser a ama de leite das pobres” mulheres.⁴⁴¹

Em 1853, um artigo do jornal *O Acadêmico* alertava sobre “Perigos que estão sujeitos os meninos quando não são amamentados por suas próprias mães”. No contexto do problema da falta de lactação materna no Brasil, é dito que as mães, sobretudo nas camadas mais abastadas, estariam colocando as crianças ao risco de mulheres “interesseiras” e “mercenárias”. Estas trabalhadoras, continua o texto, não traria nada além de “todas as moléstias” e a “morte”. De acordo com o argumento, o “bárbaro costume” da contratação das amas de leite era motivado por mães que não queriam perder “a beleza e a forma de seus peitos”. Além disso, dizia que, como resultado de transferir a obrigação da amamentação a mulheres escravizadas, “brutais”, “imundas” sem “qualidades” para serem amas de leite, estaria diminuindo metade da população. O texto relacionava o aleitamento materno com o contingente populacional, ao trazer exemplos de países como China, Inglaterra e Suíça, “onde a população é enorme”. Acusadas de “negligente”, a figura da ama seria responsável por causar o comprometimento físico das crianças:

*De quantos males não é ainda causa a negligencia das amas? Aleijões, conchavados, contorções, luxações, fraturas, escoriações, inflamações na pele são outras tantas consequências do desleixo delas.*⁴⁴²

O argumento da negligência das amas de leite seria responsável por comprometer os pulmões, órgãos vocais, rupturas de vasos e convulsões, pela atitude de deixar a criança chorar. Além disso, as “papas pesadas e indigestas” fornecidas por amas, comprometeria o estômago dos bebês.

⁴⁴⁰ **Almanack do Diário de Notícias** (BA). Salvador, 1885. Ano V, p. 49. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830097/969>. Acesso em: 25 jul. 2022.

⁴⁴¹ FBN. **A Locomotiva – Jornal Ilustrado** (BA). Salvador, 2 dez. 1888. Ano I, n. 4, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/822884/26>. Acesso em: 14 fev. 2022.

⁴⁴² FBN. **O Acadêmico**: Periódico Científico e Litterario (BA). Salvador, mai. 1855, n. 1, p. 9-10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/815780/10>. Acesso em: 02 set. 2022.

No início da década de 1870, a *Gazeta Médica da Bahia* traduziu um projeto francês da comissão da academia de Medicina de Paris, sobre procedimentos para a higiene dos recém-nascidos. As orientações tratavam da importância da amamentação, relações entre fases de desenvolvimento, introdução alimentar e os cuidados com a higiene.⁴⁴³ Em todo Império, comunidades de médicos passaram a discutir sobre o tema que influenciou o projeto de regulamentação das amas de leite. No esteio dos debates da medicina e do poder público, os patrões passaram a observar a questão da saúde das amas no momento de sua contratação. Em 1876, foi elaborado no Rio de Janeiro o projeto de *Regulamentação das Amas de Leite* pelo dr. Moncorvo de Figueiredo, no intuito de estabelecer diretrizes e fiscalizar a “lactação mercenária”, para tornar este “mal necessário”, inofensivo à saúde das crianças. O projeto de Moncorvo Filho teve ampla repercussão da imprensa brasileira. Em 13 de janeiro de 1877, o *Correio da Bahia*, afirmou, com entusiasmo, ter recebido um exemplar do projeto de regulamentação das amas de leite.⁴⁴⁴ Dividido em seis capítulos, sua principal finalidade era “satisfazer as exigências das classes abastadas, garantindo o futuro de seus filhos pelos exames prévios e rigorosa vigilância exercida sobre as amas de leite”.⁴⁴⁵ Apesar da intenção de usar equipamentos médicos, pesquisar sobre antecedentes das amas e cobrar taxas, os ritos não tiveram a penetração social desejada. De acordo com o documento, “Nenhuma mulher livre poderá alugar-se como ama de leite, sem sujeitar-se às condições”, que eram apresentação de certificado e exames.⁴⁴⁶ Na prática, patrões e amas não levaram aderiram ao projeto, atitude que pode ser comprovado pelo ínfimo número de mulheres registradas na caderneta municipal de Salvador. Em 1866, Claudiomiro Caldas escreveu o artigo *Ligeiras considerações acerca das principais teorias sifilográficas*. O texto discutia a literatura internacional e apontava a ama de leite como uma das principais causas da disseminação do problema no país. Para Caldas, eram as “mercenárias” que, estando “contaminada pelo mal”, transmitia pelo seu “leite funesto” o “veneno, em vez de alimento; a dor, a perturbação e a morte, em vez de nutrição”.⁴⁴⁷

⁴⁴³ *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, N. 83, p. 130, 15 jan. 1870.

⁴⁴⁴ *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, vol. 1 p. 499, 15 jan. 1870.

⁴⁴⁵ *Correio da Bahia*, Salvador, n. 236, p. 01, 13 jan. 1877.

⁴⁴⁶ *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, vol. 1, p. 502, Publicação mensal.

⁴⁴⁷ *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, n. 5, p. 55, Publicação mensal, 10 de set. 1866.

Além da campanha travada por médicos higienistas, a tentativa de controle sobre as amas, expressadas na matrícula de 1887, estabelecia rígidas condições que visava o controle de seus corpos e sexualidade.

18ª – Serão consideradas justas causas para ser despedida a ama de leite, antes do prazo e sem aviso dos 15 dias: 1º as mesmas de que trata a postura nº 12; 2º falta de leite, ou corrupção deste ou gravidez da ama, reconhecidas mediante exame de médico designado pela Câmara, pelo Chefe de Polícia ou Delegado e pela Inspetoria de higiene pública; 3º falta de zelo com a criança.⁴⁴⁸

Havia uma série de condições para o patrão demitir a ama de leite por justa causa, desde falta de leite até a “falta de zelo com a criança”. Quase um terço dos artigos do Regulamento de 1887 abordavam unicamente sobre a relação de trabalho entre patrões e amas de leite. Apesar da cruzada contra as amas ocorrer de maneira institucional, as amas não se submeteram às matrículas. A disparidade entre a sub-representação das amas nas matrículas de 1887, com apenas 22 registros (2,5%), ajuda a comprovar o argumento.

A Santa Casa da Bahia também recorria aos jornais para contratar um número elevado de amas de leite para amamentar os bebês do Asilo dos Expostos. Havia um anúncio que dizia: “no Asilo dos Expostos, ao Campo da Pólvora, precisa-se de algumas”. Embora não contenha o pedido por amas “sadias” no corpo do texto, a Misericórdia passou a adotar uma postura mais rigorosa em relação ao tema. Com a presença médica cada vez mais constante neste tipo de ambiente, o relatório do Asilo publicado pela *Gazeta Médica* buscava explicar as causas da mortalidade infantil da Roda dos Expostos. De acordo com o levantamento, entre 1863 até 1879, em quase todos os anos, a mortalidade ultrapassou a casa dos 50%. O biênio mais crítico ocorreu entre 1875 a 1876, com índices de mortalidade chegaram ao absurdo de 93,87%. De acordo com médicos, parte dos bebês acolhidos estavam infectados pela sífilis ou, quando doentes, as mães preferiam “atira-los à Roda”. A outra explicação culpava as amas externas que estariam, de certa forma, fora do controle diário da instituição. Além disso, as amas de leite também eram acusadas “pelos vícios da educação das “classes baixas”. O texto argumentava que o estabelecimento não entregava nenhuma ama à amamentação mercenária, sem que o

⁴⁴⁸ AHMS. *Ata das Sessões da Câmara de Salvador*. 30/12/1886. Fundo Câmara Municipal.

médico examinasse as amas de leite, sendo sempre rejeitado grande número delas por conta da “degradação orgânica”. Portanto, mesmo que sadias, as amas eram acusadas de “o péssimo hábito que tem essas mulheres de obrigarem os débeis estômagos das crianças às tradicionais papas, quase sempre de péssima farinha de mandioca”.⁴⁴⁹

5.2.2 Outros serviços domésticos

Nas residências, o copeiro era responsável por preparar e servir a mesa, além de fazer sucos e o café. Às vezes, os anúncios de criados e copeiros se confundiam. Em geral, o ofício de copeiro era desempenhado por homens. As exigências dos patrões mudavam de acordo com o sexo dos criados. Por exemplo, o Cônsul e negociante inglês, Frederick Benn, morador da rua do Canela, buscava por um copeiro “habilitado e [que] garanta sua conduta”.⁴⁵⁰ Enquanto o atestado de “honra” servia apenas para as mulheres, os anúncios exigiam de um copeiro a fiança de “sua conduta”. Apesar da sutileza, honra e conduta representava um marcador das relações de gênero.⁴⁵¹ Enquanto o primeiro foi usado amplamente para condicionar e subjugar o comportamento feminino, a “conduta” do trabalhador doméstico do sexo masculino era mais ligada a questão da ética do trabalho, comportamento pessoal e boas maneiras.

Diante de preconceitos de classe, o copeiro não escapava da visão dos patrões que associava sua categoria à prática de pequenos delitos. Em um poema intitulado “Badaladas”, havia trecho que dizia: “O vinho n’uma taberna Tem-se sempre mais sabor, Do que o vinho que o copeiro Agua d’algum senhor”.⁴⁵² O serviço de copeiro não era necessariamente um trabalho do lar. Os estabelecimentos comerciais, como lanchonetes e restaurantes tinham copeiros. Mulheres estrangeiras também buscavam alugar-se para a função. No dia 8 de abril de 1891, uma “senhora estrangeira que fala bem o português”, dizia entender de serviço de balcão e de mesa, enquanto estava à procura de “emprego

⁴⁴⁹ **Gazeta Médica da Bahia**: Salvador, série II, vol. 4 p. 381, publicação mensal, 1879. Sobre o tema da alimentação infantil, farinhas e amas de leite, ver: GIL, Caroline Amorim. **Amas, leites e farinhas**: o problema da alimentação infantil no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde), Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

⁴⁵⁰ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 59, p. 03, 14 mar. 1895.

⁴⁵¹ Ver: CAULFIELD, 2000, p. 77.

⁴⁵² FBN. **A Hora**: Diário Vespertino – Político e Independente (BA). Salvador, segunda-feira, 26 mai. 1919. Ano II, n. 109, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/176419/267>. Acesso em: 12 fev. 2022.

em uma confeitaria ou restaurante”. A redação da tipografia foi colocada como endereço para os patrões interessados em seus serviços.⁴⁵³

A precariedade das relações no trabalho doméstico era acentuada no momento em que os trabalhadores eram submetidos a diferentes tarefas domésticas em um mesmo arranjo de trabalho. O terceiro grupo mais procurado nos jornais, com 84 reproduções, foi genericamente descrito como “ama” para “tomar conta de uma casa”.⁴⁵⁴ No dia 1º de dezembro de 1877, uma família que tinha uma loja na rua direita da Misericórdia, n. 15, de “frente ao Fórum”, buscava por uma “ama”. O anúncio dizia: “Precisa-se de uma para todo serviço de casa de pequena família, para morar em casa da mesma família”.⁴⁵⁵ Em outro anúncio mais antigo, de 1851, havia a seguinte informação:

*Quem quiser alugar um crioulo cozinheiro, comprador, sabendo tratar de cavalos, e de todo arranjo de uma casa; sendo boa figura, sadio, fiel e obediente, e sem o menor vício: dirija-se à rua das Vassouras n. 4.*⁴⁵⁶

Mesmo que não exista indicação explícita da condição civil, o termo “crioulo” foi largamente utilizado nos anúncios sobre pessoas escravizadas. Tanto na oferta, quanto na procura, este tipo de anúncio versava sobre muitas tarefas. Um texto do *Correio da Bahia* fez uma sátira sobre o tema:

E então? – O criado de um avarento tornara-se o fac-totum (sic) na casa; era copeiro, cozinheiro, lavadeiro, etc., e acumulava ainda as funções de comprador.

Uma noite, ao ir deitar-se, o amo, a quem parara o relógio, pergunta-lhe:

- Manuel, quantas horas tens?

*- Para o descanso, muito poucas, respondeu o criado, mostrando o ponteiro já sobre as três.*⁴⁵⁷

⁴⁵³ **Jornal de Notícias**, Salvador, n. 3421, p. 01, 8 abr. 1891.

⁴⁵⁴ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 199, p. 03, 2 set. 1876.

⁴⁵⁵ **O Monitor**, Salvador, n. 152, p. 02, 1º set. 1877.

⁴⁵⁶ FBN. **A Verdadeira Marmota**: Do doutor Próspero Diniz (BA). Salvador, sábado, 20 dez. 1851, n. 98, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/815756/314>. Acesso em: 07 set. 2022. O termo comprador significa que o trabalhador possuía a habilidade de fazer compras.

⁴⁵⁷ **Correio da Bahia**, Salvador, n. 265, p. 03, 18 fev. 1877.

Os interessados em contratar criadas para prestar todo tipo de serviço doméstico, costumavam tornar sua proposta mais interessante, como fez a família da rua Arial de cima, n.11, que buscava por uma “ama” para “cozinhar e fazer mais algum serviço de uma casa de pequena família”. Outra estratégia para atrair domésticas para todos os serviços de casa era através de uma suposta pequena demanda, por se tratar de “casa de um homem solteiro” que prometia pagar bem.⁴⁵⁸

Como já mostramos, no século XIX, o serviço doméstico representava diferentes funções, como jardineiros, copeiros, cozinheiras, lavadeiras, vendedores do comércio e trabalho em hotéis. Até o início do século XX, o trabalho da lavadeira era o trabalho mais ambíguo deste grupo, uma vez que era doméstico e ao mesmo tempo de rua, fugindo da tentativa de vigilância dos seus clientes. A percepção da honra possui relação direta com categorias de raça e classe, sendo as mulheres mais pobres e mais negras as mais numerosas nos trabalhos de rua. Muitas vezes, a honra era ligada a questão social e estava situada a uma lógica de relações desiguais de poder na esfera privada e pública.⁴⁵⁹

É neste contexto que podemos perceber a superioridade do número de mulheres negras exercendo a função de lavadeira em Salvador. A africana Bernarda Maria Cardozo, 60 anos, “cor fula”, matriculada no dia 5 de abril de 1887, era uma das mulheres que prestavam serviço como engomadeira.⁴⁶⁰ Em sua matrícula, Bernarda declarou estar alugada há 5 anos na casa de Antonio Cardozo Guimarães, na rua da vala. Os anunciantes não distinguiam o trabalho de lavar e engomar as roupas, sendo facilmente encontrado anúncios com o título genérico de “ama”. O texto que acompanhava o cabeçalho costumava ser da seguinte forma: “precisa de uma que saiba lavar e engomar”.⁴⁶¹ Possivelmente, os 42 anúncios que procuravam por lavadeiras não foram maiores em função dos patrões que buscavam ama para “todo serviço de uma casa” ou uma cozinheira que soubesse lavar e engomar. Outra forma de entendimento sobre circulação destas mulheres se relaciona com a possibilidade de encontrar os patrões, sem o intermédio dos jornais. É plausível que Bernarda tivesse outros serviços que não interferisse na relação de trabalho com Antonio. Em estudo sobre as lavadeiras em Feira de Santa, Reginilde

⁴⁵⁸ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 111, p. 01, 16 mai. 1882.

⁴⁵⁹ CAULFIELD, 2000, p.26.

⁴⁶⁰ APEB. Arquivo Público do Estado da Bahia. **Matrículas de trabalhadores domésticos avulsas, 1887**. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Fundo de Polícia, Maço 6506. Assuntos diversos (1887/1888). Matrícula de Bernarda Maria Cardozo, n. 16.

⁴⁶¹ **Jornal de Notícias**, Salvador, n. 2398, p. 04, 10 mar. 1891.

Santa Bárbara chama atenção para o caráter sazonal da profissão e a desvalorização social que exigia destas mulheres a procura de outras ocupações.⁴⁶² A flexibilidade no arranjo da jornada de trabalho da lavadeira, permitia adicionar outras atividades à sua rotina cotidiana.⁴⁶³ Sabemos que a situação das mulheres perante a justiça passava pela necessidade de provar sua honestidade, em um jogo de perdas e ganhos, especialmente para mulheres de “cor”, que possuíam poucas vitórias.⁴⁶⁴ Entretanto, neste caso em específico, ao que tudo indica, Bernarda teria aceitado se matricular porque viu que o ato poderia lhe conferir algum ganho. Afinal, como mostrou E. P. Thompson, em “o domínio da lei”, a norma não pode ser encontrada apenas no aparato jurídico, uma vez que as pessoas se apropriavam das leis e as colocavam em disputa. Durante o período imperial, Maria Santos observou justamente um volume importante de inquéritos que envolviam a participação de mulheres pobres que buscavam defender sua honra em Pernambuco.⁴⁶⁵

Em 1889, um artigo sobre “economia doméstica” relacionava a contratação da lavadeira como gastos superficiais. O conselho do editorial das *Leituras Religiosas*, era de que a dona de casa deveria se privar por alguns dias de manjares, assim lavar e engomar para economizar uma “boa soma que deveis dar à lavadeira”.⁴⁶⁶ Além de dispensável, a alcunha de desonesta que pesava por todos os trabalhadores domésticos foi mais uma vez usada no jornal. Desta vez, o texto elencava uma espécie de lei para orientar o patrão na “vigilância do lar”:

*5ºPodeis ainda ser enganada pelo uso do que vos pertence no serviço de outrem. Quantas vezes a lavadeira não lavará com a vossa roupa a roupa de outras pessoas, roubando-vos por conseguinte o tempo que lhe pagais e o sabão que lhe forneceis?*⁴⁶⁷

⁴⁶² SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador 2007, p. 82.

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 85.

⁴⁶⁴ ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989, p. 114

⁴⁶⁵ Ver: THOMPSON, 1987; SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **“Moças honestas” ou “meninas perdidas”**. Um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco imperial (1860-1888). Editora UFPE, Recife, 2015. Especialmente o capítulo 2.

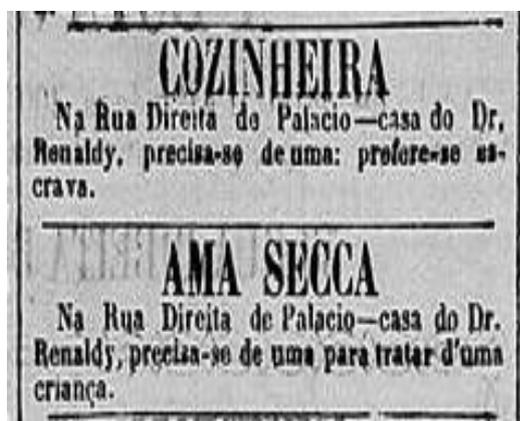
⁴⁶⁶ FBN. **Leituras Religiosas: Publicação semanal** (BA). Salvador, domingo, 9 jun. 1889. Ano I, n. 8, p. 71. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/239488/74>. Acesso em: 10 jul. 2022.

⁴⁶⁷ **Leituras Religiosas**, Salvador, n. 20, p. 159, 1 set. 1889.

Pelo menos, ao longo de três séculos, as fontes, o dique, os chafarizes e a lagoa do Abaeté foram locais de trabalho e de liberdade das lavadeiras. Sua circulação também esteve associada à disposição geográfica das fontes públicas.⁴⁶⁸ Geralmente, estas mulheres percorriam muitos quilômetros acompanhadas de seus filhos, com suas trouxas de roupas para lavá-las e para atender aos clientes. A transformação urbana com a água encanada foi iniciada em Salvador somente na década de 1930, período de intensa reivindicação popular diante da crise hídrica.

A partir dos dados levantados realizados nesta pesquisa, a procura por amas secas era relativamente baixa no quadro geral dos anúncios. Em alguns casos, a ama de leite passava a função de ama seca, em outras situações a família de menor recurso optava por não contratar alguém para tomar conta dos filhos, uma vez que não demandava mais a nutrição do leite materno. O nome “ama seca” surgiu no contexto da escravidão e correspondia à escrava que cuidava das crianças e que não amamentava. A quantidade de crianças era colocada no anúncio, podendo com exceções chegar a três. O que um dia foi o serviço de ama seca se assemelharia ao trabalho das babás dos dias atuais.

Figura 17 - Anúncio de cozinheira e ama seca



Fonte: *O Monitor*, 7 de setembro de 1877.

A busca por amas secas pode sugerir aspectos da condição econômica das famílias contratantes. Alguns patrões preferiam mulheres muito jovens, possivelmente com

⁴⁶⁸ Ver: NUNES NETO, Francisco Antonio. **A condição social das lavadeiras (1930-1939)**: quando a história e a literatura se encontram. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 44.

salários menores. Em 1892, Flávia Maria de Paula, de matrícula 678, solteira, “preta”, com “cicatriz de varíola”, se registrou no livro de matrícula de criados. A jovem, de 16 anos, declarou estar empregada na casa de José Alves Marques na condição de ama seca. O aparecimento de meninas com idade semelhante exercendo a mesma função de Flávia é recorrente na documentação, como foi o caso de Josuina Maria da Conceição, matrícula 698, “fula”, também com 16 anos. Outros patrões davam preferência por mulheres idosas no ofício de tomar conta de crianças por conta da experiência e, talvez, por um preço mais baixo. Anunciantes como o dr. Renaldy, já citado neste trabalho, possuía a capacidade financeira de manter várias criadas em sua casa, porém, dava preferência por amas secas escravizadas.⁴⁶⁹

Outro anúncio no *Jornal de Notícias*, do dia 24 de junho de 1891, a procura era por “uma [ama seca] que seja idosa para tomar conta de criança”.⁴⁷⁰ Em um diálogo no folhetim *A patrulha*, que era publicado no *Monitor*, usava metáforas para relacionar a Misericórdia às amas secas, o que denota uma situação bastante notória. Ambientado na Bahia, com personagens reais da política local, como os membros da família Bulcão, a edição do folhetim de 7 de setembro de 1877, apresentou um diálogo que teria ocorrido no parlamento sobre as eleições. Em um trecho entre o doutor Souto, Sodré e Rodolpho a ama seca é usada como metáfora:

- Mas há um ponto importante
Que eu desejo ventilar
Nosso amigo Doutor Souto
Dizem que não quer o lugar.
- O senhor Souto: - Estou velho,
Já reduzi-me a ama seca (sic),
Quero os expostos a criar.⁴⁷¹

A Santa Casa da Bahia foi, talvez, quem mais contratou amas secas em Salvador, conhecidas também como as amas de criação. Em função do alto número crianças em suas instalações insuficientes, grande parte destes órfãos eram dados para criação externa na casa das amas secas, mediante salário até findar a primeira infância. Não raro, as

⁴⁶⁹ **O Monitor**, Salvador, n. 82, p. 03, 7 dez. 1877.

⁴⁷⁰ **Jornal de Notícias**, Salvador, n. 3433, p. 03, 24 jun. 1891.

⁴⁷¹ **O Monitor**, *Op. cit.*, p. 01.

“criadeiras” peticionavam junto à Mesa administrativa da instituição para continuar em companhia das crianças sem a necessidade da continuidade do pagamento do salário.

O trabalho da ama seca era uma espécie de continuidade do serviço de ama de leite. Quero acreditar que, por razões financeiras, as famílias buscaram por amas secas muito jovens ou idosas. Do mesmo modo, sua baixa procura poderia representar uma tentativa de economia das famílias que optavam por cuidar de suas próprias crianças. Existe a possibilidade deste trabalho ter sido explorado de maneira secundária a partir dos anúncios mais genéricos para “todo serviço de casa”.

A oferta e procura por “moleques” é o único serviço que possibilita diretamente ter noção de idade destes trabalhadores. Um anúncio dizia precisar de um moleque de “12 a 14 anos”, na rua da Castanheda.⁴⁷² Em outra oportunidade, “no sobrado de 4 janelas, junto a casa do sr. Matheus, na ladeira dos aflitos”, uma família buscava por “um moleque de 10 a 15 anos, forro ou escravo”.⁴⁷³ Para esta modalidade, a idade média era entre 10 a 12 anos, podendo chegar até 15 anos. Nota-se a demarcação da idade de 10 anos considerada produtiva. A relação com a escravidão é direta, pela referência a forros e escravizados, e por desaparecer na década de 1870. Mas, o que seria o serviço dos moleques? Muitos autores discutiram sobre os ofícios na escravidão, especialmente quando se referem aos africanos na “hierarquia escravista”.⁴⁷⁴ Para Luiz Carlos Soares, o serviço dos “moleques de recado” era caracterizado como um serviço do plano superior dos trabalhos domésticos na hierarquia escravista do serviço externos, tal como cocheiros e carregadores de cadeirinha.⁴⁷⁵ Os anúncios de ofertas com o título de “criados” poderia vir acompanhado textos que faziam referências aos “moleques”.⁴⁷⁶ O “moleque” era referenciado como trabalhador “muito ativo”, sendo procurado também para exercer paralelamente serviços de cozinha.⁴⁷⁷

Por último, o serviço menos requisitado era o de jardinagem, o que pode ser explicado pela própria lógica de importância no serviço doméstico. Não descarto a baixa

⁴⁷² **O Monitor**, Salvador, n. 17, p. 03, 21 jun. 1876.

⁴⁷³ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 92, p. 03, 22 abr. 1880.

⁴⁷⁴ Ver, entre outros, FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* – 1. 20. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1980, p. 489; SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na senzala uma flor: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX)*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; REIS; SILVA, 1989.

⁴⁷⁵ SOARES, Luiz Carlos. **O povo de “Cam” na capital do Brasil: escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro. FAPERJ; 7Letras, 2007, pp. 114-122.

⁴⁷⁶ **O Monitor**, Salvador, n. 68, p. 03, 22 ago. 1877.

⁴⁷⁷ **O Monitor**, Salvador, n. 169, p. 02, 15 ago. 1877.

incidência à característica do conjunto da arquitetura urbana de Salvador. O trabalho de jardinagem era essencialmente masculina. Dos 6 anúncios encontrados, cinco deles exigia “um que entenda de alguma coisa de trabalho de jardim: quer que seja escravo”.⁴⁷⁸ No dia 6 de abril de 1877, Joaquim dos Santos Almeida, português nascido em Lisboa, realizou matrícula como jardineiro alugado para o dr. Daniel. Nas matrículas de Salvador, a quantidade de homens estrangeiros no serviço jardineiro representava 28%, nas outras profissões era 5%.⁴⁷⁹ As famílias que moravam em grandes propriedades, como as chácaras arborizadas, possuíam seus próprios escravos para cuidar do jardim.

Apesar da compreensão generalizada do serviço doméstico atrelado ao feminino, quase como uma unanimidade, a percepção do serviço doméstico era amplo e alguns serviços, como a jardinagem, era uma exclusividade masculina. A **Tabela 6** mostra a disposição das informações contidas nos anúncios que ofereciam serviços para ambos os sexos:

TABELA 6 – Anúncio de aluguéis de serviço doméstico por gênero (1876-1909)

ANÚNCIOS	Anúncios de Mulheres	Anúncios de homens	Anúncios de homens e mulheres	Total
N.ºs Absolutos	412	141	11	564
% do Total	73,0%	25,0%	2,0%	100%

Fonte: *O Monitor (1876-1881); Diário de Notícias (1876-1909)*

De acordo com os dados acima, 73% da oferta e procura era relacionado a trabalhos voltados para mulheres, contra 25% de serviços especificados para os homens. Os anúncios que não faziam essa distinção representa apenas 2%. Os serviços oferecidos para homens e mulheres eram – e permanecem – quase que em sua totalidade, como os trabalhos de cozinha. Entre os que buscavam por homens ou mulheres, apenas duas ofertas de trabalho era para copeiro ou copeira. De acordo com as informações de 2022 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), as mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico, das quais mais

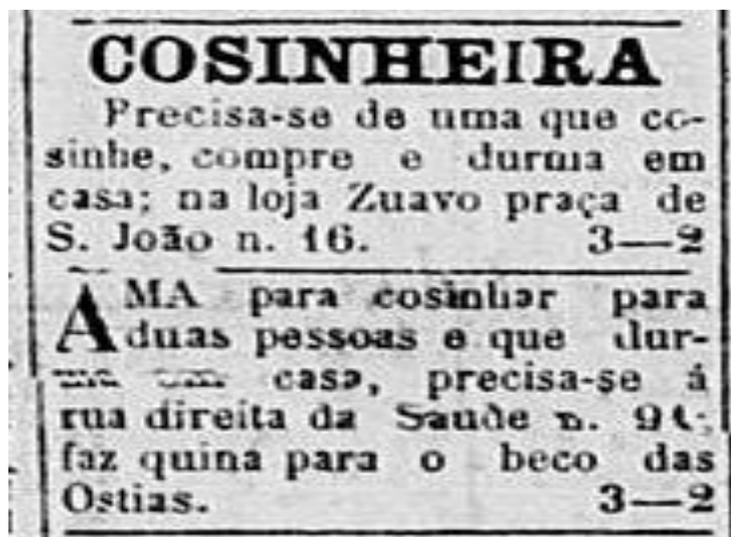
⁴⁷⁸ *O Monitor*, Salvador, n. 166, p. 02, 19 out. 1877.

⁴⁷⁹ BARRETO, 2018, p. 83.

da metade eram negras, somando 65%.⁴⁸⁰ Em termos gerais, o cenário não é muito diferentes do final do século XIX, pois, a principal mudança é o entendimento de algumas profissões que deixaram de fazer parte do serviço doméstico, como jardinagem ou o trabalho de “moço de hotel”.

Os patrões que exigiam que os trabalhadores domésticos dormissem em suas respectivas casas eram atravessadas por noções de gênero e buscavam apenas por mulheres, como no anúncio que procurava por uma “Ama” “que saiba cozinhar, preferindo-se que durma em casa; a tratar na rua do Pilar, n.14”.⁴⁸¹ Na mesma página, outros dois patrões buscavam por trabalhadoras com a mesma condição:

Figura 18- Anúncio de cozinheira



Fonte: *Diário de Notícias*, quarta-feira, 7 de julho de 1880.

Podemos perceber que os anúncios não tratavam sobre conduta, pois, na hora de contratar uma cozinheira outros atributos eram ressaltados. Nos exemplos acima, dormir em casa era a condição central. O patrão que indicou a loja do Zuavo, na Praça de São João, n. 16, foi mais detalhista em assinalar sua preferência por uma que “cozinhe, compre e durma em casa”.⁴⁸²

⁴⁸⁰ IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - dados do 4º trimestre de 2019 e de 2021. Elaboração: DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 19 set. 2022.

⁴⁸¹ *Diário de Notícias*, Salvador, n. 152, p. 03, 7 jul. 1880.

⁴⁸² *Ibidem*.

Tabela 7 – Anúncio com a condição de dormir no serviço (1876-1897)

ANÚNCIOS	Com indicação para dormir em casa	Sem indicação para dormir em casa	Total
N.ºs Absolutos	71	493	564
% do Total	12,6%	87,4%	100%

Fonte: *O Monitor (1876-1881); Diário de Notícias (1876-1909)*

De acordo com as informações levantadas entre 1876 a 1897, encontramos apenas 12,6% de anúncios que exigiam que a criada tivesse disponibilidade para dormir na casa do patrão. Parte destes anúncios eram destinados a trabalhadoras escravizadas. No Brasil dos dias atuais, ainda é recorrente a oferta de trabalho doméstico que coloca como condição central a proposta para que a trabalhadora durma na casa do patrão. O “quarto de empregada” resiste ao tempo. Entre 2002 a 2006, o IBGE observou que as mulheres que residiam onde trabalhavam apresentou uma queda de 6,4% para 3,4%.⁴⁸³

Muitos patrões que desejavam domésticas para dormir em suas casas, estavam interessados em trabalhadores escravizados. Dentro desta análise, pudemos observar um total de 70 anúncios de procura por trabalhadores domésticos escravizados, contra 46 anúncios de oferta destes trabalhadores. A **Tabela 8** apresenta um quadro de oferta e procura por pessoas escravizadas a partir da clivagem de gênero:

Tabela 8 – Anúncio de serviços domésticos de escravos por gênero (1876-1888)

ANÚNCIOS	Oferta de homens escravizados	Oferta de mulheres escravizadas	Procura por homens escravizados	Procura por mulheres escravizadas	Total
N.ºs Absolutos	9	37	30	40	116
% do Total	7,7%	31,9%	25,9%	34,5%	100%

Fonte: *O Monitor (1876-1881); Diário de Notícias (1876-1909)*.

⁴⁸³ IBGE. Perfil dos trabalhadores domésticos nas seis regiões metropolitanas investigadas pela pesquisa mensal de emprego (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), 2006, p. 12. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Estudos/Perfil_trabalhadores_domesticos_abril2006.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

Em uma análise mais detalhada, podemos dizer que 34,5% dos anúncios buscavam por mulheres cativas, contra 25,9% daqueles que estavam dispostos a alugar homens cativos. Os senhores de escravos ofertaram os serviços domésticos das mulheres em um percentual de 31,9%, contra 7,7% de serviços masculinos.

A relação entre os anúncios e a exigência da matrícula dos trabalhadores domésticos era quase que inexistente, apesar da movimentação pela regulamentação destes serviços.

Figura 19 - Anúncio de engomadeira



Fonte: *Diário de Notícias*, terça-feira, 20 de junho de 1893.

Entre os dias 20 a 26 de junho de 1893, circulou uma solitária oferta de trabalho para o serviço de engomadeira que exigia a caderneta de matrícula. A oferta tinha como endereço a Rua da Independência, n. 9 A, localizada em Nazaré, na casa do senhor. Sá Pinto. Não é possível encontrar informações sobre o acordo, uma vez que as matrículas de criadas disponíveis possuem data limite de janeiro de 1893.

Diferentemente dos discursos que se consolidaram a partir de 1871, patrões e empregados resistiram à formalização dos acordos através das cadernetas de matrículas elaboradas pelo poder público. Afinal, mais que uma tentativa de controle, o que estava em jogo era a resistência da transição de relações privadas para a esfera pública. É nítida a ambiguidade entre a legislação de 1887, fruto dos anseios das classes dominantes, e a continuidade dos acordos negociados com distância da lei. As relações que atravessam o

processo de construção das categorias dos trabalhadores domésticos demonstram pluralidade de sentidos, bem como a própria construção da classe. O grupo das trabalhadoras domésticas era plural, com variedade de ofício, recorte racial e de gênero, apesar do imaginário senhorial ter conferido uma imagem homogênea da criada. Da mesma forma, os interesses dos patrões do serviço doméstico estavam longe de uma real percepção homogênea.

5.3 O mapeamento da oferta e procura por domésticas nos anúncios de jornais

Em meados do século XIX, Salvador contava com dez freguesias urbanas cuja administração coincidia com a classificação religiosa. A urbe crescia com um número significativo de quarteirões e largos em um ritmo acelerado. Cada freguesia possuía características socioeconômicas, dimensões e número de habitantes distintos, com percepções dos grupos sociais quase que cristalizadas. As dinâmicas dos anúncios do serviço doméstico revelam informações importantes para a identificação de padrões deste mercado.

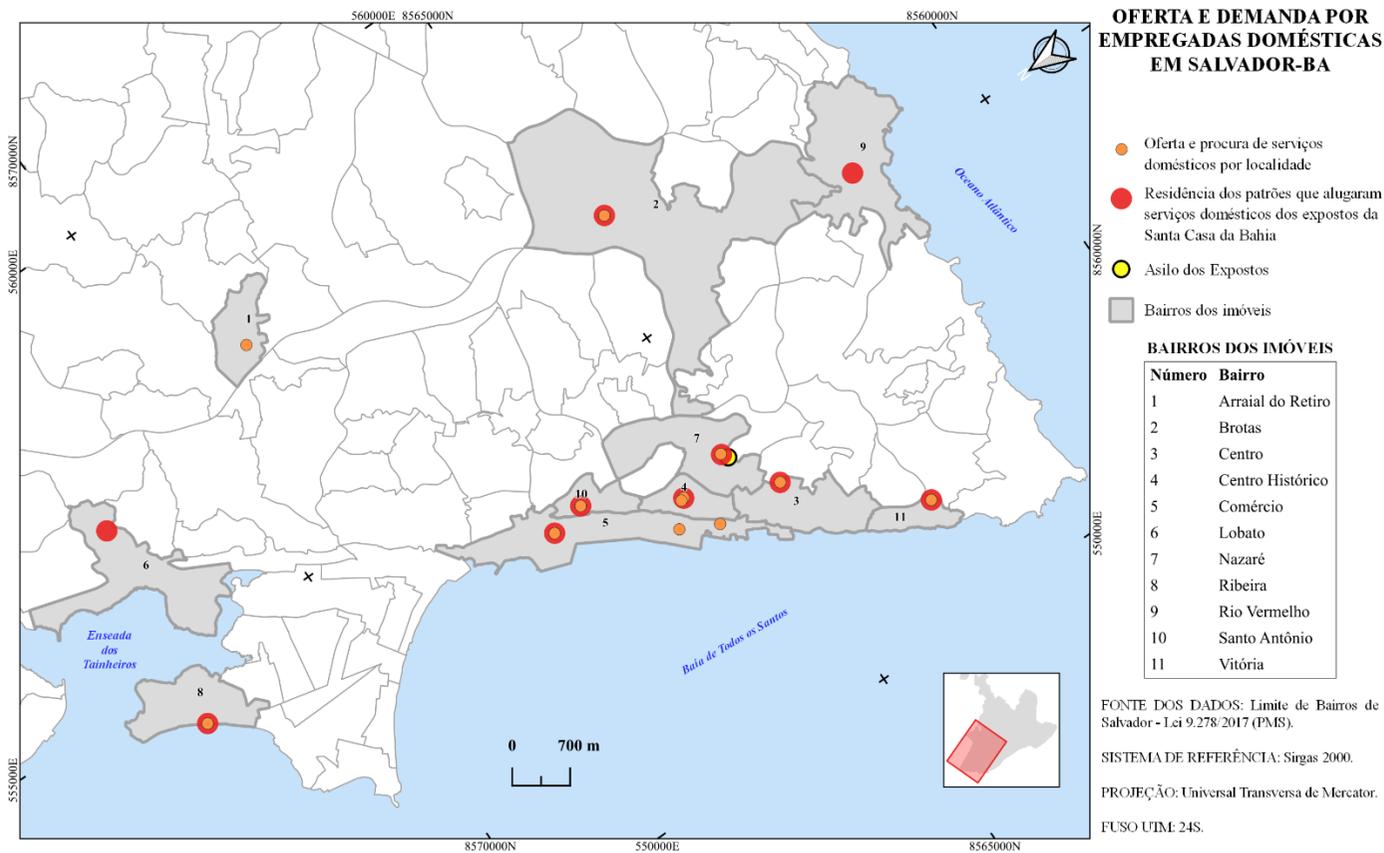
De acordo com o recenseamento de 1872, as pessoas livres na zona urbana da capital da província era 88%. Na época, Salvador tinha 13.087 trabalhadores domésticos. Os trabalhadores domésticos livres representavam 83,1%. Este dado importante, conseqüentemente, aumentou ao longo das década seguinte.⁴⁸⁴ Com isso, podemos dizer que o crescimento do contingente de libertos e livres motivaram os debates que desencadearam na legislação sobre o setor.

É possível constatar que grande parte da movimentação do mercado do serviço doméstico ocorre a partir da procura dos patrões. Neste contexto, buscaremos mostrar geograficamente a disposição destas vagas de trabalho. Os anúncios que encontramos nos jornais podem ser divididos em três grupos com características geográficas definidas e que influenciaram na quantidade de vezes que se repetiram. Em primeiro lugar, estão àquelas freguesias localizadas no coração da zona urbana da capital, com grande concentração de pessoas; as freguesias limítrofes do perímetro urbano ou que eram espacialmente pequenas; e as freguesias que estavam fora do limite do perímetro urbano

⁴⁸⁴ IBGE. Diretoria Geral de Estatística (DGE), "Recenseamento Geral do Brazil de 1872". Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v3_ba.pdf. Acesso em: 13 set. 2022.

e que também possuíam uma população pequena. O **MAPA 1** mostra o arranjo dos endereços dos patrões dos trabalhadores do serviço domésticas.

MAPA 1 – Anúncios de serviços domésticos e a locação das expostas na cidade de Salvador (1870-1912)



Fonte: *O Monitor (1876-1881); Diário de Notícias (1876-1909); SCMBA 1216; 1218; 1219;1220;1221; 1222*

Acima, temos um panorama da oferta e demanda por empregados domésticos em Salvador, assim como o nicho de atuação da Santa Casa da Bahia através de aluguéis de domésticas que pertenciam ao Asilo dos Expostos. A primeira observação sobre o segmento do serviço doméstico no mercado de trabalho de Salvador é de que ele esteve situado em frente à Baía de Todos Santos. Há um leve deslocamento para a região limítrofe do Rio Vermelho. A região que concentrava o maior número de anúncios de criados foi também considerado o coração urbano de Salvador até o final do século XIX. O círculo amarelo encontram-se os locais de oferta e procura de serviços domésticos localizados nos jornais *O Monitor* e o *Diário de Notícias*. Assinalado em vermelho, é possível observar as freguesias em que viviam os locadores de serviços domésticos a partir dos endereços anotados nos Livros de Matrículas e Serviços dos Expostos.⁴⁸⁵ A primeira vista, os aluguéis de órfãos da Santa Casa da Bahia esteve circunscrito ao mesmo ambiente em que este segmento do mercado esteve consolidado. A partir destas observações preliminares, o que os números podem revelar sobre a relação entre as localidades, os padrões e o mercado de serviços domésticos?

Há muito tempo, temos uma percepção histórica de que a urbanização da capital da Província não estava mais firmada entre as Portas de São Bento e o Carmo. Sua extensão ocorreu nos locais que atualmente correspondem a Santo Antônio Além do Carmo, Água de Menino, Bonfim e Rio Vermelho.⁴⁸⁶ As quatro maiores e mais antigas freguesias da cidade de Salvador monopolizaram as ofertas de trabalho neste setor. Isso mostra que pessoas que anunciavam nos jornais analisados estavam concentradas em um perímetro urbano muito bem definido. A freguesia do Pilar concentrava o maior número de anúncios, com 152 resultados, com destaque para a rua dos Guindastes. Sua população era de 8.846, sendo 1.068 declarados como criados e jornaleiros. A região do comércio teve o maior número de repetições de anúncios por conta da indicação de que os interessados deveriam procurar informações nas respectivas tipografias dos jornais *O Monitor* (rua do Palácio, n. 26) e *Diário de Notícias* (rua das Princesas, n. 11).

São Pedro Velho possuía 14.743 moradores e contou com 123 anúncios. O maior volume de incidência de anunciantes ocorreu do Largo 2 de Julho e o Portão de São Pedro. Foram localizados 93 anúncios com endereço da Freguesia de Santana. A freguesia contava

⁴⁸⁵ Os contratos deixaram de registrar os endereços de muitos locadores. Muitos destes eram figuras públicas e tiveram seus nomes registrados com pronomes de tratamento e abreviaturas usados para registrar pessoas com os quais se mantém um tratamento Maia respeitoso, pessoas de cerimônia e altas autoridades. SOBRAL, Maria das graças Telles. **Abreviaturas:** uso e função nos manuscritos. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

⁴⁸⁶ MATTEDI, 1979, p. 347.

com uma população de artistas, artífices e negociantes. Em 1872, o local que já foi conhecido como Desterro possuía 17.954 habitantes.

Em Santana, as famílias de Nazaré costumavam contratar domésticas através dos periódicos, com muitas indicações para o largo de Nazaré, a Rua nova de São Bento e o Largo da Palma. Ainda na mesma freguesia, as famílias da região da Mouraria também anunciavam com certa frequência. Foram registrado cinco anúncios no Largo da Mouraria e 14 na rua Santo Antônio da Mouraria, casa 53, todos de uma mesma família que buscava os serviços de uma ama de leite e uma ama seca. Este anúncio foi publicado em 28 de novembro de 1878 e não demorou em circulação.⁴⁸⁷ No dia 7 de março de 1879, a mesma família recorreu novamente ao *Monitor* para buscar por duas amas, “uma para o serviço doméstico e outra para amamentar uma criança”.⁴⁸⁸ Isso indica que tratava-se de uma família com recursos financeiros.

Da ladeira de São Miguel, número 28, foram contabilizados 8 anúncios e todos queriam contar com os serviços de ama de leite “sem filha”.⁴⁸⁹ Entre os dias 25 de setembro e 14 de outubro de 1879, foram publicados no *Monitor* os anúncios que não especificava a quantidade de criadas, mas sugeria ser uma quantidade maior que os encontrados em outras oportunidades. O anúncio expunha que “No Asilo dos Expostos, ao Campo da Pólvora, precisa-se de algumas (grifo nosso)”.⁴⁹⁰ Ao longo do século XIX, a Santa Casa foi, sem dúvida, foi quem mais lançou mão de aluguéis de amas de leite devido a quantidade de bebês que recebia todos os anos. O primeiro núcleo urbano de Salvador teve origem freguesia da Sé, os anunciantes estavam dispersos por diferentes locais, em um total de 76 anúncios. No entanto, é possível observar um número alto de anúncios indicando a rua Direita do Palácio (atual Rua Chile), com 60 repetições.

Um grupo de localidades um pouco menor na escala de anúncios foi a Vitória, Rua do Paço, Santo Antônio Além do Carmo e Conceição da Praia. Estas freguesias se comportavam de forma distinta no quesito populacional, bem como as características socioeconômicas. A Vitória era o local onde se fixava os mais afortunados de Salvador, sendo contabilizados apenas com 13 anúncios. As famílias desta freguesia parecia não usar estes veículos para encontrar trabalhadores domésticos. Um dos anúncios procurava por uma ama de leite “sendo crioula e sadia”, para tratar no “Corredor da Vitória, de frente ao Comendador Chaves”.⁴⁹¹ Desde o início do século XIX, negociantes nacionais e estrangeiros, principalmente alemães e ingleses se

⁴⁸⁷ **O Monitor**, Salvador, n. 131, p. 02, 8 nov. 1878.

⁴⁸⁸ **O Monitor**, Salvador, n. 227, p. 02, 7 mar. 1879.

⁴⁸⁹ **O Monitor**, Salvador, n. 90, p. 02, 20 set. 1879.

⁴⁹⁰ **O Monitor**, Salvador, n. 94, p. 02, 25 set. 1879.

⁴⁹¹ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 253, p. 02, 8 nov. 1881.

instalaram na região. Sua população total era de 10.466 habitantes, sendo 1.034 estrangeiros livres, contando com muitos portugueses, alemães e dinamarqueses. O inventário de Querino Antônio dos dá uma boa ideia da condição dos moradores desta região, seu sobrado na Ladeira da Barra com “80 palmos de frente”, três salas, três quartos e pátio com portão para roça, com árvore frutífera.⁴⁹²

A Rua do Passo era a menor freguesia de Salvador, embora fosse repleta de prédios e bastante numerosa, com 3.636 moradores. Em nossa análise, Santo Antônio Além do Carmo apresenta uma característica peculiar, que não segue a mesma relação de quantidade de anúncios condizentes com sua localização e contingente populacional. Apesar de encontrar-se situada na região central da cidade e possuir uma população livre de 15.503 pessoas, em 1872, notamos apenas 4 anúncios de jornais. Embora vizinha do Pilar, a freguesia com maior quantidade de repetições, a Conceição da Praia teve apenas 4 anúncios, todos vindos da ladeira da Preguiça. Sua constituição era semelhante a sua vizinha, com grandes prédios comerciais e residenciais. No entanto, apesar da proximidade com o Pilar, o local era habitado por pessoas do segmento social mais baixo. É possível imaginar que Conceição forneceu muitos trabalhadores domésticos para sua vizinha.

Mais afastada perímetro urbano, Nossa Senhora de Brotas e Nossa Senhora da Penha aparecem com escassos números nos anúncios. A soma das duas freguesias é apenas 4 procura por serviços domésticos. O Arraial do Retiro pode ser considerado como zona rural da cidade no período oitocentista. Com quatro anúncio, o local fez parte da antiga fazenda São Gonçalo, no sentido do alto do Cabula. O único anúncio de Brotas indicava como destino o Largo do Hospício São João de Deus. Em 1872, Brotas possuía 5.090 pessoas, sendo 4.496 livres. Na Nossa Senhora da Penha de Itapagipe, os anúncios foram direcionados para a casa do “Coronel Leite” em junho de 1893, no largo do Papagaio. O Coronel registra que “não faz questão de preço” e sua procura era por “cozinheira ou cozinheiro” sem distinção de sexo.⁴⁹³

Foram identificados apenas dois anúncios na Ribeira. A Penha ficava afastada, embora dentro do perímetro urbano da cidade. Sua população era economicamente mais pobre, que se ocupava desde trabalhos extrativistas até a pesca.⁴⁹⁴ Brotas era uma das freguesias mais despovoadas e rurais, embora no limite da urbe. Portanto, é difícil imaginar que pessoas com condições financeiras estivessem dispostas a anunciar em jornais o interesse de contratar

⁴⁹² APEB. S. J. **Inventário de Querino Antônio**. Maço 1.492 doc. 1.

⁴⁹³ **Diário de Notícias**, Salvador, n. 137, 21 jun. 1893.

⁴⁹⁴ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 62.

domésticas de freguesias distantes. Talvez, estas mesmas famílias tenham optado por empregar escravos nas tarefas domésticas ou mesmo contratar a escassa mão de obra da localidade.

Apesar da imprecisão dos dados contidos no censo de 1872, Salvador tinha uma população de 129.109, divididas entre 10 freguesias consideradas urbanas e 10 rurais. A acomodação das localidades com maior número de patrões interessados em serviços domésticos ultrapassam os limites geográficos que separam a Cidade Baixa e a Cidade Alta. Deste total, o grosso das freguesias urbanas aparecem nos anúncios, o que mostra que o fenômeno da amplitude do serviço doméstico, e o uso dos jornais como forma de movimentar este mercado, é um fenômeno essencialmente urbano.

Através das indicações acima, a região do comércio foi uma exceção para a circulação das órfãs da Santa Casa. Não sabemos ao certo os reais motivos desta atuação que seguia a falha geológica que separava a cidade. Talvez, este distanciamento pode ser explicado por meio do perfil dos patrões das expostas, que eram financeiramente mais elevadas.

5.4 A Santa Casa e o comércio de criadas de servir

No século XIX, os acordos de alugueis de criados domésticos foram realizados no âmbito do direito privado entre locadores e locatários. Contudo, na capital do Império, surgiu o estabelecimento conhecido como “agência de locação”, que se originou a partir da reorganização do comércio retalhista de escravo, em função da ilegalidade do tráfico em 1831.⁴⁹⁵ A partir de 1870, os negociantes voltaram-se para o mundo do trabalho livre do serviço doméstico. Na Bahia, apesar dos apelos divulgados na imprensa, este tipo de agenciamento não existiu, pelo menos, até o final do século XX.⁴⁹⁶ No mesmo período, a Santa Casa exerceu, guardada as devidas proporções, o papel de agência de trabalhadores domésticos. Sua dinâmica era baseada no aluguel da força de trabalho de crianças e jovens enjeitados, que eram amparadas no Asilo dos Expostos.

Diferentemente das agências cariocas, que não eram bem vistas por patrões e trabalhadores⁴⁹⁷, o agenciamento da Santa Casa conferia o elemento institucional e uma representação de segurança e honestidade, a partir do capital social da Misericórdia. De acordo com os registros de matrículas e serviços dos expostos, cerca de 150 órfãos do Asilo dos

⁴⁹⁵ SOARES, 2007, p. 43.

⁴⁹⁶ Ver o tópico 2.3 desta Tese.

⁴⁹⁷ GRAHAM, 1992, p. 33. As críticas corriam contra uma suposta falta da honestidade e exploração por parte dos agenciadores.

Expostos, entre crianças, jovens e adultos foram alugados para o serviço domésticos, entre 1870 a 1912. Deste número, apenas três documentos indicavam que a locação seria para fora da capital da província. O número real da circulação dos expostos é muito maior que os dados acima em função da quantidade registros de saídas que revela a relação dúbia que caracterizou o trabalho doméstico infanto-juvenil, entre uma simples criação e/ou relação de exploração de força de trabalho. A metodologia empregada nesta análise tem como objetivo a observação do perfil dos patrões. No que diz respeito ao vínculo oficial com a Santa Casa, o contrato indica apenas a ocorrência de 13 (2,2%) “irmãos” da Misericórdia, sendo um deles o Mordomo do Asilo dos Expostos e o Sacristão da Capela, diante de 137 (97,7%) de pessoas não vinculadas. Um dos pontos levantados no **Mapa 1** foi a distribuição dos domicílios dos locatários que tiveram seus endereços anotados na assinatura do contrato dos expostos ou que pudemos identificar a partir de outras fontes. É estranho pensar que um locatária não tinha seu endereço devidamente registrado em contrato. Todavia, a ausência dos registros pode ser explicada através do perfil destas pessoas, que eram figuras públicas e que tinham relações com os gestores da Santa Casa.

A maior parte dos endereços dos locatários identificados nos contratos era da freguesia que concentrava as famílias mais tradicionais e financeiramente privilegiadas. De acordo com o mapa, 14% dos locatários dos trabalhadores domésticos do Asilo dos Expostos residiam em São Pedro Velho. Entre as freguesias, São Pedro era àquela que reunia o maior número de profissionais liberais, entre juristas e médicos, como o advogado Luiz Antonio Pereira Franco, morador da Ladeira das Hortas. O magistrado, futuro Barão de Pereira Franco, atuou em diversas províncias, alçando o posto de deputado provincial, Ministro da Marinha e Ministro do Supremo Tribunal Federal durante a República.⁴⁹⁸ No dia 1º de Maio de 1870, o Ministro alugou Maria Epifania Ramos, “cabra”, em um contrato que foi quebrado de maneira precoce, duas semanas depois da assinatura. Maria deixou o Asilo novamente no dia 18 de maio, para servir na casa do Irmão da Misericórdia, Mordomo do Asilo e engenheiro de formação, Antônio Lacerda, onde permaneceu até 1878.⁴⁹⁹ São Pedro também era o lar de funcionários públicos e

⁴⁹⁸ Luís Antônio de Pereira Franco nasceu em Salvador no dia 19 de outubro de 1826, formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1847. No ano seguinte foi nomeado Juiz dos Órfãos em 1848 no termo de Santo Amaro da Purificação. Foi eleito deputado da Província da Bahia (1851), Presidente da Província de Sergipe (1853), Juiz de Direito da comarca de Feira de Santana (1855). Retornou a política como Deputado na Assembleia Geral do Império. Na Corte, ligado ao grupo dos conservadores, atuou como Ministro da Marinha durante a gestão do duque de Caxias, em seguida, foi Desembargador da Relação da Corte. Durante a República, Luiz foi Ministro do Supremo Tribunal Federal. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1902. Ver: MATTOSO, P. **Supremo Tribunal**; MELLO FILHO, J. **Notas**; RODRIGUES, L. **História**. SUP. TRIB. FED. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/portal/ministros>. Acesso em 22 set. 2022.

⁴⁹⁹ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 3.

membros do alto escalão do poder judiciário, como juízes e desembargadores. Muito valorizado, o local abrigava propriedades de senhores de engenho que estavam de passagem pela capital.⁵⁰⁰ O Barão do Rio de Contas, Francisco Vicente Viana e o Barão do Paraguaçu Antônio Moniz Barreto de Aragão, estavam entre as pessoas que possuíam residência no local. São Pedro também era o lar de Bazilio Gag (sic), responsável por alugar como cozinheiro o menor Manoel de Mattos, “cabra”, em 1874, como aprendiz de cozinheiro dono de Hotel localizado na Rua de Baixo. Bazilio contratou o órfão sem qualquer dispêndio financeiro.⁵⁰¹ Se considerarmos apenas os dados da cidade de Salvador, com indicação do endereço dos locatários, São Pedro Velho teria 37,5% dos domicílios dos locatários. O ilustre morador dos Portões de São Pedro, José Eduardo Freire de Carvalho Filho alugou os expostos Afonso, Miguel e Marcolina. Carvalho Filho, que era formado em medicina e trabalhou na Faculdade de Medicina, foi Intendente do Município e deputado na Assembleia Legislativa provincial no grupo de Luiz Vianna.⁵⁰² Além de ser a freguesia com o maior número de ruas e quarteirões, São Pedro Velho, comportava grandes prédios e sobrados. O perfil populacional era quase que exclusivamente composta por pessoas brancas que formavam famílias “legítimas”.⁵⁰³ Além disso, o sua proximidade com o Asilo dos Expostos, localizado no Campo da Pólvora, pode ter servido como um ingrediente a mais para explicar a busca destas famílias por domésticas do Asilo.

Um dos senhores de engenho que possuía propriedade na Freguesia de São Pedro era Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, terceiro Barão de São Francisco. Antônio era neto de Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão, Capitão-Mor da Vila de São Francisco, Bahia, e um dos líderes do exército na Independência da Bahia. Com endereço fixado na Rua de São Pedro, Antônio Bulcão foi Presidente da Província de Sergipe entre 20 de agosto de 1867 a 1868. Ele também e Presidente da Província da Bahia, posteriormente. No dia 26 de dezembro de 1912, O Barão de São Francisco locou os serviços domésticos de Hilásio de Mattos, “pardo”, de 13 anos. Chama atenção o fato de que o acordo previa o pagamento de 20\$000 réis somente “depois de um ano corrido”. O contrato também previa a obrigação do locatário em tratar o órfão em caso de doença e custear roupas e calçados. Como a maioria dos expostos, Hilásio de Mattos foi alugado outras vezes, antes de chegar à casa do Barão de São Francisco. Em março de 1912,

⁵⁰⁰ NASCIMENTO, 2007, p. 136.

⁵⁰¹ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 36; ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 15.

⁵⁰² FBN. **A Notícia** (BA). Salvador, sábado, 12 dez. 1914. Ano I, n. 73, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720160/440>. Acesso em: 13 jul. 2022.

⁵⁰³ NASCIMENTO, *Op. cit.*, p. 140.

o órfão foi novamente alugado para outro figurão da política baiana, o Comendador João Umbelino Gonçalves, integrante da Santa Casa. O comendador foi um importante negociante e ocupou a cadeira de presidente da diretoria da Associação Comercial da Bahia, sendo também o diretor do Banco Comercial da Bahia em 1903.⁵⁰⁴ No campo da política, João Gonçalves fez parte da mais alta instância da agremiação *seabrista* do Partido Democrata.⁵⁰⁵

Apesar do Regulamento do Asilo dos Expostos proibir o aluguel de órfãos para fora da cidade, alguns expostos foram por locação para Rio de Contas (Messoregião do Centro-Sul) e Canavieiras (Messoregião do Sul baiano).⁵⁰⁶

Em meio aos endereços registrados nos contratos de locação, Santana do Sacramento, outrora conhecida como Desterro, foi a segunda maior freguesia com moradores que procuraram os serviços domésticos das expostas, com 6,8% do total, ou 17,8% entre os domicílios declarados. O Asilo dos Expostos estava localizada justamente nesta região. De acordo com Carlos Ott, até o século XVIII, o local era o lar de pequenos comerciantes, artífices, artistas, pintores, pedreiros, carpinteiros e militares.⁵⁰⁷ No Século XIX, o perfil populacional se diversificou, recebendo negociantes e políticos, como os ex-Presidentes da Província, Manuel Inácio da Cunha e Meneses e Honorato José de Barros.⁵⁰⁸ O bacharel em Direito e Desembargador João José de Almeida Couto, irmão da Santa Casa, morador da rua do Desterro, n. 5, alugou Maria Carolina. Couto ocupou o cargo de Vice-Presidente da Província da Bahia em 1870. Na Santa Casa, o político fez parte da composição da Mesa Administrativa e ocupou também o cargo de Mordomo dos Presos, de 1872 a 1873. Couto, que era dono de inúmeros imóveis, concorreu ao colégio eleitoral da Freguesia de Sant'Anna. Mais tarde, o bacharel viria a se tornar o Presidente da província.⁵⁰⁹ Augusto Couto Maia – que leva o nome do Instituto Couto Maia – é considerado um dos pioneiros do estudo sobre microbiologia.⁵¹⁰ Morador da freguesia de Santana, na região de Nazaré, Couto Maia alugou o órfão Antonio de Mattos no

⁵⁰⁴ **Almanack do Estado da Bahia:** Administrativo, indicador e noticioso (BA). Salvador, 1903. Ano VI, p. 448. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829536/1779>. Acesso em: 13 jul. 2022. Ver também: **Almanack do Estado da Bahia:** Administrativo, indicador e noticioso (BA). Salvador, 1903. Ano VI, p. 438. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829536/1769>. Acesso em 15 jul. 2022.

⁵⁰⁵ SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia:** J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador, 2009, p. 127.

⁵⁰⁶ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos.** Typographia do diário. 1874, p. 12. O Regulamento diz: “Não tê-lo fora da Cidade e apresenta-lo ao Asilo no 1º de cada mês, e todas as vezes que for exigido”.

⁵⁰⁷ OTT, Carlos. **Atividade Artística nas Igrejas do Pilar e de Santana da Cidade do Salvador, Bahia,** Publicações da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 1979, p.164.

⁵⁰⁸ NASCIMENTO, 2007, p. 143.

⁵⁰⁹ Existiu outro político chamado José Luiz de Almeida Couto, médico, que também governou a Província da Bahia, entre 4 de setembro de 1884 até 18 de maio de 1885.

⁵¹⁰ Ver: LORENZO, Maria de Fátima. Hospital Couto Maia: uma memória histórica. In: **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.37, Suplemento 1, p. 90-107 jan./mar. 2013. Disponível em: http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2013/v37nSupl_1/a3427.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

dia 10 de janeiro de 1893. O menino descrito como “pardo escuro”, de 12 anos, foi locado como copeiro em um contrato sem direito a salário. O documento indicava apenas possíveis cuidados médicos, obrigação de vestir e alimentar o menino.⁵¹¹

Como já foi dito, no século XIX, a Penha era considerada uma região mais afastada e economicamente menos importante na cidade. Identificamos cinco locatários e conseguimos informações sobre, pelo menos, três deles. Os primeiros foram o médico municipal José Eduardo de Carvalho Filho, morador do Bomfim; e Joaquim Roque Manoel dos Santos, funcionário municipal, morador da Ladeira do Bomfim. Ambos alugaram serviços domésticos de expostos do sexo masculino, respectivamente, Félix e Demétrio de Mattos. Identificamos quatro contratos de locação de expostos com patrões residentes na Sé. Entre estes, chama atenção para a “Excelentíssima” Adelaide Castro Paranhos, moradora da Ladeira do Carmo, esposa do negociante e familiar do Visconde do Rio Branco, Antônio da Silva Paranhos. Adelaide locou Arlinda, parda, de 24 anos, em 1893. Também da Sé, o locatário Candido Cardoso, de profissão não identificada, foi um dos poucos que precisaram atestar moradia - “Rua do Colégio, n. 38” - no momento em que retirou do Asilo a exposta Cecília de Mattos. Assim como a Sé, quatro famílias da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo registraram endereços. No Distrito do Pilar e Vitória, foram três patrões.

O Largo da Boa Vias, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora de Brotas e o Arraial do Rio Vermelho, recebera, respectivamente, um órfão cada. O Arraial do Rio Vermelho sinalizava os limites da urbanos da capital baiana no século XIX. O local era o lar do negociante Espanhol P. M. Vásquez, responsável por alugar o menino Marcos. No Socorro, em Brotas, temos o exemplo de mais um médico, o dr. Virgílio de Araújo Cunha, que alugou Amélia Rosa. Quem também aparece como locatário de expostos foi o Professor de francês, Artes e Ofícios do Liceu, José Antonio Cajazeiras era morador da Rua do Futuro, em Nossa Senhora do Socorro. Dentro dos limites de Salvador, chama atenção o surgimento de São Miguel de Cotegipe, freguesia rural, atual município de Simões Filho. Deste local, o dr. Lino Justiniano Pires alugou a exposta Bernardett de Mattos, “cor parda”, no dia 1º de agosto de 1905, pagando 20\$000 réis. Mesmo sendo maior de idade, o contrato definiu que a exposta permaneceria sob a tutela da Santa Casa. No dia 10 de abril de 1906, Lino Pires retornou ao Asilo dos Expostos para alugar outro exposto, Manoel de Mattos, “cor parda”, de 13 anos, pagando os mesmos 20\$000 réis e mais uma taxa de 6\$000 réis pelo contrato. Bernardett retornou ao Asilo, dos Expostos no dia 19 de abril de 1909, aos 28 anos, para assinar o desligamento da Santa Casa e

⁵¹¹ ASCMBA. Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 93.

receber o dote de 200\$000 réis. No documento, Bernardett declara permanecer no serviço na casa de Lino Pires.⁵¹² De acordo com o documento, Manoel se tornou sacristão na capela de Santo Amaro de Ipitanga, atual Município de Lauro de Freitas. Entre os interessados neste tipo de força de trabalho estavam alguns membros da elite que ostentavam títulos de nobreza, políticos influentes, integrantes do poder judiciário, profissionais liberais, militares, funcionários serviço públicos e negociantes.

Tabela 9 – Ocupação dos patrões que alugaram serviços domésticos dos expostos (1870-1912)

Ocupação	Número	% do Total
Funcionário Público	5	3,3
Médico	8	5,3
Político	16	10,7
Professor	2	1,3
Juiz Municipal	4	2,7
Juiz dos Órfãos	2	1,3
Juiz de Paz	1	0,7
Chefe de Polícia	1	0,7
Negociante	18	12
Engenheiro	1	0,7
Advogado	3	2,0
Militar	7	4,7
Funcionário da Santa Casa	2	1,3
Clero	3	2,0
Farmacêutico	2	1,3
Não informado	66	44,3
*Viúvas ou esposas de nobres e/ou políticos	9	6,4
Total	150	100

Fonte: ASCMBA. Nº 1216, 1219, 1220 e 1221.

É possível observar que grande parte dos patrões dos expostos eram pessoas que desempenhavam atividades públicas, como professores, juízes, militares, clérigos e políticos. Mesmo os profissionais listados como advogados ou engenheiro, em algum momento de suas vidas prestaram serviços públicos ou entraram, posteriormente, na vida pública através da

⁵¹² ASCMBA. Livro 2º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1220, Est. H, 1893-1910, fl. 20, fl. 65.

política. Com isso, é possível traçar um perfil das pessoas que buscavam a Misericórdia para firmar acordos de serviços domésticos. Embora a força de trabalho de um órfão fosse mais barata que a de outros trabalhadores do mesmo setor, parece pouco plausível que este tenha sido o verdadeiro motivo para a procura por trabalhadores oriundos da orfandade.

Os negociantes e os políticos dominaram as locações, com 18 e 16 locações respectivamente. Os médicos, os militares e juristas aparecem em seguida no quesito por profissão. Os demais grupos eram profissões que possuíam algum reconhecimento público. Muitos patrões tinham mais de uma ocupação. Por exemplo, Manoel Jesuíno Ferreira era advogado e ocupava o posto de Primeiro Escrivário da Fazenda. Outro exemplo é o de Luiz Antonio Ferreira Franco, que foi Juíz dos Órfãos, advogado e Deputado.

Entram nesta lista o grupo de mulheres que alugaram órfãos indicadas nos contratos como viúvas ou esposas de pessoas consideradas importantes do cenário político local e nacional. Francisca da Piedade Oliveira, Baronesa do Guary, por exemplo, alugou os serviços de Josephina de Mattos.⁵¹³ Francisca era esposa do provedor da Misericórdia, o Barão do Guary. Outra mulher com título nobiliárquico era a Baronesa de Torres Homem, a viúva de João Vicente Torres Homem, que havia feito carreira como médico na capital do Império, se tornando médico adjunto da Santa Casa do Rio de Janeiro. A Baronesa de Torres Homem alugou Camilla de Mattos, de 27 anos, por 20\$000 réis, em 20 de julho de 1892.⁵¹⁴ A Condessa de Pereira Marinho, Francisca Piedade de Oliveira é uma dessas mulheres que, por detalhe semântico no contrato, não participou desta lista formalmente. Seu marido, Joaquim Pereira Marinho foi o maior contrabandista de escravo da Bahia. O Conde de Pereira Marinho, além de traficante de seres humanos, foi negociante de diversas áreas, fundou o Banco da Bahia, filantropo e membro da Santa Casa, eleito várias vezes como provedor.⁵¹⁵

⁵¹³ ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 68.

⁵¹⁴ *Ibidem*, fl. 85.

⁵¹⁵ Ver: XIMENES, Cristina Ferreira. **Joaquim Pereira Marinho**: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1999; PARÉS, Luis Nicolau. Entre Bahia e a Costa da Mina, libertos africanos no tráfico ilegal. In: Giuseppina Raggi, João Figueirôa-Rego, Roberta Stumpf (Orgs.). **Salvador da Bahia: interações entre América e África (séculos XVI-XIX)**. Salvador: EDUFBA, CHAM, 2017, p. 13-47.

Figura 20 – Estátua do Conde de Pereira Marinho



Fonte: Fundação Gregório de Matos (<http://www.cultura.salvador.ba.gov.br/>)

Ironicamente, existe uma estátua do Conde de Pereira Marinho recebendo o afago de crianças às portas do Hospital Santa Izabel.⁵¹⁶ O livro responsável por registrar os termos de saída e contrato não define dona Francisca como uma “locadora” de serviço doméstico, mas, apenas como alguém responsável pela “educação” destes expostos. No total, foram três órfãos em sua companhia. No dia 7 de junho de 1889, a Condessa assinou o “Termo de Saída” de Damazia de Mattos, branca, de apenas sete anos, “pela qual obriga-se da educação da referida exposta”.⁵¹⁷ A mesma documentação em 10 de julho de 1890, diz que o crioulo João de Mattos foi entregue nas mesmas condições que a branca Damazia.⁵¹⁸ No entanto, em outro documento, na matrícula do referido órfão há o seguinte dizer: “aluga-se” para excelentíssima Condessa, muito provavelmente na condição de copeiro, o que não exclui também o “compromisso” com

⁵¹⁶ Ver: **Salvador Escravista**. Disponível em: <https://www.salvadorescravista.com/homenagens-controversas/conde-pereira-marinho#h.vn8sku94uwl7>. Acesso em: 13 jun. 2023.

⁵¹⁷ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 101.

⁵¹⁸ ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 75.

a sua educação.⁵¹⁹ Uma terceira exposta, Dionízia de Mattos, faleceu na casa da condessa na madrugada do 26 de maio de 1892. O documento não contém mais detalhes.⁵²⁰

Outra pessoa com título nobiliárquico que alugou os serviços de uma órfã do Asilo dos Expostos foi Adriano Alves de Lima Godilho, Barão de Itapuã. Formado em medicina, o Barão atuou como professor da Faculdade de Medicina da Bahia e Conselheiro do Império. No dia 1º de junho de 1870, o barão alugou Aula Carolina de Mattos, que foi descrita como branca, estatura regular, cabelo preto ondulado, magra e olhos pretos.⁵²¹ Em um raro arranjo de trabalho, Aula permaneceu por uma década na casa do Barão até se desligar da Santa Casa em 1880. Em 1875, o Barão fez parte da primeira enfermaria para parturientes na Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1875. A enfermaria viria a ficar pronta em 1877, em um pequeno quarto insalubre.⁵²²

Embora o cruzamento de fontes tenha permitido encontrar pistas dos locatários cujo meio de vida não foram apontados na assinatura do acordo, decidimos manter a indicação por expressar mais uma característica do fenômeno de aluguéis da Santa Casa.

Certamente, o mercado de trabalho doméstico era muito mais amplo geograficamente em comparação com a atuação da Santa Casa. Percebe-se que os patrões que anunciavam nos jornais cobriu todo o perímetro urbano da cidade de Salvador. Por outro lado, o segmento do trabalho ocupado por expostas e expostos do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia ficou concentrado em uma área circunscrita à sua própria localização, com algumas exceções. Ainda que limitada pelas informações geradas a partir dos dois periódicos, os patrões estavam espalhados por Salvador e buscavam diferentes tipos de domésticas. Os locatários dos órfãos do Asilo viviam em diferentes freguesias com a repetição de alguns padrões que fortalece a hipótese da circulação dos órfãos em lares mais abastados e geograficamente delimitados na zona mais urbanizada da cidade, sobretudo na Cidade Alta. A hipótese é de que a condição de locação estipulada no Regulamento do Asilo dos Expostos, sobre o serviço doméstico na casa de uma “família capaz”, ultrapassou o significado de um lar capaz de receber a órfã e pagar pelo serviço. Na prática, as famílias privilegiadas e socialmente reconhecidas formaram a clientela de um segmento do mercado do serviço doméstico de Salvador, exclusivamente,

⁵¹⁹ ASCMBA. **Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos**. Nº 1216, Est. H, 1870-1894, fl. 104.

⁵²⁰ *Ibidem*, fl. 112. Ver também: ASCMBA. **Livro 1º de Termos de Saída de Expostos**. Nº 1219, Est. H, 1871-1893, fl. 79.

⁵²¹ *Ibidem*, fl. 8.

⁵²² SILVA, Caroline S. O cuidado com o corpo feminino nas páginas da Gazeta Médica da Bahia: prática da Ginecologia e Obstetrícia em Salvador no séc. XIX. In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho, 2011.

criado pela Santa Casa. Ainda que os locatários fossem figuras conhecidas do círculo dos administradores da instituição, poucos documentos registraram seus endereços.

É importante afirmar que não parece ter ocorrido conflitos entre a atuação da Santa Casa neste mercado de trabalho que funcionava de maneira autônoma e orgânica. Aliás, a força de trabalho doméstica produzida Misericórdia representaria no imaginário dos locatários uma espécie de segmento exclusivo, com serviço mais personalizado, passível de maior controle no entendimento dos locatários.

Acreditamos que estas duas ofertas de serviços coexistiram pacificamente porque ofertavam diferentes propostas de um mesmo tipo de trabalho. As informações sobre as ocupações dos patrões das órfãs reforça o argumento sobre a condição social destas pessoas na sociedade soteropolitana. Este poder não necessariamente estava associado ao fato de pagar mais caro por uma doméstico ou levar uma criada mais experiente, como pudemos observar nos anúncios dos jornais. As famílias mais ricas possuíam vários criados. Com isso, não faz sentido acreditar que pessoas acostumadas com muitos serviços recebessem em seus aposentos apenas uma exposta jovem e inexperiente para cuidar de grandes casas e da alimentação e uma família. Talvez, a procura por crianças e jovens como domésticas de baixo custo fosse maior que o registrado, com uma dinâmica de procura bastante fluida em algum momento. No entanto, por se tratar de mulheres sob a responsabilidade paternal de homens ricos que dirigiam a Misericórdia, tornasse o resultado pequeno diante do mercado. Na casa de patrões muitas vezes afortunados, a órfã poderia representar o sigilo que tanto as famílias desejavam de suas criadas. Ela também poderia representar a desejo das famílias em controlar suas criadas por enxergá-las como sendo supostamente frágeis, uma espécie de imagem daquilo que os patrões sonhavam em relação a “proteção e obediência”. Não acredito que foi apenas o baixo custo em relação ao mercado de trabalho que agiu como força motriz para causar interesse destes patrões. Por último e não menos importante, as órfãs eram educadas por mulheres e religiosas o que conferia, talvez, uma falsa ideia de que ali seriam formadas mulheres dentro do código de honra que os patrões tanto sonhavam para suas criadas.

Ao que tudo indica, ter uma exposta poderia representar no imaginário destes patrões, pelo menos um sentimento de benevolência associada ao pensamento da caridade/filantropia.

Finalmente, é possível tecer algumas considerações sobre este mercado, e sobre o nicho de atuação da Misericórdia enquanto uma espécie de agência para trabalhadoras domésticas, mesmo este não fosse o seu objetivo central – e oficial. O primeiro recorte deve ser entendido a partir de dois aspectos: o número de expostos em condições de exercer o serviço doméstico

representava uma pequena parcela do mundo do serviço doméstico; o recortes geográficos diz muito sobre o próprio conhecimento do fenômeno laboral existente no Asilo dos Expostos. A condição econômica e o *status* social elevado de grande parte figuras que alugaram serviços domésticos junto ao Asilo dos Expostos expõe a forma como este tipo de trabalhador doméstico era encarado. Diante de acordos que, muitas vezes, não havia contrapartida do salário, é impossível não enxergar as relações desiguais de poder, a manutenção de valores paternalistas que estavam entranhado nestas relações. A continuidade de acordos cristalizados no século XIX, que denotam a força da escravidão e a negação da cidadania. Os elementos contidos nas relações de trabalho entre patrões e órfãos atravessaram diferentes regimes políticos e normativas ao longo do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento de retomar algumas observações, sintetizar discussões importantes e apresentar os limites e as possibilidades que a pesquisa pode indicar. Afinal, a temática do mundo do trabalho doméstico e dos(as) trabalhadores(as) ainda tem um longo caminho para que possamos compreender de maneira mais ampla os seus processos, rupturas, continuidades e as experiências destes sujeitos históricos no Brasil. Como disse na introdução desta pesquisa, objetivei discutir o serviço doméstico sob diferentes ângulos, dando centralidade a experiência social produzida no Asilo dos Expostos. Percebi a infância pobre e abandonada, sobretudo feminina e negra, extremamente vinculada ao serviço doméstico desde sua gênese. Reforço, ainda, guardadas as devidas proporções, que parte deste perfil e porque não as condições de trabalho, de alguma maneira permanecem em nosso país, mesmo diante de recentes avanços históricos.

Enquanto esta pesquisa não passava de um projeto, desejei identificar algum conflito que a irmandade não pudesse abafar. O perfil institucional da documentação não deu muita brecha. Mas, conforme as suposições iniciais, a Misericórdia estava submergida nas principais discussões do país daquele período final do Império, dada as suas ramificações nos serviços prestados.⁵²³ Disputas de projetos de amparo da infância e questionamentos sobre as formas de ingresso das expostas no mundo do trabalho vieram à tona. No primeiro momento busquei mostrar o que era a Roda e o Asilo e seus impactos em Salvador. Com isso, objetivei também observar o que se passava no cotidiano da instituição, suas transformações e continuidades, com uma lente que afastasse para buscar no panorama geral as políticas institucionais para os órfãos que estavam em disputa. No segundo momento, foi preciso aprofundar a interpretação jurídica sobre o trabalho doméstico. Tivemos a intenção de não produzir um texto engessado, trazendo os debates que motivaram as suas aplicações práticas. Custei a me convencer que os mecanismos jurídicos presentes nos contratos de locação dos expostos era somente uma resposta a Lei do Ventre Livre, mesmo que tivessem sido elaborados em período próximos e que, de fato, tivessem ligações. A interpretação sobre a orfandade deve ser levada também através de uma percepção historicamente construída. Por isso, na época das *Ordenações Filipinas*, a relação entre infância e trabalho não era a mesma que na segunda metade do século

⁵²³ SANTOS, Diana Souza. “A sua senhora esta Santa Casa”: Trabalhadores, escravidão e liberdade na Misericórdia da Bahia oitocentista (1830-1872). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

XIX.⁵²⁴ Não podemos perder de vista que o serviço doméstico foi quase que exclusivamente uma tarefa realizada por pessoas escravizadas ao longo de bastante tempo. Este convencimento veio no momento em que aprofundamos a leitura a respeito da legislação dos órfãos. A maneira de aproximar orfandade e o trabalho doméstico requer, de fato, um recuo até estas leis do início do século XIX, para que, em seguida, fosse possível avançar e contextualizar os impactos da Lei de 1871.

Acreditamos que este texto contribui com aquilo que já foi publicado sobre o serviço doméstico, no avanço do entendimento sobre o mercado de trabalho. O setor de atuação da categoria das domésticas era bastante diversificado. Uma das formas mais eficazes de estudar uma área de mercado de trabalho é percebendo oferta e procura por determinado serviço. Os patrões e trabalhadores colocavam suas marcas, seus desejos e demandas nos anúncios de jornais. Os periódicos foram os principais pontos de mediação entre patrões e empregados. No entanto, acredito que o volume de anúncios tenha sido muito pequeno se comparado aos serviços que eram arranjados sem o auxílio destas publicações. Portanto, sinto que a pesquisa contribuiu com a sistematização de uma parte deste amplo processo histórico. Geograficamente, foi possível reafirmar a condição de trabalho urbano do serviço doméstico naquele período. Para dentro deste mercado, também foi admissível tirar algumas conclusões quanto ao papel da Misericórdia como um ponto dissonante da forma autônoma que as relações se desenrolaram. Com objetivos iniciais voltados para a caridade, logo, assentar as órfãs em “casas de família”, se tornou o foco principal da instituição. Diante desta percepção, mesmo que numericamente pequeno diante de um gigantesco mercado, a locação de crianças e jovens expostas foi uma experiência singular em Salvador. É possível situar a Santa Casa como uma instituição que ofertou serviços semelhantes àqueles que existiram no Rio de Janeiro desde o século XIX.⁵²⁵ Ela agiu de forma sistemática e, do ponto de vista simbólico, representou no imaginário dos patrões um local que poderia oferecer uma trabalhadora doméstica como todos aqueles atributos idealizados, como honra, honestidade, subalternidade, entre outros atributos. A Misericórdia funcionou como uma espécie de braço senhorial pela manutenção de interesses paternalistas. A Santa Casa não deve ser entendida enquanto uma agência propriamente dita, pois não lucrava com os contratos. Parte do valor negociado era guardado para ser entregue a órfã, seguindo a legislação dos órfãos. Além disso, muitos contratos não tinham nem mesmo uma remuneração. Não obstante, Misericórdia criou e atuou como única representante de um nicho dentro do

⁵²⁴ ALMEIDA, 1870.

⁵²⁵ SOUZA, M. H. C., pp. 224-247.

mercado de trabalho. Este segmento tinha como característica oferecer aos poderosos uma mão de obra extremamente barata e que evocava a confiabilidade que a instituição possuía.

A classe dominante buscou homogeneizar uma categoria tão diversificada, seja pela condição jurídica, aspectos raciais, geracionais ou de gênero. Esta percepção uniforme dos padrões esteve ancorada nas desigualdades de gênero, uma vez que historicamente o serviço doméstico foi desempenhado em sua maioria por mulheres. Vale lembrar que a construção social médica oitocentista tentou avançar sobre todos os corpos femininos, com especial atenção para as amas de leite. Na percepção senhorial, a doméstica real e a doméstica idealizada nunca se cruzariam. Afinal, este elemento era uma estratégia da própria dominação que dependia do malabarismo mental para tornar plausível a partir de uma saudade da doméstica que nunca existiu. Os signos de honra e subalternidade que os padrões identificavam como ideias contrastava como os mesmos viam estas mulheres – acusadas de fofoqueiras, ladras, descompromissadas, com comportamentos sexuais inadequados e contrária ao orçamento da casa. Não é novidade que o serviço doméstico foi a ocupação laboral mais relacionada com a escravidão, mesmo em contextos históricos posteriores a este. Estas mulheres eram quase todas negras, escravas ou descendentes diretas daquelas pessoas aprisionadas.

No início do século XX, ocorreu um descolamento das tarefas domésticas exercidas por homens, como jardineiros e cocheiros. Assim, cada vez mais, a categoria foi identificada como essencialmente feminina. No entanto, apesar desta constatação, a mestiçagem e a forma como as teorias raciais se impuseram no país, apesar de condições de trabalho e salários semelhantes, as desigualdades entre diferentes grupos de cor, nos mostra o quão complexa foram as percepções raciais. O dismantelo da escravidão alterou significativamente a construção desta percepção, que não demorou a se readaptar no pós-abolição. Sem forçar um aprisionamento de qualquer categoria analítica, os conflitos de classe sempre estiveram presente na gênese destas relações produzindo uma percepção nivelada sobre os criados, sobretudo por parte da legislação e seus mecanismos de controle legal. Uma vez que estamos diante de um fenômeno da construção de uma categoria em um momento importante de edificação da classe trabalhadora no Brasil, a análise não poderia ser diferente. Este trabalho se junta, talvez, a alguns recentes estudos que buscaram entender a formação da classe trabalhadora através da análise de determinadas categorias laborais. Percebo classe enquanto categoria que engloba todas as pessoas que de alguma forma vendem suas forças de trabalho, ou que são exploradas de forma

compulsória.⁵²⁶ É necessário evidenciar que esta pesquisa buscou entender as domésticas enquanto categorias laboral, não enquanto classe.⁵²⁷

Em que pese a dificuldade de encontrar uma campanha contra os patrões como nos textos produzidos pelo *Liberto*, a leitura a contrapelo é a forma como os historiadores lidam com uma categoria de trabalhadores em condições tão precarizadas. Com isso, buscamos compreender as Posturas de 1887, como a tentativa de controle de um grupo tão identificado com a escravidão e que estava na condição de liberdade. As Posturas caíram em desuso por conta da resistência dos trabalhadores domésticos e o clamor senhorial não foi capaz de trazê-lo de volta. Estas tentativas difundidas nos jornais, com apoio de autoridades policiais, foi a junção do saudosismo, do medo e das pretensões dos patrões em conduzir o processo do pós-abolição.

Ao retomar algumas considerações mais centradas na experiência social do Asilo dos Expostos, é pertinente expor como alguns fenômenos históricos avançam em diferentes conjunturas. Pesquisar sobre pessoas que viviam em condições tão precárias e de liberdade restrita, muitas vezes tratadas como números, não é tarefa fácil. A documentação sobre a vida das crianças expostas é ao mesmo tempo rica e limitada. O arquivo da Santa Casa possibilita articular diversos momentos importantes da trajetória dos expostos, especialmente naquilo que nos interessa que são as relações de trabalho. No entanto, buscar por informações sobre estas pessoas fora dos limites da Misericórdia é inversamente proporcional. Me sinto confortável em chamar os locatários das expostas de clientes, pois, foram fregueses de uma instituição que alugou sistematicamente um serviço de aluguel de órfãs na condição de trabalhadoras domésticas. Por se tratar de gente com poderio econômico e reconhecimento social, não foi difícil traçar o perfil destes patrões e buscar entender o motivo de contratar as órfãs. Talvez, por este fator, os escrivães da Santa Casa muitas vezes não realizaram as devidas anotações sobre endereços e atuações, como foi definido em legislação interna. Com isso, desejo apontar este elemento como um dos limites que restringiu a forma como pude mapear a circulação das expostas. Entendemos como uma grande oportunidade de pesquisa o avanço sobre a análise da amplitude deste mercado e a identificação da circulação das domésticas.

O modelo de educação recebida pelas crianças expostas esteve relacionado como um reflexo da sociedade em que as posições sociais se relacionavam com a cor, religião, sexo e condição econômica. Santana enxerga que as atitudes sexistas atuou como delimitador desta

⁵²⁶ A reflexão aqui apresentada se aproxima das discussões realizadas por Marcel Van Der Linden.

⁵²⁷ Faço referência a excelente Tese de Doutorado escritas por Maciel Henrique Carneiro da Silva. Ver: SILVA, 2011, p. 14.

educação com base em reforçar os valores sociais vigentes baseados nas diferenças biológica e morais.⁵²⁸ A educação ministrada no Asilo buscava, entre outras coisas, transformar órfãs em mulheres que pudessem transitar no mundo dos patrões com obediência. Este mundo era quase que exclusivo formado por gente da alta elite econômica que possuía atuações políticas. Como pudemos assinalar, o Regulamento de 1863, nos artigos 31 e 32, sintetiza o que foram os objetivos do Asilo em “habilitem a passar a vida com o resultado do honeste trabalho” e “para a companhia de alguma família capaz debaixo de contrato, ou ainda para viverem sobre si”.⁵²⁹ No final das contas, a educação condicionava as órfãs para o serviço doméstico a partir revezamento de tarefas internas e, conseqüentemente, aluguéis sob contratos.

É necessário retomar uma discussão iniciada na introdução deste trabalho a respeito percepção de um dos provedores que passaram pela Misericórdia, sobre as expostas. Em 19 de dezembro de 1914, o jornal *A Notícia* entrevistou o então Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, o Comendador Theodoro Teixeira Gomes. O Provedor mostrou suas perspectivas sobre temáticas variadas a respeito do vasto número de estabelecimento administrado pela Misericórdia. Quando sobre a situação dos expostos, a propósito de criação de “oficinas para ambos os sexos”, o Provedor afirmou ser “*in totum*” (no todo) contrário:

[...] Porque! O sr. não conhece o que é aquele estabelecimento. Já tive também algum tempo esta ideia, mas a irmã superiora mostrou-me a inconveniência.

Além de tudo isto, havíamos de ter mestres e contra-mestres, num lugar onde, quando entra um homem, as expostas ficam a cochichar?

Meninos? Não porque eles ainda irão aprender. O resultado qual seria?

- E a melhor providência neste caso?

- Quando os meninos alcançarem a idade de 12 anos, emprega-los fora, ou então manda-los procurar a vida.

- E quanto as moças?

- Ah, estas sim! Precisam, para que, quando dali saiam, saibam ao menos cozinhar.

Então, o senhor comendador nos conta o caso de uma moça que dali saiu casada nos tempos das irmãs.

Mais tarde o seu marido apresentou-se lá, dizendo “casei-me, mas não tenho mulher”, justificando-se pelo fato da moça não saber cozinhar, só sabendo rezar.”⁵³⁰

Conhecido por ser pouco “tolerante”, Theodoro Teixeira Gomes relembra que era a favor destas transformações o que gerou embates com a antiga Madre Superiora, a Irmã Lasnier.

⁵²⁸ SANTANA, 2008, pp. 177-178.

⁵²⁹ ASCMBA. **Regulamento do Asylo dos Expostos**. Typographia do diario. 1874, p. 12-13.

⁵³⁰ **A Notícia**, Salvador, n. 79, p. 01, 19 dez. 1914.

Seu argumento reafirma o discurso que ao mesmo tempo recorre a velha estratégia de apelar para a sexualidade feminina e busca estabelecer as órfãs apenas na condição de doméstica. Afinal, discurso era de que as órfãs “saibam ao menos cozinhar”. Como justificativa para reforçar suas posições, o Provedor faz um relato sobre um suposto marido – provavelmente uma anedota – que queria devolver a exposta porque a órfã não sabia cozinhar e apenas sabia rezar. Não precisa ir muito longe para entender que este último trecho é uma resquício do que foi o embate entre as Irmãs de Caridade e os homens que administravam a irmandade. Em outra esfera de poder, pode-se dizer que a frase também sintetizou o conflito dos projetos de institucionalização das crianças abandonadas ocorridos em diferentes momentos a partir da segunda metade do século XIX. Uma breve análise sobre o perfil do Comendador, ainda nos permite tecer mais uma afirmação: um genuíno representante das camadas poderosas reproduzia categoricamente os preconceitos e ideias senhoriais sobre as órfãs e as trabalhadoras domésticas.⁵³¹

O declínio do sistema escravista produziu cada vez mais trabalhadores livres que tinham outros sentidos de vida, sociabilidade e liberdade. Com isso, os conflitos foram cada vez mais frequentes e as autoridades públicas e o aparato policial agiram para produzir leis que dessem conta desta mudança e que atendessem aos interesses das camadas dominantes. Sem dúvidas, o serviço doméstico foi um importante e, talvez, a maior forma de inserir o liberto no mercado de trabalho urbano. O pós-abolição é, portanto, um cenário complexo em que novos interesses contrastavam com antigos entendimentos. As lutas por cidadania, as diferentes interpretações sobre liberdade, a saudade de uma criada que nunca existiu, tornaram o período conturbado.⁵³² Com a chegada da República, a busca por uma certa modernidade idealizou uma visão das trabalhadoras domésticas na qual um conjunto de comportamentos deveriam ser abolidos. O mais interessante é que os mesmos que evocavam enquanto estandarte a tal modernidade, buscavam, no passado escravista, o fôlego para retomar as rédeas destas relações.

Mesmo no contexto de ruptura do pacto político social na década de 1930, em que estas trabalhadoras estavam organizadas, não foi possível para as domésticas adentrarem ao rol da proteção social. Em 15 de setembro de 1934, a revista ETC lançou o artigo ‘sexo frágil’, para tratar sobre a condição feminina. O texto foi publicado na semana da Convenção Nacional dos

⁵³¹ **Correio da Bahia**, Salvador, n. 260, p. 02, 8 fev. 1874; **Almanack do Estado da Bahia: administrativo, indicador e noticioso (BA) 1898 a 1903. Profissão, indústria e comércio**, p. 521. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/829536/1126>. Acesso em: 12 jul. 2023. Iniciada sua carreira como Tenente Coronel, Theodoro foi Tenente Coronel, Diretor Tesoureiro da *Companhia Norte British & Mercantile Insurance Comp.*, deputado, gerente da *Companhia Aquária Santo Amarense*, entre outros.

⁵³² Ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. **Algazaras nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

“partidos feministas do Brasil”. Discutiui-se de tudo um pouco, como o “alargamento de atitudes sufragistas”. Chama atenção a reflexão em que o serviço doméstico é compreendido como uma continuidade da escravidão:

*Mas, a mulher feminista certamente honra-se-ia vendo-se aceita por nós homens, como a companheira igual para os lances da vida, com os mesmos direitos a serem livres, quebradas as algemas do escravismo da cozinha ou da criada de servir por toda existência. Nestas cogitações, tendo dos homens os reconhecimentos aos predicados de uma boa educação, as mulheres formarão com eles bases seculares para reforma dos atuais costumes.*⁵³³

Apesar de se tratar de um contexto diferente de nossas preocupações, cabe aqui construir uma breve reflexão. Ainda que estivesse articulado a uma forma de pensamento feminista, em busca de rupturas, o texto escrito por um homem é, sem dúvida, em si, uma permanência estampada das relações sociais. A educação secular como forma de soterrar a figura da criada de servir, vista como uma algema do escravismo, esteve na pauta da imprensa baiana de forma tímida desde a década de 1870. O sufrágio e outros temas igualmente importantes avançaram, enquanto estas “algemas” da cozinha e do serviço doméstico estiveram longe de quebrar naquela época. A construção de uma espécie de nova ordem para manter as hierarquias se pautou no racismo estrutural que impediram a ascensão social dos negros. A permanência destes mecanismos de desigualdades atravessou diferentes arranjos períodos históricos lançando diferentes formas de atuação.

Finalmente, ao findar as discussões é definitivamente urgente olhar para um presente também marcado por contradições, recuos e avanços. Um ano após a conquista dos direitos trabalhistas, o país contabilizou um total de 107.539 mil crianças e adolescentes trabalhadores infantis domésticos, de 5 a 17 anos, com uma remuneração média de R\$ 2,82 por dia.⁵³⁴ O Brasil é hoje, o país com a maior população de domésticas do mundo, com milhares de crianças e adolescentes estão sendo exploradas em condições análogas à escravidão nas casas de outra famílias. Tudo isso, em um momento histórico de reconhecimento e conquista um século depois

⁵³³ FBN. **Etc.** (BA). Salvador, Cavaqueando, 15 set. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/165573/2323>. Acesso 12 set. 2023.

⁵³⁴ Ver: Fórum Nacional de Prevenção do Trabalho Infantil. **O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas.** Brasília, 2022. Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O_trabalho_infantil_dom%C3%A9stico_no_Brasil_-_an%C3%A1lises_e_estatisticas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

do surgimento de uma legislação, estas trabalhadoras foram reconhecidas na proteção social enquanto parte da classe trabalhadora no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação**: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. Teodoro Sampaio e Rui Barbosa no tabuleiro da política: estratégias e alianças de homens de cor (1880-1919). **Revista Brasileira de História**, v. 35, n. 69, p. 83-99, jun. 2015a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69005>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- ALCOFF, Linda. Cultural Feminism versus Post-Structuralism the Identity Crise. **Femtnist theory Signs**, v. 13, n. 3, pp. 405-436, 1988.
- ALENCAR, José Martiniano de. **O demônio familiar**: Comédia. Campinas: Pontes, 2002.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas**: Mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822. Brasília: José Olympio/EdUnb, 1993.
- ALMEIDA, João Aprigio Guerra de. **Amamentação**: Um Híbrido Natureza-Cultura. Rio de Janeiro: Editora Fundação Oswaldo Cruz, 1999.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução: Dora Flaksman, 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ÁVILA, Maria Betânia de Melo. **O tempo das empregadas domésticas**: tensões entre dominação/exploração e Resistência. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**. O Mito do Amor Materno. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAKOS, Margareth M. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.
- BARREIROS LEITE, Márcia Maria da Silva. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.
- BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Org. e Int. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BARRETO, Marina Leão de Aquino. **“Criada, não, empregada!”**: contrastes e resistências sob a vigília dos patrões na regulamentação do trabalho doméstico livre ao final do século XIX em Salvador. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31929>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Os desafios atuais da história do trabalho. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

_____. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Magia e técnica, arte e política**. Editora Brasiliense, 1993.

BINZER, Ina von. **Os Meus Romanos**: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil. Trad. De Alice Rossi e Luisita da Gama Cerqueira, introdução de Antonio Cllado, prefácio de Paulo Duarte. 2º Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Dulce e Alina**. 1901.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor, 2001.

BOTIN, Livia. **Trajetórias cruzadas**: meninos (as), moleques e juizes em Campinas (1866-1899). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31929>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRUSCHINI, Cristina (Ed.). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras das diferenças: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2º sem. 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. **Procura-se uma “Preta com muito bom leite, prendada e carinhosa”**: uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca, 1850-1888. 2006. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/5162>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. A elite Política Imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. In: **Afro-Ásia**, n.29/30, 2003. DOI: 10.9771/aa.v0i29-30.21054. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21054>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CASTELLUCCI, Aldrin. Armstrong Silva. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). **Afro-Ásia**, v. 41, p. 85-131, 2010. DOI: 10.9771/aa.v0i41.21199. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21199>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. (Coleção Várias Histórias).

CERQUEIRA, Alan Costa. **De órfãos a trabalhadores: Trajetórias das crianças expostas no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia da Bahia (1862-1889)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016a. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23339>. Acesso em: 16 jan. 2024.

_____. Abandono, casamento e trabalho doméstico na vida das órfãs do asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889). **Espaço Plural**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 605–634, 2016b. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/15002>. Acesso em: 24 jan. 2024.

_____; VITORIA, Maihara Raianne Marques. "Um mal necessário?": as amas de leite e o discurso médico-higienista nas últimas décadas do século XIX. **Mundos do Trabalho**, v. 12, p. 1-16, 4 nov. 2020b. DOI: 10.5007/1984-9222.2020.e75213. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2020.e75213>. Acesso em: 22 jan. 2024.

_____. Assistência, pobreza e institucionalização infantil: usos estratégicos da Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, século XIX). **História e Cultura**, Franca, vol. 6, n. 2, p. 81-100, ago-nov. 2017.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque. 2ª ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2005

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, [S. l.], v. 14, n. 26, 2010. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558>. Acesso em: 24 jan. 2024.

_____. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Paulo Segundo da. **Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. Editora Contexto e Arte Editorial LTDA, 2 ed. Salvador, 2010.

COSTA, Paula do Amaral. **Criados de Servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/2142>. Acesso em: 24 jan. 2024.

COWLING, Camillia. Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição do trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In: LIBBY; Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**.

_____. **Conceiving Freedom: Women of Color, Gender, and the Abolition of Slavery in Havana and Rio de Janeiro**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: _____. GOMES, Flávio (org.). **Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DEIAB, Rafaela de Andrade. **A mãe-preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1888-1950)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2006.tde-04092007-123741>. Acesso em: 24 jan. 2024.

DEL PRIORI, Mary. **O papel do branco, a infância e os jesuítas na colônia**. In: _____. (Org.), *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Teoria e Método dos Estudos Feministas In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Ed.). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo Fundação Carlos Chagas/Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **Ideologia liberal e construção do estado do Brasil**. Anais do Museu Paulista, n. 30, p. 211-255, 1981. Acesso em: 24 jan. 2024.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

_____. DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe (Orgs.). **Histórias do pós-abolição no mundo atlântico: identidades e projetos políticos**. Vol. 2, Niterói: Editora da UFF, 2014.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Époque imperfeita**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1994._ferreira_alberto_heraclito._salvador_das_mulheres._condicao_feminina_e_cotidiano_popular_na_belle_epoque_imperfeita.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONTES, Nancy Rita Vieira. A representação do feminino na Bahia oitocentista. In: MOTTA, Alda Britto da; SANDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (Orgs.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. 2000.

FORTES, Alexandre; FRENCH, John D. Sobre encanadores e filósofos: fazendo História do Trabalho no Brasil. In: FORTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; XAVIER, Regina Célia Lima (Orgs.). **Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a História do Trabalho**. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. **Mendigos e vadios na Bahia do século XIX**. Editora Hucitec, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil** – 1. 20. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

FREITAS, Idalina Maria Almeida de. **A moral dos corpos**: desejo, dispositivos e subjetividades em Fortaleza (1910-1950). 2012. Tese (Doutorado em História) – Pontifício Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12764>. Acesso em: 24 jan. 2023.

Fórum Nacional de Prevenção do Trabalho Infantil. **O trabalho infantil doméstico no Brasil**: análises estatísticas. Brasília, 2022. Disponível em: https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O_trabalho_infantil_dom%C3%A9stico_no_Brasil_-_an%C3%A1lises_e_estatisticas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023

GANDELMAN, Luciana Mendes. **Mulheres para um império**: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto-século XVIII). 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279860>. Acesso em: 22 jan. 2024.

GIL, Caroline Amorim. **Amas, leites e farinhas**: o problema da alimentação infantil no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930). 2022. 316f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/56521>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GINZBURG, Carlo. A áspera verdade – um desafio de Stendhal aos historiadores. In: **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil Século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência**: criadas e suas patroas no Rio de Janeiro 1860-1910. Trad. Viana Bosi, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAMSCI, Antonio. Às margens da história – história dos grupos sociais subalternos. In: _____. **Caderno do Cárcere**, v. 5. O Risorgimento. Editora: Civilização Brasileira, 2023.

GOMES, Flávio dos Santos; XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2012. 319 p. ISBN 9788587478702.

GUTIERRES, Damiana Valente. **No colo da ama de leite**: a prática cultural da amamentação e dos cuidados das crianças da Província do Grão-Pará no século XIX. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências e Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4473>. Acesso em: 24 jan. 2024.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta à cabeça**: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 305-324, abr.-jun. 2009. Disponível em: Acesso em: 24 jan. 2024.

LEITE, Miriam Moreira. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **A História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1990.
_____. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC, 1984.

LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: Arranjos e contratos entre autonomia e a domesticidade. **Cad. AEL**, v.14, n 26, pp. 136-176, 2009.

_____. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul.-dez. 2005.

_____; POPINIGS, Fabiane. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s–1880s. In: **IRSH** 62 (2017), Special Issue, pp. 45–73.

_____. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINHARES, Juliana Magalhães. **Entre a casa e a rua**: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza (1871-1888). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6117>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LOBO, M. F. “Quanto se dá aqui para o balde?”: As discussões sobre a regulamentação do serviço doméstico em Belém (1888-1889). **História, histórias**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 113–130, 2017. DOI: 10.26512/hh.v4i8.10948. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10948>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LOPES, Silvana Ferreira. “Retratos” de mulheres na literatura brasileira do século XIX. In: **Revista Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, ano 12, n. 15, p. 117-140, jan. jun. 2011. Disponível em: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/view/7/16>. Acesso em: 24 jan. 2024. ISSN: 2238-4979.

LORENZO, Fátima. Resumo histórico sobre o hospital Couto Maia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 26, n. 1-2, p. 99, 1 jan. 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2002.v26.n1-2.a994>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **As vítimas-algozes**: quadros da escravidão. Rio de Janeiro: Tip. Perseverança, 1869.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Memórias Póstumas de Brás Cubas. In: **Obra Completa**. Rio de Janeiro: J. Aguillar, 1962. 3 Vol. Volume I.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Amas-de-Leite mercenárias e crianças expostas no Brasil oitocentista**. In: RIZZINI, Irene (org.). Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: EDUSU, 1997.

_____. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARKO, Tamera L. A wet nurse, her masters, a folkhealer, a pediatrician, and two Babies: negotiation of a 'raceless' motherhood ideal and cultural legacies of slavery in 1880 Rio de Janeiro, p. 49-77. _____; In: MARKO, Tamera; WARREN, Adam (Ed.). **Women, ethnicity, and medical authority: historical case studies in reproductive health in Latin America**. San Diego: Center for Iberian and Latin American Studies/University of California, 2004.

MARTINS, Bárbara Canedo Ruiz. **Amas-de-leite e mercado de trabalho feminino: descortinando práticas e sujeitos (Rio de Janeiro, 1830-1890)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: Acesso em: 24 jan. 2024. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000666977&local_base=UFR01. Acesso em: 24 jan. 2024.

MARTINS, Luiz Carlos Nunes. **No seio do debate – amas-de-leite, civilização e saber médico no Rio de Janeiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/6136>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues da. **Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1996._matta_alfredo_eurico_rodrigues._casa_pia_colegio_de_orfaos_de_sao_joaquim._de_recolhido_a_assalariado.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

MATA, Iacy Maia. 'Libertos de treze de maio' e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Afro-Ásia**, n. 35, 2017. DOI: 10.9771/aa.v0i35.21129. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21129>. Acesso em: 24 jan. 2024.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso et. al., Salvador: o processo de urbanização, In **Bahia**. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas-CPE, Habitação e urbanismo em Salvador, Salvador, 1979.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATOS, Maria Izilda Santos de. "Porta adentro": criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930". In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (Orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, Fundação Carlos Chagas, 1994.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Bahia: a cidade de Salvador e o seu mercado no século XIX**. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. **Bahia, Século XIX: Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira S.A, 1992.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador**: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi. **Coisa de branco**: a queixa e a mágoa da falta de aviso e de indenização; ou socorro e auxílio. A contrariedade senhorial ante a revolução ou golpe falta do 13 de maio de 1888; e suas complicações (Bahia, Brasil, e um pouco além). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/26935>. Acesso em: 24 jan. 2024.

_____; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, p. 217-240. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12500/14277>. Acesso em: 24 jan. 2024.

_____. SILVA, Sérgio. **E. P. Thompson**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

NUNES NETO, Francisco Antonio. A condição social das lavadeiras (1930-1939): quando a história e a literatura se encontram. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11256>. Acesso em: 24 jan. 2024.

OTT, Carlos. **Atividade Artística nas Igrejas do Pilar e de Santana da Cidade do Salvador, Bahia**. Publicações da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, 1979.

PAQUOT, T. e RONCAYOLO, M. (Orgs.). **Villes et civilization urbaine** (XVII-XIXe siècle). Paris: Larousse, 1992.

BATISTA PEÇANHA, Natália. O Trabalho e a Cidade: Uma análise do serviço doméstico e a circulação de criadas estrangeiras na cidade do Rio de Janeiro (1880-1930). **Revista del CESLA: International Latin American Studies Review**, n. 27, p. 75-94, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36551/2081-1160.2021.27.75-94>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PARÉS, Luis Nicolau. Entre Bahia e a Costa da Mina, libertos africanos no tráfico ilegal. In: Giuseppina Raggi, João Figueirôa-Rego, Roberta Stumpf (Orgs.). **Salvador da Bahia: interações entre América e África (séculos XVI-XIX)**. Salvador: EDUFBA, CHAM, 2017.

PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

PINTO, Elisabete Aparecida. **Etnicidade, gênero e educação**: trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

PIZA, Edith. Da cor do pecado. **Revista Estudos Feministas**. Vol.3 n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16915/15476>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças: história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro, IIN/EDUSU/Amais, 1995.

RAMOS, Itan Cruz. **Saraiva, Dantas e Cotegipe: baianismo, escravidão e os planos para o pós-abolição no Brasil (1880-1889)**. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36441>. Acesso em 24 jan. 2024.

RANGEL, Alan Wruck Garcia. Soldada e tutela de órfãos nas últimas décadas do século XIX. Legislação e prática judiciária. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 7, n. 1, p. 50-70, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19092/reed.v7i1.359>. Acesso em: 24 jan. 2024.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. **Afro-Ásia**, n. 24, 26 jan. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i24.21000>. Acesso em: 24 jan. 2024. _____; AGUIAR, Márcia Gabriela D. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. **Revista de História (USP)**, 135 (1996), p. 133-161.

_____. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1989.

REIS, Lysie. **A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIZZINI, Irene (Org.). **Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: EDUSU, 1997.

_____. **A criança e a Lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000.

_____; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O Século Perdido: Raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. **A infância esquecida**. Salvador 1900-1940. Salvador: EDUFBA, 2003.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

ROCKMAN, Seth. **Scraping By: wage labor slavery, and survival In early Baltimore**. Universidade Johns Hopkins, 2009.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: UnB: 1981.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. **De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2021.

_____; LIMA, STOLZE; Ivana; BALABAN, Marcelo (Ed.). **Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil**. Edufba, 2019.

_____. Africanos em trânsito entre Salvador e Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX, p. 323-324. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo R. (Orgs.). **Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica**. Salvador, Lisboa: EDUFBA, CHAM, 2016 (Coleção Atlântica; 1).

SANCHES, Solange. Trabalho doméstico: desafios para o trabalho decente. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 879-888, dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-026x2009000300016>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SANTA BÁRBARA, Reginilde Rodrigues. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador 2007. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_o_caminho_da_autonomia_na_conquista_da_dignidade_sociabilidade_e_conflitos_entre_lavadeiras_em_feira_de_santana_-_bahia_1929-1964.pdf. Acesso em: jan. 2024.

SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. **Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa (1862 – 1934)**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29796>. Acesso em: jan. 2024.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14523>. Acesso em: 24 jan. 2024.

SANTOS, Diana Souza. **“A sua senhora esta Santa Casa”**: Trabalhadores, escravidão e liberdade na Misericórdia da Bahia oitocentista (1830-1872). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SANTOS, Jocélio Teles. De pardos disfarçados a brancos poucos claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 32, p. 115-137, 2005. DOI: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i32.21089>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. **A negação da herança social: africanos e crioulos no mundo da Liberdade, do Capital e do Trabalho. Rio de Janeiro (1870-1910)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17735>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **“Moças honestas” ou “meninas perdidas”**. Um estudo sobre a honra e os usos da justiça pelas mulheres pobres em Pernambuco imperial (1860-1888). Editora UFPE, Recife, 2015.

SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Lima Barreto: Triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as Batatas: forma literária e o processo social nos inícios do romance brasileiro**. – São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**, 20 (2), p.71-99, 1995.

_____. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven and London, Yale University Press, 1990.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. **Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre aleitamento na sociedade brasileira**. 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1990. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000731598>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SILVA, Caroline S. O cuidado com o corpo feminino nas páginas da Gazeta Médica da Bahia: prática da Ginecologia e Obstetrícia em Salvador no séc. XIX. In: **XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho, 2011.

SILVA; Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de classe**. Campinas, SP: Unicamp, 2005.

SILVA, Joel Nolasco Queiroz de Cerqueira e. **Casamento, cabaço e cabaceira: os imaginários de gênero e da honra na Bahia dos oitocentos**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13363>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. **História Social do Trabalho e História das Mulheres: percursos da historiografia brasileira. Historien, Petrolina**, v. 1, p. 84-102, 2010.

_____. **Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13360>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **Pretas de honra: cotidiano e representatividade de vendeiras e criadas no Recife do Século XIX (1840-1870)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7825>. Acesso em: 15 fev. 2020.

DA SILVEIRA, Renato. Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. **Afro-Ásia**, n. 23, 26 jan. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/aa.v0i23.20980>. Acesso em: 25 jan. 2024.

SILVA, Ivani da. **“Porta adentro”: formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867**. 2011. Dissertação (Mestrado em Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6280>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na senzala uma flor**: Esperanças e Recordações da Família Escrava (Brasil Sudeste, Século XIX), Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SONNET, Martine. Uma filha para educar. In: DUBY, George; PERROT, Michele. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1991, v.3: Renascimento a Idade Moderna.

SOARES, Luiz Carlos. **O povo de “Cam” na capital do Brasil**: escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro. FAPERJ; 7Letras, 2007.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. **Abreviaturas**: uso e função nos manuscritos. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28200>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História do Social do Trabalho no Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 275–296, 2016. DOI: 10.5007/1984-9222.2015v7n13p275. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n13p275>. Acesso em: 25 jan. 2024.

_____. **Criados, escravos e empregados**: o serviço doméstico e seus trabalhadores da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920). 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

_____; SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. Trabalho doméstico: sujeitos, experiências e lutas. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 20, p. 9–14, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2018v10n20p9. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2018v10n20p9>. Acesso em: 25 jan. 2024.

STEEDMAN, C. El trabajo de servir: las tareas de la vida cotidiana, Inglaterra, 1760-1820. **Mora**, n. 19, p. 101-126, 11. DOI: <https://doi.org/10.34096/mora.n19.459>. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/459>. Acesso em: 25 jan. 2024.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados**: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920). Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas**: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (1830-1888). São Paulo: Editora Unifesp, 2023.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. I. “A Árvore da Liberdade”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**: E. P. Thompson. Campinas: Unicamp, Textos Didático, nº 10, vol. 2, p. 95-106, fevereiro de 1998.

_____. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VAN DER LINDEN, Marcel. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas (SP): UNICAMP, 2013.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina**: infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VITORIA, Maihara Raianne Marques. **Os filhos da misericórdia**: cotidiano e vivências dos menores expostos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23403>. Acesso em: 10 jan. 2017.

WADSWORTH, James E.; MARKO, Tamera L. Children of the Pátria: Representations of Childhood and Welfare State Ideologies at the 1922 Rio de Janeiro International Centennial Exposition. In: **The Americas**, vol. 58, No. 1, Rise of the Welfare State in Latin America (Jul., 2001), pp. 65-90. Published By: Cambridge University Press.

WETHERELL, James. **Brasil. Apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857**. Apresentação e tradução de Miguel P. do Rio Branco. Edição do Banco da Bahia S/A., s/d. (1972).

XIMENES, Cristina Ferreira. **Joaquim Pereira Marinho**: perfil de um contrabandista de escravos na Bahia, 1828-1887. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1999. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/1_joaquim_pereira_marinho_perfil_de_um_contrabandista_de_escravos_na_bahia_1828-1887.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

FONTES

ASCMBA - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Manoel José de Figueiredo Leite (2 de julho de 1863 a 1º de julho de 1869).

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Barão de Guahy (26 de abril de 1887 a 1 de julho de 1891).

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Barão de Guahy 1887-1891, referente aos anos 1888-1889.

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Theodoro Teixeira Gomes (1911 a 1914).

Relatório apresentado à Junta da Santa Casa de Misericórdia da Bahia pelo seu Provedor Commendador Theodoro Teixeira Gomes (De 1911 a janeiro de 1912). Bahia, Typographia Z. Costa & C., 1912.

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Isaias de Carvalho Santos (1919).

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Isaias de Carvalho Santos (1º de janeiro de 1921 a 31 de dezembro de 1922).

Relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, apresentados pelo Provedor Isaias de Carvalho Santos (1º de janeiro de 1923 a 31 de dezembro de 1924).

Registro dos Empregados do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1929-1942).

Acta da Mesa da Junta, 10 jan. 1862.

Livro 6º de Actas da Mesa. Nº 22, 1891-1895.

Livro 3º de Termos de Saída de Expostos, Nº 1221, Estante H, 1910 a 1924.

Livro da Roda dos Expostos. N. 11.

Livro da Roda nº5. Nº1775, 1871-1874.

Livro contendo as verbas de disposições testamentárias de João de Mattos e Aguiar. 199 B (1731-1732).

Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia do diario. 1874.

Regulamento do Asylo dos Expostos. Typographia Bahiana de Cincinnato Melchiades. 1914.

Livro de Entradas dos Expostos que voltaram de criação. Nº 1213, Est. H, 1847-1858.

Livro da Roda dos Expostos. 1851, Est. H 1214.

Livro da Roda dos Expostos. Nº 2057.

Livro de Matrícula e Serviço dos Expostos. Nº 1216, Est. H, 1870-189.

Termos de Locação de Serviço de Expostos - 1870. Nº 1218, Est. H

Livro 1º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1219, 1871-1893

Livro 2º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1220, Estante H, 1893 a 1910.

Livro 3º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1221, Estante H, 1910 a 1924.

Livro Caixa Geral. A-568.1882-1884.

Correspondência interna do escrivão Antonio Joaquim Damazio para o Provedor Manoel Figueiredo Leite. Bahia, 30 novembro de 1861. Cx. 17.

Regimento Interno da Escola Elementar da Instrução Primária da Santa Casa da Misericórdia da Capital da Bahia. Bahia: Imprensa Popular, 1904.

Correspondências do Mordomo do Asilo dos Expostos. B150, 1871-1881.

Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito de Santana. **Guia de Óbito de Estefania de Mattos.**

Registro Civil de Pessoas Naturais do Sub-Distrito de Nazaré. **Guia de Óbito de Basilia de Mattos.** Salvador, 23 de janeiro de 1945.

DAMAZIO, Antonio Joaquim. **Tombamento dos bens immoveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862.** Typographya de Camillo de Lellis Masson & C.

Fundação Biblioteca Digital

A Gargalhada: propriedade de uma associação (BA). Salvador, publicado aos domingos, 1880, n. 4, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/826448/14>. Acesso em: 25 mai. 2023.

A Hora: Diário Vespertino – Político e Independente (BA). Salvador, segunda-feira, 26 mai. 1919. Ano II, n. 109, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/176419/267>. Acesso em: 12 fev. 2022.

A Ilustração Bahiana: Jornal Ilustrado, Litterario e Scientifico (BA). Salvador, 1881. Ano I, n. 7, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/826545/28>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Almanack do Estado da Bahia: administrativo, indicador e noticioso (BA). Salvador, 1898 a 1903. Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, p. 361. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829536/1697>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (BA). Salvador, 1860, p. 404. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/706825/2022>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Almanack Administrativo Commercial e Industrial: Para o anno de 1873 (BA). Salvador, p. 80. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/819255/110>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Almanack do Diário de Notícias (BA). Salvador, 1885. Ano V, p. 49. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/830097/969>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Almanack do Estado da Bahia: Administrativo, indicador e noticioso (BA). Salvador, 1903. Ano VI, p. 448. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829536/1779>. Acesso em: 13 jul. 2022.

Almanack do Estado da Bahia: Administrativo, indicador e noticioso (BA). Salvador, 1903. Ano VI, p. 438. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829536/1769>. Acesso em 15 jul. 2022.

Almanack do Estado da Bahia: administrativo, indicador e noticioso (BA) 1898 a 1903. **Profissão, indústria e comércio**, p. 521. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/829536/1126>. Acesso em: 12 jul. 2023.

A Locomotiva – Jornal Ilustrado (BA). Salvador, 2 dez. 1888. Ano I, n. 4, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/822884/26>. Acesso em: 14 fev. 2022.

A Nação: Jornal Político, Commercial e literário (RJ). Salvador, terça-feira, 25 jan. 1876. Ano V, n. 18, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/586404/4067>. Acesso em: 20 ago. 2021.

A Notícia: Nosso Programa – nossa rota, nosso escopo (BA). Salvador, terça-feira, 27 abr. 1915. Ano I, n. 160, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720160/1106>. Acesso em 14 ago. 2021.

A Notícia: Nosso Programa – nossa rota, nosso escopo (BA). Salvador, quinta-feira, 15 out. 1914, Ano I, n. 23, p. 1, <http://memoria.bn.br/docreader/720160/135>. Acesso em: 27 jun. 2023.

A Notícia: Nosso Programa – nossa rota, nosso escopo (BA). Salvador, sexta-feira, 27 nov. 1914. Ano I, n. 61, p. 2, <http://memoria.bn.br/docreader/720160/368>. Acesso em: 27 jun. 2023.

A Notícia: Nosso Programa – nossa rota, nosso escopo (BA). Salvador, sábado, 12 dez. 1914. Ano I, n. 73, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720160/440>. Acesso em: 13 jul. 2022.

A Notícia: Nosso Programa – nossa rota, nosso escopo (BA). Salvador, sábado, 19 dez. 1914. Ano 1, n 79, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720160/474>. Acesso em: 11 jul. 2023.

A Revista do Brasil. Salvador, 1908, p. 30. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/390062/1271>. Acesso em: 23 nov. 2021.

A Revista do Brasil (BA). Salvador, 15 mai. 1907. Ano III, n. 1, p. 25. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/390062/413>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A Revista do Brasil (BA). Salvador, sábado, 15 mai. 1907. Ano III, n. 1, p. 27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/390062/415>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A Revista do Brasil (BA). Salvador, sábado, 15 jan. 1908. Ano III, n. 9, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/390062/896>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A Revista do Brasil (BA). Salvador, sábado, 24 dez. 1908. Ano III, n. 12, p. 77. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/390062/1318>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A Revista do Brasil (BA). Salvador, sábado, 15 set. 1911. Ano VI, n. 9, p. 45. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/390062/4065>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A Revista do Brasil (BA). Salvador, sábado, 31 out. 1909. Ano IV, n. 11, p. 52. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/390062/2056>. Acesso em: 18 jul. 2022.

A Revista do Brasil (BA). Salvador, sábado, 5 fev. 1910. Ano IV, n. 16, p. 20. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/390062/2056>. Acesso em: 18 jul. 2022.

Assembleia Legislativa da Bahia. Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o conselheiro e senador do império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1860, p. 33-34. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/123/>. Acesso em: 12 de setembro de 2014.

A Verdadeira Marmota: Do doutor Próspero Diniz (BA). Salvador, sábado, 20 dez. 1851, n. 98, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/815756/314>. Acesso em: 07 set. 2022.

A Voz do Operário: Órgão Oficial do Partido Operário, Bahia, 2 jan. 1894, n. 01, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/823180/7>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Cidade do Salvador (BA). Salvador, quinta-feira, 28 jul. 1898. Ano II, n. 466, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763250/941>. Acesso em 18 mar. 2022.

Cidade do Salvador (BA). Salvador, quinta-feira, 28 jul. 1898. Ano II, n. 466, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763250/941>. Acesso em 18 mar. 2022.

Cidade do Salvador (BA). Salvador, sábado, 30 jul. 1898. Ano II, n. 468, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763250/949>. Acesso em 18 mar. 2022.

Cidade do Salvador (BA). Salvador, sábado, 6 ago. 1898. Ano II, n. 474, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763250/973>. Acesso em 18 mar. 2022.

Cidade do Salvador (BA). Salvador, quarta-feira, 10 ago. 1898. Ano II, n. 477, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763250/985>. Acesso em 18 mar. 2022.

Cidade do Salvador (BA). Salvador, sábado, 18 dez. 1897. Ano II, n. 296. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/763250/338>. Acesso em: 27 jul. 2022.

Correio da Bahia O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA). Salvador, terça-feira, 16 abr. 1878. Ano VIII, n. 18, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/303488/1646>. Acesso em: 16 set. 2021.

Correio da Bahia O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA). Salvador, sábado, 13 jan. 1877. Ano IV, n. 236, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/303488/277>. Acesso em 15 ago. 2022.

Correio da Bahia: O Correio da Bahia é propriedade de uma Associação (BA). Salvador, domingo, 18 fev. 1877. Ano VI, n. 265, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/303488/390>. Acesso em: 07 set. 2022.

Diário de Notícias (RJ). Rio de Janeiro, sábado, 10 de outubro e 1891. Ano VIII, n. 2281, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/369365/9727>. Acesso em: 25 de março de 2023.

Diário de Notícias (BA) terça-feira, 20 jun. 1893. Ano XIX, n. 193, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/62>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Diário da Bahia (BA). Salvador, domingo, 5 mai. 1889. Ano XXXV, n. 100. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/801097/1530>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Diário de Notícias (BA). Salvador, sábado, 2 set. 1876. Ano II, n. 199, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/098167/3>. Acesso em: 27 nov. 2021.

Diário de Notícias (BA). Salvador, quinta-feira, 7 jul. 1880. Ano VI, n. 152, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=098167&pagfis=27>. Acesso em: 8 de set. 2022.

Diário de Notícias (BA). Salvador, terça-feira, 8 nov. 1881. Ano VII, n. 253, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/34>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Diário de Notícias (BA). Salvador, quarta-feira, 21 jun. 1893. Ano XIX, n. 137, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/6>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Diário de Notícias (BA), terça-feira, 10 jun. 1893. Ano XIX, n. 136, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/098167/62>. Acesso em: 27 nov. 2021.

Diário de Notícias (BA). Salvador, terça-feira, 16 mai. 1882. Ano VIII, n. 111, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/0981669-17/38>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Diário de Notícias (BA). Salvador, quinta-feira, 22 jun. 1893. Ano XIX, n. 138, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/73>. Acesso em: 5 de jul. 2021.

Diário de Notícias (BA). Salvador, quinta-feira, 14 mar. 1895. Ano XXI, n. 59, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/098167/89>. Acesso em: 5 de jul. 2021.

Diário de Notícias (BA). Salvador, terça-feira, 16 mai. 1882. Ano VIII, n. 111, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/37>. Acesso em: 8 de set. 2022.

Diário de Notícias (BA). Salvador, quinta-feira, 22 abr. 1880. Ano VI, n. 92, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098167/19>. Acesso em: 8 de set. 2022.

Etc. (BA). Salvador, Cavaqueando, 15 set. 1934. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/165573/2323>. Acesso em: 12 set. 2023.

Falla que recitada na Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província da Bahia, dr. João Mauricio, Wanderley, em 1º de março de 1853. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/1178>. Acesso em: 12 jan. 2023. Bahia, Typographia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853.

Gazeta de Notícias: Sociedade Anonyma (BA). Salvador, segunda-feira, 23 dez. 1913. Ano IV, n. 85, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721026/1580>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Gazeta de Notícias: Sociedade Anônima (BA). Salvador, quinta-feira, 4 de setembro de 1913. Ano III, n. 295, p.1. Ano III, n. 295. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721026/1228>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Gazeta de Notícias. Sociedade Anônima. (Brasil) Bahia (BA). Salvador, terça-feira, 5 ago. 1913. Ano III, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721026/1128>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Gazeta de Notícias: Sociedade Anonyma (BA). Salvador, segunda-feira, 22 dez. 2016. Ano IV, n. 85, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/721026/1580>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Gazeta Médica da Bahia: Publicada por uma Associação de Facultativos (BA) - 1867 a 1905. Salvador, julho de 1891. Ano XXIII, vol. 23, p. 42. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/165646/10521>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Jornal Gazeta da Bahia. Publicada por uma Associação de Facultativos (BA). Salvador, 1893, p. 197. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/165646/17768>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Gazeta Médica da Bahia: Publicada por uma Associação de Facultativos (BA). Salvador, 15 jan. 1870, vol. 4, n. 83, p. 130. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/165646/1015>. Acesso em: 02 set. 2022.

Gazeta Médica da Bahia: Publicada por uma Associação de Facultativos (BA). Salvador, Publicação mensal, 1870, Ano III, n. 1 p. 499. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/165646/1993>. Acesso em: 02 set. 2022.

Gazeta Médica da Bahia: Publicada por uma Associação de Facultativos (BA). Salvador, Publicação mensal, 1876, vol. 1, série II, p. 502. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/165646/1996>. Acesso em: 02 set. 2022.

Gazeta Médica da Bahia: Publicada por uma Associação de Facultativos (BA). Salvador, Publicação mensal, n. 5-10 de setembro de 1866, Ano I, n. 1, p. 55. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/165646/61>. Acesso em: 02 jun. 2022.

Gazeta Médica da Bahia: Publicada por uma Associação de Facultativos (BA). Salvador, publicação mensal, 1879, Série II, vol. 4 p. 381. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/165646/3736>. Acesso em: 02 set. 2022.

Jornal do Comércio (RJ). Rio de Janeiro, 9 jun. 1850. ANÚNCIO. ANO XXV, n. 186, p. 4 e 2, out. 1850, n. 270, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_04/676. Acesso em: 27 jan. 2024.

Jornal do Commercio (RJ). Salvador, segunda-feira, 4 mai. 1885. Ano 64, n. 13, p.1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/12805. Acesso em: 20 ago. 2021.

Jornal do Commercio (RJ). Salvador, quarta-feira, 22 dez. 1886. Ano 64, n. 355, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/16870. Acesso em: 24 nov. 2021.

Pequeno Jornal (BA). Salvador, quinta-feira, 25 set. 1890. Ano I, n. 191, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703842/660>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Jornal do Commercio (RJ). Salvador, terça-feira, 9 jan. 1884. Ano 63, n. 9, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_07/9535. Acesso em: 20 ago. 2021.

Jornal da Bahia (BA). Salvador, quinta-feira, 26 ago. 1875. Ano XXXIII, N. 193, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/815063/294>. Acesso em: 25 ago. 2021.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, sábado, 21 mai. 1892. Ano XIII, n. 3748, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/784>. Acesso em: 15 jun. 2023.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, segunda-feira, 12 jun. 1891. Ano XII, n. 3353, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/33>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, segunda-feira, 12 jun. 1891. Ano XII, n. 3353, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/33>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Jornal de Notícia (BA). Salvador, sábado, 20 ago. 1892. **Questão do Dia: criadagem.** Ano XIII, n. 3820, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/983>. Acesso em: 14, out. 2021.

Jornal de Notícia (BA). Salvador, quarta-feira, 07 set. 1892. **Sentimos a falta de braços.** Ano XIV, n. 3910, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/983>. Acesso em: 14, out. 2021.

Jornal de Notícia (BA). Salvador, quinta-feira, 15 dez. 1892. **Serviço de criadagem**. Ano XIV, n. 3916, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/1157>. Acesso em: 14, out. 2021.

Jornal de Notícia (BA). Salvador, sábado, 17 dez. 1892. **À nossa criadagem**. Ano XIV, n. 3918, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/1161> Acesso em: 14, out. 2021.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, sexta-feira, 24 abr. 1891, p. 3. Ano XII, n. 2433. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/240>. Acesso em: 16 set. 2021.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, sábado, 10 abr. 1891. Ano XII, n. 3430, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222216/230>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, quinta-feira, 8 abr. de 1891. Ano XII, n. 3421, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/216>. Acesso em: 12 set. 2022.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, terça-feira, 10 mar. 1891. Ano XXI, n. 2398, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222216/147>. Acesso em: 18 jun. 2021.

Jornal de Notícias (BA). Salvador, sexta-feira, 24 jun. 1891. Ano XII, n. 3433, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222216/241>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Leituras Religiosas: Publicação semanal (BA). Salvador, domingo, 20 out. 1889. Ano I, n. 27, p. 215. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/239488/218>. Acesso em: 10 jul. 2022.

Leituras Religiosas: Publicação semanal (BA). Salvador, domingo, 9 jun. 1889. Ano I, n. 8, p. 71. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/239488/74>. Acesso em: 10 jul. 2022.

O Imparcial (BA). Salvador, quarta-feira, 25 set. 1935. Ano XIII, n. 1462, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720933/836>. Acesso em: 14 set. 2022.

O Acadêmico: Periódico Científico e Litterario (BA). Salvador, mai. 1855, n. 1, p. 9-10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/815780/10>. Acesso em: 02 set. 2022.

O Asteroide: Orgam da Propaganda Abolicionista (BA). Salvador, sábado, 30 jun. 1888. Ano II, n. 77, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/717614x/311>. Acesso em: 17 mar. 2022.

O Guarany: Jornal Noticioso, Litterario e Commercial (BA). Salvador, sábado, 11 mai. 1878. Ano III, n. 184. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/231991/29>. Acesso em: jan. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, quinta-feira, 9 ago. 1977. **O Destino dos Expostos**. Ano II, n. 58, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1373> Acesso em: 17, ago. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 15 set. 1877. Ano II, n. 87, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1490>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, quarta-feira, 8 out. 1877. Ano II, n. 102, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1548>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, domingo, 1º out. 1876. Ano I, n. 99, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/395>. Acesso em: 12 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 11 jan. 1881. Ano V, n. 175, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/4692>. Acesso em: 12 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 20 jun. 1876. Ano I, n. 16, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704008/64>. Acesso em: 12 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 4 set. 1877. Ano II, n. 79, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1457>. Acesso em: 20 ago. 2021.

Correio da Bahia (BA). Salvador, quarta-feira, 10 de julho de 1878. Ano II, n. 84, Capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/303488/1892>. Acesso em: 18 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, quarta-feira, 16 mar. 1881. Ano V, n. 228, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/4903>. Acesso em: 12 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 25 jun. 1876. Ano I, n. 44, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/174>. Acesso em: 16 mar. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, 8 ago. 1877. **O Asylo dos Expostos da Santa Casa**. Ano II, n. 57, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1369>. Acesso em: 17, ago. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 15 set. 1877. Ano II, n. 87, p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1490>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, quarta-feira, 8 out. 1877. Ano II, n. 102, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1548>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, sábado, 8 dez. 1877. Ano II, n. 158, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1763>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, sábado, 13 abr. 1878. Ano III, n. 260, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/2156>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, Sábado, 24 dez. 1878. Ano III, n. 167, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/2975>. Acesso em: 17 nov. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, sexta-feira, 10 ago. 1877. Ano II, n. 59, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1379>. Acesso em: 12 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, quinta-feira, 22 fev. 1877. Ano I, n. 214, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/839>. Acesso em: 12 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, domingo, 7 set. 179. Ano IV, n. 80, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704008/3752>. Acesso em: 12 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 5 jan. 1879. Ano IV, n. 52, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704008/3640>. Acesso em: 12 set. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, terça-feira, 5 ago. 1879. Ano IV, n. 52, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704008/3640>. Acesso em: 14 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, domingo, 18 nov. 1877. Ano II, n. 141, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704008/1701>. Acesso em: 14 fev. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, sexta-feira, 7 dez. 1877. Ano II, n. 82, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1471>. Acesso em: 26 jun. 2021.

O Monitor (BA), sexta-feira, 7 dez. 1877. Ano II, n. 82, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1469>. Acesso em: 26 jun. 2021.

O Monitor (BA), sexta-feira, 21 jun. 1876. Ano I, n. 17, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704008/67>. Acesso em: 26 jun. 2021.

O Monitor (BA). Salvador, quarta-feira, 22 ago. 1877. Ano I, n. 68, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1415>. Acesso em: 12 jun. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, quarta-feira, 15 ago. 1877. Ano II, n. 169, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1808>. Acesso em: 12 set. 2022.

O Monitor (BA). Salvador, sexta-feira, 19 out. 1877. Ano II, n. 166, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/1604>. Acesso em: 12 set. 2022.

O Monitor (BA). Salvador sexta-feira, 8 nov. 1878. Ano III, n. 131, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/2831>. Acesso em: 28 jun. 2023.

O Monitor (BA). Salvador, sexta-feira, 7 mar. 1879. Ano III, n. 227, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/3196>. Acesso em: 28 jun. 2023.

O Monitor (BA). Salvador, sábado, 20 set. 1879. Ano IV, n. 90, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/3792>. Acesso em: 28 jun. 2023.

O Monitor (BA). Salvador, quinta-feira, 25 set. 1879. Ano IV, n. 94, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704008/3808>. Acesso em: 28 jun. 2023.

O Noticiador Catholico (BA). Salvador, sábado, 29 mar. 1853. Ano V, n. 226, p. 300. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709786/1481>. Acesso em: 25 mar. 2023.

O Noticiador Catholico (BA). Salvador, quinta-feira, 10 de junho de jun. 1848. Ano 1, n. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709786&PagFis=24>. Acesso em: 12 de abril de 2015.

O Philantropo. Periódico humanitario, scientifico e literario. Ano 1, n. 1, 6 abr. 1849. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/717991/1>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Pequeno Jornal (BA). Salvador, quarta-feira, 7 abr. 1892, p. 3. Ano III, n. 625. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/703842/2383>. Acesso em: 12 out. 2022.

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889. Salvador, 29 mar. 1882, p. 27. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/10448>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA). Salvador, 04 abr. 1887, p. 24, <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/12179>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA). Salvador, 4 out. 1887. 2ª Sessão da 26ª Legislatura, Ano XIII, n. 3820, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/130605/12202>. Acesso em: 14, out. 2021.

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA). Salvador, 4 out. 1887. 2ª Sessão da 26ª Legislatura, Ano XIII, n. 3820, p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/130605/12203>. Acesso em: 14, out. 2021.

Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA). Salvador, 1879, p. 196. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/9512>. Acesso em: 20 out. 2021.

Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 4 de outubro de 1887, p. 23. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/12207>. Acesso em: 05, nov. 2021.

Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA). Salvador, 1884, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/11564>. Acesso em: 20 out. 2021.

AHMS

Arquivo Histórico Municipal de Salvador. **Actas das Sessões da Camara de Salvador**, 30/12/1886.

Arquivo Público do Estado da Bahia

Posturas sobre o serviço doméstico, Edital nº 1 de 05/01/1887, Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Fundo do Governo da Província, Maço 1417, Correspondência recebida da Câmara de Salvador (1887/1889).

Matrículas de trabalhadores domésticos avulsas, 1887. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Fundo de Polícia, Maço 6506. Assuntos diversos (1887/1888).

Matrículas de trabalhadores domésticos avulsas, 1887. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Fundo de Polícia, Maço 6506, Assuntos diversos (1887/1888).

Matrículas de trabalhadores domésticos avulsas. Matrícula de Jacintho Thomaz de Mattos, n. 1188.

Inventário de Leopoldina Maria Ferreira Adans, anos 1876-1878. Judiciário, Inventários, 08/3362/04.

S. J. Inventário de Querino Antônio. Maço 1.492 doc. 1.

Alfândega, Manifesto – 010, 1869-1879.

Biblioteca Nacional Digital de Portugal

DEUS, João de. **Cartilha maternal ou arte de leitura:** 1830-1896. Publicado pelo seu amigo Candido A. de Madureira, Abbade d'Arcozello com retrato do autor. 3a ed. Correcta e augmentada. Lisboa: Imp. Nacional, 1878. Disponível em: <http://purl.pt/145>. Acesso em: 31 ju. 2015.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LISBOA. Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1619, por Pedro Craesbeeck, Lisboa, 31 jan. 1619. Fundo Geral Monografias, sc-7700-p. Disponível em: <http://purl.pt/13349>. Acesso em: 05 de junho de 2013.

Biblioteca do Senado Federal

LEÃO, Polycarpo Lopes de. **Como pensa o elemento servil.** Rio de Janeiro. Typhographia – perseverança – rua do Hospício, n 91, 1970. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/220539>. Acesso em: 19 ag. 2021.

SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza por Antonio de Moraes Silva (natural do Rio de Janeiro) Oitava edição revista e melhorada. Vol. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litteraria Fluminense, p. 804. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242523>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

Sociedade contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas. **Systema de medidas adoptaveis para a progressiva e total extinção do tráfico e da escravatura no Brasil.** Rio de Janeiro. Typhographia do Philanthropo, rua d'assembléa, n.30, 1852. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174455>. Acesso em 20 ago. 2021.

Center Resch Library

Relatório do Director Geral da Instrução Pública da Bahia do dia 26 de Janeiro de 1872, fl. 13-14. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000250.html>.

Relatório do Director Geral da Instrução Pública da Bahia do dia 26 de Janeiro de 1872, fl. 36. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000272.html>.

Leis/jurisprudência

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Ordenações Filipinas.** Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14ind.htm>.

BRASIL. **República Federativa do. Coleção de Leis do Brasil de 31 de dez. 1940**, vol. 003, p. 77, col. 1. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/526936/publicacao/15709263>. Acesso em 27 ago. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 72**, de 02 de abril de 2013.

BRASIL. **Lei Complementar n. 150**, de 1º de junho de 2015.

BRASIL. **Lei n. 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm. Acesso em:

BRASIL. **Lei Complementar n. 150, de 1 de junho de 2015**. Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2015-06-01;150>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 72, de 2 de abril de 2013**. Emenda Constitucional nº 72, de 2013. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2013-04-02;72>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715>. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. **Lei de 13 de setembro de 1830**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, pp. 32-33. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 108 de outubro de 1837**. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/541072/publicacao/15632760>. Acesso em: 02 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria de 19 de Novembro de 1835**, p. 125. Vol. 1, parte II. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=2040&ano=1871&ato=2ce0TPn50MNRVT71a>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. **Lei de 11 de Outubro de 1837**. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 2723 de 12 de janeiro de 1861**. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1974?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Império do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, vol. 1. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Outras fontes

Assembleia Legislativa da Bahia. Falla recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província, o conselheiro e senador do império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1860.

BRETAS, Agostinho José Ferreira. Dissertação inaugural sobre a utilização do aleitamento materno e os inconvenientes que resultam do desprezo deste dever. Rio de Janeiro, 1838. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Joaquim Antão. **Relatório com que o Conselheiro passou a administração da Província da Bahia ao Conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque.** Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1862.

COSTA PINTO, Antônio. **Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa.** Bahia, Tipografia de A. O. da França Guerra, 1861.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos. Novíssimo dictionario Latino-Portuguez etymologico, prosodico, historico, geographico, mythologico, biographico, etc. No qual são aproveitados os trabalhos do philologia e lexicographia mais recentes. Redigido segundo o plano de L. QUICHERAT é precedido d'uma lista dos auctores e Monumentos latinos citados no volume e das principaes Siglas usadas na Língua Latina por F. C. dos Santos Saraiva. 9º ed. Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1927.

SILVA, António de Moraes. **Léxico e gramática no Dicionario da Lingua Portugueza.** Vol V. Soldada. 1813.

VILHENA, Luiz dos Santos. **Recopilação de Notícias Soteropolitanas Brasileiras,** Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1921, Livro I.

WETHERELL, James. **Brasil.** Apontamentos sobre a Bahia, 1842-1857. Apresentação e tradução de Miguel P. do Rio Branco. Edição do Banco da Bahia S/A., s/d. (1972).

Biblioteca Brasileira e Guitá e José Mindin

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino.** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, v.8, 1712-1728. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. Dictionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descrição das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis. Vol. 1, A-F, 1890. Ed. Paris: A. Roger & F. Chernoviz. p. 122. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6947>. Acesso em: jul. 2023.

Family Search

Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007", banco de dados com imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68BJ-2W6V>: 9 novembro 2021), Maria Epifania Ramos na entrada para Maria, branca, 1876, Paróquia de São Felipe-Ba, Registros paroquiais, Batizado, imagem 86, FHL 004001542.

Brasil, Bahía, Registros da Igreja Católica, 1598-2007", banco de dados com imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:68BJ-2W6V>: 9 novembro 2021), Maria Epifania Ramos na entrada para Maria, branca, 1876, Paróquia de São Felipe-Ba, Registros paroquiais, Batizado, imagem 86, FHL 004001542.

Sites

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção do Trabalho Infantil. **O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas.** Brasília, 2022. Disponível em: <[https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O trabalho infantil dom%C3%A9stico no Brasil - an%C3%A1lises e estatísticas.pdf](https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O%20trabalho%20infantil%20dom%C3%A9stico%20no%20Brasil%20-%20an%C3%A1lises%20e%20estatisticas.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). R201 – Sobre o Trabalho Doméstico Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos. **Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-domestico/WCMS_242769/lang--pt/index.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

ANEXOS

ANEXO A – ESCOLA DO ASILO DOS EXPOSTOS



ASCMBA. Sala de aula da Escola do Internato. Documentos avulsos. Acervo do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia.

ANEXO B – FOTOGRAFIA DA SEDE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA E ASILO DOS EXPOSTOS



ASILO NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA

Crédito (BAPRESS)

ANEXO C - GUIA DE ÓBITO DE ESTEFANIA DE MATTOS E BASILIA DE MATTOS

23-1-945 - Carnêis 889-90-4 - 68
 Por ordem da Francisco
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAES DO DISTRITO DE SANTANA
Estado da Bahia Guia de Obito Municipio da Capital
 MARIA DA GLORIA MARTINS BOMFIM, oficial do Registro Civil do Distrito de SANTANA.
 Certifico que dos livros em meu poder e cartório consta o registro de obito ocorrido hoje, ontem, as 1 horas.
 Nome do falecido Estefania de Mattos
 Nome do declarante Aristoteles Silveira Vieira Nome do medico Dr. Jayme Gardinho
 Moléstia hemorragias uterinas Filiação legítima - legítima - ignorada
 Cor branca - morena - preta Idade 52 anos - meses - dias - horas
 Estado Civil solteiro - casado - viúvo Profissão costureira
 Naturalidade Bahia Residência a rua América Joana Angélica 29
 Lugar do Obito na residência na assistência na rua Vai sepultar-se no Cemitério da Quinta dos Lazares do Campo Santo
 Bahia, Distrito de SANTANA, 23 de Janeiro de 1945
 Oficial do Registro Civil
Maria da Glória Martins Bomfim

Guia de óbito de Estefania de Mattos (23 de janeiro de 1945)

8.7.63 8944. Carnêis ex. pela Santa Casa
Registro Civil de Pessoas Naturais do Sub-Distrito de Nazaré
ESTADO DA BAHIA Guia de Óbito MUNICIPIO DA CAPITAL
 Certifico que dos livros em meu poder e cartório consta o registro de óbito ocorrido hoje, ontem, as 20 horas.
 Nome do falecido Basilis de Mattos
 Nome do declarante Maximo P. Bonvic Nome do medico Antonio Padre A. P. Pinto
 Moléstia caçapuzie Filiação legítima - ignorada
 Cor preta Idade 4 anos - meses - dias - horas
 Estado Civil solteiro Profissão doméstica
 Naturalidade Bahia Residência a rua Quinta dos Lazares
 Lugar do Obito N.º Hospital A. P. Pinto Vei sepultar-se no Cemitério da Quinta dos Lazares do Campo Santo
 Bahia, Sub-Distrito de Nazaré, 8 de Julho de 1963
 Oficial do Registro Civil
Edison da Silveira Cardoso
 EDISON DA SILVEIRA CARDOSO
 Oficial do Registro Civil

Guia de óbito de Estefania de Mattos (8 de julho de 1963)

ANEXO E - BILHETE ANEXADO A MATRÍCULA DE GABRIELLA DE MATTOS

1910

12 de Setembro 1910

Exm.º Sr. Dr. Isaias Soares

Respeitosamente cumprimento vos
buma pre me apresentar vos os protestos
da minha gratidão, pela attenção que
despendestes ao pedido que ha tempos
faztados vos fiz de uma menina pa
ra viver em minha companhia.
Mandastes-me trazer a Gabriella e
eu a nove mezes que lecto para se
general-a, aconselhando-a, proce-
dendo encaminhal a para o bom,
sem encontrar resultado nenhum,
pois a creatura e de má indole;
assim sendo, e me impossivel
continuar com ella, fiz vez a ella
que devia se apresentar a V. S.
de forma nenhuma ella a compr
assim entender a quantia para o pagamento de
sentença do referido salario; Trucira. Depois

ASCMB. Livro 3º de Termos de Saída de Expostos. Nº 1221, Estante H, 1910 a 1924, p. 60. Bilhete anexado ao documento.

ANEXO G - ÓRFÃS DO ASILO NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA



MSCMBA. Museu da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Data: 1933.

ANEXO H - ÓRFÃS DO ASILO NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA



MSCMBA. Museu da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Data: (Data não identificada).



FFCH UFBA

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação
Salvador – Bahia – Brasil
Telefax: (71) 3237-7574 / E-mail: poshistro@ufba.br